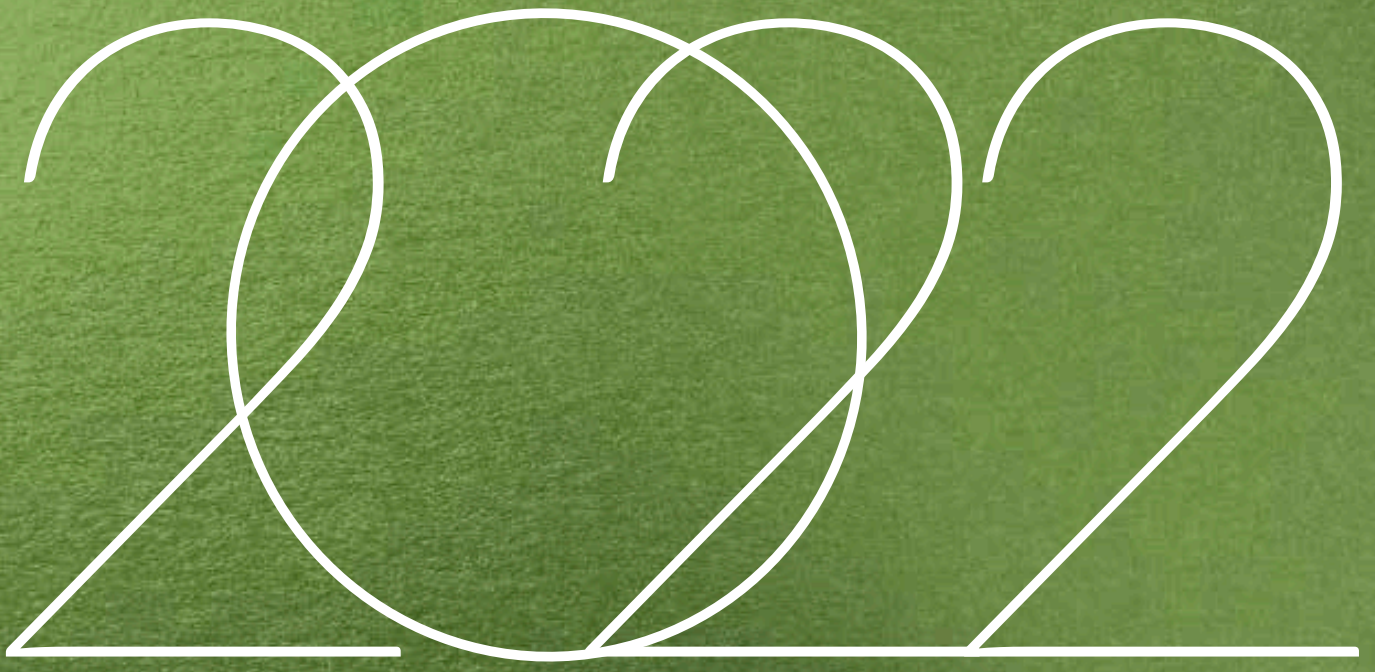



RELATÓRIO ANUAL
2022



A close-up photograph of a tree trunk cross-section, showing numerous concentric growth rings. The rings are light brown and densely packed, with a darker, reddish-brown outer edge. The texture is fibrous and radial.

Nota: Este documento integra uma versão não oficial e não auditada em formato PDF dos conteúdos do Relatório & Contas de 2022 do Grupo Inapa. Esta versão não se apresenta no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do Relatório & Contas 2022 no formato ESEF está disponível no website www.inapa.com. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.



WE EMPOWER OUR ROOTS

PORQUE NOS PREOCUPAMOS COM O
MEIO AMBIENTE TODO O PAPEL FOI
CUIDADOSAMENTE SELECIONADO E A
IMPRESSÃO TECNOLOGIA 100% DIGITAL

inapa

IMPROVING
THE WORLD

IMPROVING
THE WORLD

A NOSSA CULTURA

Queremos ser o parceiro que oferece a melhor solução aos seus clientes, parceiros e fornecedores.

Apostamos numa abordagem focada em apresentar um serviço de excelência e um acompanhamento que assegure aos nossos clientes, parceiros, colaboradores e *stakeholders* um negócio sustentável, com um objetivo comum: **melhorar o mundo.**

A nossa cultura assenta na **melhoria constante** de processos inerentes ao nosso negócio, desde a vertente humana às operações e ao caminho sustentável para **reduzir o impacto ambiental** da nossa atividade em todas as geografias onde o Grupo opera.

OS NOSSOS VALORES
M O L D A M
O NOSSO FUTURO



Foco no Cliente

Caminhamos lado a lado com o Cliente, conhecemos o seu negócio e procuramos antecipar as suas necessidades.

Acrescentamos valor através de um serviço personalizado. Queremos ser parte integrante da solução em cada desafio, de forma a responder e, sempre que possível, superar as suas expectativas.



Agilidade

Temos capacidade para nos reinventarmos de novas e diferentes maneiras.

Valorizamos a possibilidade de mudar com o mercado para acompanhar a evolução tecnológica e as tendências comerciais em todo o mundo através de processos facilmente adaptáveis. Estamos preparados para os desafios de um mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo. Mantemos uma mente aberta para promover a eficiência nas respostas e soluções que oferecemos.



Fiabilidade

Cumprimos o que prometemos.

Apostamos em relações de longo prazo construídas com base na confiança, somos consistentes na forma como trabalhamos e eticamente responsáveis. Oferecemos um serviço de excelência com o qual clientes, parceiros e fornecedores podem contar, sem reservas.



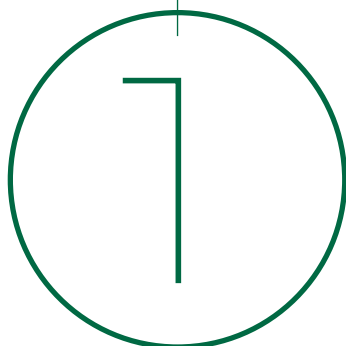
Sustentabilidade

Melhoramos o trabalho, a vida, o mundo.

A preocupação com a sustentabilidade financeira, social e ambiental faz parte do nosso quotidiano. Acreditamos que o futuro pertence a quem tem a capacidade de se reinventar, de manter uma perspetiva responsável sobre todas estas vertentes e de proporcionar essa aprendizagem a outros. Temos, por isso, uma abordagem consciente, através da promoção e otimização de processos sustentáveis, transversais a todo o Grupo.

RELATÓRIO & CONTAS

GRUPO INAPA



1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	13
2. Atividade do Grupo	18
3. Estrutura de participações	20
4. Inapa no mundo	22
5. Perfil do Grupo	24
6. História da Inapa	34
7. Mercados de atuação	36
8. Posicionamento estratégico	38
9. Órgãos sociais	42
10. Governo societário	44
11. Principais acionistas	49
12. Fatores de risco	50
13. Ética	57
14. Recursos humanos	60

SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO



1. Principais indicadores de atividade	66
2. Factos relevantes do ano 2022	68
3. Enquadramento económico	70
4. Síntese consolidada	75
5. Desempenho das áreas de negócio	78
6. Síntese da atividade da Inapa-IPG	89
7. Perspetivas para 2023	90
8. Comportamento em bolsa	92
9. Ações próprias	94
10. Proposta de aplicação de resultados	94
11. Declaração de conformidade	95

INFORMAÇÃO FINANCEIRA



1. Contas consolidadas	98
2. Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	107
3. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada	196
4. Contas individuais	210
5. Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	219
6. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual	274
7. Relatório e parecer da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração	284

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



Parte I Informação Obrigatória sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade	294
Parte II Avaliação do Governo Societário	369
Modelo de Relatório para divulgação de Informação Não Financeira	382

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ESTRATÉGIA & SUSTENTABILIDADE

AMBIENTE



1. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	390
2. Estratégia e Sustentabilidade	392
3. Aprovisionamento	393
4. Conduta corporativa	404
5. Governança corporativa e princípios éticos	406
6. Compromisso dos <i>stakeholders</i>	410
7. Gestão Ecológica & Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	411



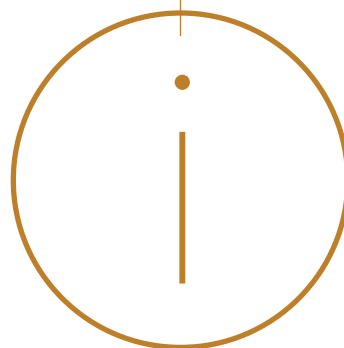
1. Certificação da Cadeia de Custódia	420
2. Uso de materiais sustentáveis	425
3. Avançar com fontes de energia renováveis	429
4. O nosso consumo de água	434
5. Biodiversidade	436
6. As nossas emissões	437
7. Resíduos	447

RESPONSABILIDADE SOCIAL



- | | |
|--------------------------------------|------------|
| 1. Diversidade e inclusão | 452 |
| 2. Desenvolvimento dos colaboradores | 478 |
| 3. Promoção do bem-estar laboral | 481 |
| 4. Direitos humanos | 486 |
| 5. Compromisso com a comunidade | 488 |

INFORMAÇÃO ADICIONAL



- | | |
|---|------------|
| Índice de GRI | 500 |
| Taxonomia (UE) | 506 |
| Participação em Associações e Entidades | 515 |
| Informação e Contactos | 515 |



we walk side
by side with
our Clients

Capa impressa em myStardream Fairway 285g.
Separador impresso em myInsize Modigliani Candido 260g e
cadernos impressos em myInsize Modigliani Candido 145g.

GRUPO INAPA



“

Estes resultados reforçam a confiança na nossa estratégia e na capacidade de fazer face aos desafios que possamos enfrentar nos próximos anos.

Improving the world!

Diogo Rezende

CEO GRUPO INAPA



Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Os resultados alcançados em 2022 foram muito positivos e reforçam o nosso otimismo relativamente ao desenvolvimento do Grupo Inapa. Esta performance é o corolário da estratégia executada nos últimos anos, marcada por processos estruturais de aquisição e otimização que implicaram uma enorme dedicação das nossas equipas.

O volume de negócios atingiu os 1.212 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 26% face a 2021, enquanto a margem bruta gerada cresceu 35% (mais 63 milhões de euros), tendo passado de 18,6% para 20,0% das vendas.


Apesar dum aumento dos custos de exploração (induzidos em parte pelo aumento de atividade, em parte pelo aumento da inflação e em parte pela cessação de apoios no âmbito da Covid-19), a eficiência medida em percentagem de vendas aumentou expressivamente (custos de exploração representaram 15,3%

das vendas, uma melhoria de 2,9pp face a 2021). Esta variação reflete os ganhos de reorganizações implementadas na Alemanha, França e Espanha.

O aumento da margem conjugada com o decréscimo do peso dos custos, levou a uma melhoria muito assinalável do EBITDA recorrente gerado, que se cifrou em 86,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 55,4 de milhões de euros face a 2021. Em percentagem de vendas a melhoria foi igualmente expressiva, passando de 3,3% para 7,2% das vendas.

Apesar do aumento com encargos financeiros devido ao aumento das taxas de juro, os resultados líquidos alcançaram os 17,8 milhões de euros, uma progressão de 14,4 milhões de euros face a 2021.

Em termos de balanço destaco que a dívida líquida se reduziu em 40,7 milhões de euros face a dezembro de 2021, para 221 milhões de



euros. O rácio de Dívida Líquida / Re-EBITDA teve uma progressão muito significativa, tendo alcançado os 2,5x (comparativamente com 8,3x em 2021).

Estes resultados reforçam a confiança na nossa estratégia e na capacidade de fazer face aos desafios que possamos enfrentar nos próximos anos. Sobretudo quando obtidos num contexto altamente desafiante onde se destacam as consequências relacionadas com ajustamentos pós Covid-19 e o conflito na Ucrânia, bem como limitações de disponibilidade de papel associadas ao encerramento ou suspensão de atividades de várias fábricas de papel (num período em que a procura foi claramente superior à oferta). Estes efeitos levaram a um aumento substancial dos custos de produção e consequentemente ao aumento dos preços praticados no mercado. No último trimestre do ano destaca-se uma quebra relevante da procura de papel, relacionada com uma opção generalizada, por parte dos diferentes

intervenientes da cadeia de valor, de redução dos níveis de stock de papel, efeito que se alargou ao início do ano de 2023.

Proseguimos em 2022 os nossos planos de otimização de operações implementando novos processos de redução de custos e criação de estruturas mais flexíveis. Alargámos a utilização do novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA) a Portugal e Espanha, processo que deverá ficar concluído este ano em França e Turquia.

De um ponto de vista de desenvolvimento sustentável, além de termos prosseguido com investimento e ações de melhoria em diferentes frentes, registámos progressos relevantes, dos quais destaco, por exemplo, o aumento da importância da comercialização de papéis ecológicos e a redução do consumo de energia, emissões GEE, geração de resíduos, acidentes de trabalho e doenças profissionais. Atingimos uma parte substancial dos objetivos a que nos propusemos

relativamente ao compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, e definimos novos objetivos para 2023 e 2024.

Entendo por isso que iniciámos com sucesso a implementação das linhas de orientação estratégica definidas para o triénio 2022-2024, que dão sequência ao plano do período anterior e promovem três pilares que julgamos determinantes para o nosso futuro: eficiência, crescimento no negócio não papel e impacto ao nível da sustentabilidade.

Agradeço finalmente aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras, acionistas e comunidades onde nos inserimos, o impacto significativo que tiveram no desenvolvimento dos nossos valores, missão e desempenho. Este contributo é determinante para o sucesso do Grupo Inapa.



FOCO NO CLIENTE
AGILIDADE F



SUSTENTABILIDADE
ABILIDADE

Atividade do Grupo



Papel

Oferta de uma gama completa de produtos e serviços para a indústria gráfica e escritório (*office*), com o mais amplo portfólio de produtos de papel, consumíveis gráficos e de escritório, bem como serviços de logística.



Embalagem

Soluções à medida e oferta de uma ampla gama de produtos de embalagem: caixas, filmes, cintas, fitas, enchimentos, sacos, etiquetas e equipamentos.

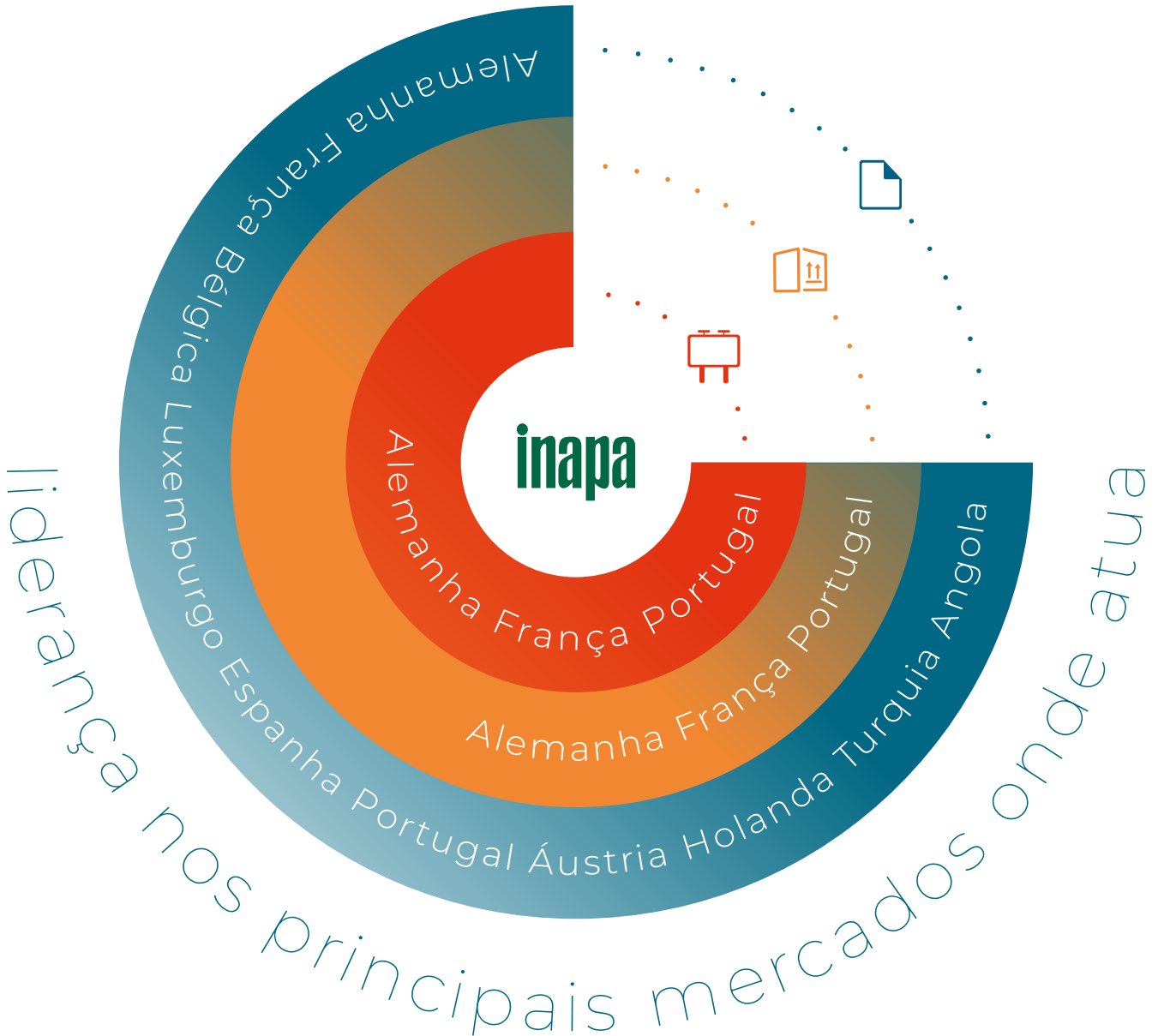


Comunicação Visual (Viscom)

Distribuição de uma gama abrangente de produtos e serviços para impressão digital de grande formato: impressoras, tintas/tinteiros, *media*, *software* e assistência técnica.

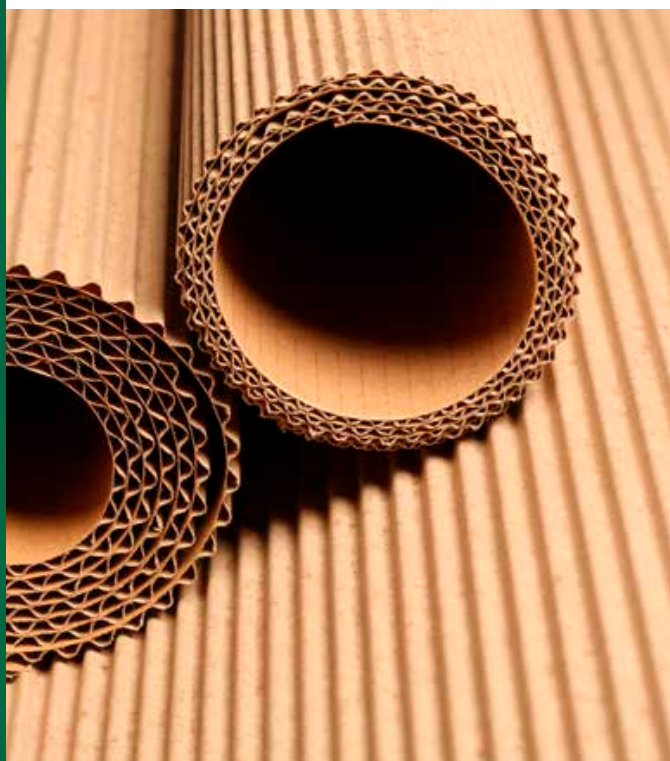


10 países



3 |

Estrutura de participações



Holdings e Serviços partilhados



Papel



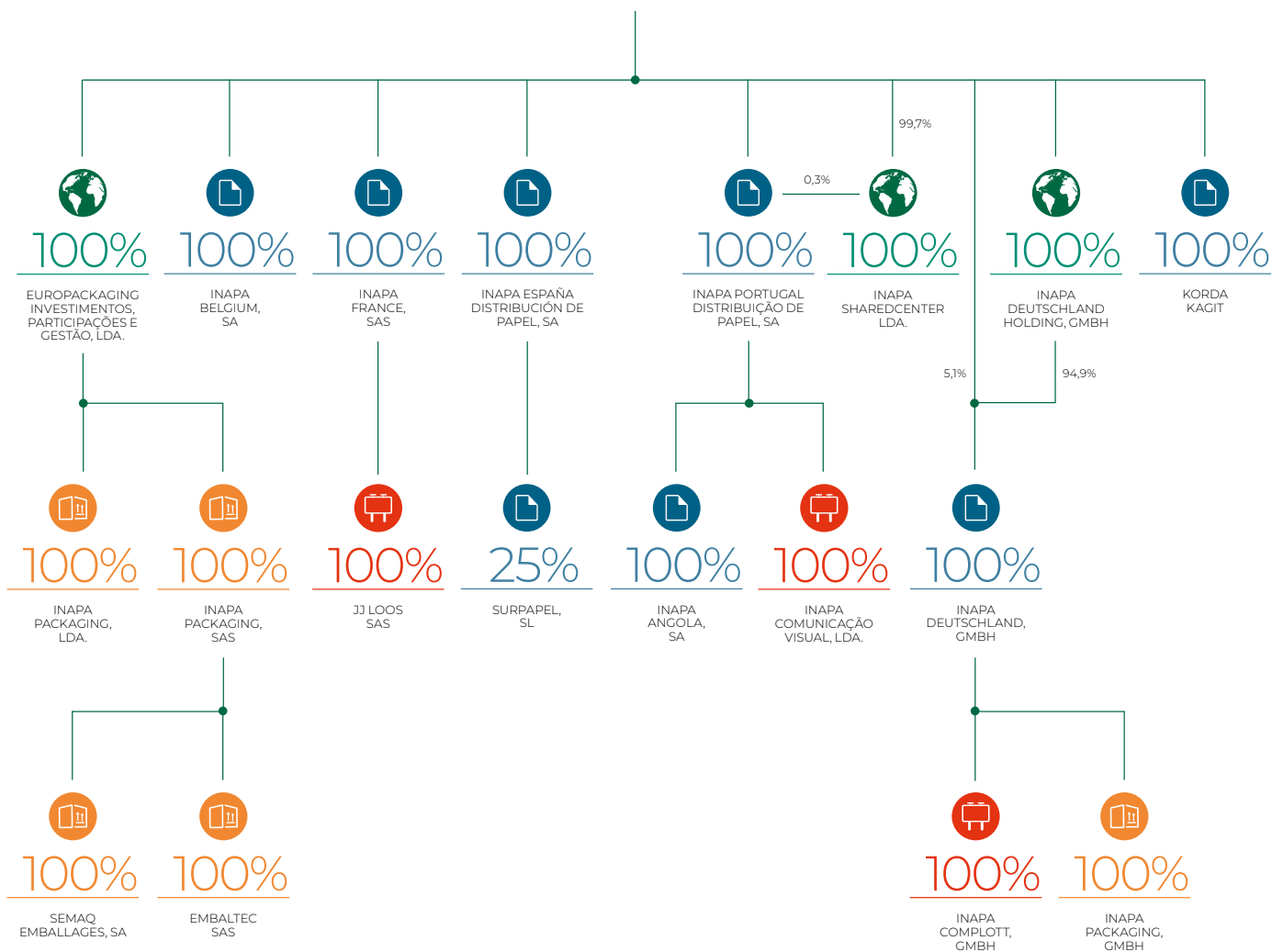
Embalagem



Comunicação Visual (Viscom)

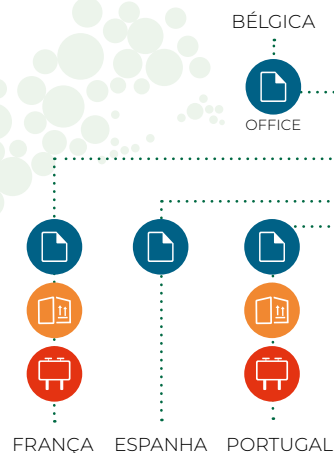
inapa

INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, SA



4 | Inapa no mundo

Com uma equipa de 1 652 colaboradores, o Grupo Inapa opera em 10 países – Alemanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Portugal, Áustria, Holanda, Turquia e Angola, ocupando uma posição de liderança nos principais mercados onde atua.



Papel



Embalagem



Comunicação Visual

HOLANDA



ALEMANHA



ÁUSTRIA



LUXEMBURGO



ANGOLA



TURQUIA



uma
posição de
liderança
nos
principais
mercados
onde atua

Perfil do Grupo

A Inapa é uma empresa com sede em Portugal, cotada na Bolsa de Valores de Lisboa. Com um volume de negócios anual de cerca de mil e duzentos milhões de euros, mais de 95% originado em mercados internacionais, é o principal distribuidor de papel na Europa Ocidental.

A Inapa percorreu um longo caminho desde que foi fundada, em 1965, como a primeira fábrica portuguesa de papel em grande escala. As fronteiras geográficas do Grupo expandiram-se e a estratégia de negócio mudou, focando-se na distribuição de Papel e em duas áreas de negócio com elevado potencial de crescimento e rentabilidade: Embalagem e Comunicação Visual.



1980

|
ENTRADA NA BOLSA
DE VALORES DE LISBOA



10

|
PAÍSES ONDE
O GRUPO OPERA



1 212 M€

|
VOLUME DE
NEGÓCIOS

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA é a sociedade que consolida as empresas operacionais do Grupo, que atuam nos setores do Papel, Embalagem e Comunicação Visual.



|
CONHEÇA MAIS
SOBRE O MUNDO
INAPA



|
SEDE
EM LISBOA



80K

|
CLIENTES



1652

|
COLABORADORES

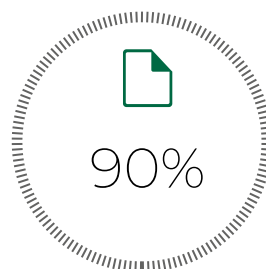


400

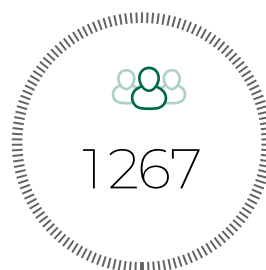
|
MAIS DE CAMIÕES
A CIRCULAR DIARIAMENTE

Papel

A Inpa é líder na distribuição de papel na Europa Ocidental.



|
DA FATURAÇÃO TOTAL



|
COLABORADORES

O setor da distribuição de papel movimenta na Europa cerca de 9 milhões de toneladas e emprega mais de 25 mil pessoas, representando um valor de 8 mil milhões de euros.

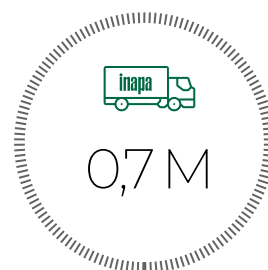
Com mais de 700 mil toneladas distribuídas anualmente, a Inapa é o principal distribuidor de papel na Europa Ocidental.

Para responder às necessidades dos seus 80 mil clientes, a Inapa disponibiliza um portfólio com mais de 12 mil referências de papel.

A Inapa apresenta-se hoje como um fornecedor global de serviços, complementando o negócio do papel com a oferta de consumíveis para o setor gráfico e de escritório, bem como com o serviço de logística. Adicionalmente, e de forma a dar resposta à cada vez maior complexidade da impressão gráfica, o Grupo disponibiliza aos seus clientes equipas especializadas para aconselhamento técnico.

A Inapa assegura um serviço de entregas em 24 horas, em qualquer ponto dos mercados onde opera, sendo esse prazo de apenas 12 horas nos principais centros económicos.

Em 2022, a distribuição de papel representou cerca de 90% da faturação da Inapa, tendo a venda de papéis de escritório (*Office Papers*) representado cerca de 35% dessa faturação.



|
TONELADAS
DISTRIBUÍDAS NA
EUROPA OCIDENTAL

Consumíveis Gráficos

O profundo conhecimento das necessidades dos clientes permitiu ao Grupo assumir-se como um fornecedor global para a indústria gráfica, levando a um crescimento acentuado desta área de negócio, que tem beneficiado de importantes sinergias com a área de distribuição de papel.

A carteira de consumíveis gráficos da Inapa foi desenvolvida através da criação de algumas parcerias com marcas de reconhecida notoriedade, que permitiram a constituição de um portfólio bastante abrangente de produtos, desde tintas a produtos de limpeza, aditivos a chapas de impressão e vernizes, produzidos com matérias-primas vegetais renováveis.

No âmbito do desenvolvimento deste negócio, a Inapa tem continuado a celebrar parcerias com empresas de referência no segmento dos consumíveis gráficos, o que tem permitido expandir o portfólio de produtos e fomentar o *cross-selling* na atual base de clientes.

Consumíveis de Escritório

No segmento de papéis de escritório, a base de clientes da Inapa é composta por empresas, profissionais especializados (*small office/home office*) e organismos públicos, que apresentam necessidades particulares e um nível de serviço bastante exigente.

Com o objetivo de proporcionar a estes clientes um ponto de contacto e um fornecimento único, a Inapa desenvolveu uma área de distribuição de consumíveis de escritório denominada 'Office Supplies'.

Para esse efeito, foram estabelecidas parcerias com alguns operadores nesta área, entre eles a Spicers e a Waser, que disponibilizam aos clientes a mais vasta oferta de consumíveis de escritório e um elevado nível de serviço.

Neste contexto, destacamos também a parceria estabelecida entre a Inapa Portugal e o grupo espanhol Liderpapel, que é o distribuidor exclusivo em Portugal de várias marcas de prestígio internacional. Através desta parceria, a Inapa Portugal oferece ao mercado uma ampla gama de consumíveis de escritório, com mais de 8.500 referências, especialmente dirigida ao segmento das médias empresas.

A Inapa comercializa atualmente consumíveis de escritório em Portugal, Bélgica, França, Alemanha e Espanha.

Serviços de Logística

A experiência em logística e o profundo conhecimento da indústria de papel da Inapa fazem com que seja hoje uma empresa de referência em serviços logísticos para a indústria gráfica e transformadora.

Com uma área de armazenagem de aproximadamente 200 mil metros quadrados e mais de 400 caminhões em circulação – uma oferta singular no que toca a serviços de armazenamento e transporte - a Inapa ocupa uma posição privilegiada enquanto operador logístico.





Embalagem

A distribuição de soluções e materiais de embalagem é a segunda área de negócio mais importante da Inpa.



| FATURAÇÃO



| COLABORADORES

Com operações na Alemanha, França e Portugal, apresenta múltiplas sinergias com a distribuição de papel, registando um elevado potencial de *cross-selling* quer para os clientes da área gráfica, quer para os clientes do segmento de escritório (*Office*).

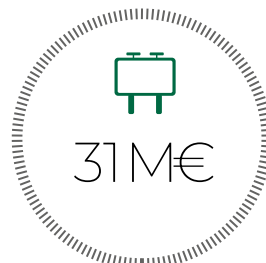
A globalização económica, no que se refere à especialização e concentração geográfica da produção, a alteração dos comportamentos do consumidor e, em particular, o aumento das vendas online determinou um aumento muito significativo das necessidades de um acondicionamento seguro, versátil e rápido do mais variado tipo de produtos, fazendo antever um crescimento sustentado do consumo a médio e longo prazo.

Atendendo a que a embalagem é, em muitos casos, o primeiro contacto do cliente com o fornecedor e com o produto, o investimento das empresas neste domínio deverá aumentar, sendo este um fator adicional da dinamização deste segmento. A par da distribuição de soluções de embalagem, a Inapa desenvolve ainda tecnologias e conceitos de embalagem únicos, oferecendo aos clientes não só a conceção da sua embalagem exclusiva, como ainda o serviço de embalamento e os serviços de logística que lhe possam estar associados.

O Grupo aposta no crescimento desta área de negócio através do crescimento orgânico das unidades já existentes, do alargamento deste segmento de negócio a outras geografias em que a Inapa opera e de eventuais oportunidades de M&A que possam surgir.

Comunicação visual

As novas tecnologias de impressão, a inovação ao nível dos materiais de suporte e os novos conceitos de comunicação, conduziram a um mercado específico: o da comunicação visual.



| FATURAÇÃO



| COLABORADORES

A Comunicação Visual (ou Viscom) é a área de negócio que apresenta a maior taxa de crescimento da indústria gráfica, compreendendo não só os materiais de impressão, mas também os consumíveis, a venda dos equipamentos de impressão, *software* e a respetiva manutenção.

O rápido desenvolvimento da tecnologia de impressão digital em combinação com as impressoras de grande formato criaram um novo mercado de aplicações gráficas. As impressoras de grandes formato, que operam entre os 60 centímetros e os 5 metros de largura, permitem o mais variado tipo de impressões num alargado conjunto de suportes, como o papel, lona, vinil, filme, tecido ou madeira.

Estes formatos permitem aplicações tão variadas como os painéis de publicidade exterior e interior, sinalética, impressões para utilização em móveis ou eletrodomésticos, coberturas publicitárias de edifícios e meios de transporte.

Após a aquisição da ComPlott em 2007 (atualmente Inapa ComPlott), a Inapa é hoje o 3º maior operador neste mercado, contando com um portfólio alargado de produtos e serviços, com cobertura nacional.

Em 2013, o Grupo passou também a ter uma operação de comunicação visual, em Portugal, com a aquisição da empresa Crediforma, atual Inapa Comunicação Visual, um dos maiores distribuidores da HP na impressão de grande formato.

Em 2018, a Inapa France e a Inapa España celebraram acordos de representação com fabricantes de máquinas, tendo assim alargado as operações comerciais na área de comunicação visual nesses mercados.

No final de 2022 (novembro), o Grupo Inapa concluiu a aquisição da JJ Loos, empresa francesa especializada na comercialização de equipamento de impressão e consumíveis para comunicação visual, dando com esta aquisição mais um passo importante para o crescimento e reforço da nossa presença nesta área de negócio no mercado francês, estando criadas as condições para o desenvolvimento de sinergias comerciais e da cadeia de logística.

Esta área de negócio apresenta expectativas positivas para o futuro, quer em termos de desempenho e crescimento nos mercados onde já se desenvolve, quer no que se refere ao possível alargamento desta área de negócio a novos mercados onde a Inapa opera.

História da Inapa

Criação, Maturidade, Expansão e Crescimento

A INAPA (INDÚSTRIA NACIONAL DE PAPÉIS) NASCE PELA MÃO DE DOIS VISIONÁRIOS DA INDÚSTRIA DO PAPEL, JOAQUIM RASTEIRO E VASCO QUEVEDO PESSANHA.

NEGÓCIO DA DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL EXPANDE-SE EM PORTUGAL, ESPANHA E INGLATERRA.

O GRUPO VENDE OS SEUS ATIVOS INDUSTRIAIS, DEIXANDO A PRODUÇÃO DE PAPEL PARA FOCAR-SE APENAS NA SUA DISTRIBUIÇÃO; AQUISIÇÃO DA PAPIER UNION, O TERCEIRO MAIOR DISTRIBUIDOR DE PAPEL ALEMÃO.

AQUISIÇÃO DAS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBALAGEM SEMAQ (FRANÇA) E DA HORA (PORTUGAL).

1965

1992

2000

2012

1980

1998

2006

2013

AS AÇÕES DA INAPA SÃO COTADAS NA BOLSA DE VALORES DE LISBOA.

EXPANSÃO DO NEGÓCIO DA DISTRIBUIÇÃO DE PAPEL EM FRANÇA, BÉLGICA, LUXEMBURGO E SUÍÇA.

AQUISIÇÃO DE EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBALAGEM NA ALEMANHA (GMBH VERPACKUNG E DA HENNESSEN GMBH & POTTHOFF) E EM FRANÇA (LOGISTIPACK, SAS).

AQUISIÇÃO DA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO VISUAL CREDIFORMA (PORTUGAL); AQUISIÇÃO DAS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBALAGEM TRADEMBAL (PORTUGAL) E REALPACK (ALEMANHA); ENTRADA NO MERCADO TURCO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DA DISTRIBUIDORA DE PAPEL KORDA.

Consolidação, Crescimento e Coesão

CELEBRA-SE O 50.º ANIVERSÁRIO DA INAPA.

É ELEITA, PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO, A EMPRESA PORTUGUESA MAIS INTERNACIONALIZADA PELO INDEG-ISCTE EXECUTIVE EDUCATION; A PYPYRUS FRANCE FUNDE-SE COM A INAPA FRANCE.

INAPA CONCLUI A AQUISIÇÃO DA PYPYRUS DEUTSCHLAND GMBH & CO KG, TORNANDO-SE NO PRINCIPAL DISTRIBUIDOR DE PAPEL DA EUROPA OCIDENTAL.

MIGRAÇÃO DAS PRIMEIRAS GEOGRAFIAS (ALEMANHA, BÉLGICA E PORTUGAL) PARA O NOVO ERP (SAP S/4HANA).

2015

2017

2019

2021

2016

2018

2020

2022

COMPRA DA PYPYRUS FRANÇA, TORNANDO-SE LÍDER NESTE MERCADO; AQUISIÇÃO DA EMBALTEC SAS, EMPRESA FRANCESA DE EMBALAGEM; VENDA DA SUA OPERAÇÃO NA SUÍÇA, ONDE ERA O QUARTO OPERADOR NO MERCADO.

INAPA ASSINA ACORDO PARA AQUISIÇÃO DA PYPYRUS DEUTSCHLAND GMBH & CO KG, A EMPRESA DO OPTIGROUP QUE OPERA NA ALEMANHA.

FUSÃO ENTRE PAPIER UNION E A PYPYRUS DEUTSCHLAND DANDO ORIGEM À INAPA DEUTSCHLAND; NO ÚLTIMO TRIMESTRE DO ANO, O GRUPO CELEBRA O SEU 55.º ANIVERSÁRIO.

O GRUPO INAPA FOI PREMIADO NA 12.ª EDIÇÃO DOS PRÉMIOS EXPORTAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO, NA CATEGORIA DE "GRANDES EMPRESAS – INTERNACIONALIZAÇÃO". AQUISIÇÃO DA JJ LOOS, EMPRESA DE COMUNICAÇÃO VISUAL QUE OPERA EM FRANÇA.

Mercados de atuação

O Grupo Inapa desenvolve a sua atividade em 10 países: Alemanha, França, Espanha, Portugal, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Holanda, Turquia e Angola.

A Inapa detém uma posição de liderança nas geografias em que está presente, sendo um dos três primeiros *players* do mercado. O Grupo tem sede em Portugal, mas a maioria das receitas provém das operações nos restantes países europeus, principalmente da Alemanha e da França, que são responsáveis por cerca de 90% das receitas do Grupo.

O Grupo disponibiliza aos mais de 80 mil clientes um portfólio superior a 12 mil referências de papel, 16 mil referências de consumíveis de escritório, 4 mil referências de embalagem e uma gama completa de soluções para Comunicação Visual e consumíveis gráficos.

Com mais de 400 camiões a circular diariamente e uma área de armazenagem de aproximadamente 200 mil metros quadrados, o Grupo assegura anualmente a colocação de cerca de setecentas mil toneladas de papel junto dos seus clientes.

ALEMANHA

Na Alemanha, a Inapa detém a Inapa Deutschland, que resultou da fusão da Papier Union e Papyrus Deutschland, a Inapa Packaging e a Inapa ComPlott, nas áreas de Embalagem e de Comunicação Visual, respetivamente – que representam aproximadamente 65% das vendas do Grupo. Através da sua infraestrutura, realiza também a distribuição de papel na Áustria e Holanda.

A Inapa é um dos líderes na distribuição de papel na Alemanha, sendo a operação de maior volume de negócios no Grupo.

FRANÇA

Em França, com a aquisição da operação francesa da Papyrus, a Inapa tornou-se o maior distribuidor de papel neste mercado. Na área de negócio de embalagem, a Inapa detém a Inapa Packaging SAS, a Semaq e a Embaltec SAS. Na área de Viscom detém a JJ Loos SAS (empresa adquirida no final de 2022). As vendas totais do Grupo nesta geografia representam aproximadamente 25% do volume de negócios.

ESPAÑA

A Inapa España é atualmente o terceiro maior *player* no mercado espanhol após a aquisição do negócio de distribuição de papel do Grupo Burgo em Espanha, sob a marca Ebix, em 2010. As suas vendas representam cerca de 4% das vendas de papel consolidadas.

PORTUGAL

A subsidiária portuguesa da Inapa é líder em Portugal na área de distribuição de papel, representando cerca de 3% das vendas consolidadas de papel. Em Portugal, o Grupo conta ainda com a Inapa Packaging para o negócio da distribuição de embalagem e com a Inapa Comunicação Visual para a área de Viscom.

BÉLGICA/LUXEMBURGO

Na Bélgica e no Luxemburgo, a Inapa está mais dedicada ao segmento *Office*, sendo líder na distribuição de papel nesse mercado.

ANGOLA

Em 2009, o Grupo decidiu investir em Angola, com o intuito de explorar o potencial existente em mercados menos maduros, no seguimento da sua estratégia de consolidação do setor do papel.

TURQUIA

Em 2013, o Grupo entrou no mercado Turco com a aquisição da empresa de distribuição de papel Korda. A Korda está no top três dos distribuidores de papel neste mercado, sendo um dos poucos operadores com presença comercial à escala nacional (Instambul, Ankara, Izmir e Gaziantepe).



80K

|
CLIENTES

714K

|
TONELADAS
DE PAPEL

200K

|
m² ÁREA
DE ARMAZÉM

+ 400

|
CAMIÕES
A CIRCULAR
DIARIAMENTE

16K

|
REFERÊNCIAS
DE CONSUMÍVEIS
DE ESCRITÓRIO

12K

|
REFERÊNCIAS
DE PAPEL

4K

|
REFERÊNCIAS
DE EMBALAGEM

Posicionamento estratégico

As linhas estratégicas para 2022-24 destacam três pilares: eficiência, crescimento e sustentabilidade.

As linhas estratégicas para 2022-24 dão sequência à estratégia definida para o triênio anterior. Assinala-se que o plano estratégico 2019-2021 destacava quatro vertentes – otimização do negócio do papel, crescimento diversificado, reforço da sustentabilidade financeira e desenvolvimento sustentável.

Destaca-se o alinhamento dos resultados alcançados com os objetivos traçados. Por um lado, em termos de crescimento e otimização, consolidou-se a posição da Inapa enquanto um dos maiores distribuidores de papel, sendo líder na Europa Ocidental Continental. Concluímos o processo de integração da Papyrus França excedendo as metas de poupança de custos, fechámos a aquisição da Papyrus Deutschland e fusão na Inapa Deutschland,

tendo implementado novos processos que alcançaram eficiências superiores aos objetivos traçados inicialmente e iniciando uma segunda fase de implementação de sinergias. Desenvolveram-se as áreas de Embalagem e Comunicação Visual, através do crescimento orgânico e de aquisições (ex. Special Pack em França).

Por outro lado, e apesar da aquisição da Papyrus Deutschland (2019), reduziram-se os níveis de dívida, mantendo-se o equilíbrio da sua maturidade. Registaram-se ainda progressos relevantes em termos de desenvolvimento sustentável.

Relativamente a 2022-24 destacam-se três pilares, que se desdobram em dez linhas de orientação estratégica, nomeadamente: eficiência, crescimento e sustentabilidade.

01. EFICIÊNCIA

- A. Manter o foco na fidelização do cliente e posição de liderança da Inapa
- B. Aumentar o peso das vendas feitas por canais eletrónicos
- C. Racionalização contínua da infraestrutura e otimização da logística
- D. Implementação do novo ERP em todas as geografias aumentando o alcance de serviços compartilhados e adoção de novas tecnologias para diminuir custos

02. CRESCIMENTO

- A. Crescimento orgânico expressivo em produtos não-papel
- B. Explorar oportunidades de crescimento por aquisição nas áreas de Embalagem e Viscom

03. SUSTENTABILIDADE

- A. Continuar a tendência de redução da dívida, através do *cash flow* operacional e desinvestimento de ativos fixos, melhorando o rácio capital próprio/dívida
- B. Rejuvenescer a estrutura e atrair novos talentos com *skills* digitais
- C. Reduzir as emissões do Grupo, aumentando a geração de energia renovável e o uso de energia/combustíveis verdes nas operações
- D. Melhorar as emissões indiretas da cadeia de valor da Inapa, reduzindo as emissões atribuíveis a bens adquiridos e a transporte e distribuição a montante

Eficiência

O pilar da eficiência é composto por 4 linhas estratégicas, que visam solidificar o posicionamento da Inapa no mercado e junto dos clientes e otimizar a rentabilidade.

Através do foco na fidelização do cliente e posição de liderança da Inapa (Linha A), pretende-se manter a posição no mercado do papel e desenvolver a fidelização e *share of wallet* dos clientes.

Procura-se posicionar a Inapa como “*supplier of choice*” alavancando o *know how* e oferta de uma ampla gama de produtos de qualidade e ambientalmente sustentáveis. Importa para isso aumentar a utilização de canais digitais, potenciar as novas ferramentas CRM e de agilização do contacto com o cliente (ex. *chatbots* e *bots* para responder a Clientes e tratar de encomendas) e, sempre que possível, ajudar os clientes na introdução de medidas de redução da pegada de carbono. Paralelamente, é necessário dar resposta a flutuações nos preços e disponibilidade de produtos. Para isso procuraremos manter uma forte disciplina de preços, tentando otimizar constantemente o portfólio de produtos e base de fornecedores.

Importa aumentar o peso das vendas feitas por canais eletrónicos (Linha B), o que deverá contribuir para aumentos da produtividade, dos nossos clientes e das nossas equipas, com um maior foco das equipas na venda de produtos de valor acrescentado e de disciplina dos preços.

Procuraremos continuamente formas de racionalização da infraestrutura e de otimização da logística em termos de eficiência de custos e serviço aos clientes (Linha C).

Finalmente, concluiremos a implementação do novo ERP no Grupo, aumentando o alcance de serviços compartilhados, e recorreremos sempre que possível a novas tecnologias para reduzir custos (Linha D).

Em 2022, destacam-se neste contexto o início da utilização do novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA) em Portugal e Espanha e o desenvolvimento de um projeto na Alemanha que teve como finalidade otimizar a operação logística. Em 2023, será implementado o SAP em França e Turquia concluindo-se a transformação digital do Grupo. Continuaremos a procurar tirar o máximo partido de sinergias das aquisições da Papyrus Deutschland (e das oportunidades adicionais entretanto identificadas) e da JJ Loos (Empresa de Viscom adquirida em 2022).

Crescimento

Este pilar integra duas linhas estratégicas que visam assegurar o crescimento e desenvolvimento do negócio, com particular ênfase nas áreas de Embalagem e Viscom.

O foco no crescimento orgânico expressivo em produtos não papel (Linha A), visa explorar o potencial de *cross-selling* mediante, por exemplo, a venda de produtos não papel (ex. Embalagem, Viscom ou *office supplies*)

através das empresas de distribuição de papel (ou vice-versa). Importa também promover o crescimento da Embalagem e Viscom através da inovação e customização do produto, reforço da orientação para a solução ao cliente ou através de uma maior utilização de canais *web*.

Pretende-se explorar oportunidades de crescimento por aquisição nas áreas de Embalagem e Viscom (Linha B). A aquisição da JJ Loos em 2022 ou, por exemplo, nos triénios anteriores da Special Pack (2019) e Embaltec (2016), ilustram o percurso que pretendemos percorrer.

Sustentabilidade

Este pilar é suportado por 4 linhas que visam a melhoria da sustentabilidade do Grupo em termos financeiros, organizativos, sociais e ambientais.

Pretende-se, à semelhança do que se verificou entre 2019-2021, continuar a tendência de redução da dívida, através do *cash flow* operacional e desinvestimento de ativos fixos, melhorando o rácio capital próprio/dívida (Linha A). Assinala-se que durante esse triénio, apesar da aquisição da Papyrus Deutschland e dos diferentes desafios de contexto, o Grupo conseguiu alcançar uma redução dos seus níveis de dívida. Este percurso acentuou-se em 2022 com uma redução da dívida financeira líquida de 41 milhões de euros para 221 milhões de euros, o que se refletiu num decréscimo do rácio de dívida financeira líquida / Re-EBITDA de 8,3x para 2,5x.

Procura-se rejuvenescer a estrutura e atrair novos talentos com *skills* digitais (Linha B), respondendo para isso às preocupações das novas gerações. Pretende-se alinhar o desenvolvimento dos profissionais com as tendências tecnológicas e digitais, estimular a aquisição de competências de análise de dados e *problem solving* e promover princípios associados a ética, agilidade e mobilidade, entre outros.

Finalmente importa assinalar o objetivo associado a reduzir as emissões do Grupo (Âmbito 1 e Âmbito 2) - provenientes de veículos, aquecimento e eletricidade - através do aumento da geração de energia renovável e o uso de energia/combustíveis verdes nas operações (Linha C). Destaca-se que em 2022, se contabilizou uma redução de 14% nas emissões diretas (Âmbito 1) e de 16% nas emissões indiretas (Âmbito 2) do Grupo. Esta evolução resulta de iniciativas como a mudança de eletricidade na Alemanha para fontes renováveis, o aumento da eletricidade neutra produzida pelo sistema de painéis solares nas instalações da Inapa Portugal e êxitos relacionados com a otimização dos transportes, resultantes de sinergias criadas pela reestruturação do negócio na Alemanha, entre outros. A redução de emissões atribuídas à cadeia de valor do Grupo (Âmbito 3) está também contemplada no plano (Linha D). Pretende-se incentivar os fornecedores a adotar práticas mais sustentáveis. Neste sentido, em 2022, as emissões indiretas do Âmbito 3, provenientes de bens adquiridos foram reduzidas em 3% e as emissões de transportes a montante em 14%. O progresso

nas emissões de transporte de fornecedores resultou principalmente da otimização das rotas de entrega, de mudanças na produção e no transporte para energias renováveis e neutras em carbono e de ações relacionadas com melhorias nos agrupamentos das entregas.

Assinala-se ainda o progresso nos indicadores associados aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) das Nações Unidas (identificados para 2019-2022). Foram também definidos novos objetivos para os ODS para o período 2022-24 estabelecendo-se como prioridades melhorias nas áreas:

- 3) Saúde de qualidade;
- 5) Igualdade de género;
- 6) Água potável e saneamento;
- 7) Energias renováveis e acessíveis;
- 8) Trabalho digno e crescimento económico;
- 12) Produção e consumo sustentáveis;
- 13) Ação climática;
- 15) Proteger a vida terrestre.

Órgãos sociais

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de maio de 2007, a Sociedade adotou como modelo de administração e fiscalização o definido na alínea b) do n.º1 do art.º 278º do CSC, a saber, Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende

Presidente do CA – desde 4 de maio de 2018

Presidente da CE – Ano de eleição 2015

Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Vogal do CA e CE – Ano de eleição 2019

Frederico João de Moser Lupi

Vogal do CA e CE – Ano de eleição 2015

João Miguel Pacheco Sales Luís

Vogal do CA – Ano de eleição 2013

Victor Maurílio Silva Barros

Vogal do CA e Presidente da Com. Auditoria

– Ano de eleição 2019

Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Vogal do CA e da Com. Auditoria – Ano de

eleição 2019

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal do CA e da Com. Auditoria – Ano de

eleição 2019

COMISSÃO EXECUTIVA**Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende**

Presidente

Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Finanças

Frederico João de Moser Lupi

Operações

**COMISSÃO DE AUDITORIA****Victor Maurílio Silva Barros**

Presidente

Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Vogal

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**Ricardo Andrade Amaro**

Presidente

Pedro Manuel Macedo Vilas Boas

Vogal

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Vogal

**REVISOR OFICIAL DE CONTAS**PricewaterhouseCoopers & Associados
– SROC, Lda.

Governo societário

Conselho de Administração Executivos



Diogo Rezende
PRESIDENTE



Inês Louro



Frederico Lupi

ASSEMBLEIA GERAL

Comissão de Remunerações

Ricardo Andrade Amaro
[Presidente]
Pedro Manuel Macedo Vilas Boas
Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Conselho de Administração Executivos

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende
[Presidente]
Inês Patrícia Arêde Simões Louro
Frederico João de Moser Lupi

Conselho de Administração Não Executivos

João Miguel Pacheco Sales Luís
Victor Maurílio Silva Barros
Emília de Noronha Galvão Franco Frazão
Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers &
Associados – SROC, Lda.

Comissão Executiva

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende
[Presidente]
Inês Patrícia Arêde Simões Louro
Frederico João de Moser Lupi

Comissão de Auditoria

Victor Maurílio Silva Barros
[Presidente]
Emília de Noronha Galvão Franco Frazão
Patrícia Isabel Sousa Caldinha

**Conselho de
Administração
Não Executivos****João Sales Luís****Víctor Barros****Emília Frazão****Patrícia Caldinha****O modelo de governo societário adotado atribui aos órgãos sociais as competências seguintes:**

Ao **Conselho de Administração** compete a representação da sociedade, a par da sua gestão, subordinando-se neste particular, às deliberações dos acionistas ou às intervenções da Comissão de Auditoria, nos casos em que a lei ou os estatutos o determinem, deliberar sobre as matérias constantes das alíneas a) a n) do Art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como:

- Delegar, numa comissão executiva, a gestão corrente da sociedade e as demais competências que vier a fixar em deliberação a adotar especialmente para o efeito;
- Delegar, nos limites consentidos por lei, num ou mais administradores da sociedade, poderes de gestão determinados, cujos limites necessariamente definirá;

- Deliberar, nos termos e limites da lei, sobre instruções vinculativas às Sociedades Subordinadas;
- Deliberar, sob proposta da Comissão Executiva, sobre o orçamento e o plano do Grupo;
- Deliberar, sob proposta da Comissão Executiva, sobre a fixação dos objetivos estratégicos em matéria de assunção de riscos e sobre os respetivos sistemas internos de controlo e gestão dos mesmos;
- Deliberar sobre a aquisição e alienação de participações sociais maioritárias ou de domínio bem como as sujeitas a processo especial de aquisição ou alienação nos termos do Código de Valores Mobiliários;
- Aprovar, sob parecer prévio e vinculativo da Comissão de Auditoria, o regulamento sobre transações com partes relacionadas e/ou suas alterações, bem como aprovar as transações com partes relacionadas nos termos estabelecidos no referido regulamento;
- Proceder à cooptação de administradores nos termos contemplados na lei e/ou estatutos da sociedade;
- Deliberar sobre qualquer assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

Impõe-se neste particular referir que aos administradores não executivos incumbe o acompanhamento da atividade desenvolvida pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria, pronunciarem-se sobre os temas da competência do órgão que integram ou que

ao mesmo sejam apresentados por uma e outra das referidas Comissões, bem como um papel de aconselhamento da gestão executiva, tão mais relevante quanto o é, com perfeito conhecimento de causa, mas descomprometido das exigências e constrangimentos da gestão diária.

O exercício destas atribuições por parte dos membros não executivos do Conselho de Administração tem-se demonstrado relevante para o adequado funcionamento deste modelo, não se tendo verificado, até ao presente, quaisquer constrangimentos.

À **Comissão Executiva** do Conselho de Administração incumbe assegurar a gestão corrente da sociedade bem como:

- Estabelecer os planos de política, de objetivos e de estratégia da sociedade e do Grupo, para aprovação em Conselho de Administração;
- Estabelecer as linhas gerais de organização interna societária, incluindo os sistemas internos de controlo e gestão de riscos, para aprovação em Conselho de Administração;
- Elaborar os orçamentos de exploração e dos planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo prazo, para aprovação em Conselho de Administração;
- Acompanhar e coordenar, incluindo a definição das orientações de gestão e o controlo, das sociedades subordinadas;
- Prestar apoio financeiro às sociedades subordinadas nas modalidades e condições que houver por mais adequadas à defesa dos interesses da sociedade;

- Aprovar contratos de aquisição de bens ou serviços cujo valor para cada tipo de bens ou serviços seja inferior a 500 000 euros;
 - Negociar e celebrar contratos de financiamento de curto prazo da sociedade, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da sociedade;
 - Negociar e celebrar contratos de alteração, substituição ou renovação de contratos de financiamento da sociedade, incluindo programas de papel comercial, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da sociedade; os poderes constantes da presente alínea restringem-se a alterações não substanciais aos contratos de financiamento aqui contemplados;
 - Negociar novos contratos de financiamento a mais de um ano e um dia da sociedade, de emissão de obrigações e de programas de papel comercial, ficando, porém, expressamente condicionada a vinculação da sociedade, neste tipo de operações, a uma deliberação prévia do Conselho de Administração;
 - Adquirir, alienar ou onerar bens ou valores do ativo imobilizado da sociedade contemplados nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração;
 - Adquirir, alienar ou onerar bens ou valores do ativo imobilizado da sociedade não contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração até ao valor individual de 1,5% do capital social realizado;
 - Deliberar sobre a realização de investimentos, desinvestimentos e reestruturações nas, e pelas, sociedades subordinadas;
 - Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou frações de imóveis;
 - Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, bem como propor e seguir quaisquer ações, confessá-las e delas desistir, transigir e comprometer-se em árbitros;
 - Adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, desde que não excedam individualmente 2,5% do capital social realizado, carecendo as demais de prévia deliberação do Conselho de Administração;
 - Celebrar, alterar e rescindir contratos de trabalho e exercer o poder disciplinar sobre o pessoal;
 - Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
 - Constituir mandatários da sociedade.
- À **Comissão de Auditoria** incumbe:
- Fiscalizar a administração da sociedade;
 - Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
 - Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão

da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração, do qual deverá constar a sua concordância ou não com o relatório de gestão e com as contas do exercício e incluir a declaração prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 29-G do Código dos Valores Mobiliários, subscrita por cada um dos seus membros;
- Convocar a Assembleia Geral quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado pela sociedade inclui os elementos referidos no Art.º 29-H do Código dos Valores Mobiliários;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas, aprovar anualmente o âmbito dos respetivos trabalhos de auditoria e os correspondentes honorários, aprovar quaisquer prestações de serviços adicionais diversos dos de auditoria e fiscalizar a sua independência;
- Emitir parecer prévio sobre o regulamento sobre transações com partes relacionadas e suas alterações, bem como sobre as transações com partes relacionadas, nos termos estabelecidos no referido regulamento;
- Participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenha tomado conhecimento e que constituam crimes públicos;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.

Ao Revisor Oficial de Contas incumbe, por força da lei, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título; verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas; verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, de acordo com o normativo contabilístico e de relato aplicável.

11

Principais acionistas

Os acionistas com participações qualificadas, tal como consideradas no artº 16 do Código dos Valores Mobiliários (CVM), eram a 31 de dezembro de 2022, os seguintes:

	AÇÕES ORDINÁRIAS	% AÇÕES ORDINÁRIAS	% DIREITOS DE VOTO
Parpública - Participações Públicas SGPS, SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Banco Comercial Português SA	71 097 348	13,51%	13,51%
Nova Expressão SGPS, SA	52 625 000	10,00%	10,00%
Novo Banco	34 445 831	6,55%	6,55%
Total Participações Qualificadas	394 367 563	74,94%	63,39%
Ações Ordinárias	526 225 508		

O volume de ações ordinárias transacionado no decorrer do ano de 2022 situou-se em 149 milhões de ações, valor que corresponde a cerca de 28% das ações representativas do capital social.

Durante o exercício de 2022, ao abrigo do art. 16º do CVM, foram comunicadas duas alterações relativamente a posições qualificadas. A posição do Banco Comercial Português SA, foi reduzida para uma participação qualificada abaixo da fasquia dos 15%, mantendo uma participação qualificada. A posição da Nova Expressão SGPS SA, foi aumentada para uma participação qualificada representativa de 10% dos direitos de voto.

A soma das participações qualificadas totaliza 74,94% das ações representativas do capital social, o que coloca o “free-float” da Inapa relativamente a estes títulos nos 25,06%.

Fatores de risco

A principal atividade do Grupo é a distribuição de papel, servindo de elo entre, a montante, os produtores de papel e, a jusante, os consumidores intermédios (empresas e indústrias transformadoras do papel, tais como gráficas, empresas de publicidade, empresas de *media*, grupos editoriais e livreiros, entre outras), a distribuição moderna (empresas de grande distribuição e cadeias de

retalho especializado) e os consumidores finais (empresas do segmento *office* e particulares).

O Grupo Inapa classifica os riscos a que está exposto, conforme matriz aprovada em Conselho de Administração, em quatro grandes categorias: riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos de conformidade e riscos financeiros.

Riscos Estratégicos

Área de Risco	Descrição	Gestão
Tendências macro-económicas	O comportamento da economia em geral pode impactar o desempenho do Grupo, nomeadamente ao nível do <i>top line</i> . Uma quebra dos níveis de atividade das economias ou uma redução dos índices de confiança dos agentes económicos poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura de papel, nomeadamente de papel de impressão e escrita, e por essa via afetar a atividade, as vendas, os resultados e a situação financeira do Grupo.	O negócio da Inapa, por se desenvolver em 8 países europeus e em Angola e Turquia, representando a atividade externa mais de 95% do volume de negócios, está naturalmente exposto aos riscos decorrentes do desempenho específico de cada uma das economias em que opera. Por outro lado, tal circunstância constitui um fator de atenuação de risco em razão da menor provável ocorrência do mesmo padrão de comportamento económico em todos os mercados simultaneamente.
Alteração dos padrões de procura / consumo	O negócio de distribuição de papel é sensível a alterações nos padrões comportamentais da procura, principalmente em segmentos como a publicidade e os <i>media</i> , e é ainda sensível às alterações na estrutura da distribuição.	O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, aumentando o peso de negócios complementares.
Equilíbrio entre oferta e procura	O equilíbrio entre a oferta e a procura de papel está dependente de diversos fatores, destacando-se a evolução das capacidades produtivas instaladas e o nível da atividade económica e a evolução dos padrões de consumo. Além das capacidades produtivas em diferentes geografias, o comportamento da procura de papel em mercados emergentes como a China e a Índia e o seu efeito nos fornecedores destes mercados, os efeitos cambiais na competitividade dos diversos mercados e algumas questões regulatórias que afetam o comércio internacional de papel, são fatores cujo impacto combinado ou isolado pode afetar de forma direta e indireta a atividade, a situação financeira e os resultados do Grupo.	O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, desenvolvendo relações comerciais com produtores localizados em diferentes continentes e aumentando o peso de negócios complementares.

(cont.)

Área de Risco	Descrição	Gestão
Estrutura do sector	A atividade de distribuição de papel tem sofrido alterações estruturais, com movimentos de concentração entre operadores, em particular na Europa. Este quadro concorrencial pode afetar de forma direta e indireta as decisões estratégicas futuras da empresa e, em consequência, o seu posicionamento em cada mercado, bem como os correspondentes resultados e alocação de ativos. Num contexto de consolidação do sector, a Inapa poderá ser alvo de uma oferta pública de aquisição.	O Grupo Inapa tem procurado alargar o seu portfólio de produtos e parceiros e investe de forma continuada na melhoria da eficiência por forma a garantir a sua competitividade.
Riscos ambientais	Atendendo à crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, as exigências legais e regulatórias nesta área devem aumentar significativamente. O seu incumprimento pode resultar não apenas em penalidades financeiras, mas a dificuldades no acesso a financiamento e a danos reputacionais.	A Inapa incorporou no seu plano estratégico objetivos de sustentabilidade e diminuição da pegada ecológica. A Inapa desenvolve a sua atividade procurando adotar práticas que promovam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, através da promoção de produtos certificados e da redução da sua pegada ecológica. No setor do papel, a maior parte do impacto ambiental encontra-se a montante da operação da Inapa, na produção de papel. Daí que se tenham adotado iniciativas, para, em conjunto com os fornecedores, adotar práticas ambientalmente sustentáveis.

Riscos Operacionais

Área de Risco	Descrição	Gestão
Eventos disruptivos: Desastres naturais	A atividade está exposta a possíveis desastres naturais e condições climáticas anormais, cuja frequência e intensidade tenderão a agravar-se como consequência das alterações climáticas.	Todos os armazéns da Inapa têm seguros que salvaguardam eventuais prejuízos causados por este tipo de fenómenos. Dado o elevado número de armazéns e a sua dispersão geográfica, consideramos que a exposição a este tipo de risco é relativamente reduzida, pois é possível prosseguir a atividade caso uma das localizações seja afetada.
Eventos disruptivos: Pandemias	A atividade operacional da empresa está sujeita aos riscos de surgimento de pandemias. A implementação de medidas que influenciem a mobilidade de pessoas ou mercadorias por parte de entidades governamentais pode ter um impacto significativo nas operações da empresa e no financiamento da atividade. Disrupções na cadeia de transporte a nível internacional ou em países em que o Grupo ou os seus principais fornecedores operam podem trazer limitações no abastecimento de produtos e influenciar a atividade do Grupo.	Os riscos operacionais estão mitigados (i) pela elevada dispersão geográfica das operações da Inapa, tanto ao nível do Grupo como de cada uma das operações nacionais e dos seus fornecedores e (ii) pelos planos de contingência adotados por cada empresa do Grupo, que permitem assegurar que, com exceção das áreas de armazenagem e transporte, que necessitam da presença física de trabalhadores, as demais possam ser asseguradas, no essencial, através de teletrabalho.
Eventos disruptivos: Conflitos armados	Conflitos armados e aplicação de sanções económicas internacionais podem ter impactos significativos na procura, disponibilidade ou preços dos produtos.	A dispersão geográfica de vendas e abastecimento mitiga estes riscos.

(cont.)

Área de Risco	Descrição	Gestão
Flutuações de preços de aquisição/ Gestão de <i>pricing</i>	A capacidade de refletir nos preços de venda dos produtos / serviços o aumento dos preços de papel e/ou combustíveis não é totalmente elástica. Pode suceder que as margens dos produtos vendidos / serviços prestados sejam afetadas de forma direta ou por via do aumento dos custos de transporte associados à distribuição, exercendo assim um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.	A Inapa tem à sua disposição alguns meios de mitigação deste risco, entre os quais se destacam os seus sistemas, que no processo de venda, introduzem níveis de autorização de acordo com a margem gerada pela operação. Adicionalmente, os níveis de stocks com que a Inapa opera minimizam impactos de alterações de preços.
Disrupções na armazenagem e distribuição	Interrupções significativas e/ou prolongadas na capacidade de servir o cliente em termos de distribuição pode levar à deterioração da imagem/reputação do Grupo Inapa, com impacto nas Vendas.	As empresas do Grupo procuram constantemente melhorar os processos logísticos, de forma a maximizar a experiência do cliente ao menor custo.
Disrupções e danos patrimoniais	As unidades do Grupo estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes ou avarias que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na atividade.	Estes riscos são acompanhados pela Inapa de forma contínua, através dos processos e sistemas de informação implementados, estando alguns dos riscos operacionais cobertos por apólices de seguros. O normal desenvolvimento do negócio poderá ser afetado de forma transitória por riscos decorrentes de fusão ou reestruturação de subsidiárias.
Retenção / Fidelização de Clientes	O desempenho da Inapa depende da sua capacidade de assegurar a sua base de clientes.	Para além de um número muito significativo de clientes (mais de 80.000), da sua dispersão geográfica, da oferta de uma vasta gama de produtos, competitivos e de qualidade superior, a par de um adequado nível de serviço de pré e pós-venda, a Inapa tem vindo a desenvolver um programa de fidelização da sua base de clientes tradicional através da oferta integrada de serviços e de produtos complementares ao seu negócio principal, assumindo-se, cada vez mais, no mercado do papel como um Prestador Global de Serviços.
Risco de Crédito	A Inapa está exposta ao risco de crédito que concede aos seus clientes. Um agravamento das condições económicas pode originar dificuldades aos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações para com esta.	A Inapa tem mantido desde 2011 um seguro para cobertura de risco de crédito das suas subsidiárias operacionais em empresas de seguros europeias de grande dimensão. Este seguro abrange os principais países do Grupo, cobrindo assim a maioria das vendas do Grupo. Independentemente da cobertura atrás referida, o Grupo tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito com vista a assegurar que as vendas são efetuadas a clientes com um perfil de crédito adequado. Estas políticas incluem nomeadamente a fixação de limites de crédito para os clientes, registados no sistema informático, que impedem novas encomendas a clientes cujo limite esteja totalmente utilizado, sendo a realização de vendas acima dos limites de crédito definidos apenas possível com aprovação superior. Estes limites de crédito são sujeitos a revisões periódicas, ou sempre que exista alguma informação relevante decorrente da recomendação dos sistemas de monitorização internos e externos. De referir ainda a existência de equipas internas dedicadas ao acompanhamento de crédito de clientes e a realização de reuniões periódicas de acompanhamento da antiguidade dos saldos de clientes por parte da gestão local.

(cont.)

Área de Risco	Descrição	Gestão
Pessoas	A capacidade de o Grupo implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade em manter e sempre que necessário recrutar os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função.	Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área. Reforço recente de competências nesta área ao nível corporativo.
IT	As operações desenvolvidas pelo Grupo estão ainda dependentes do processamento informático. Este envolve a manutenção e tratamento de registos de reporte financeiro, de monitorização e controlo das operações de logística, armazenamento e transporte bem como de contabilidade. A Inapa pode também estar exposta a riscos relacionados com processos de migração de sistemas base, que podem ter um efeito transitório na atividade.	<p>Não sendo possível garantir em absoluto a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, a Inapa procede a uma avaliação regular dos sistemas de informação, com vista a aferir a sua adequação às necessidades do Grupo. No sentido de mitigar os riscos associados com um potencial problema nos "datacenters" do Grupo, é efetuado anualmente um exercício de "disaster recovery" com vista a testar a infraestrutura alternativa e o processo de recuperação. Foi implementada uma nova solução de backups, amplamente reconhecida como das melhores do mercado, com a mais recente tecnologia disponível e com uma resiliência muito superior à da solução anterior.</p> <p>Quanto ao projeto de implementação do novo ERP nas operações do Grupo, é efetuado um conjunto alargado de testes para assegurar a adequação da solução ao negócio e garantir que não há impactos nos países que já operam no sistema. No âmbito do processo de migração de dados do sistema fonte antigo para o novo ERP são efetuados vários carregamentos de teste para sistemas de qualidade ao longo do projeto e antes da migração final de dados para o sistema de produção.</p> <p>Foi ainda implementado durante o ano de 2022 um novo processo de "change management" no sentido de minimizar o risco de serem feitas alterações ao sistema produtivo do ERP que possa impactar a estabilidade do mesmo.</p>
Cyber security	O risco de fraude informática / <i>cyber attack</i> é algo que tem vindo a ganhar dimensão internacional, não sendo possível mitigar totalmente este risco, apesar das medidas e procedimentos implementados.	A Inapa tem vindo a investir significativamente em políticas de segurança que minimizem a sua exposição ao risco de <i>cyber attack</i> . São efetuados periodicamente <i>assessments</i> e são realizadas ações de formação aos colaboradores quanto a melhores práticas, estando os principais riscos cobertos por apólices de seguros.

Riscos de Conformidade

Área de Risco	Descrição	Gestão
Legal e Regulamentar	O Grupo poderá ser afetado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.	A Inapa prossegue uma política de flexibilidade e adaptabilidade das suas operações e estrutura de custos, pelo que não se antecipam impactos muito significativos de eventuais novas regulamentações.
Contencioso/ Litígios	A Inapa está sujeita a ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente e que possam vir a ser objeto de recurso pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças.	A Inapa conta com o apoio de equipas de assessoria jurídica locais que acompanham em cada geografia as empresas subsidiárias nas fases pré-contenciosa e contenciosa dos litígios, sendo acompanhadas/coordenadas pelo polo jurídico da sociedade-mãe sempre que a sua relevância ou especificidade o recomendam.

Riscos Financeiros *

Área de Risco	Descrição	Gestão
Taxa de juro	Na medida em que a Inapa não cobre a sua exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito negativo na sua atividade, situação financeira e resultados.	Como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitem minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras do Grupo. Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.
Risco cambial	A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas (nomeadamente a lira turca e o kwanza), pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que a Inapa desenvolve atividades na Turquia e Angola. O Grupo tem ainda exposição ao dólar norte-americano por via das compras feitas nesta moeda em particular na operação na Turquia.	A exposição ao risco cambial é limitada, dado que o valor agregado das vendas em moeda distinta do euro (lira turca e kwanza) representa menos de 2% das vendas totais do Grupo. A Inapa procede a um acompanhamento constante de evolução cambial das geografias a que o Grupo está exposto.
Risco Financeiro: Investimento	As atividades do Grupo exigem investimentos, existindo o risco de o Grupo Inapa não conseguir financiar a sua atividade, nomeadamente ao nível do investimento, ou de apenas o conseguir fazer a um custo mais elevado.	A Inapa prevê financiar os investimentos através da mobilização dos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais. Caso estas não gerem rendimentos suficientes, a Inapa poderá vir a ter de financiar uma parte dos investimentos previstos através do recurso a fontes externas, incluindo empréstimos bancários e/ou recurso aos mercados de capitais.

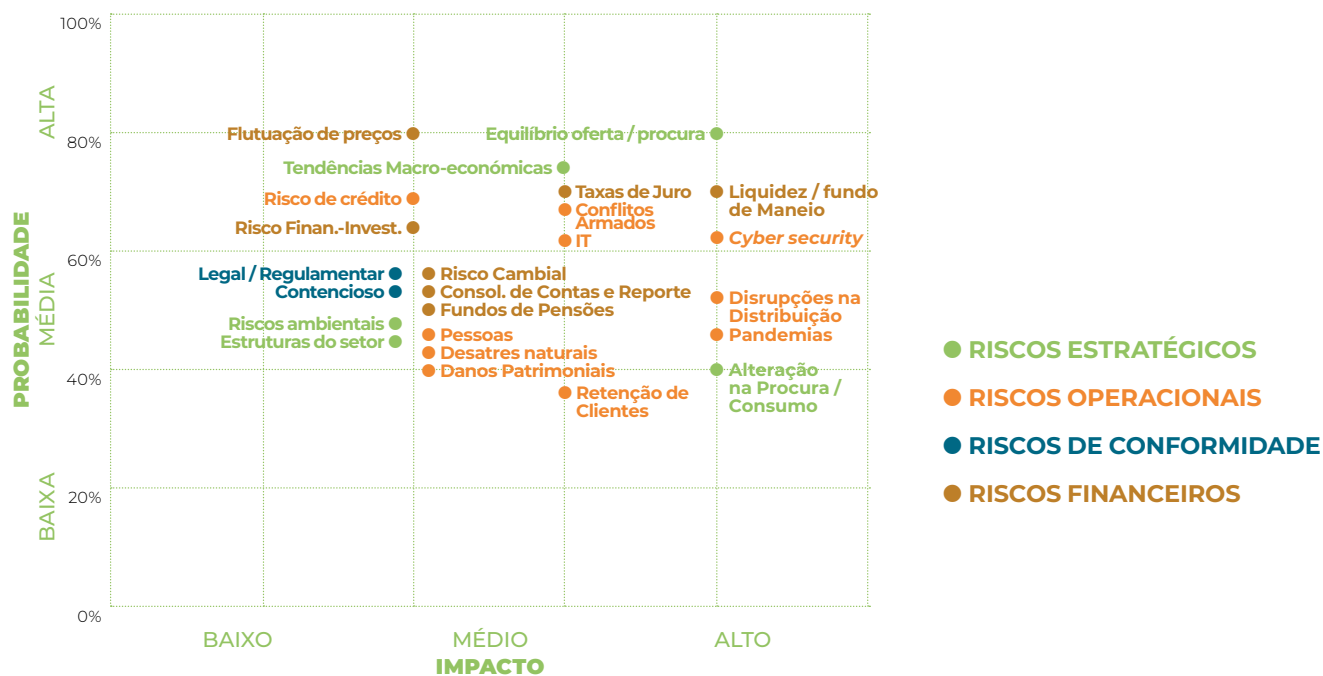
(cont.)

Área de Risco	Descrição	Gestão
Risco Financeiro: Liquidez / Fundo de Maneio	Para o desenvolvimento das suas operações, a Inapa necessita de fundo de maneio. Alterações de políticas comerciais e financeiras dos nossos parceiros, incluindo clientes, fornecedores, instituições financeiras e seguradoras de crédito (que cobrem riscos de cobrança quer a montante quer a jusante das nossas operações e que apresentam um elevado grau de concentração) podem criar necessidades de capital circulante pressionando os níveis de liquidez.	A Inapa gere o risco de liquidez do Grupo atuando por duas vias: procurando que a dívida financeira do Grupo apresente uma maturidade adequada à capacidade esperada de geração de fundos, e através do recurso a facilidades de crédito para apoio à tesouraria das operações (conta corrente, <i>confirming</i> , etc). A gestão de tesouraria é feita localmente em cada empresa do Grupo supervisionada pela Holding. É feita uma atualização e um acompanhamento regular das previsões de <i>cash flow</i> . A Inapa mantém-se em estreito contacto com as instituições financeiras e seguradoras de crédito, com vista a assegurar níveis adequados de financiamento das suas operações.
Fundos de pensões	A Inapa concede aos trabalhadores das suas filiais Inapa Deutschland GmbH, Inapa France SAS, Inapa Packaging, SAS e Semaq SAS planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, procedendo à contabilização dos inerentes custos e dos encargos associados de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 (IAS 19). O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se em pressupostos actuariais pré-definidos, sendo que os beneficiários dos planos de pensões poderão viver mais anos que os previstos e, como tal, beneficiar do plano para além do dotado para o efeito, por se tratarem de planos de pensões de benefício definido. Assim, as responsabilidades relativas a pensões podem exercer uma pressão adversa sobre os fluxos de caixa.	A Inapa procede a uma revisão periódica dos cálculos actuariais, incluindo os custos e <i>cash flows</i> associados nos respetivos orçamentos anuais.
Consolidação de contas e reporte	Risco na existência de erros na elaboração de reportes internos e externos.	A Inapa dispõe de métodos de controlo internos e externos para mitigação destes riscos. Implementação de SAP em todas as empresas do Grupo trará forte contributo, com alinhamento de processos/ procedimentos.

* NAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (3, 8 E 9) PODE SER CONSULTADO UM MAIOR DETALHE DO QUE DIZ RESPEITO À GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO NAS SUAS VÁRIAS VERTENTES.

Matriz de riscos

Na matriz seguinte, são apresentados os riscos identificados anteriormente, considerando a sua classificação de acordo com a respetiva probabilidade de ocorrência (baixa, média e alta) e impacto em caso de ocorrência (baixo, médio e alto).



Ética

Fazer negócios com ética é uma pedra basilar da cultura da Inapa e está no cerne do nosso sucesso.

Ao agirmos com elevados padrões éticos criamos uma atmosfera positiva e colaborativa. A forma como fazemos negócios não é um objetivo de curto prazo, deverá antes contribuir para a sustentabilidade a longo prazo do Grupo.

As ações diárias dos colaboradores devem ir ao encontro dos mais elevados padrões éticos. Todos devem agir de acordo com fortes princípios morais, comunicar com transparência e tratar com estima,

consideração, dignidade e tolerância todas as pessoas, independentemente da raça, nacionalidade, cor da pele, etnia, cidadania, religião, gênero, idade ou deficiência.

A Inapa está empenhada em seguir as melhores práticas internacionais ao nível do respeito pelos Direitos Humanos, do trabalho, de proteção ambiental e combate à corrupção, seguindo nomeadamente os 10 Princípios Universais do Pacto Global das Nações Unidas:

Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Respeitar e salvaguardar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente. 2. Garantir a não participação em violação dos direitos humanos.
Práticas Laborais	<ol style="list-style-type: none"> 3. Garantir a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva. 4. Abolir todas as formas de trabalho forçado e obrigatório. 5. Abolir de forma efetiva o trabalho infantil. 6. Eliminar a discriminação no emprego.
Proteção Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais. 8. Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental. 9. Promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.
Anticorrupção	<ol style="list-style-type: none"> 10. Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno.

No final de 2017 foi lançado o Código de Conduta da Inapa, onde se procurou alinhar as boas práticas do modelo corporativo com a conduta de todos os colaboradores e parceiros pelos mais elevados padrões éticos. Este documento está disponível para todos os colaboradores do Grupo, na sua língua, para que o usem como ferramenta de consulta sempre que tenham alguma dúvida. Nele são apresentadas linhas orientadoras em termos dos princípios que devem respeitar (integridade, respeito, transparência e conformidade) e como se deve proceder para reportar uma eventual irregularidade. São ainda dadas diretrizes orientadoras sobre como se devem comportar de forma a garantir a integridade perante i) os colegas, ii) a empresa, iii) os parceiros comerciais e iv) a comunidade.

Cultura e Valores Inapa

Em 2022, foram definidos os novos valores do Grupo Inapa: Foco no Cliente, Fiabilidade, Agilidade e Sustentabilidade.

Ao longo dos anos, o Grupo Inapa construiu uma base sólida que lhe permitiu alcançar uma posição de liderança nos mercados onde atua. Queremos continuar a crescer, com base num esforço conjunto. Apostamos numa abordagem focada em apresentar um serviço de excelência e um acompanhamento que assegure aos nossos clientes, parceiros, colaboradores e *stakeholders* um negócio sustentável, com um objetivo comum: melhorar o mundo.

Improving the World é a nova assinatura do Grupo Inapa, que está refletida em todas as suas ações, desde a vertente humana, às operações e ao caminho sustentável para reduzir o impacto ambiental da nossa atividade.

Para acompanhar os novos valores, o Grupo definiu as competências-chave pessoais que todos os colaboradores devem ter:

1. Foco no Cliente

O Cliente é o núcleo do nosso negócio, por isso todos os colaboradores da Inapa devem concentrar-se nas suas necessidades reais para apresentar as soluções adequadas, com base num acompanhamento próximo e personalizado.

2. Orientação para Resultados

É a capacidade para se concretizar com eficiência e eficácia os objetivos do seu departamento/área e realizar as tarefas que lhe são atribuídas, garantindo que os resultados esperados são alcançados e, simultaneamente, impulsionando o desenvolvimento e crescimento da equipa.

3. Mentalidade da Sustentabilidade

A sustentabilidade empresarial é fundamental. A contribuição de cada um através de pequenas ações no dia-a-dia pode fazer toda a diferença, como reduzir o consumo de energia por exemplo.

4. Otimização de Processos de Trabalho

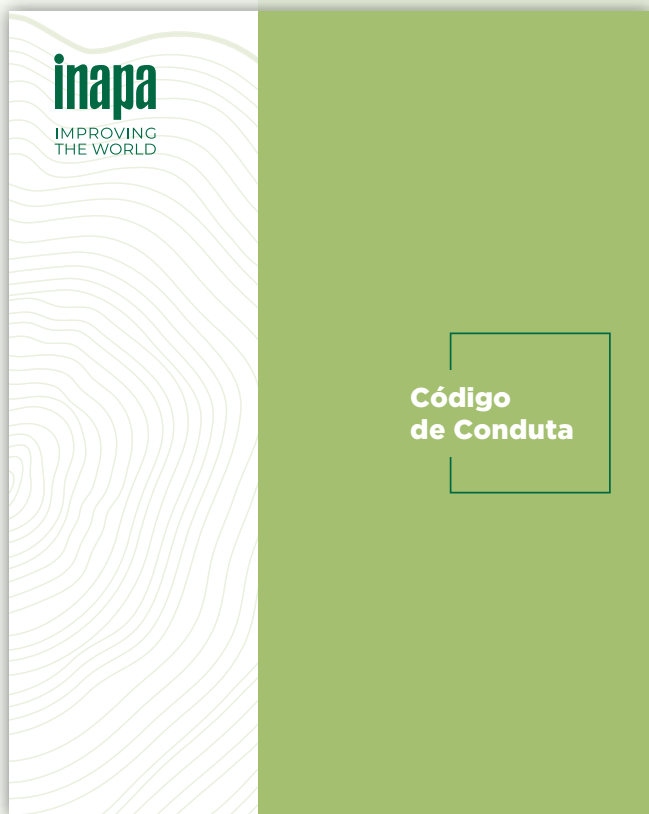
Promover mudanças com o objetivo de estimular todas as partes envolvidas a trabalhar harmoniosamente, evitando o desperdício de tempo e recursos.

5. Trabalho em Equipa & Colaboração

A capacidade para integrar equipas de trabalho de constituição variada (dentro e fora do seu ambiente habitual de trabalho) e de colaborar com as outras equipas ou departamentos de forma ativa é fundamental. Saber ouvir e respeitar ideias divergentes, partilhar e desenvolver soluções em parceria é desafiante e enriquecedor.

Juntos somos mais fortes!

OS NOSSOS VALORES
M O L D A M
O NOSSO FUTURO



CONSULTE AQUI
O CÓDIGO DE
CONDUTA DA
INAPA:



Recursos humanos

A Inapa tem adotado na sua política de Recursos Humanos uma correlação estreita entre as orientações estratégicas do Grupo e a evolução dos diferentes negócios do Grupo, tendo como base uma plataforma comum de processos e políticas que são seguidas pelas diferentes empresas e geografias onde está presente.

As políticas de Recursos Humanos do Grupo Inapa refletem um dos principais princípios orientadores que sustentam os nossos planos e ações. Desenvolvidas de forma articulada com as orientações estratégicas do Grupo, têm sempre presente a vertente humana da Inapa e baseiam-se numa plataforma comum de processos nas diferentes empresas do Grupo, nas diversas geografias.

Tendo sempre presentes os valores comuns e princípios éticos, as políticas de Recursos Humanos são ancoradas em sete objetivos: diversidade e igualdade; atração e compromisso; desenvolvimento e valorização; reconhecimento e mérito; prevenção e segurança; gestão da mudança e conciliação da profissão com a vida pessoal.

O ano de 2022 foi marcado pelo regresso ao trabalho pós pandemia Covid-19 com novas

abordagens e tendências nos processos de trabalho e, também, pelo conflito na Ucrânia. Internamente, o Grupo Inapa continua a adaptar a sua estrutura aos desafios que se colocam, em particular na indústria do papel. Ainda a registar, no setor da Comunicação Visual, a entrada da JJ Loos no Grupo Inapa, uma empresa sediada em França com cerca de 31 colaboradores.

O ano de 2022 registou uma subida de 9 colaboradores, face a igual período do ano anterior, para um total de 1.652 colaboradores em todas as empresas do Grupo.

Como reflexo dos impactos acima descritos registou-se na Alemanha uma diminuição no número de efetivos em cerca de 20 colaboradores, ainda como consequência da adaptação da estrutura da empresa Inapa Deutschland GmbH à fusão ocorrida em 2020.

Evolução da repartição de colaboradores por empresas

ÁREA DE NEGÓCIO	EMPRESA	PAÍS	2019	2020	2021	2022	Comentários
PAPEL	Inapa Deutschland GmbH	Alemanha	0	932	910	889	Fusão da Papier Union + Papyrus Deutschland em 2020
	Papier Union	Alemanha	489	n.a.	0		Fusão com a Papyrus Deutschland na Inapa Deutschland GmbH em 2020
	Papyrus Deutschland	Alemanha	526	n.a.	0		Fusão com a Papier Union na Inapa Deutschland GmbH em 2020
	Inapa France	França	250	223	199	194	
	Inapa Portugal	Portugal	65	60	61	64	
	Inapa España	Espanha	75	64	52	53	
	Inapa Belgium	Belgica	28	28	28	23	
	Inapa Angola	Angola	4	4	4	5	
	Korda	Turquia	45	41	41	39	
	EMBALAGEM	Inapa Packaging	Alemanha	67	50	45	40
Inapa Packaging		França	35	39	40	38	
Semaq		França	37	39	41	40	
Embaltec		França	25	28	27	28	
Inapa Packaging		Portugal	38	38	39	39	
COMUNICAÇÃO VISUAL	Inapa ComPlott	Alemanha	68	73	65	71	
	Inapa Comunicação Visual	Portugal	11	8	8	7	
	JJ Loos	França	0	0	0	31	Aquisição em final de Nov/2022
HOLDING	Inapa - IPG	Portugal	15	14	16	17	
SERVIÇOS PARTILHADOS	Inapa Shared Center	Portugal	60	68	67	74	
TOTAL			1838	1709	1643	1652	



Refletindo a composição do negócio, o maior número de efetivos mantém-se na área de distribuição de papel, representando em 2022 cerca de 77% do total, 2 pp baixo do peso do ano anterior de 2021.

Os negócios complementares de Embalagem e Comunicação Visual registaram uma subida de 29 colaboradores para cerca de 294, devido essencialmente à entrada da nova empresa JJ Loos, passando a pesar 18% no total do Grupo.

A área de Serviços Partilhados e *Holding*, com 91 efetivos, apresentou uma subida de 8 colaboradores face ao ano anterior, motivada pelo contínuo aumento de competências e prestação de serviços transversais a todo o Grupo na área Financeira e Tecnologias de Informação, permitindo assim um aumento da eficiência e sinergias entre as diversas empresas do Grupo. No total, a área de Serviços Partilhados e *Holding* teve uma pequena subida de 1 pp para os 6% do total do Grupo.

Por país, e considerando a totalidade dos negócios, o maior mercado, a Alemanha, apresentou uma descida de cerca de 20 para os 1 000 colaboradores, passando o peso no total para 61%.

França apresenta uma subida na sua estrutura com a entrada no Grupo da nova empresa de comunicação visual, a JJ Loos. A Inapa France registou uma diminuição de 5 colaboradores, enquanto que as empresas de negócios complementares apresentaram uma subida de 29 colaboradores, um *mix* entre a descida de 2 colaboradores nas empresas de

Embalagem e subida de 31 na Comunicação Visual. Em termos totais, França atingiu os 331 colaboradores (mais 24 face a 2021), situando-se o seu peso em cerca 20% do total do Grupo Inapa.

Portugal, por sua vez, no conjunto das suas diversas empresas, registou uma variação positiva de 10 colaboradores para os 201, mantendo o seu peso nos 12%.

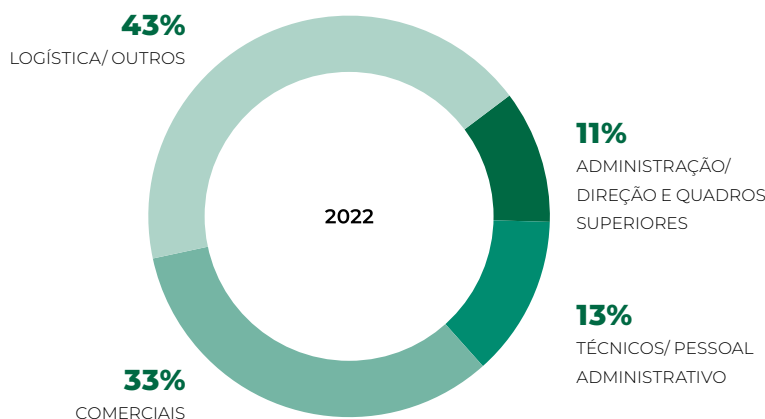
Espanha apresentou, em 2022, uma muito ligeira subida de 1 colaborador face ao ano

anterior, passando para um total de 53 e representando cerca de 3% em termos de peso.

Os restantes países ficaram nos 67 colaboradores, menos 6 que o ano transato. A Korda, empresa situada na Turquia, contou com cerca de 39 colaboradores e a Inapa Belgium, na Bélgica, com 23.

O gráfico abaixo ilustra a repartição dos nossos colaboradores por categorias profissionais.

Colaboradores por categoria



Face à natureza comercial do Grupo, por categoria, a área comercial concentra cerca de 33% dos colaboradores, assim como a área de logística e transporte representa 43%. Quanto às áreas de suporte - área do pessoal técnico, administrativo e de

backoffice - estas representam 13% dos colaboradores do Grupo.

Os quadros superiores, membros da direção e administração representam 11% do número total de colaboradores do Grupo.



we deliver
what we
promise

Separador impresso em myInsize Modigliani Candido 260g e
cadernos impressos em myInsize Modigliani Candido 145g.

SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO



Principais indicadores de atividade

MILHÕES EUROS
(EXCETO QUANDO ESPECIFICAMENTE MENCIONADO)

	2022	2021	2020	2019	VAR. 22/21
Toneladas ('000)	714	841	913	887	-15,1%
Vendas	1 211,7	964,6	1 015,5	1 030,8	25,6%
Margem bruta	242,7	179,3	185,5	178,4	35,4%
<i>Margem bruta (%)</i>	20,0%	18,6%	18,3%	17,3%	1,4 pp
Custos de exploração líquidos	154,7	146,2	156,6	148,6	5,8%
Proveitos de exploração	30,5	28,8	23,6	24,8	5,9%
Custos de exploração	185,2	175,0	180,2	173,4	5,8%
Imparidades de clientes	1,1	1,6	1,5	1,5	-34,4%
Re-EBITDA	86,9	31,5	27,4	28,3	176,3%
<i>Re-EBITDA (%)</i>	7,2%	3,3%	2,7%	2,7%	3,9 pp
Custos não recorrentes	10,8	0,7	11,6	1,6	10,2
EBITDA	76,1	30,8	15,8	26,7	147,0%
<i>EBITDA (%)</i>	6,3%	3,2%	1,6%	2,6%	3,1 pp
EBIT	52,8	15,5	-2,7	10,8	241,1%
<i>EBIT (%)</i>	4,4%	1,6%	-0,3%	1,0%	2,8 pp
Encargos Financeiros	16,0	14,2	15,5	15,7	13,0%
Resultado antes de impostos	36,8	1,3	-18,2	-4,9	35,5
Imposto sobre o rendimento	-19,1	2,0	2,8	0,8	-21,0
Resultado líquido	17,8	3,3	-15,5	-4,1	14,4

	31/12/22	31/12/21	31/12/20	31/12/19	
Dívida líquida	221,1	261,8	315,0	337,3	-15,6%
Dívida líquida / Re-EBITDA	2,5 x	8,3 x	11,5 x	11,9 x	-5,8 x
Dívida líquida excluindo <i>Trade Finance</i>	202,9	241,8	258,7	248,4	-16,1%
Cobertura Encargos financeiros	5,4 x	2,2 x	1,8 x	1,8 x	3,2 x
Capitais circulantes	35,8	11,4	73,0	87,6	215,1%

A Inapa apresenta um quadro de indicadores de atividade alternativo ao das Demonstrações Financeiras, aproximando a análise da evolução do negócio à que a gestão utiliza no seu acompanhamento, estando também desta forma alinhada com o que é praticado pelos diferentes intervenientes no mercado.



Glossário

Vendas: Vendas de mercadorias e de outros produtos [Nota 25]. **Margem Bruta:** Vendas de mercadorias e de outros produtos [Nota 25] - Custo das vendas [Nota 13] + Descontos de pronto pagamento líquidos [Nota 25] [Nota 27]. **Custos de exploração líquidos:** Custos de exploração - Proveitos de exploração. **Proveitos de exploração:** Proveitos com prestações de serviços e Outros rendimentos exceto Descontos de pronto pagamento líquidos [Nota 25]. **Custos de exploração:** Custos com pessoal [Nota 26] + Outros custos (exceto Descontos de pronto pagamento líquidos, Provisões e Imparidades de clientes) [Nota 27], excluindo Custos não recorrentes. **Imparidades de clientes:** Provisões e Imparidades de clientes constantes em Outros custos [Nota 27]. **Re-EBITDA:** Resultado antes de Depreciações e amortizações [Nota 28], dos Encargos Financeiros, de Custos não recorrentes e de Imposto sobre o rendimento [Nota 30]. **Re-EBITDA (%):** Re-EBITDA / Vendas. **Custos não recorrentes:** Respeitante essencialmente a custos associados a reestruturações, nomeadamente indemnizações por rescisões de contratos de trabalho [Nota 26]. **EBIT:** Resultados antes dos Encargos Financeiros e de Imposto sobre o rendimento [Nota 30]. **EBIT (%):** EBIT / Vendas. **Encargos Financeiros:** Resultados financeiros [Nota 29] + Ganhos/(Perdas) em associadas [Nota 10]. **Dívida líquida:** Dívida bruta - Caixa e seus equivalentes [Nota 21]. **Dívida líquida excluindo Trade Finance:** Dívida líquida - Trade Finance [Nota 21]. **Cobertura encargos financeiros:** Re-EBITDA / Encargos Financeiros. **Capitais circulantes:** Clientes + Inventários - Fornecedores.

2 |

Factos relevantes do ano 2022

29/04

Anúncio de resultados de 2021

29/04

Convocatória para Assembleia Geral Ordinária
e publicação de Relatório e Contas

20/05

Assembleia Geral Ordinária

20/05

Órgãos Sociais Triénio 2022-24

15/09

Plano para a Igualdade de Género

21/09

Anúncio de resultados do primeiro semestre

04/10

Participação Qualificada Nova Expressão SGPS, SA

10/10

Novo representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM

16/11

Participação Qualificada BCP

30/11

Aquisição da JJ Loos

Factos subsequentes

Até à data de publicação do relatório não foram registados eventos subsequentes.

Enquadramento económico

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2022 foi de incerteza e desafios de escala global. O conflito na Ucrânia iniciado quando a economia mundial se encontrava ainda fragilizada pelo impacto da Covid-19, contribuiu para a aceleração da inflação na energia e consequente contágio a serviços e bens alimentares. Os bancos centrais endureceram as suas políticas monetárias com o objetivo de conter as pressões inflacionárias. O poder de compra e confiança dos consumidores reduziram-se e decisões de investimento foram adiadas ou canceladas.

Contudo, e ao contrário do verificado nas duas maiores economias do mundo (EUA e China), a atividade da Zona Euro foi menos afetada pelo conflito do que o esperado no início do ano. A evolução explica-se por diferentes aspetos que contribuíram para evitar uma contração no último trimestre, tais como um inverno ameno, elevados níveis de reservas de gás e poupança no consumo de gás. Estes aspetos coincidem com o atenuar da inflação e com mínimos históricos de desemprego em dezembro (6,1%), transmitindo sinais positivos para 2023.

O crescimento global para 2022 foi de 3%, o que representa metade de 2021. Para 2023, prevê-se um crescimento de 2%. No caso da União Europeia, o crescimento estimado

é de 3,5%, antecipando-se 0,8% para 2023. A inflação foi de 9,2%, antecipando-se 6,4% para 2023. A evolução estará fortemente relacionada com o desenvolvimento do conflito na Ucrânia e consequente pressão sobre inflação e políticas dos bancos centrais.

Apresentam-se de seguida alguns comentários relativos à evolução económica em 2022 e perspetivas futuras nos países nos quais o Grupo Inapa tem operações.

Em 2022 a **economia alemã** cresceu 1,8%, estimulada pela procura (sobretudo de serviços), o que esteve relacionado com a reabertura da economia no período pós-pandémico. Apesar do crescimento, o investimento e o consumo privado não tinham ainda atingido, no terceiro trimestre, os níveis pré-pandemia. No quarto trimestre observaram-se decréscimos nestes indicadores contribuindo para uma redução do PIB de 0,2%. Em 2023, espera-se que o PIB cresça 0,2%. Na fase inicial do ano, antecipam-se uma ligeira contração relacionada com o aumento dos preços da energia e um menor crescimento das exportações. A evolução dos preços da energia, o desenvolvimento de apoios Governamentais às famílias, o ajustamento gradual das cadeias globais de abastecimento, bem como a solidez financeira

das empresas e das carteiras de encomendas deverão, posteriormente, contribuir para a retoma do crescimento económico. A inflação em 2022 foi de 8,7%, prevendo-se que em 2023 seja de 6,3%.

A **economia francesa** cresceu 2,6% em 2022, impulsionada por um efeito de *carry-over*. Destaca-se um abrandamento no segundo semestre relacionado com constrangimentos na oferta e aumentos dos preços da energia e matérias-primas. Nesse período, o consumo privado manteve-se estável observando-se um declínio no nível de confiança dos consumidores. O aumento das importações atenuou o crescimento. Para 2023, prevê-se que o PIB cresça 0,6%. A economia deverá apresentar um dinamismo contido na primeira metade do ano. O investimento será reduzido em linha com o aumento dos custos de produção, endurecimento das condições financeiras e incerteza. A desaceleração prevista da inflação contribuirá para uma recuperação gradual no segundo semestre. O consumo privado e o investimento aumentarão à medida que a procura interna e comércio internacional recuperem. A inflação em 2022 foi de 5,9%, prevendo-se que em 2023 seja de 5,2%.

Em 2022, a **economia espanhola** cresceu 5,5%. Esta evolução foi sustentada pela recuperação do setor do turismo, pelo consumo privado e por desenvolvimentos no mercado de trabalho. Contudo, no último trimestre, a economia estava ainda aquém dos níveis de pré-pandemia (2019-4T). Em 2023, a economia deverá crescer no primeiro semestre, ganhando maior dinamismo no segundo semestre. O crescimento esperado

para o ano é de 1,4%. O abrandamento da inflação ao longo do ano deverá contribuir para o fortalecimento do consumo privado, bem como para a normalização do setor do turismo. A implementação do mecanismo de recuperação e resiliência (MRR) impactará positivamente o investimento. Em termos de constrangimentos, destacam-se o impacto do endurecimento das políticas monetárias e a redução do dinamismo do mercado de trabalho. A inflação em 2022 foi de 8,3%, prevendo-se que em 2023 seja de 4,4%.

A **economia portuguesa** cresceu 6,7% em 2022. O crescimento foi estimulado pelo consumo privado e pelas exportações, beneficiando do dinamismo do setor do turismo, após a redução das restrições associadas à Covid-19. A atividade industrial e a construção apresentaram uma performance moderada, particularmente no último quadrimestre, o que se relacionou com condições externas desfavoráveis e volatilidade dos preços das matérias primas. Para 2023 antecipa-se um crescimento de 1,0%. As perspetivas para o início do ano são moderadas, o que se relaciona com as incertezas relativamente aos preços da energia nos meses de inverno. O crescimento deverá aumentar no segundo trimestre do ano, acentuando-se posteriormente. A inflação em 2022 foi de 8,1%, prevendo-se que em 2023 seja de 5,4%.

O crescimento da **economia turca** em 2022 foi de 5,3%. Assinala-se que a Turquia registou uma das taxas de crescimento mais elevadas da OCDE no primeiro semestre (7,5%). Destaca-se o dinamismo do consumo privado, estimulado por uma evolução favorável no mercado de trabalho. O setor do turismo recuperou

plenamente. As exportações beneficiaram de estrangulamentos de oferta na Ásia. Apesar disso, a atividade de investimento foi moderada e desenvolveram-se desequilíbrios. O *déficit* da conta corrente aumentou, estimulado pelas importações de energia. Em outubro de 2022, a inflação de preços ao consumidor atingiu 85,5% e a inflação de preços ao produtor 158%. A depreciação da lira resultou numa maior pressão sobre os preços das importações. Em 2023 o crescimento prevê-se de 3,0%. O atenuar da procura global e as incertezas geopolíticas deverão limitar o investimento e afetar as exportações. A inflação deverá persistir acima dos 40%.

O crescimento da **economia belga** em 2022 foi de 3,1%. A flexibilização das restrições relacionadas com a Covid-19 contribuíram para um período de dinamismo no primeiro semestre, nomeadamente no consumo privado. No segundo semestre observou-se

uma desaceleração relacionada com a inflação elevada. No terceiro e no quarto trimestre, o PIB aumentou 0,2% e 0,1%, respetivamente. Em 2023 o crescimento esperado é de 0,8%. A indexação dos salários e benefícios sociais à inflação continuará a contribuir para a recuperação do poder de compra das famílias, esperando-se uma expansão do consumo privado. A resposta dos agentes económicos às necessidades da transição energética e as contribuições financeiras associadas ao mecanismo de recuperação e resiliência (MRR) deverão contribuir para o crescimento. Por outro lado, a incerteza, as condições financeiras endurecidas, o aumento dos salários e os custos dos insumos, deverão condicionar as decisões de investimento. Ao contrário do que se verificou em 2022, as exportações líquidas deverão atenuar o ritmo de crescimento (refletindo a tendência associada ao comércio global). A inflação em 2022 foi de 10,3%, estimando-se que em 2023 seja de 4,3%.

Produto interno bruto, volume (variação percentual anual, 2018-2023F)

	2018	2019	2020	2021	2022 F	2023 F
Global	3,6%	2,8%	-3,2%	5,9%	3,1%	2,2%
Zona Euro (20)	1,8%	1,6%	-6,1%	5,3%	3,5%	0,9%
União Europeia	2,1%	1,8%	-5,7%	5,4%	3,5%	0,8%
Alemanha	1,0%	1,1%	-3,7%	2,6%	1,8%	0,2%
França	1,9%	1,8%	-7,8%	6,8%	2,6%	0,6%
Espanha	2,3%	2,0%	-11,3%	5,5%	5,5%	1,4%
Portugal	2,8%	2,7%	-8,3%	5,5%	6,7%	1,0%
Bélgica	1,8%	2,2%	-5,4%	6,1%	3,1%	0,8%
Turquia	3,0%	0,9%	1,8%	11,4%	5,3%	3,0%

FONTE: COMISSÃO EUROPEIA (FEVEREIRO 2023). PARA GLOBAL E TURQUIA, OCDE (NOVEMBRO 2022)

ENQUADRAMENTO DO SETOR

Depois dum primeiro semestre em que os volumes de consumo de papel na Europa Ocidental mostraram estabilidade face ao ano anterior, no segundo semestre assistiu-se a uma redução da procura de papel. Esta evolução foi determinada pela decisão de redução de *stocks* de papel que os operadores ao longo da cadeia de valor tinham reforçado nos meses anteriores, por forma a evitarem paragens de atividade por falta de papel, dada a instabilidade ao nível da produção de papel. O regresso a uma situação mais estável nas cadeias logísticas, sentida sobretudo a partir de setembro, tornou redundante esses *stocks* de segurança.

Na Europa Ocidental, a redução do consumo de papel para artes gráficas, escrita e impressão foi, de acordo com a Eurograph (European Association of Graphic Producers), de 7,4% (no primeiro semestre tinha-se observado um acréscimo de 0,4%). Este nível de redução sentiu-se tanto na procura por papéis revestidos (*coated woodfree*) como por não revestidos (*uncoated woodfree*). É de salientar que, em termos globais, o decréscimo do consumo de papel na Europa Ocidental, face ao período pré-pandemia, foi de cerca de 20%.

Os principais mercados de atuação da Inapa - Alemanha, França, Espanha, Portugal e Bélgica - registaram uma redução conjunta de volumes de 9,7%. Todos estes países registaram quebras de procura. De acordo com a Eurograph, a Alemanha registou uma redução de 11,8%, França de 8,4%, Espanha de 7,4% e Portugal de 1,8%. Estes dados referem-se ao consumo de papéis revestidos e não revestidos – o que representa cerca de 90%

dos papéis comercializados – não incluindo as restantes subfamílias que incluem especialidades, cartolinas e autoadesivos, entre outras. Em relação ao Benelux (Bélgica e Luxemburgo), onde a Inapa está representada principalmente no segmento do papel de escritório, o mercado diminuiu 8,1%. Na Europa, a redução total de volumes agregados de papel revestido e não revestido foi de 9,6%.

Relativamente à produção de papel e cartão, e de acordo com as estatísticas da CEPI (Confederation of European Papier Industries), registou-se uma queda de 5,9% face a 2021, para 84,8 milhões de toneladas. A divergência estrutural entre a evolução da produção de papéis para artes gráficas, escrita e impressão e o papel e cartão para embalagem persistiu em 2022 estimulada por maiores períodos de inatividade das fábricas na segunda metade do ano, devido aos elevados custos da eletricidade e gás, e pela continuação dos processos de conversões de fábricas. Registou-se um decréscimo na produção de papéis revestidos *woodfree* de 12,0% e nos papéis não revestidos *woodfree* de 5,8%, enquanto o papel de jornal manteve a tendência de queda com um decréscimo de 9,9%. Os papéis revestidos e não revestidos de pasta mecânica registaram decréscimos de produção de 19,5% e de 13,2% respetivamente.

A produção de papel e cartão para embalagem apresentou um decréscimo mais moderado, reduzindo-se em 4,6% face a 2021. O efeito conjugado da queda das exportações para países fora do universo CEPI em 13,3% com os períodos de inatividade das fábricas (previamente mencionados) resultaram numa redução global da atividade de 3,3%. As importações de mercados fora da área de abrangência da CEPI cresceram

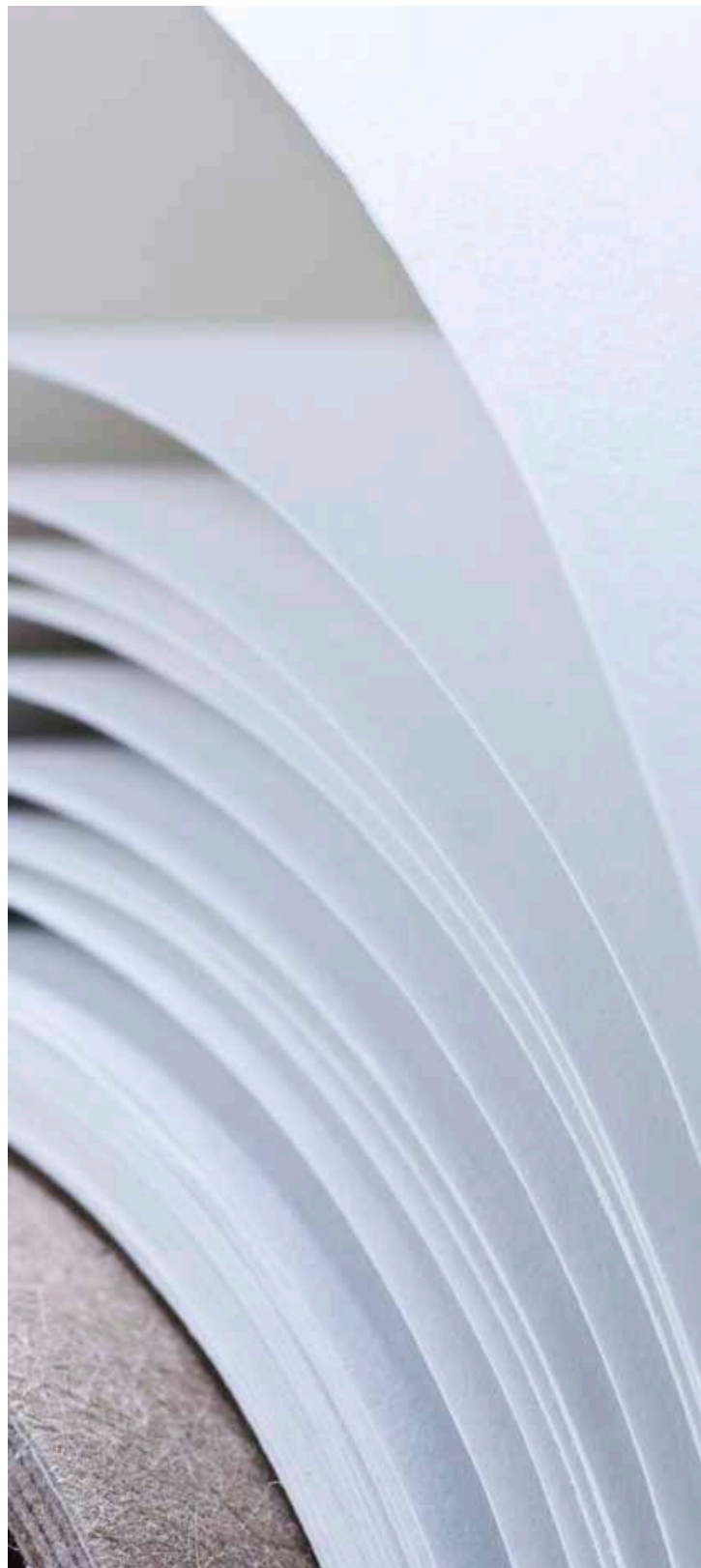
6,8% comparativamente com 2021, estimuladas por uma maior disponibilidade no setor marítimo (ex. redução das tarifas dos contentores e aumento da disponibilidade).

Em suma, o peso dos papéis para artes gráficas, escrita e impressão na produção total reduziu-se para 26,1% em 2022, face a 27,1% em 2021. O peso do papel e cartão para embalagem foi de 59,8% (59,1% em 2021) e a quota de todos os outros setores de papéis especiais e de uso industrial decresceu para 4,8%. Por fim, é de salientar o aumento para 9,3% da quota do segmento de *tissue*, tendo atingindo níveis próximos dos que se verificaram durante a pandemia Covid-19.

Em 2022, o preço dos papéis revestidos subiu cerca de 62,0%, dependendo da gramagem, enquanto o preço dos papéis de escritório em geral cresceu 37,2% e o papel de jornal aumentou 78,9% (janeiro a dezembro – índices Fastmarkets¹ FOEX para a Europa). Os produtores de papel foram impactados pelos sucessivos aumentos dos preços da pasta de papel nos primeiros meses do ano, bem como pelo aumento significativo dos custos energéticos na Europa por via do aumento dos preços do gás, influenciado pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e os elevados preços dos direitos de emissão de CO₂.

Não são esperados aumentos de capacidade de produção de pasta de papel no primeiro semestre de 2023. Nesse sentido, e na medida que existe um crescimento em determinados segmentos (por exemplo, no *tissue*), prevê-se que os preços se mantenham estáveis. Potenciais variações de preço estarão relacionadas com alterações de custos de variáveis tais como a energia.

¹ FASTMARKETS É UMA EMPRESA INDEPENDENTE QUE PUBLICA ESTATÍSTICAS DE PREÇOS PARA CELULOSE, PAPEL, PAPEL RECICLADO E BIOMASSA DE MADEIRA.



4

Síntese consolidada

Após dois anos de crise provocada pela Covid-19, a atividade em 2022 foi marcada pela invasão da Ucrânia pela Rússia no final de fevereiro com consequentes aumentos sustentados dos custos da energia, das matérias-primas e dos transportes que, aliados à escassez de oferta de papel num contexto de encerramento e conversões de fábricas, vieram contribuir para um maior incremento dos preços. A greve num dos grandes produtores europeus, que se prolongou de dezembro de 2021 até abril de 2022, também veio contribuir para uma menor disponibilidade de papel no mercado europeu.

As vendas consolidadas do Grupo Inapa em 2022 foram de 1 211,7 milhões de euros, registando um aumento expressivo de 25,6% face ao período homólogo de 2021, refletindo o incremento muito significativo dos preços do papel nos vários segmentos, que resultam do aumento substancial dos custos de produção de papel, num contexto de procura claramente superior à oferta de papel no mercado.

As vendas relacionadas com os negócios complementares de embalagem, comunicação visual e consumíveis de escritório registaram, em 2022, um crescimento de 7,1% comparativamente

com 2021. As diferentes áreas apresentaram comportamentos positivos, com o negócio da embalagem a manter a sua resiliência registando um forte crescimento (+8,1% quando comparado com o ano anterior). Com o início da realização de eventos e feiras, que estiveram suspensos desde 2020, assistimos a uma retoma da área da comunicação visual que registou um crescimento de 4,3% em 2022 face a 2021.

No final do ano, o Grupo Inapa concluiu a aquisição da JJ Loos, empresa especializada na comercialização de equipamento de impressão e consumíveis para comunicação visual (Viscom) em França. Esta transação enquadra-se no plano estratégico da Inapa para o triénio 2022-2024, que destaca como uma das prioridades explorar oportunidades de crescimento por aquisição nas áreas de embalagem e comunicação visual. O Grupo reforça desta forma a sua posição em França, onde está presente no setor da distribuição de papel através da Inapa France, e no setor da embalagem com a Inapa Packaging, a Semaq e a Embaltec. O Grupo consolidou as operações da JJ Loos SAS a 31 de dezembro de 2022.

A margem bruta sobre vendas aumentou 1,4 pp, passando de 18,6% em 2021 para 20,0% em 2022. Em 2022 mantivemos uma

gestão criteriosa do *pricing* e *mix* de vendas, continuando a apostar em produtos de margens mais elevadas, num contexto de forte incremento dos preços por parte dos produtores.

Os custos de exploração líquidos, excluindo imparidades de clientes, em percentagem das vendas, diminuíram 2,4 pp relativamente ao ano anterior (15,2% em 2021 para 12,8% em 2022), beneficiando de ganhos resultantes das reorganizações implementadas na Alemanha, França e Espanha nos últimos anos. Em termos absolutos, registámos um aumento de 8,5 milhões de euros resultante essencialmente do aumento dos encargos com pessoal (associado a comissões e prémios dada a melhor performance das vendas, bem como ao cancelamento dos apoios governamentais obtidos no âmbito da pandemia, nomeadamente *lay-offs*), e dos custos de transporte (por via maioritariamente do aumento do custo dos combustíveis). A Inapa manteve-se focada na implementação de medidas de redução de custos criando estruturas mais flexíveis. Neste âmbito, foram, entretanto, identificadas medidas adicionais de redução de custos nas áreas de logística e de organização comercial na Alemanha, que se encontram em fase de implementação, e cujas poupanças se irão refletir de forma progressiva em 2023 e 2024.

As imparidades de clientes ascenderam em 2022 a 1,1 milhões de euros, um decréscimo de 0,5 milhões de euros face ao ano de 2021. A Inapa mantém uma estrita monitorização dos riscos, seguindo rigorosos procedimentos internos de controlo de crédito da sua

carteira de clientes, trabalhando sempre em articulação próxima com a seguradora de crédito do Grupo.

O EBITDA recorrente melhorou de forma expressiva em 2022, tendo ascendido a 86,9 milhões de euros (+55,4 milhões de euros face a 2021), representando 7,2% sobre as vendas, +3,9 pp do que em 2021.

Os custos não recorrentes totalizaram 10,8 milhões de euros e dizem respeito essencialmente a despesas com os processos de reestruturação ainda a decorrer nas áreas logística e comercial na Alemanha, com vista à otimização das operações do Grupo.

Em 2022, o EBITDA totalizou 76,1 milhões de euros (equivalente a 6,3% das vendas), um aumento de 45,3 milhões face a 2021.

Os resultados operacionais (EBIT) foram de 52,8 milhões de euros positivos, uma melhoria de 37,3 milhões face ao ano anterior.

Os encargos financeiros de 2022 aumentaram 1,8 milhões de euros para 16,0 milhões de euros (14,2 milhões de euros em 2021). Esta progressão deve-se ao aumento do custo médio da dívida, com a subida progressiva das taxas de referência no segundo semestre do ano, e a custos não recorrentes associados ao reembolso antecipado de financiamentos em *leasing*.

Os resultados consolidados antes de impostos foram positivos em 36,8 milhões de euros (1,3 milhões de euros em 2021) graças à performance operacional positiva obtida no

ano. O Imposto sobre o Rendimento foi de 19,1 milhões de euros, dos quais cerca de 12,6 milhões de euros relativos a impostos diferidos e 6,5 milhões de euros relativos a impostos correntes. O resultado líquido de 2022 foi positivo em 17,8 milhões de euros, uma melhoria de 14,4 milhões face a 2021.

O Capital circulante registou uma subida de 24,4 milhões de euros face a dezembro de 2021, para 35,8 milhões de euros. Esta evolução encontra-se impactada pelos efeitos conjugados de, por um lado, a aplicação do contrato de *factoring* sem recurso negociado este ano na Inapa France (abrangendo uma parcela significativa dos saldos de clientes nessa geografia), à semelhança do que fizemos em 2021 para as operações do Grupo na Alemanha e, por outro, pelo aumento dos inventários em 34,9 milhões de euros.

A dívida líquida consolidada a 31 de dezembro de 2022 situou-se em 221,1 milhões de euros, uma redução significativa de 40,7 milhões de euros comparativamente com dezembro de 2021, traduzindo-se na melhoria expressiva do rácio Dívida líquida / Re-EBITDA de 8,3x em 2021 para 2,5x em 2022. O equilíbrio da dívida de curto prazo manteve-se estável com a dívida corrente excluída de *Trade Finance* a situar-se nos 64,1 milhões de euros, ou seja, 27% da dívida bruta total (25% em dezembro de 2021).



Desempenho das áreas de negócio

Em 2022 continuámos a assistir à alteração estrutural dos padrões de consumo aliados à tendência de digitalização onde o *e-commerce* levou a uma maior procura de embalagens de papel e cartão, essenciais para o transporte, na indústria agroalimentar, farmacêutica e outras. O *tissue* e produtos de higiene, por oferecerem uma opção mais segura na sua categoria de produtos, mantiveram uma tendência de crescimento positiva. Por sua vez, os papéis mais tradicionais de escrita e impressão continuaram a registar quedas de consumo que, em termos globais na Europa Ocidental, face ao período pré-pandemia, já atingiu cerca de 20%.

O papel terá sempre a sua relevância para a economia global e continuará a ser insubstituível em diversos propósitos. Existem inúmeros estudos que comprovam o maior impacto e recordação das mensagens transmitidas no suporte papel face aos suportes eletrónicos, provando que a palavra escrita no papel tem uma presença tangível e tátil que não poderá nunca ser substituída pela informação que se divulga nos ecrãs. De referir ainda que o papel é uma das

matérias mais renováveis e recicláveis existentes, uma questão muito relevante no contexto de crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Do lado da oferta, ao longo do ano de 2022, continuámos a assistir a um aumento progressivo dos preços médios dos produtores de papel suportado, por um lado, no aumento significativo do custo de vários fatores produtivos (pasta de papel, químicos, energia) e, por outro, no novo equilíbrio entre procura e oferta, devido à recuperação económica que resultou no aumento da procura de papel na Europa, num contexto de redução de oferta por parte dos produtores e de fortes limitações à importação de papel de outros continentes, em resultado dos constrangimentos sentidos na cadeia logística mundial. No segundo semestre, as previsões de um abrandamento económico aliadas a uma rápida regularização nas cadeias de logística, levaram, sobretudo a partir de setembro, a uma redução abrupta dos *stocks*, que se encontravam a níveis muito elevados ao longo da cadeia de distribuição.

A distribuição de papel, *core business* do Grupo Inapa, esteve sujeita às dinâmicas de

mercado atrás descritas, tendo as vendas em 2022 aumentado 28% quando comparadas com 2021, representando cerca de 90% do volume de negócios total do Grupo. A Inapa manteve-se focada na otimização de margens, no crescimento orgânico e na implementação de medidas de redução de custos criando assim estruturas mais flexíveis. Nesse sentido, foram, entretanto, identificadas medidas adicionais de redução de custos nas áreas de logística e de organização comercial na Alemanha, que se encontram em fase de implementação, e cujas poupanças se irão refletir de forma progressiva em 2023 e 2024. Procedemos também às operações de *sale and leaseback* dos armazéns de Sintra e Leganés.

Os negócios complementares de embalagem e comunicação visual registaram um crescimento global de 7% comparativamente com o período homólogo de 2021. A área da embalagem tem mostrado uma grande resiliência na atual conjuntura e continuou a evoluir de forma muito positiva, apresentando um crescimento suportado no *e-commerce* e indústria agroalimentar, setores do vinho, da indústria química e da cosmética, entre

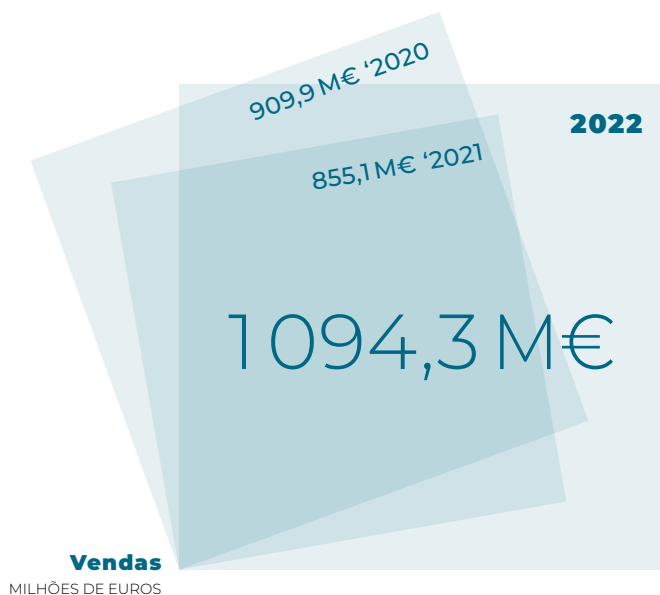
outros. Quanto à comunicação visual, assistimos a uma evolução positiva do negócio nos primeiros meses de 2022 com a recuperação económica, e a retoma da realização das grandes feiras da especialidade e eventos *open-house* ou *webshops* para os nossos clientes, que demonstraram uma maior vontade de investir. No segundo semestre registou-se um fluxo mais baixo de encomendas comparativamente com o ano de 2021, devido aos receios de recessão na Europa provocada pelo risco de escassez de fontes energéticas, níveis de inflação elevados e aumento das taxas de juro.

A Inapa continua focada em dinamizar o *cross-selling* de materiais de embalagem, comunicação visual e consumíveis gráficos e de escritório, como forma de aumentar a sua penetração nos clientes, compensando desta forma parte do decréscimo no papel. Neste sentido, continuámos a explorar o *cross-selling* na área da embalagem através da venda de produtos de higiene e segurança, na parte de equipamentos de proteção e distanciamento social, *sign & display* e *adhesive & floor marking*.



Papel

Em 2022 o negócio das empresas de Papel do Grupo Inapa representou 1 094,3 milhões de euros de vendas, apresentando um crescimento de cerca de 28% face ao período homólogo de 2021.



Depois dum primeiro semestre em que os volumes de consumo de papel na Europa Ocidental mostraram estabilidade face ao ano anterior, no segundo semestre assistiu-se a uma redução da procura de papel. Esta evolução foi determinada pela decisão de redução de *stocks* de papel que os operadores ao longo da cadeia de valor tinham reforçado nos meses anteriores, por forma a evitarem paragens de atividade por falta de papel, dada a instabilidade a nível da produção de papel.

O regresso a uma situação mais estável nas cadeias logísticas, sentida sobretudo a partir de setembro, tornou redundante esses *stocks* de segurança.

No total do ano, a Europa Ocidental registou uma redução no consumo de papel de 7,4% comparativamente com 2021. Nos países europeus onde a Inapa atua o consumo diminuiu 9,7% face a 2021.

Neste contexto, as vendas em volume no ano de 2022 foram de 714 mil toneladas, o que representa uma queda de 15% face ao período homólogo de 2021. Em valor, as vendas ascenderam a 1 094,3 milhões de euros (um aumento de 28% face a 2021).

Ao longo do ano continuámos a explorar as oportunidades de *cross-selling* de soluções de embalagem, produtos de higiene e segurança, na parte de equipamentos de proteção e distanciamento social, *sign & display* e *adhesive & floor marking*, entre outros, como forma de aumentar a penetração nos clientes, compensando assim o decréscimo no segmento do papel.

Na Alemanha foi implementado com sucesso o plano de integração da Papyrus Deutschland, tendo as poupanças de custos inerentes já ultrapassado o montante indicado como objetivo. No entanto, a queda de mercado por efeitos da Covid-19, agravada pela perda de quota de mercado durante o

processo de fusão e reestruturação, levou à necessidade de reduzir ainda mais a operação, tendo a Inapa identificado um potencial adicional de redução de custos nas áreas de logística, de organização comercial e administrativa, que se encontram em fase de implementação, e cujas poupanças se irão refletir de forma progressiva em 2023 e 2024. Ao longo do ano evoluímos para uma estabilização de quota de mercado e aumento das margens, tendo atingido um bom nível de rentabilidade.

Em França mantivemos uma estrita disciplina de preço e controlo das condições de venda, o que permitiu que a margem bruta sobre vendas tenha tido uma evolução positiva, comparativamente com o período homólogo do ano anterior. Esta dinâmica comercial, associada a uma estrutura de custos otimizada e flexível, resultou novamente num crescimento acentuado dos níveis de rentabilidade com um nível de margem Re-EBITDA acima da média do mercado. Em 2022 arrancámos com o projeto de implementação do novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA), cujo início de utilização se prevê para o segundo trimestre de 2023.

A Inapa prosseguiu com a estratégia de melhoria do *mix* de vendas, num contexto de forte incremento dos preços por parte dos produtores, por sua vez em grande medida determinado pelo aumento dos custos de produção (nomeadamente pasta de papel,

energia e produtos químicos). Assistimos aqui a uma alteração da estratégia comercial dos produtores, atualmente mais reativa e de curto prazo, com aumentos elevados e imediatos, seleção de encomendas (e cancelamento) e à descontinuação de negócios menos rentáveis. Atendendo ao novo equilíbrio entre a procura e a oferta, foi possível transmitir aos clientes estes aumentos do preço médio de venda¹ e incrementar a margem sobre vendas de 2022.

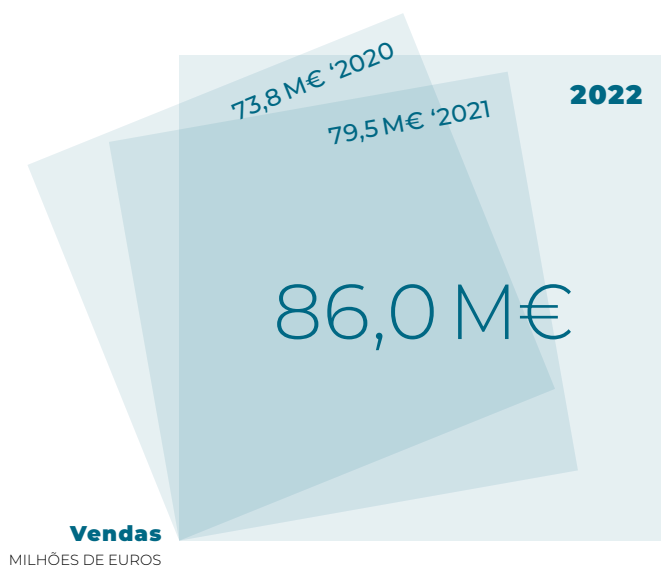
Continuámos focados na melhoria constante dos níveis de eficiência e na procura de novas formas de otimização das estruturas. Em 2022, por um lado beneficiámos em pleno das poupanças significativas nos custos operacionais na sequência da implementação dos diferentes planos de reestruturação na Alemanha, França e Espanha, e, por outro, registámos um aumento dos encargos com pessoal (associado a comissões e prémios dada a melhor performance das vendas, bem como ao cancelamento dos apoios governamentais obtidos no âmbito da pandemia, nomeadamente *lay-offs*), e dos custos de transporte (por via maioritariamente do aumento do custo dos combustíveis).

Os resultados operacionais (EBIT) do negócio do papel foram de 50,6 milhões de euros positivos, representando 4,6% das vendas (14,9 milhões de euros e 1,7% em 2021).

(1) PREÇO MÉDIO DE VENDA: VENDAS DE PAPEL/TONELADAS.

Embalagem

Em 2022 o negócio das empresas de Embalagem do Grupo Inapa representou 86,0 milhões de euros de vendas, apresentando um crescimento de cerca de 8% face ao período homólogo de 2021.



O ano de 2022 foi caracterizado pelos constrangimentos na área da logística, pela crise energética e pela disrupção nas cadeias de produção e abastecimento. Neste contexto, o segmento da embalagem mostrou mais uma vez a sua resiliência tendo aumentado as vendas em 8% face ao período homólogo de 2021. Segundo as estatísticas da CEPI (Confederation of European Paper Industries), estima-se que a quota de mercado da embalagem se tenha mantido

estável, representando 59,8% da produção total de papel e cartão (59,1% em 2021).

O setor da embalagem continuou a beneficiar do efeito de substituição que resulta das normas comunitárias de *phase-out* das embalagens de plástico. As embalagens de papel podem ser facilmente recicladas e não representam qualquer ameaça para o ambiente. Com a crescente procura nas suas distintas utilizações como para alimentos e bebidas (*Thermal packaging* ou *Packaging for food*) ou em outros setores da indústria e para transporte (*Lightweight packaging*), espera-se que a sua procura continue a crescer de forma sustentável nos próximos anos.

Na Alemanha continuámos a trabalhar na estratégia de promoção das diferentes gamas de produtos do nosso portfólio, em particular na área das soluções de *e-commerce* e transporte marítimo, uma das áreas de maior crescimento no mercado alemão de embalagens, bem como na venda de produtos *standard* da Inapa Packaging (soluções *Stop Gliss* entre outras). Mantivemos igualmente o foco na melhoria constante dos processos, bem como na harmonização do portfólio de produtos através da cadeia de *sourcing* da Inapa Deutschland, permitindo desta forma otimizar os custos e aumentar a rentabilidade.

Apesar dos desafios que o ano de 2022 apresentou, a Inapa mantém a sua posição de relevo no mercado francês. A conjuntura

económica de grande incerteza que se viveu este ano levou a ruturas ao longo das cadeias de abastecimento que conseguimos superar pela vantagem competitiva que temos junto dos nossos fornecedores, permitindo-nos continuar a apoiar os nossos clientes nos seus projetos com uma ampla oferta para os setores do agroalimentar, do vinho, da indústria química e da cosmética, entre outros. Mantivemos uma capacidade de desenvolvimento do negócio suportada na modernização das nossas ferramentas de vendas (*websites*) e no reforço de ações de formação da equipa de vendas em novos produtos e técnicas de vendas. Continuámos focados na manutenção da nossa margem e na estratégia de integração operacional das três empresas do setor da embalagem em França com o objetivo de otimizar as melhores práticas nas áreas da logística e *backoffice*, permitindo desta forma assegurar níveis de rentabilidade elevados.

Em Portugal, apesar do retorno positivo da aposta na oferta de soluções customizadas e de *engineered packaging*, na prossecução de uma agenda de diversificação da nossa carteira de clientes e entrada em novos segmentos de mercado, a evolução das vendas foi negativamente impactada pela transição, no início de janeiro, para o novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA) e pela redução de volume no canal das *key & major accounts*, *automotive* e *e-commerce*. O impacto do abrandamento da nossa performance

comercial associada ao incremento dos custos operacionais (em particular, nas componentes de transporte e distribuição, energia & *utilities* e custos com pessoal), traduziram-se numa deterioração da rentabilidade face a 2021, apesar de termos sido bem sucedidos no controlo e proteção das margens comerciais que praticámos resultantes de uma estratégia de *pricing* eficaz e da implementação de ações de incremento de produtividade e de mitigação dos riscos provocados pela elevada inflação.

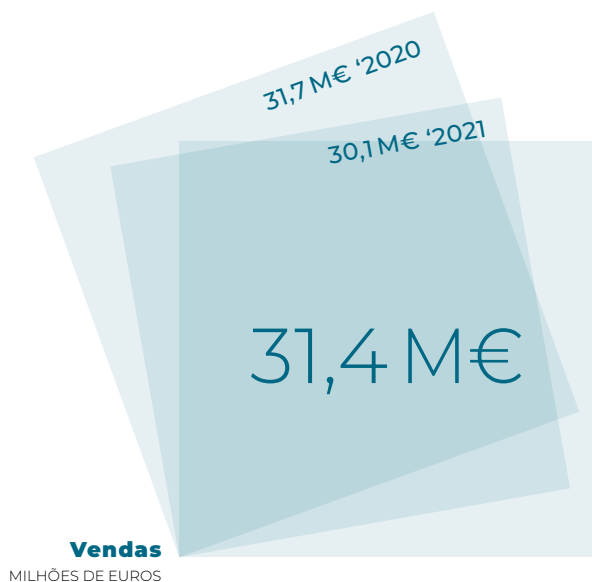
Os resultados operacionais na área da embalagem foram de 3,9 milhões de euros, representando 4,5% das vendas (4,4 milhões de euros e 5,5% em 2021).





Comunicação visual

Em 2022 o negócio das empresas de Comunicação Visual do Grupo Inapa representou 31,4 milhões de euros de vendas, apresentando um crescimento de cerca de 4% face ao período homólogo de 2021.



Depois de dois anos impactados pelos desafios colocados pela pandemia Covid-19, em particular a redução de eventos e investimentos em publicidade, assistiu-se nos primeiros meses do ano de 2022 a uma recuperação do mercado. A par de uma maior vontade de investir em novos equipamentos por parte dos nossos clientes, com um fluxo acrescido de encomendas e crescimento da área dos serviços de manutenção e peças suplentes. Pela primeira vez desde abril de

2020, participámos novamente em feiras da especialidade (FESPA em Berlim, CPrint em Madrid e Portugal Print em Portugal, entre outras), um grande impulsionador de vendas, especialmente no segmento do LFP (*Large Format Printing*).

No entanto, a manutenção da inflação em níveis elevados no segundo semestre, o aumento das taxas de juro, a incerteza quanto à evolução dos preços da energia, aliados a previsões de recessão em 2023, levaram a um abrandamento da procura, mais concretamente a uma maior relutância dos clientes em realizar novos investimentos em *hardware*, a par de uma maior concorrência no mercado com a consequente pressão sobre as margens.

Na Alemanha, lançámos diferentes iniciativas de dinamização das vendas tais como a diversificação do portfólio de produtos e a reativação do *webshop*, a par da realização de *open house events* e *workshops* de assistência técnica nas diferentes localizações da Inapa ComPlott. Organizámos igualmente programas de formação técnica na área dos serviços de manutenção do segmento do LFP, uma área de elevado valor acrescentado.

Em Portugal, apesar de um ligeiro incremento nas vendas impulsionado pela aposta em equipamentos de impressão digital de grande formato e pela diversificação do nosso portfólio de produtos, o impacto combinado da inflação e agravamento da nossa estrutura

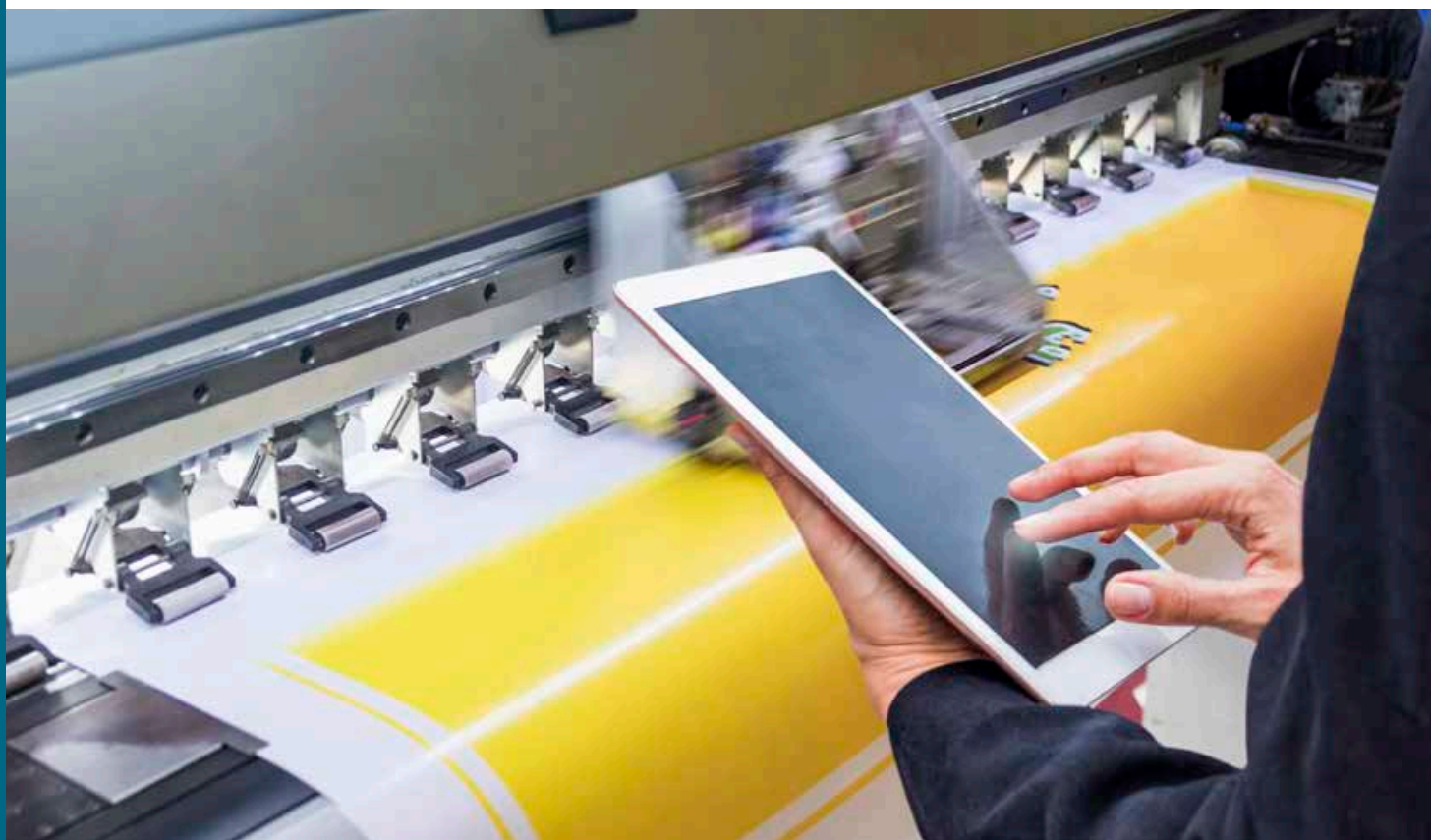
de custos operacionais, a quebra na procura de produtos de maior valor acrescentado e a intensa concorrência que enfrentámos em 2022 resultaram na redução da margem bruta e consequentemente da nossa rentabilidade face a 2021. A transição para o novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA), no início do ano, trouxe alguns desafios e disrupções que exigiram a toda a organização uma maior resiliência e perseverança.

Em 2022 os resultados operacionais ficaram no *break-even* (0,8 milhões de euros e 2,8% em 2021).

No final do ano, o Grupo Inapa concluiu a aquisição da JJ Loos, empresa francesa especializada na comercialização de

equipamento de impressão e consumíveis para comunicação visual (Viscom). A JJ Loos foi fundada em 1964 e tem a sua sede em Mulhouse, França, onde é líder de mercado. Com esta aquisição demos mais um passo importante para o crescimento e reforço da nossa presença no mercado francês, estando criadas as condições para o desenvolvimento de sinergias comerciais e da cadeia de logística. O Grupo consolidou as operações da JJ Loos a 31 de dezembro de 2022.

Vamos continuar a desenvolver a área de negócio de comunicação visual de uma forma sustentável através do crescimento orgânico, sendo que nos vamos manter atentos a novas oportunidades que possam impulsionar o crescimento através de aquisições.



6 |

Síntese da atividade da Inapa - IPG

A Inapa - IPG como *holding* do Grupo assume a definição da política estratégica do Grupo, a coordenação das atividades operacionais das filiais nos vários mercados em que opera e a procura de obtenção de sinergias existentes entre os vários negócios. No exercício em curso, a atividade da empresa estendeu-se às seguintes áreas de intervenção:

- Definição de linhas estratégicas do Grupo;
- Coordenação da execução do Plano estratégico ao nível dos mercados onde o Grupo opera;
- Definição das linhas de orientação da política comercial a seguir em cada mercado;
- Definição da política de compras e negociação com os principais fornecedores do Grupo;
- Definição da política de financiamento e coordenação da sua implementação;
- Coordenação da tesouraria e desenvolvimento de relações com o sistema financeiro;
- Gestão do seu património imobiliário através de sucursal que criou para o efeito em Espanha;
- Planeamento e controlo de gestão;
- Definição das políticas contabilísticas do Grupo;
- Auditoria interna;

- Definição e monitorização dos principais riscos;
- Desenvolvimento de relações com acionistas, investidores e regulador do mercado de capitais;
- Definição da política de investimento e coordenação da sua implementação;
- Coordenação da gestão dos sistemas de informação;
- Comunicação institucional;
- Assessoria jurídica do Grupo.

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, encerrou o exercício com um resultado líquido positivo de 17,8 milhões de euros, que compara com um resultado positivo de 3,3 milhões de euros no exercício anterior.

As vendas e serviços prestados e outros rendimentos e ganhos (decorrente dos serviços prestados às subsidiárias, da negociação das compras com os principais fornecedores do Grupo e gestão das marcas próprias) atingiram os 13,8 milhões de euros. O resultado operacional em 2022 foi positivo de 24,0 milhões de euros.

A situação líquida a 31 de dezembro de 2022 era de 176,7 milhões de euros. O ativo líquido ascendeu a 365,9 milhões de euros, que compara com 342,3 milhões de euros do período homólogo.

Perspetivas para 2023

O ano de 2022 caracterizou-se como um período de incerteza e desafios, destacando-se o conflito na Ucrânia e as suas repercussões. Assinala-se, neste contexto, o impacto do conflito na inflação, endurecimento das políticas monetárias dos bancos centrais e consequente redução da confiança de consumidores e investidores. Apesar disso, a economia da União Europeia cresceu cerca 3%, suportada pela flexibilização das restrições à Covid-19 e efeitos de *carry over* de 2021. Em 2023, o crescimento económico será mais moderado perspetivando-se em 1% e acompanhando o abrandamento observado no segundo semestre de 2022. O desenrolar do conflito da Ucrânia será determinante para o crescimento e inflação.

Na indústria do papel, a par da tendência estrutural de digitalização a que se tem vindo a assistir, das questões da sustentabilidade e tendências energéticas, verificaram-se em 2022 movimentos relevantes tais como a redução da procura dos papéis revestidos e não revestidos, o aumento da importância do papel de embalagem em relação ao papel para artes gráficas e aumento significativo de preços.

Perspetivamos que 2023 venha a ser, à semelhança dos anos anteriores, um

período altamente desafiante em termos de contexto. Procuraremos prosseguir com a implementação da estratégica 2022-24 promovendo a eficiência, crescimento no negócio não papel e impacto ao nível da sustentabilidade, consolidando o nosso percurso.

Será mantido o foco na gestão das margens, quer através da otimização do *product mix* e dinamização de vendas de produtos de maior valor acrescentado, quer através dos canais eletrónicos e de uma política de *pricing* muito disciplinada. A importância deste foco acentua-se como forma de fazer face a um eventual contexto de volatilidade de preços.

Continuaremos o processo de consolidação da estrutura organizacional, com vista a potenciar a escala e a solidificar princípios de eficiência e flexibilidade. Em 2022, evidenciam-se várias iniciativas nesse sentido, como por exemplo o início da utilização do novo ERP do Grupo (SAP S/4HANA) em Portugal e Espanha e o desenvolvimento de um projeto na Alemanha que teve como finalidade otimizar as operações logísticas nesta geografia. Para 2023, será implementado o SAP em França e Turquia com o objetivo de se concluir a transformação digital do Grupo (conforme prevista em 2019). Continuaremos

a procurar tirar o máximo partido de sinergias das aquisições da Papyrus Deutschland (e das oportunidades adicionais entretanto identificadas, para implementação em 2022 e 2023) e da JJ Loos (empresa de comunicação visual adquirida em novembro de 2022).

Em termos de crescimento, prosseguiremos com a aposta em produtos não papel, promovendo-se o crescimento orgânico através do reforço do *cross-selling*. À semelhança do que aconteceu em 2022 com a aquisição da JJ Loos, procuraremos explorar oportunidades de crescimento inorgânico nas áreas de Embalagem e Viscom.

A sustentabilidade financeira continuará a ser essencial no contexto inflacionário e de agravamento das taxas de juro. Iremos manter uma postura altamente focada na redução de dívida, gestão de fundo de maneiio e otimização da margem bruta. A redução observada nos últimos anos no nível de endividamento ilustra o percurso que pretendemos desenvolver. Procuraremos ainda melhorar o nosso impacto ao nível das vertentes não financeiras da sustentabilidade, através da redução da pegada ecológica, do reforço e rejuvenescimento das nossas equipas e do impacto geral da nossa atividade na sociedade.

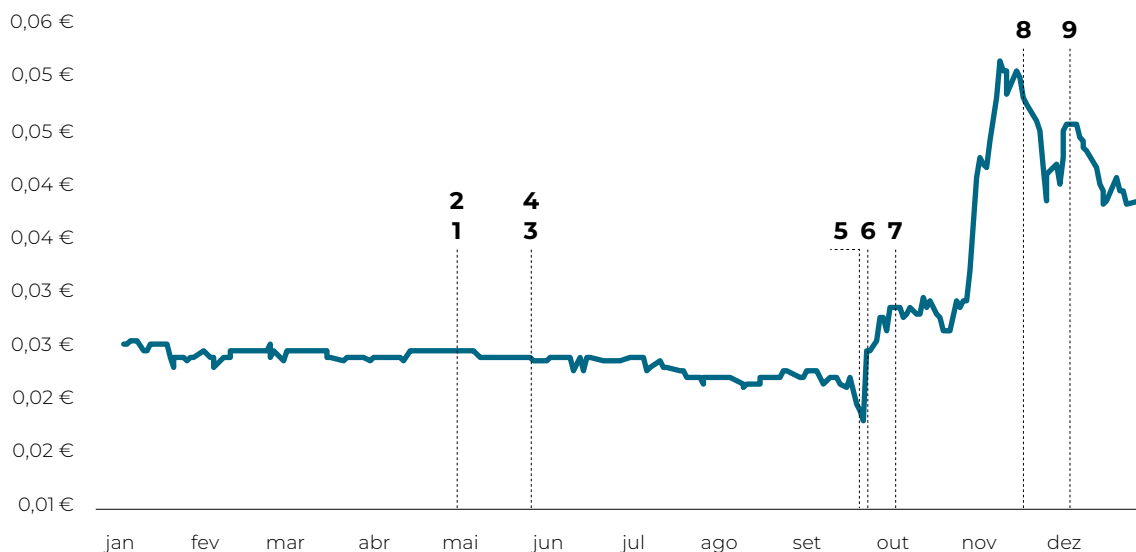


Comportamento em bolsa

Em 2022 observou-se uma apreciação da cotação das ações da Inapa e também um incremento do volume de transações face a 2021.

Entre o início e o final do ano 2022, a cotação das ações variou de € 0,022 para € 0,037 (68%). Esta apreciação observou-se essencialmente depois da segunda metade do mês de setembro. O valor máximo foi atingido em novembro (€ 0,051).

Evolução da cotação das Ações Ordinárias



Legenda:

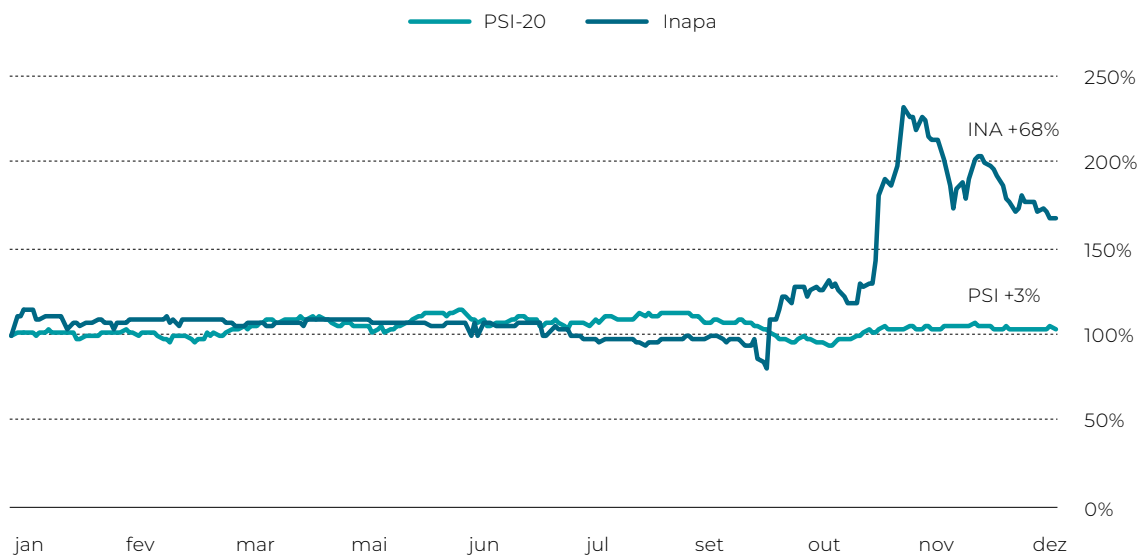
- 1** ANÚNCIO DOS RESULTADOS ANUAIS 2021, DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E DE SUSTENTABILIDADE (29 DE ABRIL)
- 2** CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (29 DE ABRIL)
- 3** ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (20 DE MAIO)
- 4** ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS PARA O TRIÉNIO 2022-2024 (20 DE MAIO)
- 5** PLANO DA IGUALDADE DE GÉNERO (19 DE SETEMBRO)
- 6** ANÚNCIO DE RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE (21 DE SETEMBRO)
- 7** PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA DA NOVA EXPRESSÃO, SA AUMENTO PARA 10% DOS DIREITOS DE VOTO (30 DE SETEMBRO)
- 8** PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS. REDUÇÃO PARA 14.962% DOS DIREITOS DE VOTO (15 DE NOVEMBRO)
- 9** COMUNICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA JJ LOOS (30 DE NOVEMBRO)

A performance das ações da Inapa (+68%) e do índice PSI-20 - que fechou o ano com um crescimento de 3% (para 5.726 pontos) - contrastam com um ano negativo para a generalidade dos mercados bolsistas

que coincidiu com os desafios associados à recuperação dos constrangimentos associados à Covid-19, ao conflito na Ucrânia, a pressões inflacionistas e subidas de taxas de juro, entre outros aspetos.

Evolução da cotação da Inapa vs PSI-20 - 2022

(INDEX=100; 31 DEC 2022)

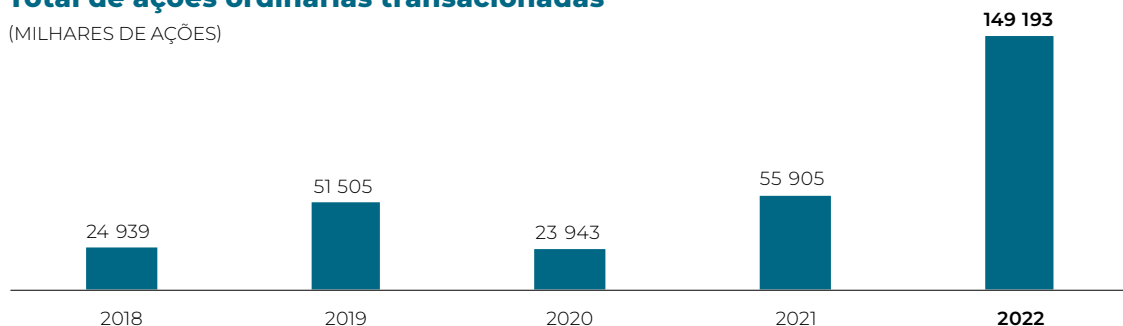


Relativamente a volumes, em 2022 foram transacionadas mais de 149 milhões de ações da Inapa, o que corresponde a cerca de 28% das ações representativas do capital social e a um incremento de atividade de 167% face ao ano anterior. Este foi o ano com maior

volume de atividade desde 2009 (ano em que se transacionaram 349 milhões de ações). À semelhança de 2021, o último quadrimestre foi aquele em que se registou maior atividade (81% das transações contabilizadas).

Total de ações ordinárias transacionadas

(MILHARES DE AÇÕES)



9 |

Ações próprias

No decorrer do ano de 2022, a Sociedade não alienou nem adquiriu quaisquer ações próprias, pelo que terminou o exercício sem que detivesse ações próprias em carteira.

Autorizações concedidas a negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Não ocorreram durante o exercício transato quaisquer negócios entre a Sociedade e qualquer um dos seus administradores, acrescendo ainda que à Sociedade não foi solicitada qualquer autorização nesse sentido.

10 |

Proposta de aplicação de resultados

Atento o disposto nos Art.ºs 32.º e 33.º CSC, propomos que os resultados líquidos positivos da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, no montante de 17 758 630,01 euros (dezassete milhões setecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e trinta euros e um cêntimo), sejam levados à conta de Resultados Transitados.



Declaração de conformidade

Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º1 do Art.º29.º-G do Código de Valores Mobiliários, aplicável por força do disposto no n.º1 do Art.º 19 da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, cada um dos membros do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais e nos demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas exigidos por lei ou regulamento referentes a 31 de dezembro

de 2022, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios sociais, do desempenho e da posição desta sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais empresas se defrontam.

Lisboa, 3 de maio de 2023

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Inês Patrícia Arêde Simões Louro

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



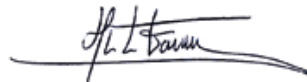
Frederico João de Moser Lupi

ADMINISTRADOR E VOGAL DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Victor Maurílio Silva Barros

ADMINISTRADOR E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



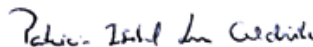
Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Patrícia Isabel Sousa Caldinha


ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Miguel Pacheco de Sales Luís

ADMINISTRADOR





we
have the
capabilities
to reinvent
ourselves

Separador impresso em myIceblink Bianco 250g e
cadernos impressos em myIceblink Bianco 145g.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

Contas consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	30 822	57 390
Goodwill	8	228 971	232 620
Ativos sob direito de uso	9	34 596	33 105
Ativos intangíveis	9	129 401	125 471
Partes de capital em empresas associadas	10	1 346	2 260
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11	119	120
Outros ativos não correntes	15	2 749	3 373
Ativos por impostos diferidos	12	25 911	37 148
Total do ativo não corrente		453 914	491 487
Ativo corrente			
Inventários	13	89 956	55 032
Clientes	14	49 281	65 801
Imposto sobre o rendimento a recuperar	15	1 321	652
Outros ativos correntes	15	53 017	60 481
Caixa e equivalentes de caixa	16	16 503	7 982
Total do ativo corrente		210 078	189 950
Total do ativo		663 992	681 437

(cont.)

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	18	180 135	180 135
Prêmios de emissão de ações	19	431	431
Reservas	19	21 282	19 782
Resultados transitados	19	-42 926	-46 240
Resultado líquido do período	20	17 759	3 314
Total do capital próprio		176 681	157 422
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos	21	155 395	183 408
Passivos por impostos diferidos	12	50 993	48 618
Provisões	22	453	62
Benefícios concedidos a empregados	23	16 866	21 780
Outros passivos não correntes	24	17	17
Total do passivo não corrente		223 724	253 886
Passivo corrente			
Empréstimos	21	82 183	86 387
Fornecedores	24	103 428	109 470
Imposto sobre o rendimento a pagar	24	13 302	11 189
Provisões	22	7 389	1 542
Outros passivos correntes	24	57 284	61 542
Total do passivo corrente		263 587	270 129
Total do capital próprio e passivo		663 992	681 437

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	2º semestre de 2022*	31 dezembro 2021	2º semestre de 2021*
Toneladas*		714 356	324 471	841 225	448 303
Vendas e Prestação de serviços	25	1 230 390	607 204	980 911	527 896
Outros rendimentos	25	16 164	9 402	12 506	6 596
Total de Rendimentos		1 246 554	616 605	993 417	534 492
Custos dos produtos vendidos	13	-973 364	-485 342	-782 581	-421 495
Custos com pessoal	26	-107 193	-54 992	-94 096	-48 746
Outros custos	27	-89 936	-42 718	-85 952	-42 912
Resultados operacionais antes de depreciações e amortizações		76 060	33 553	30 789	21 339
Depreciações e amortizações	28	-23 239	-13 787	-15 304	-7 435
Resultados operacionais		52 822	19 767	15 484	13 904
Ganhos / (Perdas) em associadas	10	188	34	655	668
Resultados financeiros	29	-16 187	-8 157	-14 807	-7 825
Resultados antes de impostos		36 823	11 644	1 332	6 747
Imposto sobre o rendimento	30	-19 064	-9 846	1 982	-417
Resultado líquido do período		17 759	1 799	3 314	6 330
Atribuível a :					
Detentores do capital da empresa-mãe		17 759	1 799	3 314	6 330
Resultado por ação - euros					
Básico	20	0,0337	0,0034	0,0063	0,0120
Diluído	20	0,0272	0,0028	0,0048	0,0093

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.

* NÃO AUDITADO

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	2º semestre de 2022*	31 dezembro 2021	2º semestre de 2021*
Resultado líquido do período		17 759	1 799	3 314	6 330
Saldos que não serão reclassificados para resultados					
Remensurações de responsabilidades por benefícios definidos	19 e 23	2 270	-275	1 061	1 061
Outras variações	19	102	102	-	-
Saldos que poderão no futuro ser reclassificadas para resultados					
Diferenças de conversão cambial	19	-872	-356	-1 492	-1 132
Total de outros rendimentos integrais		1 500	-529	-432	-71
Total dos rendimentos integrais		19 259	1 269	2 883	6 259
Atribuível a :					
Detentores do capital da empresa-mãe		19 259	1 269	2 883	6 259
		19 259	1 269	2 883	6 259

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.

* NÃO AUDITADO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022 e 2021

MILHARES DE EUROS

Atribuível aos detentores de capital próprio do Grupo

	Notas	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2021		180 135	431	20 214	-30 786	-15 454	154 540	154 540
Total do rendimento integral		-	-	-432	-	3 314	2 883	2 883
Aplicação dos resultados do exercício anterior		-	-	-	-15 454	15 454	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-432	-15 454	18 768	2 883	2 883
Saldo em 31 de dezembro de 2021		180 135	431	19 782	-46 240	3 314	157 422	157 422
Saldo em 1 de janeiro de 2022		180 135	431	19 782	-46 240	3 314	157 422	157 422
Total do rendimento integral	19	-	-	1 500	-	17 759	19 259	19 259
Aplicação dos resultados do exercício anterior	18	-	-	-	3 314	-3 314	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital para cobertura de resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	19	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	1 500	3 314	14 445	19 259	19 259
Saldo em 31 de dezembro de 2022		180 135	431	21 282	-42 926	17 759	176 681	176 681

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	2º semestre de 2022*	31 dezembro 2021	2º semestre de 2021*
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Recebimentos de clientes		1 441 412	718 465	1 140 949	622 587
Pagamentos a fornecedores		-1 159 959	-588 463	-929 886	-486 942
Pagamentos ao pessoal		-89 914	-45 064	-74 900	-39 049
		191 540	84 937	136 163	96 596
(Pagamento)/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-4 421	-3 216	-1 291	-690
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		-129 714	-59 632	-108 055	-75 262
Fluxos de caixa das atividades operacionais	 1 	57 404	22 089	26 817	20 644
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		1 994	894	-	-
Ativos fixos tangíveis	7	11 297	86	9 695	8 875
Juros e rendimentos similares		-	-	-	-2
Dividendos		-	-	783	783
		13 291	980	10 478	9 656
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	37	-3 500	-3 500	-	-
Ativos fixos tangíveis		-1 739	-1 134	-1 405	-546
Ativos intangíveis		-833	-376	-1 959	-32
		-6 072	-5 009	-3 364	-578
Fluxos de caixa das atividades de investimento	 2 	7 219	-4 029	7 114	9 078

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.

(cont.)

	Notas	31 dezembro 2022	2º semestre de 2022*	31 dezembro 2021	2º semestre de 2021*
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos	16	198 706	69 214	208 712	90 212
Juros e proveitos similares		33	33	-	-
		198 739	69 247	208 712	90 212
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos	16	-219 701	-80 964	-203 859	-106 333
Amortizações de contratos de locação	16	-22 923	-11 772	-11 457	-8 160
Juros e custos similares	16	-12 068	-5 531	-10 508	-6 250
		-254 692	-98 267	-225 825	-120 743
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	 3 	-55 953	-29 020	-17 113	-30 530
Variação de caixa e seus equivalentes	4 = 1 + 2 + 3	8 670	-10 960	16 818	-809
Efeito das diferenças de câmbio		-80	-54	-421	-394
		8 590	-11 013	16 396	-1 203
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 009	26 612	-9 386	8 212
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	15 599	15 599	7 009	7 009
		8 590	-11 013	16 396	-1 203

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM ANEXO.

* NÃO AUDITADO



2 |

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS, EXCETO QUANDO ESPECIFICAMENTE REFERIDO)

1. Introdução

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA (Inapa - IPG, Empresa, Sociedade, Entidade ou Grupo) é a sociedade dominante do Grupo Inapa e tem por objeto social a propriedade e a gestão de bens, móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras sociedades, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais, próprios ou alheios, e a prestação de assistência às empresas em geral. O Grupo Inapa tem como atividades principais a distribuição de papel, a atividade de embalagem e a atividade de comunicação visual. A Inapa - IPG encontra-se cotada na Euronext Lisboa.

Designação: Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA

Sede Social: Rua Braamcamp 40 - 9ºD, 1250-050 Lisboa, Portugal

Capital Social: 180.135.111 euros

N.I.P.C.: 500 137 994

Em resultado do seu plano de desenvolvimento e internacionalização, o Grupo Inapa detém participações, principalmente na área da Distribuição, em vários países da Europa, nomeadamente (i) Inapa Deutschland Holding, GmbH sediada na Alemanha, que detém participações na Inapa Deutschland, GmbH, que detém participações no capital das sociedades Inapa Packaging, GmbH, Inapa ComPlott GmbH, Inapa Logistics, GmbH, Inapa Vertriebs GmbH igualmente sediadas nesse país e Inapa Netherlands BV sediada na Holanda, (ii) Inapa France, SA, (iii) JJ Loos, SAS (empresa adquirida em 2022 e que desenvolve a sua atividade na área da comunicação visual) (iv) Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA, empresa portuguesa do Grupo que detém participação na Inapa Angola, Distribuição de Papel, SA, e Inapa Comunicação Visual, Lda, (v) Inapa España Distribución Ibérica, SA, operando em Espanha e que detém uma

participação na Surpapel, SL (empresa que desenvolve a sua atividade de comercialização de papel), (vi) EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda., sediada em Portugal, que desenvolve atividade em Portugal e em França através das suas subsidiárias, Inapa Packaging Lda, Embaltec, Inapa Packaging SAS e Semaq, (vii) uma empresa localizada no Reino Unido - Inapa Merchants Holding, Ltd, empresa sem atividade, (viii) Inapa Belgium que opera no mercado Benelux e (ix) Korda Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi, que opera no mercado turco.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Inapa - IPG em 27 de abril de 2023 estando sujeitas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. É opinião do Conselho de Administração que estas refletem de forma apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição financeira.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Inapa são preparadas em

conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), tal como adotadas pela União Europeia e em vigor em 1 de janeiro de 2022.

A base de mensuração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Inapa é o custo histórico, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, suportada na projeção de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Esta conclusão não é afetada pelo rácio passivo corrente / ativo corrente, uma vez que o mesmo i) decorre da forma de financiamento da atividade, com recurso nomeadamente a operações de *factoring* (Nota 21) que se encontram negociadas num horizonte temporal que se estende para além

de doze meses após a data de aprovação das demonstrações financeiras, e existe a perspectiva de manutenção das linhas de financiamento atualmente disponíveis, e ii) se encontra afetado temporariamente em cerca de 15 milhões de euros pela consideração enquanto curto prazo de um empréstimo contraído pela subsidiária alemã do Grupo junto de um consórcio bancário (Nota 21), cuja conversão para médio e longo prazo foi entretanto negociada.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 5.

2.2 Bases de Consolidação

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, o poder de controlar as entidades, foram incluídas nas demonstrações financeiras anexas pelo método de consolidação integral (Nota 34). O poder de controlar uma entidade ocorre quando a Inapa - IPG se encontra exposta ou é detentora de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a entidade

(subsidiária). O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses que não controlam. As subsidiárias são incluídas na Consolidação desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo termine efetivamente.

A contabilização da aquisição de subsidiárias é efetuada pelo método de compra, sendo que na data de aquisição os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor, de acordo com o estabelecido no IFRS 3. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (*Goodwill*), o qual se encontra detalhado na Nota 8, e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses de acionistas minoritários são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Transações de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contábilístico da participação transacionada, reconhecida em Capital Próprio.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para as adequar às políticas contabilísticas em vigor no Grupo. As transações intercompanhias, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo, bem como os ganhos não realizados são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas também são eliminadas salvo se não puderem ser recuperadas em resultado de evidência de imparidade.

Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas nas quais a Inapa - IPG exerça, direta ou indiretamente, influência significativa mas não possua controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto (associadas), são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos. A variação do capital próprio das associadas, resultante do resultado líquido, é registada por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como ativo (*Goodwill*

implícito) e mantidas no valor do investimento em associadas (Nota 10). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Ganhos/ (perdas) em associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, as mesmas são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para as adequar às políticas contabilísticas em vigor no Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas salvo se não puderem ser recuperadas em resultado de evidência de imparidade.

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 10.

2.3. Goodwill

O *Goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição (Nota 8). O *Goodwill* é registado na moeda de reporte das subsidiárias, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras do Grupo. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

Para efeitos de análise de imparidade, o *Goodwill* é imputado ao grupo de unidades geradoras de caixa que beneficiam dos respetivos benefícios futuros inerentes.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo realizados anualmente testes de imparidade e, sempre que o valor do *Goodwill* for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados. Estas perdas de imparidade não podem ser revertidas.

O valor recuperável é determinado com base no valor de uso da unidade geradora de caixa, sendo o cálculo efetuado pela atualização dos fluxos de caixa estimados, atendendo aos riscos do negócio, ao valor temporal e às condições de mercado.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o *Goodwill*, é efetuada,

sempre que exista um racional, a revisão da alocação do *Goodwill* às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem baseada no valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

2.4 Conversão cambial

As demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda funcional e de relato do Grupo é o euro.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa em vigor na data de cada operação. As diferenças resultantes desta conversão são registadas na demonstração dos resultados.

Os resultados e a posição financeira das unidades operacionais estrangeiras do Grupo que têm moeda funcional, em que a moeda é de um país cuja economia foi considerada hiperinflacionária, são convertidos para a moeda de apresentação à taxa de fecho do período de relato, o mesmo acontecendo para os saldos e transações do período comparativo, após correção do impacto das taxas de inflação.

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral que utilizam uma moeda funcional diferente da moeda de relato do Grupo, foram utilizados os seguintes critérios:

Ativos e Passivos: Paridades cambiais vigentes na data do relato financeiro.

Ganhos e Perdas: Paridades cambiais médias verificadas no período.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima são registadas em rubrica específica do Capital próprio (Reserva de conversão cambial).

As taxas de câmbio para conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias Inglesa, Angolana e Turca foram as seguintes:

- Câmbio da Libra Esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 1,1728 euros;
- Câmbio da Libra Esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 1,1275 euros;
- Câmbio do Kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0021 euros;
- Câmbio do Kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0019 euros;
- Câmbio da Lira Turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0574 euros.
- Câmbio da Lira Turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0501 euros.

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas de imparidade, e só são reconhecidos na medida em que sejam

identificáveis, seja provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e desde que o seu valor possa ser medido com fiabilidade.

A rubrica Ativos intangíveis (Nota 9) é constituída, essencialmente, por marcas identificadas aquando da aquisição de subsidiárias e registadas inicialmente pelo seu justo valor, utilizadas por Inapa Deutschland, GmbH, Inapa France, SA e Inapa Portugal, SA, as quais não são objeto de amortização anual dado que foram avaliadas como tendo uma vida útil indefinida, e são regularmente sujeitas a testes de imparidade efetuados internamente pelo Grupo. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão, com o objetivo de determinar o seu valor recuperável (valor de uso).

Encontram-se também registados nesta rubrica *software*, patentes e outras licenças, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre três e doze anos, bem como o custo de aquisição de carteiras de clientes que são amortizadas por um período entre dez e vinte anos.

2.6 Ativos fixos tangíveis

Conforme disposição transitória prevista no IFRS 1, os terrenos foram registados pelo seu justo valor à data da transição para os IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004). Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos terrenos foram registados por contrapartida de capital próprio.

Os outros ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2003, encontram-se registados ao seu “deemed cost”, que corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2004 encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são iniciadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada pelo Grupo do ativo em causa, do seu desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de ativos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o ativo será usado.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a taxas representativas da vida útil estimada, como segue:

Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	7,14% - 12,5%
Equipamento de transporte	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 33%

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

Se o montante registado é superior ao valor recuperável do ativo, efetua-se a sua redução para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas de imparidade.

Aquando de um abate ou alienação, a diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia registada do ativo, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros custos.

2.7 Contratos de locação

O Grupo reconhece na demonstração da posição financeira os ativos fixos tangíveis utilizados sob contratos de locação (ativos sob direito de uso). O Grupo adota a exceção de reconhecimento prevista respeitante à locação de ativos de baixo valor e a contratos de locação de prazo inferior a 12 meses, cujos pagamentos são efetuados e reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, de forma linear ao longo da locação.

O ativo sob direito de uso é registado pelo seu custo na demonstração da posição financeira, quando o ativo fica disponível para uso pela sociedade.

O passivo de locação é registado na demonstração da posição financeira, pelo

valor atual dos pagamentos da locação, para o período não cancelável do contrato. Para esse valor atual, o Grupo utiliza a taxa de financiamento incremental à data do início do contrato.

A depreciação e as perdas por imparidade dos ativos sob direito de uso são calculadas e registadas conforme estabelecido na Nota 2.6 para ativos fixos tangíveis, sendo depreciado desde a data de início até ao final da vida útil do ativo ou até ao fim do prazo de locação, dos dois o menor.

Os juros incluídos nos pagamentos da locação, depreciações e as perdas por imparidade são registadas na demonstração dos resultados como gasto do período a que se referem. O gasto de juro é apresentado em atividades de financiamento, na demonstração de fluxos de caixa.

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a empresa não detém nenhuma posição contratual em que atue como locador.

2.8 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor for principalmente recuperável através de alienação e não do seu uso continuado. Para que estes ativos sejam objeto de tal classificação, impõe-se que estejam disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, a venda seja altamente provável e o Conselho de Administração se haja comprometido a executar tal venda, a

ocorrer num período de 12 meses, conforme estabelecido na IFRS 5.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda, são registados pelo seu valor contabilístico ou pelo seu justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda, consoante o que for menor.

Os ativos e os passivos relacionados com operações descontinuadas são apresentados pelo seu valor de realização numa rubrica própria, respetivamente, no ativo e no passivo e o resultado do período destas operações é registado de forma autónoma na demonstração dos resultados consolidados.

2.9 Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados tendo por base, tanto o modelo de negócio para gerir esses ativos financeiros, como as características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

O Grupo classifica os ativos financeiros como segue:

Custo amortizado: Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos que não cumpram com os critérios de separação), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de manter o instrumento para receber os fluxos contratuais. Os saldos relativos a estes ativos encontram-se registados na Demonstração da posição

financeira nas rubricas de Clientes, Outros ativos correntes e não correntes e Caixa e equivalentes;

Justo valor através de outro rendimento integral (com reciclagem): Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de alienar o instrumento e receber os fluxos contratuais. Estes ativos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os dividendos obtidos destes ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados na data em que são atribuídos;

Justo valor através de resultados: Ativos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Inclui igualmente instrumentos que não incluam somente fluxos de capital e juros indexados, ou em que a empresa tenha designado os instrumentos, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados a justo valor, de forma a evitar desequilíbrios contabilísticos. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados;

Justo valor através de outro rendimento integral (sem reciclagem): Instrumentos de capital próprio, em que a empresa opte irrevogavelmente no seu reconhecimento inicial, para que o instrumento seja desta forma classificado. Estes ativos e passivos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros serão reclassificados se forem afetados por uma alteração do seu modelo de negócios de gestão de acordo com a classificação mais apropriada, dentro das limitações definidas no normativo.

Os ativos financeiros são classificados como ativos não correntes, exceto se o seu vencimento previsível for inferior a 12 meses da data do relato financeiro.

Os investimentos e desinvestimentos são reconhecidos à data da assinatura dos respetivos contratos de formalização, independentemente da data de liquidação financeira.

Os ativos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição que corresponde ao seu justo valor naquela data, e as despesas de transação são reconhecidas em resultados do período (quando os ativos sejam classificados ao justo valor através de resultados).

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através da demonstração dos resultados e de outro rendimento integral são mensurados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do relato financeiro. Caso correspondam a instrumentos representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas, são igualmente registados ao justo valor (o qual, em casos raros, pode corresponder ao custo de aquisição).

Aos instrumentos de dívida, que não os registados ao justo valor por via de resultados, aplica-se o método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos ao Justo valor por via de outro rendimento integral (com reciclagem) são registados no capital próprio até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, altura em que o ganho ou perda acumulada que se encontrava registada no capital próprio é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo avalia, de forma prospetiva, as perdas por imparidade associadas a ativos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para as contas a receber decorrentes de contratos com clientes. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do terceiro.

2.10 Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando, e só quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) Transfere o ativo financeiro e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento.

Especificamente para o caso de transferências de ativos financeiros respeitantes a contratos de titularização de saldos de clientes, os

mesmos só são desreconhecidos caso se verifiquem em simultâneo as seguintes condições:

- Transferência do direito a receber a remuneração subjacente ao ativo;
- Não retenção de parte substancial dos riscos e benefícios associados ao ativo ; e
- Transferência do controlo sobre as operações.

O Grupo só efetua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do ativo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção daqueles ativos conforme referido acima. Caso não sejam cumpridos os critérios para o desreconhecimento, os saldos a receber não vencidos são incluídos na rubrica de Clientes e os fundos recebidos pela operação de titularização são registados na rubrica de Empréstimos (Nota 21).

2.11 Passivos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados: Passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os passivos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Estes passivos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados; e

Outros passivos financeiros: Passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram

cotados em mercados líquidos. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos (Nota 2.18), Fornecedores e Outros passivos correntes e não correntes (Nota 2.22). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros não são reclassificados após a sua classificação inicial.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.12 Imparidade de ativos não financeiros

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos à data do relato financeiro e sempre que ocorra uma alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado (Nota 17). No caso dos ativos não correntes que não são amortizados devido a não terem uma vida útil finita, são efetuados testes de imparidade com frequência anual.

Sempre que o valor pelo qual um ativo se encontra registado se mostre superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, que é registada na demonstração dos resultados, ou no capital próprio quando o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a respetiva revalorização será diminuída. A quantia recuperável é o valor mais alto de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos da venda e o seu valor de uso.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir (com exceção de *Goodwill*). A reversão é registada na demonstração dos resultados, exceto quando o ativo tenha sido reavaliado e a respetiva revalorização registada no capital próprio tenha sido diminuída em resultado da perda de imparidade.

2.13 Inventários

As mercadorias, que incluem o material de embalagem, são valorizadas ao mais baixo de entre o valor realizável líquido e o custo de aquisição, incluindo as despesas necessárias à sua colocação em armazém. O método do custeio das saídas utilizadas pelo Grupo é o do custo médio ponderado. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor contabilístico a diferença é registada em resultados do período. Face às atividades desenvolvidas pelo Grupo, os inventários compreendem papel, consumíveis gráficos, caixas, filmes, cintas, fitas, enchimentos, sacos, impressoras e tintas/toners, entre outros.

2.14 Clientes e Outros ativos correntes

Como indicado na Nota 2.9., o Grupo aplica o modelo simplificado da IFRS 9 para as contas a receber decorrentes de contratos com clientes. Na prática, as dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de Outros custos - Imparidade de ativos correntes, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido, tendo

em conta as perdas de crédito esperadas (“Expected credit losses”).

Como prática corrente, o Grupo recorre a seguros de crédito. Os saldos aos quais se aplica o seguro de crédito cumprem com as seguintes condições, entre outras:

- a) domicílio nos países em que o seguro está em vigor e o Grupo atua;
- b) resultantes das atividades comerciais normais do Grupo;
- c) relacionados com transações no período da apólice;
- d) para os quais exista um Limite de crédito válido para o Cliente;
- e) para os quais os termos de pagamento acordados com o Cliente estejam abaixo do limite máximo na apólice contratada.

A cobertura contratada encontra-se referida na Nota 3.b).

Os montantes cobertos por seguro são considerados na análise de imparidade de saldos a receber.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data de cada relato financeiro são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do recebimento das mesmas.

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inferior a 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para

efeitos da demonstração dos fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

2.16 Capital social e ações próprias

As ações ordinárias e as ações preferenciais sem direito a reembolso são registadas em Capital social. Os custos atribuíveis diretamente à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao montante recebido em resultado da emissão e encontram-se registados em capital próprio.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados no capital próprio.

2.17 Dividendos

Os dividendos são registados como passivo no período em que a sua distribuição é aprovada pelos acionistas da Inapa - IPG até à data do seu pagamento.

2.18 Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente registados no passivo pelo seu valor nominal, líquido de despesas de emissão e subsequentemente ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios e

adicionados ao passivo corrente, quando não sejam liquidados durante o exercício.

Os empréstimos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo tiver o direito incondicional de diferir o reembolso do empréstimo por um período não inferior a 12 meses a contar da data do relato financeiro.

2.19 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui impostos correntes e impostos diferidos.

A Inapa - IPG e as suas subsidiárias sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC. A Inapa - IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do Grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas, pertencentes ao Grupo. As subsidiárias estrangeiras da Sociedade são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respetivos países de origem (ver Nota 30).

São reconhecidas contabilisticamente, se relevantes, as situações de diferimento de impostos. Os impostos diferidos reconhecidos, correspondem a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos

montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais que se encontram em vigor, ou substancialmente em vigor à data do relato financeiro, que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo. Os ativos por impostos diferidos são registados quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada relato financeiro é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *Goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo. Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados, exceto quando relacionados com valores que tenham sido reconhecidos no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento igualmente no capital próprio.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde

ao entendimento da Administração sobre o tratamento fiscal aplicável às transações realizadas, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pela Autoridade Fiscal, estas são avaliadas relativamente à probabilidade de haver lugar a uma correção desfavorável ao Grupo, se provável, dando origem ao registo de um passivo apresentado sob Imposto sobre o rendimento a pagar na demonstração da posição financeira consolidada, se improvável poderá traduzir-se na divulgação de uma contingência.

2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e apenas quando, face a uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são valorizadas pelo seu valor presente, são revistas na data de cada relato financeiro, e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 22). Apenas são apresentadas como passivo sob Provisões na Demonstração da posição financeira consolidada, itens que não sejam tratados especificamente por outros normativos (Ver Nota 2.19 – Imposto sobre o rendimento).

As provisões para ações judiciais em curso são avaliadas pela Administração quanto à conclusão mais provável, tendo por base a sua probabilidade de sucesso, assim como

a estimativa de valores a despendar, na sequência de discussões com os consultores legais do Grupo, sendo reconhecido um passivo quando for provável um desfecho desfavorável, e sendo apenas divulgado como contingência caso seja improvável mas possível um desfecho favorável.

2.21 Benefícios concedidos a empregados

Planos de complementos de reforma – benefício definido

As subsidiárias Inapa France, SA e Inapa Deutschland, GmbH assumiram a responsabilidade de pagar complementos de pensões de reforma a alguns dos seus funcionários através de planos de pensões de benefício definido.

A responsabilidade da Inapa - IPG relativa a cada um destes planos é estimada, no mínimo anualmente, na data de relato de cada exercício, por entidades especializadas e independentes utilizando o método das unidades de crédito projetadas. De acordo com a IAS 19, os custos relacionados com as responsabilidades assumidas são registados à medida que os serviços são prestados pelos funcionários beneficiados pelos planos constituídos.

O valor presente das obrigações de benefícios definidos de uma entidade e os custos dos serviços relacionados é determinado utilizando o método da unidade de crédito projetada, no qual cada período de serviço dá origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e estima-se cada unidade separadamente para determinar a obrigação

final. É atribuído um benefício ao período corrente (custo do serviço corrente estimado) e aos períodos corrente e anteriores (estimativa do valor presente das obrigações de benefícios definidos).

O benefício é atribuído aos períodos de serviço, utilizando a fórmula de benefícios do plano, a não ser que se estime serviços de anos posteriores com benefícios mais elevados que em anos anteriores, caso em que, se estima numa base de método linear.

As responsabilidades por serviços passados apuradas, deduzidas do valor de mercado dos fundos que tenham sido constituídos para fazer face a estas responsabilidades e das perdas e ganhos atuariais, são registadas na rubrica de Benefícios concedidos a empregados. Na demonstração dos resultados são registados os custos dos serviços correntes e o custo dos juros líquido do rendimento esperado dos fundos. O valor relativo a perdas e ganhos atuariais decorrentes da aplicação de um método atuarial de avaliação, e da utilização de pressupostos atuariais, é reconhecido diretamente em Capital Próprio na rubrica de Outras reservas.

Planos de complementos de reforma – contribuição definida

As contribuições efetuadas periodicamente para planos de contribuição definida são registadas como um custo na demonstração dos resultados, não assumindo a empresa qualquer responsabilidade adicional.

Benefícios na data da reforma

De acordo com a legislação local, as subsidiárias sediadas em França têm a responsabilidade de pagar aos seus funcionários na data de reforma uma prestação determinada com base no número de anos de trabalho na empresa. O valor desta responsabilidade, em resultado dos serviços passados, é estimado, no mínimo anualmente, na data do relato financeiro de cada exercício, por entidades especializadas e independentes utilizando o método das unidades de crédito projetadas e é registada na rubrica de Benefícios concedidos a empregados, utilizando uma metodologia semelhante à dos planos de benefícios definidos acima referidos, pelo que os ganhos e perdas atuariais são registados também no Outro rendimento integral.

2.22 Fornecedores e Outros passivos

Os saldos a pagar relativos a fornecedores, impostos e a outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal, que na data do registo inicial corresponde ao seu justo valor. Para determinados fornecedores, mediante o seu acordo, a Empresa permite o recebimento dos montantes devidos, com instituições financeiras suas parceiras, em modalidade de *confirming*. Face aos prazos estabelecidos, e sua natureza, os saldos mantêm-se reconhecidos em Fornecedores.

2.23 Reconhecimento de gastos e rendimentos

O rédito de contratos com clientes é reconhecido na demonstração dos resultados consolidados de acordo com o modelo de

5 passos preconizado na norma IFRS 15. O princípio subjacente é que a entidade reconhece o rédito da transferência de bens ou serviços para clientes pelo valor que espera obter em troca desses mesmos bens e serviços, na medida em que forem cumpridas as obrigações de desempenho contratadas. O rédito do Grupo resulta essencialmente da venda de papel, materiais de embalagem e de impressão e outros similares. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

De forma semelhante, e de forma muito menos expressiva, o Grupo presta serviços logísticos de armazenagem e transporte a terceiros, tendo por base os recursos utilizados na sua atividade principal, os quais são reconhecidos e faturados à medida que serviços são prestados.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, nas rubricas de Outros ativos correntes e de Outros passivos correntes (Notas 15 e 24).

2.24 Relato por segmentos

Um segmento operacional é um componente identificável do Grupo, que desenvolve atividades de negócio e cuja

informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela Administração do Grupo.

O Grupo identificou três segmentos operacionais: a atividade de distribuição de papel, a atividade de embalagem e a atividade de comunicação visual. Na Nota 6 é apresentada a informação financeira relativamente aos diferentes segmentos operacionais. A atividade de distribuição de papel é desenvolvida em todos os países onde o Grupo está presente, a atividade de embalagem é desenvolvida em França, na Alemanha e em Portugal e a atividade de comunicação visual é principalmente desenvolvida na Alemanha, França e em Portugal.

2.25 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados no anexo (ver Nota 32), a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para as situações que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.20.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.26 Justo valor de ativos e passivos

Se existir um mercado ativo, o justo valor de um ativo ou passivo corresponde ao seu preço de mercado.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

Quando necessário, o Grupo aplica técnicas de valorização. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados (nível 2 ou nível 3).

a) Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor contabilístico à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

b) Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor contabilístico é aproximadamente o seu justo valor.

c) Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão

o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Os conceitos de nível previstos no normativo respeitante a Justo Valor de ativos e passivos mensurados ao justo valor podem ser descritos como:

- a) Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de relato;
- b) Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- c) Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

2.27 Resultado por ação

O cálculo do resultado líquido por ação básico corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação. O cálculo do resultado líquido por ação diluído corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas e potenciais acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias e opções de conversão em ações.

2.28 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do relato financeiro que proporcionem informação adicional

sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data de relato que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de relato são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (ver Nota 38).

2.29 Novas normas, interpretações e alterações a normas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração)	1-abril-21	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a Covid-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (alteração)	1-jan-22	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato (alteração)	1-jan-22	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso
IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual (alteração)	1-jan-22	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	1-jan-22	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41

Decorrente da adoção das restantes normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo Inapa.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	1-jan-23	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas (alteração)	1-jan-23	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas (alteração)	1-jan-23	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas
IFRS 17 – Contratos de seguro (nova norma)	1-jan-23	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (alteração)	1-jan-23	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação (alteração)	1-jan-23	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 – Passivos não correntes com "covenants" (alteração)	1-jan-24	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”. Requisitos de divulgação sobre "covenants".
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação (alteração)	1-jan-24	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis Requisitos de divulgação sobre “covenants”

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo Inapa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

3. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo expõem-no a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial e risco associado à taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição do Grupo a riscos financeiros encontra-se essencialmente associada aos saldos a receber de clientes e aos empréstimos obtidos junto de entidades financeiras, dos quais resultam riscos derivados do incumprimento das condições contratadas e riscos de flutuação das taxas de juro.

A gestão do risco financeiro é conduzida centralmente pela Direção Financeira localizada em Portugal, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração, e em estreita cooperação com as diversas subsidiárias. As flutuações do mercado financeiro, nomeadamente, no que se refere às taxas de juro, são analisadas continuamente sendo tomadas as medidas consideradas necessárias para minimizar a exposição do Grupo ao risco financeiro.

O Grupo tem como objetivos gerais a otimização do negócio do papel, crescimento diversificado e garantia de sustentabilidade do Grupo em termos financeiros. Para esse efeito, a Empresa implementou práticas para gerir o seu capital, com vista a assegurar o financiamento dos objetivos. Tal inclui a gestão de caixa e equivalentes de caixa (que inclui descobertos bancários – ver Nota 16) assim como financiamentos obtidos, que no seu conjunto contribuem para o conceito de dívida líquida (ver Nota 21). A metodologia inclui a definição de orientações por parte da Administração, que depois podem ser geridos

com autonomia definida, pelos responsáveis locais, nas operações do dia-a-dia. As operações mais relevantes incluem a participação da Administração e Direção Financeira da *Holding*, que ou acompanha, ou é responsável (consoante a instituição financeira), pela comunicação com os parceiros financeiros, pelas negociações e pela concordância de termos relevantes. A monitorização é assegurada através de reporte regular de posições e análise das necessidades financeiras futuras.

A Administração acompanha a gestão de capital, principalmente através dos seguintes conceitos:

MILHÕES DE EUROS
(EXCETO QUANDO ESPECIFICAMENTE MENCIONADO)

	2022	2021
Dívida líquida	221,1	261,8
Dívida líquida/Re-EBITDA (x)	2,5 x	8,3 x
Dívida líquida excluindo <i>Trade Finance</i>	202,9	241,8
Cobertura dos encargos financeiros (x)	5,4 x	2,2 x
Capitais circulantes	35,8	11,4

NOTA: CONFORME DEFINIÇÕES NO GLOSSÁRIO NO CAPÍTULO 2.

a) Risco de mercado

Risco de taxas de câmbio

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas, nomeadamente o kwanza e a lira turca, pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que o Grupo desenvolve atividades em Angola e na Turquia.

Muito embora estes mercados não representem em 2022 mais do que 1,76% das vendas do

Grupo, eventuais desvalorizações destas moedas face ao euro, poderão ter um impacto negativo na atividade, situação financeira e nos resultados.

O Grupo tem ainda uma exposição indireta ao dólar norte-americano e outras divisas por via do impacto que variações nestas moedas têm na sua competitividade, uma vez que sempre que o euro valoriza face a outras divisas, os distribuidores que se situam numa zona de influência destas divisas ganham competitividade face aos produtores europeus, que são os principais fornecedores do Grupo.

Na prossecução dos objetivos gerais indicados acima, o Grupo implementou práticas internas de acompanhamento por parte da Administração e gestores locais, para acompanharem o risco cambial. Tal inclui a monitorização da sua evolução, assim como a avaliação do potencial impacto cambial em novas decisões a tomar. A Empresa não recorre a derivados para a fixação da taxa de câmbio.

A tabela seguinte apresenta a exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio a 31 de dezembro, com base nos valores dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

31 de dezembro de 2022	Euro	Kwanza	Lira Turca	Total
Ativos				
Caixa e seus equivalentes	16 206	55	242	16 503
Clientes e Outros Ativos	97 602	219	3 838	101 658
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	119	-	-	119
Total de Ativos financeiros	113 927	274	4 079	118 281
Passivos				
Empréstimos e outros financiamentos	234 760	3	2 814	237 578
Fornecedores e outros passivos	142 319	206	1 941	144 466
Total de passivos financeiros	377 079	209	4 754	382 043
Posição financeira líquida	-263 152	66	-675	-263 762

31 de dezembro de 2021	Euro	Kwanza	Lira Turca	Total
Ativos				
Caixa e seus equivalentes	6 988	55	939	7 982
Clientes e Outros Ativos	123 432	186	2 401	126 019
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	120	-	-	120
Total de Ativos financeiros	130 540	242	3 339	134 122
Passivos				
Empréstimos e outros financiamentos	268 354	3	1 439	269 795
Fornecedores e outros passivos	150 952	206	1 426	152 584
Total de passivos financeiros	419 306	209	2 864	422 379
Posição financeira líquida	-288 766	34	475	-288 257

Em 31 de dezembro de 2022 uma variação positiva do Euro em 10% face às restantes moedas resultaria num impacto positivo no capital próprio de 60 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: -50 milhares de euros).

Risco de taxas de juro

O custo da maioria da dívida financeira contraída pela Inapa - IPG está indexado a taxas de referência variáveis, estando atualmente o Grupo por essa via exposto ao risco de taxa de juro. Na medida em que o Grupo não efetua a cobertura de exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito material negativo na sua atividade, situação financeira e resultados. Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através da preparação de orçamentos de tesouraria, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras do Grupo. Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.

Em 31 de dezembro de 2022, caso a taxa de referência utilizada nos empréstimos contraídos varie em 0,25%, mantendo todas as restantes variáveis constantes, os encargos financeiros anualizados teriam uma variação de cerca de 813 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 933 milhares de euros).



Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o desenvolvimento dos ativos e passivos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de revisão da taxa de juro (Euribor 1, 3 ou 6 meses) é apresentado como se segue:

31 de dezembro de 2022	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total
Ativos						
Não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	22	97	119
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	16 503	-	-	-	-	16 503
Total de Ativos financeiros	16 503	-	-	22	97	16 622
Passivos						
Não correntes						
Empréstimos	-	14 517	91 053	5 551	4 258	115 378
Obrigações convertíveis	-	-	-	9 000	-	9 000
Passivos de locação	343	-	30 673	-	-	31 017
Correntes						
Empréstimos	16 753	6 657	22 967	3 704	367	50 448
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Trade Finance	144	17 984	-	-	-	18 128
Passivos de locação	904	-	9 703	-	-	10 607
Total de passivos financeiros	18 144	39 158	157 396	18 254	4 625	237 578

31 de dezembro de 2021	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total
Ativos						
Não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	22	98	120
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	7 982	-	-	-	-	7 982
Total de Ativos financeiros	7 982	-	-	22	98	8 103
Passivos						
Não correntes						
Empréstimos	1 250	14 652	100 023	8 655	4 798	129 378
Obrigações convertíveis	-	-	-	12 000	-	12 000
Passivos de locação	11 256	-	30 774	-	-	42 030
Correntes						
Empréstimos	2 653	4 929	42 748	2 437	400	53 167
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Trade Finance	9	19 960	-	-	-	19 968
Passivos de locação	3 354	-	6 898	-	-	10 252
Total de passivos financeiros	18 521	39 540	183 443	23 092	5 198	269 795

b) Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito que concede aos seus clientes. O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito que asseguram que as vendas sejam efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

Na prossecução dos objetivos gerais já indicados anteriormente, o Grupo segue uma política criteriosa e permanente de monitorização das contas de clientes, nomeadamente tendo em consideração a sua antiguidade e riscos associados e no caso de se verificarem riscos de cobrabilidade, estes serão alvo do reconhecimento de uma perda de imparidade.

As empresas do Grupo recorrem a serviços de informação empresarial e, sempre que a solução se mostra adequada às contingências

com que se confrontam, recorrem à cobertura destes riscos através da contratação de seguros de crédito.

As práticas comuns do Grupo incluem a fixação de limites de crédito para os clientes, equipas internas dedicadas ao acompanhamento de crédito de clientes e reuniões periódicas de acompanhamento da antiguidade dos saldos de clientes por parte da gestão local.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contabilísticos dos ativos financeiros apresentados nos quadros seguintes, relativos à concentração do risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a antiguidade dos saldos de clientes e outros ativos financeiros e o valor limite dos créditos contratados para a carteira de clientes é como se segue:

	2022		2021	
	Clientes	Outros ativos financeiros	Clientes	Outros ativos financeiros
Valores não vencidos	30 350	17 635	55 316	57 546
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	5 685	944	6 773	70
de 31 a 60 dias	5 355	148	1 165	158
de 61 a 90 dias	4 055	566	615	-5
+ de 91 dias	3 734	33 085	1 589	2 448
	49 178	52 377	65 458	60 217
Com risco de cobrança	9 336	1 109	10 899	1 592
Imparidades	-9 234	-1 109	-10 556	-1 592
Saldo líquido	49 281	52 377	65 801	60 217
Limite de seguro de crédito contratado	642 986		629 957	

Os outros ativos financeiros correspondem às rubricas de Outros ativos não correntes e Outros ativos correntes deduzidas dos Custos diferidos (ver Nota 15).

Relativamente aos saldos vencidos, sem imparidade reconhecida, a Inapa - IPG considera não haver riscos relevantes de perdas com a sua cobrança.

O Grupo tem uma apólice de seguro de crédito contratada com a Atradius Crédito y Caución S.A, uma das principais seguradoras de crédito a nível global. Esta apólice foi renovada no decorrer de 2022 até 31 de dezembro de 2024 e cobre não menos do que 70% dos saldos de clientes acima (excluindo os saldos de clientes com risco de cobrança). O montante de limite de crédito acima mencionado é apenas aplicado a clientes com seguro de crédito contratado. A percentagem de cobertura para os clientes abrangidos pela apólice é, geralmente, de 95%.

O risco de crédito de ativos financeiros respeitantes a Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Dos montantes de Caixa e equivalentes de caixa, 237 milhares de euros, encontram-se em depósitos à ordem garantidos na totalidade por Fundo de garantia de depósitos. Do restante montante apresentado em outras categorias, cerca de 2 387 milhares de euros encontram-se também garantidos por Fundo de garantia de depósitos.

Os montantes em “Outros” referem-se a depósitos bancários em bancos ou entidades sem notação de *rating*.

Caixa e Equivalentes de caixa Instituições Financeiras por rating	2022
AA-	11 262
A	695
BB	3 996
Depósito garantido na totalidade	237
Outros	313
Total	16 503

c) Concentrações de risco de crédito

Concentração de ativos financeiros por setor de atividade

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, de acordo com os valores dos ativos financeiros, categorizados por setor de atividade:

	Distribuição Papéis	Embalagem	Comunicação Visual	Outros negócios e atividades	Total
31 de dezembro de 2022					
Ativos					
Caixa e seus equivalentes	10 319	1 560	1 001	3 624	16 503
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10	97	-	13	119
Clientes e Outros Ativos	72 728	12 854	5 686	10 390	101 658
Total de Ativos	83 056	14 511	6 687	14 026	118 280
31 de dezembro de 2021					
Ativos					
Caixa e seus equivalentes	6 649	611	84	638	7 982
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	9	98	-	13	120
Clientes e Outros Ativos	100 586	13 870	5 279	6 285	126 019
Total de Ativos	107 244	14 579	5 363	6 935	134 121

Concentração de ativos financeiros por área geográfica

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 de acordo com os valores dos ativos financeiros, categorizados por área geográfica:

	Alemanha	França	Portugal	Espanha	Outros	Total
31 de dezembro de 2022						
Ativos						
Caixa e seus equivalentes	2 359	8 930	4 199	529	487	16 503
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	103	13	-	3	119
Clientes e Outros Ativos	22 430	38 001	26 100	9 424	5 704	101 658
	24 789	47 034	30 311	9 952	6 194	118 280
31 de dezembro de 2021						
Ativos						
Caixa e seus equivalentes	3 429	1 312	1 194	951	1 096	7 982
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	104	13	-	3	120
Clientes e Outros Ativos	42 610	48 353	21 927	9 082	4 047	126 019
	46 039	49 769	23 133	10 033	5 146	134 121

d) Risco de liquidez

Inapa - IPG gere o risco de liquidez do Grupo atuando em duas vias: garantindo que a componente de médio e longo prazo da sua dívida financeira se adequa à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento (linhas em conta corrente).

O quadro seguinte analisa os passivos financeiros remunerados do Grupo em 31 dezembro de 2022 e de 2021 por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual. Os montantes que constam da tabela são *cash flows* contratuais não descontados incluindo juros.

31 de dezembro de 2022	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Empréstimos						
Papel comercial	160	4 686	2 072	15 334	-	22 252
Empréstimos bancários	1 873	5 710	45 577	67 837	62 532	183 529
<i>Trade finance</i>	75	1 454	17 285	-	-	18 814
Obrigações convertíveis	157	-	3 428	9 833	-	13 418
Passivos de locação	1 124	2 261	8 739	19 946	13 147	45 217
	3 389	14 111	77 100	112 950	75 680	283 231

31 de dezembro de 2021	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Empréstimos						
Papel comercial	115	4 516	2 739	16 788	-	24 158
Empréstimos bancários	2 388	6 537	43 067	62 840	73 311	188 143
<i>Trade finance</i>	102	976	19 209	-	-	20 287
Obrigações convertíveis	196	-	3 543	13 418	-	17 156
Passivos de locação	890	2 103	9 258	32 222	10 683	55 156
	3 691	14 132	77 816	125 268	83 994	304 901

4. Ativos e Passivos Financeiros

A reconciliação da demonstração da posição financeira com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, detalha-se como se segue:

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 de dezembro de 2022					
Ativos					
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	119	-	-	119
Outros ativos não correntes	2 749	-	-	-	2 749
Clientes e Outros ativos correntes	98 909	-	-	3 389	102 298
Caixa e seus equivalentes	16 503	-	-	-	16 503
Total de ativos	118 161	119	-	3 389	121 670
Passivos					
Empréstimos não correntes	-	-	124 378	31 017	155 395
Outros passivos não correntes	-	-	17	-	17
Empréstimos correntes	-	-	71 576	10 607	82 183
Fornecedores e Outros passivos correntes	-	-	144 449	16 263	160 712
Total de passivos	-	-	340 420	57 887	398 308
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 de dezembro de 2021					
Ativos					
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	120	-	-	120
Outros ativos não correntes	3 373	-	-	-	3 373
Clientes e Outros ativos correntes	122 646	-	-	3 636	126 282
Caixa e seus equivalentes	7 982	-	-	-	7 982
Total de ativos	134 001	120	-	3 636	137 757
Passivos					
Empréstimos não correntes	-	-	141 378	42 030	183 408
Outros passivos não correntes	-	-	17	-	17
Empréstimos correntes	-	-	76 135	10 252	86 387
Fornecedores e Outros passivos correntes	-	-	152 567	18 444	171 011
Total de passivos	-	-	370 098	70 726	440 824

Os passivos de locação, apesar de serem passivos financeiros não estão incluídos no âmbito da IFRS 9, pelo que no quadro acima encontram-se incluídos em Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico.

Em 2022 e 2021 os ganhos e perdas com ativos e passivos financeiros analisam-se como segue:

Ganhos e perdas com ativos e passivos

	2022	2021
Ganhos / (perdas) de empréstimos e contas a receber	-940	-895
Provenientes de empréstimos e e outras contas a receber	64	66
Juros e outras perdas suportadas:		
Provenientes de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	-10 501	-11 170
Custos com comissões, garantias e out. custos com passivos financeiros	-5 965	-3 352
Total ganhos e perdas líquidos	-17 342	-15 350

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras foi realizada em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, por recurso a estimativas e suposições que afetam os montantes reportados de ativos e passivos e de proveitos e custos durante o

período de reporte. Será de referir que, apesar de as estimativas se terem baseado no melhor conhecimento do Conselho de Administração em relação aos eventos e ações correntes, os resultados reais podem, em última análise, vir a diferir das mesmas.

As estimativas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

a) Estimativa de imparidade das diferenças do *Goodwill* e marcas

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do *Goodwill*, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.3. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas cujas principais variáveis relevantes são a taxa de atualização e a expectável evolução das vendas (Notas 8 e 9).

De igual forma são efetuados testes de imparidade para as marcas registadas em outros ativos intangíveis, no âmbito dos quais foram utilizadas estimativas (Nota 9).

b) Pressupostos atuariais

As responsabilidades com benefícios definidos (Nota 23) são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais. A diferença verificada entre os pressupostos utilizados e a realidade pode dar origem

a efeitos mais ou menos relevantes nas demonstrações financeiras.

c) Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito a impostos sobre o rendimento em diversas jurisdições sendo que o cálculo do imposto efetuado pelo Grupo (Notas 12 e 30) está sujeito a revisão pelas diversas autoridades fiscais. Quando o resultado final dessas revisões é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos saldos dos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

Adicionalmente, os ativos por impostos diferidos correspondem ao valor de prejuízos fiscais para o qual existe expectativa de recuperação no futuro. A não recuperação dos prejuízos fiscais ou a alteração em futuros exercícios das expectativas de recuperação terão impacto nos resultados do exercício em que a situação se verificar.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Conforme referido na Nota 2.10, o Grupo só efetua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do ativo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção daqueles ativos. Para esse efeito, é aplicado julgamento na interpretação dos contratos com entidades financeiras parceiras, assim como na análise do cumprimento dos critérios para o desreconhecimento.

6. Relato por segmentos

A apresentação da informação por segmentos é efetuada de acordo com os segmentos operacionais identificados, que são a atividade de distribuição de papel, a atividade de embalagem e a atividade de comunicação visual.

A atividade de distribuição de papel corresponde à oferta de produtos para a indústria do gráfico e escritório (*office*), com portefólio de produtos de papel, consumíveis gráficos, bem como serviços de logística associados. A atividade de embalagem envolve o fornecimento de soluções à medida e oferta de produtos tais como: caixas, filmes, cintas, fitas, enchimentos, sacos, etiquetas e equipamentos. A atividade de comunicação visual envolve a distribuição de produtos e serviços para impressão digital de grande formato: impressoras, tintas/*toners*, *media*, *software* e assistência técnica. Não incluídos acima, estão as Outras atividades que incluem as atividades desenvolvidas pelas *holdings* e outras empresas não imputadas aos negócios identificados, onde se incluem as atividades de serviços partilhados, investimento e gestão de participações.

Para efeitos de determinação dos segmentos, para a análise da Administração foi considerado como relevante a organização e verticalização dos produtos/serviços prestados que partilham os mesmos métodos de distribuição, sendo este o formato em que a Administração acompanha a atividade. Não se procedeu à agregação de segmentos reportáveis.

Os resultados e os ativos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis ou os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos, com base na informação de gestão. As transferências intersegmentais são efetuadas a preços de mercado e não são materialmente relevantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a informação financeira por segmentos operacionais, analisa-se da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2022					
	Papel	Embalagem	Comunicação Visual	Outras Atividades	Eliminaç. de consolid.	Consolidado
RÉDITOS						
Vendas externas (Nota 25)	1 094 346	85 956	31 358	-	-	1 211 661
Vendas Inter-segmentais	286	1 997	920	-	-3 203	-
Outros rendimentos	30 107	2 517	1 622	13 383	-12 736	34 893
Réditos totais	1 124 740	90 471	33 900	13 383	-15 940	1 246 554
RESULTADOS						
Resultados segmentais	50 567	3 864	-13	-4 232	2 636	52 822
Resultados operacionais						52 822
Ganhos/ (perdas) em associadas	188	-	-	-	-	188
Gastos de juros	-11 989	-1 020	-453	-9 676	5 956	-17 182
Proveito de juros	5 582	24	95	868	-5 575	995
Resultado Antes de Imposto	44 348	2 869	-372	-13 040	3 018	36 823
Impostos s/lucros	-18 532	-1 162	24	606	-	-19 064
Resultados de atividades ordinárias						17 759
Resultado consolidado líquido	25 816	1 707	-348	-12 434	3 018	17 759
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Ativos do segmento	552 269	48 088	16 370	21 354	-	638 081
Impostos diferidos ativos						25 911
Ativos totais consolidados						663 992
Passivos do segmento	275 460	24 711	7 412	128 736	-	436 318
Impostos diferidos passivos						50 993
Passivos totais consolidados						487 311
Dispêndios de capital fixo	5 877	973	1 084	163	-	8 098
Depreciações e amortizações	16 865	2 016	742	3 616	-	23 239
Imparidade de clientes e outros ativos correntes e não correntes	298	22	18	118	-	456

31 de dezembro de 2021

	Papel	Embalagem	Comunicação Visual	Outras Atividades	Eliminaç. de consolid.	Consolidado
RÉDITOS						
Vendas externas (Nota 25)	855 052	79 487	30 062	4	-	964 606
Vendas Inter-segmentais	241	2 018	1 623	-	-3 882	-
Outros rendimentos	27 536	1 290	831	-845	-	28 812
Réditos totais	882 830	82 796	32 515	-841	-3 882	993 417
RESULTADOS						
Resultados segmentais	14 872	4 383	838	-4 214	-395	15 484
Resultados operacionais						15 484
Ganhos/ (perdas) em associadas	655	-	-	-	-	655
Gastos de juros	-11 103	-946	-195	-8 940	5 176	-16 009
Proveito de juros	3 130	-	3	920	-2 853	1 201
Resultado Antes de Imposto	7 554	3 437	647	-12 234	1 928	1 332
Impostos s/lucros	4 172	-1 665	239	-764	-	1 982
Resultados de atividades ordinárias						3 314
Resultado consolidado líquido	11 727	1 772	886	-12 998	1 928	3 314
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Ativos do segmento	556 652	46 648	11 679	29 310	-	644 289
Impostos diferidos ativos						37 148
Ativos totais consolidados						681 437
Passivos do segmento	303 639	24 019	5 403	142 335	-	475 396
Impostos diferidos passivos						48 618
Passivos totais consolidados						524 015
Dispêndios de capital fixo	7 729	594	1 465	187	-	9 974
Depreciações e amortizações	11 954	2 100	804	445	-	15 304
Imparidade de clientes e outros ativos correntes e não correntes	379	-40	16	-	-	355

Apresenta-se abaixo a divisão geográfica dos Ativos dos segmentos no final do período e Réditos totais para o Grupo como um todo:

	2022		2021	
	Ativos	Réditos totais	Ativos	Réditos totais
Alemanha	439 161	794 192	460 852	647 002
França	120 925	321 149	105 562	239 985
Portugal	56 738	45 661	65 957	40 603
Espanha	7 177	46 557	1 560	36 093
Outros	14 081	38 995	10 357	29 735
	638 081	1 246 554	644 289	993 417

Não existem clientes que representem mais de 10% das vendas do Grupo.



Ativos não correntes por repartição geográfica

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os valores dos ativos não correntes de acordo com a sua localização são os seguintes:

	2022					
	Alemanha	França	Portugal	Espanha	Outros	Total
Ativos fixos tangíveis	11 171	15 715	3 124	307	504	30 822
Ativos sob direito de uso	21 697	5 175	4 638	2 130	956	34 596
Partes de capital relacionadas	-	-	-	1 346	-	1 346
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	103	13	-	3	119
Outros ativos não correntes	-	1 831	860	-	58	2 749
	32 869	22 825	8 635	3 783	1 520	69 633

	2021					
	Alemanha	França	Portugal	Espanha	Outros	Total
Ativos fixos tangíveis	12 439	19 206	11 031	14 123	591	57 390
Ativos sob direito de uso	27 706	4 098	390	137	774	33 105
Partes de capital relacionadas	1 100	-	-	1 160	-	2 260
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	104	13	-	3	120
Outros ativos não correntes	422	1 880	1 070	-	-	3 373
	41 666	25 289	12 504	15 421	1 368	96 248

Informação respeitante à distribuição por segmento do *Goodwill* pode ser consultado na nota respetiva (Nota 8).

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Em curso	Total
Ativos fixos tangíveis							
Custo de aquisição							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	18 474	63 410	16 618	5 809	15 429	457	120 198
Diferenças cambiais	-	-8	-13	-9	-15	-	-46
Aumentos	-	353	1 429	386	319	22	2 510
Alienações / Transferências / Abates	-9 480	-19 484	-7 495	-2 242	-1 458	-117	-40 277
Varição no perímetro de consolidação	-	69	1	1	17	-	88
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8 994	44 340	10 539	3 945	14 293	363	82 474
Depreciações acumuladas							
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	31 995	13 454	4 322	13 035	-	62 808
Diferenças cambiais	-	-6	-13	-9	-14	-	-41
Reforço	-	7 707	769	498	907	-	9 881
Alienações / Transferências / Abates	-	-10 946	-6 449	-2 152	-1 449	-	-20 996
Varição no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	28 751	7 762	2 659	12 479	-	51 652
Valor líquido	8 994	15 589	2 778	1 286	1 814	363	30 822

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Em curso	Total
Ativos fixos tangíveis							
Custo de aquisição							
Saldo em 1 de janeiro de 2021	22 373	72 016	23 496	6 659	11 015	1 081	136 641
Diferenças cambiais	-	-16	-38	-26	-40	-	-119
Aumentos	-	233	1 534	118	519	1 087	3 490
Alienações / Transferências / Abates	-3 899	-8 823	-8 374	-943	3 935	-1 711	-19 815
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18 474	63 410	16 618	5 809	15 429	457	120 198
Depreciações acumuladas							
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	33 683	19 259	4 805	9 374	-	67 123
Diferenças cambiais	-	-13	-34	-26	-37	-	-110
Reforço	-	1 084	797	570	1 120	-	3 571
Alienações / Transferências / Abates	-	-2 759	-6 569	-1 026	2 578	-	-7 776
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	31 995	13 454	4 322	13 035	-	62 808
Valor líquido	18 474	31 416	3 164	1 486	2 395	457	57 390

Nas alienações, destacam-se as operações de *sale and leaseback* dos armazéns de Leganés, Espanha e Sintra, Portugal (com valor líquido contabilístico de 19,3 milhões de euros à data da operação), na sequência do qual foram reconhecidos Ativos sob direito de uso (no montante de 6,1 milhões de euros – ver Nota 9) e Passivos de locação (7,7 milhões de euros – ver Nota 21).

A 31 de dezembro de 2022, não existiam compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

8. Goodwill

A variação do saldo registado na rubrica *Goodwill* durante os exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

Goodwill	
1 de janeiro de 2021	
Valor de aquisição	244 386
Perdas de imparidade acumuladas	-11 766
Saldo em 1 de janeiro de 2021	232 620
Movimentos em 2021	
Diferenças cambiais	-
Aumentos	-
Reduções por imparidade	-
Transferências e abates	-
	232 620
31 de dezembro de 2021	
Valor de aquisição	244 386
Perdas de imparidade acumuladas	-11 766
Saldo em 31 de dezembro de 2021	232 620

(cont.)

Movimentos em 2022	
Diferenças cambiais	0
Aumentos	1 937
Reduções por imparidade	0
Transferências e abates	-5 586
	228 971
31 de dezembro de 2022	
Valor de aquisição	240 737
Perdas de imparidade acumuladas	-11 766
Saldo em 31 de dezembro de 2022	228 971

O Grupo consolidou as operações da JJ Loos SAS a 31 de dezembro de 2022. A empresa foi adquirida pela Inapa France, com referência a 31 de dezembro de 2022, por 3 500 milhares de euros, o qual originou o reconhecimento de um *Goodwill* de 1 937 milhares de euros, considerando um justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos de 1 563 milhares de euros (ver Nota 37).

A rubrica de Transferências e abates inclui um ajustamento de -5 586 milhares de euros decorrente do reconhecimento de um ativo de indemnização respeitante à aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG em 2019, não reconhecido inicialmente. O ajustamento não foi aplicado retrospectivamente, dada a sua imaterialidade no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, quer do período, quer do exercício transato.

Aquando da aquisição de subsidiárias, que operam nos três segmentos de atividade em que o Grupo atua, nomeadamente, distribuição de papel, embalagem e

comunicação visual, são apurados montantes de *Goodwill*, correspondentes à diferença entre o valor de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

No processo de avaliação e consequente determinação do valor de aquisição, são considerados os benefícios económicos futuros que decorrem essencialmente das sinergias e efeitos de escala alcançados com a concentração de atividades, obtidos ao nível do conjunto de cada segmento operacional, e que não podem ser imputados a unidades geradoras de caixa individuais.

Consequentemente, e atendendo a que o segmento de negócio é o nível mais baixo no seio do Grupo utilizado pelo Conselho de Administração para monitorização do *Goodwill*, aquelas diferenças foram imputadas ao conjunto de unidades geradoras de caixa que representam o segmento de negócio desenvolvido pela subsidiária adquirida. Esta abordagem é seguida de modo consistente ao nível dos três segmentos de atividade do Grupo.

Nestas circunstâncias a alocação do *Goodwill* analisa-se como se segue:

	Papel	Embalagem	Com. Visual	Total
<i>Goodwill</i>	203 780	15 657	9 536	228 971

Conforme já foi referido na Nota 2.3, os valores registados em *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor dos mesmos. O Grupo procede anualmente ao cálculo do valor recuperável dos ativos e

passivos associados à atividade de distribuição de Papel, bem como às atividades de Embalagem e de Comunicação Visual, através da determinação do valor de uso, de acordo com o método DCF (*Discounted Cash Flows*).

A análise efetuada calcula de uma forma integrada o valor recuperável do negócio (e consequentemente do *Goodwill*), comparando-o com o ativo líquido contabilístico do conjunto de unidades geradoras de caixa, que inclui, entre outros, o *Goodwill*, as Marcas, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis. É ainda efetuada uma análise adicional referente apenas ao valor recuperável das Marcas (ver Nota 9).

Os testes de imparidade efetuados para efeitos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram suportados em projeções de *cash flows* até 2027, elaboradas tendo por base os planos aprovados pelo Conselho de Administração. As projeções de *cash flows* para além de 2027 resultam da aplicação de taxas de crescimento na perpetuidade, que não excedem a taxa média de crescimento a longo prazo das operações. As margens EBITDA e a taxa de desconto assumidas nos testes de imparidade refletem as expectativas da gestão quanto ao desenvolvimento do mercado e das operações.

Para o cálculo da taxa de desconto aplicada nos testes de imparidade do *Goodwill* dos diversos Grupos de unidades geradoras de caixa, recorreu-se à seguinte abordagem:

- Taxa de juro sem risco: média da *yield* das *Bonds* do Estado Alemão com maturidade

- média implícita de 10 anos;
- Custo da dívida: custo médio ponderado da dívida da Inapa a 31.12.2022, considerando dívida a taxa fixa e a taxa variável;
 - Beta alavancado: apurado com base em informação de mercado de empresas europeias da indústria de Papel, ajustado pelas diferenças de estrutura de capital e efeitos fiscais;
 - Prémio de risco de mercado: valor médio para mercado sem risco;
 - Prémio de risco de país: média ponderada de risco de país dos mercados nos quais a Inapa opera;
 - Estrutura de capitais objetivo: de acordo com avaliação da gestão;
 - Taxa de imposto: média ponderada das taxas de imposto nominais dos mercados nos quais a Inapa opera.

Os pressupostos para cada uma das variáveis utilizadas no cálculo da taxa de desconto podem observar-se no quadro seguinte:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Taxa de juro sem risco	2,14%	1,19%
Custo da dívida	5,42%	5,01%
Beta alavancado	1,06	0,89
Prémio de risco de mercado	5,94%	6,00%
Prémio de risco de país	0,56%	0,40%
Estrutura de capitais objetivo (D/(D+E))	46%	57%
Taxa de imposto	28%	30%

Os principais pressupostos que serviram de base aos testes de imparidade à atividade de distribuição de Papel foram os seguintes:

31 de dezembro de 2022

31 de dezembro de 2021

Taxa nominal de crescimento na perpetuidade	0,00%	0,00%
Margem EBITDA (EBITDA/Vendas)	5,91%	4,90%
Taxa de desconto antes de imposto	9,28%	6,96%

NOTAS: A MARGEM EBITDA APRESENTADA REFERE-SE À MÉDIA NO PERÍODO DA PROJEÇÃO; A TAXA DE DESCONTO ANTES DE IMPOSTO É OBTIDA DE FORMA ITERATIVA PARA CADA GRUPO DE UNIDADES GERADORAS DE CAIXA, COMO PRECONIZADO NA IAS 36.

O aumento da margem EBITDA implícito no teste de imparidade da atividade de distribuição de Papel em 2022 face ao exercício homólogo traduz a atualização de preço médio de mercado e margem bruta, bem como um menor peso dos custos sobre vendas, decorrente das medidas adicionais de eficiência identificadas na Alemanha, essencialmente nas áreas de logística e de organização comercial.

A Empresa procedeu a análises de sensibilidade aos testes de imparidade do *Goodwill* dos diversos Grupos de unidades geradoras de caixa, simulando isoladamente o impacto de uma variação de 50 pontos base na taxa de crescimento, na Margem EBITDA e na taxa de desconto, tendo-se concluído pela inexistência de indícios de imparidade.

Relativamente ao teste de imparidade à atividade de distribuição de Papel, uma eventual variação nos pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, simulados isoladamente, só representaria uma perda por imparidade para uma variação negativa de 1130 pontos base na taxa de crescimento, uma variação negativa de 195 pontos base

na margem EBITDA e uma variação positiva de 620 pontos base na taxa de desconto. O Conselho de Administração não considera estas variações de pressupostos como prováveis, tendo por base a estratégia operacional definida para o Grupo Inapa e as estimativas macroeconómicas e de mercado conhecidas a esta data.

9. Ativos intangíveis e Ativos sob direito de uso

a) Ativos intangíveis

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foram os seguintes:

	Software, patentes e propriedade industrial	Marcas	Carteira de clientes	Ativos em curso e adiantamentos	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	50 647	130 692	6 096	3 699	191 135
Diferenças cambiais	-20	-	-	-	-20
Aumentos	3 850	-	-	1 738	5 588
Alienações/Transferências/abates	-9 061	-	-	-3 950	-13 011
Variação no perímetro de consolidação	55	-	-	-	55
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45 471	130 692	6 096	1 488	183 747
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	35 289	27 464	2 909	-	65 662
Diferenças cambiais	-15	-	-	-	-15
Reforço	3 225	-	212	-	3 437
Alienações/Transferências/abates	-14 793	-	-	-	-14 793
Variação no perímetro de consolidação	54	-	-	-	54
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23 760	27 464	3 121	-	54 345
Custo de aquisição	45 471	130 692	6 096	1 488	183 747
Amortizações acumuladas	23 760	-	3 121	-	26 881
Perdas por imparidade acumuladas	-	27 464	-	-	27 464
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	21 711	103 227	2 974	1 488	129 401

	Software, patentes e propriedade industrial	Marcas	Carteira de clientes	Ativos em curso e adiantamentos	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	40 096	130 692	6 096	8 513	185 397
Diferenças cambiais	-43	-	-	-	-43
Aumentos	1 668	-	-	4 816	6 484
Alienações/Transferências/abates	8 926	-	-	-9 629	-703
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50 647	130 692	6 096	3 699	191 135
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	33 510	27 464	2 697	-	63 671
Diferenças cambiais	-35	-	-	-	-35
Reforço	1 878	-	212	-	2 090
Alienações/Transferências/abates	-64	-	-	-	-64
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35 289	27 464	2 909	-	65 662
Custo de aquisição	50 647	130 692	6 096	3 699	191 135
Amortizações acumuladas	35 289	-	2 909	-	38 198
Perdas por imparidade acumuladas	-	27 464	-	-	27 464
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	15 358	103 227	3 187	3 699	125 471

A 31 de dezembro de 2022, não existiam compromissos para a aquisição de ativos intangíveis.

As variações ocorridas na rubrica de *Software*, patentes e propriedade industrial em 2021 e 2022 devem-se, essencialmente, ao investimento em infraestruturas informáticas e ao desenvolvimento e implementação do novo ERP do Grupo (*software* SAP).

O saldo apresentado como ativos em curso e adiantamentos que a 31 de dezembro de 2022 ascendem a 1 488 milhares de euros (2021: 3 699 milhares de euros), correspondem essencialmente ao investimento no novo ERP do Grupo.

A Inapa - IPG, identificou como ativos intangíveis de vida útil indefinida, um conjunto de Marcas registadas aquando da aquisição das subsidiárias que as detinham, para as quais não existe um limite temporal a partir do qual deixem de gerar benefícios económicos para o Grupo, sendo estes os únicos ativos intangíveis do Grupo com vida útil indefinida.

O valor dos ativos intangíveis em causa é sujeito a testes de imparidade anuais em harmonia com o disposto na IAS 36 de que resultou uma perda de imparidade de 27 464 milhares de euros registada em 2006, fixando-se o seu valor líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no montante de 103 227 milhares de euros.

O valor contabilístico das Marcas diz respeito ao segmento de Papel, comercializadas principalmente em França, Alemanha e Portugal.

Em 2022 foi efetuada uma avaliação que procedeu ao cálculo do valor estimado das Marcas utilizando o método DCF (*Discounted Cash Flow*), tendo em conta as respetivas rentabilidades totais.

Os testes de imparidade efetuados para efeitos das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram suportados em projeções de *cash flows* até 2027, elaboradas tendo por base os planos aprovados pelo Conselho de Administração.

As projeções de *cash flows* para além de 2027 resultam da aplicação de taxas de crescimento na perpetuidade, que não excedem a taxa média de crescimento a longo prazo das operações.

A metodologia para o apuramento da taxa de desconto foi a adotada para efeitos de realização dos testes de imparidade ao *Goodwill* (ver Nota 8).

Os principais pressupostos que serviram de base aos testes de imparidade às Marcas foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Taxa nominal de crescimento na perpetuidade	0,00%	0,00%
Taxa de desconto antes de imposto	8,85%	6,45%

A avaliação efetuada resultou nos seguintes montantes de valor recuperável por marca:

Designação	Valor da avaliação
Inapa Tecno	93 772
Inapa Imagine	22 367
Galaxi	8 211
Bavaria	12 336
Prima	9 078
Outros	65 594
	211 358

Após a realização dos testes de imparidade, não foi identificada perda por imparidade a registar.

A Empresa procedeu a análises de sensibilidade ao teste de imparidade das Marcas, simulando isoladamente o impacto de uma variação de 50 pontos base na taxa de crescimento e na taxa de desconto, tendo-se concluído pela inexistência de indícios de imparidade.

b) Ativos sob direito de uso

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações foram os seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	46 828	13 072	594	60 494
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Aumentos	12 698	3 831	530	17 060
Alterações contratuais/ Abates	-8 402	-4 705	-18	-13 124
Variação no perímetro de consolidação	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	51 125	12 199	1 106	64 430
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	19 770	7 558	61	27 389
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Reforço	6 644	3 134	143	9 920
Alterações contratuais/ Abates	-2 752	-4 706	-18	-7 476
Variação no perímetro de consolidação	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23 662	5 986	186	29 834
Custo de aquisição	51 125	12 199	1 106	64 430
Depreciações acumuladas	23 662	5 986	186	29 834
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	27 463	6 213	920	34 596

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	52 551	12 304	729	65 585
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Aumentos	8 712	3 245	-	11 957
Alterações contratuais/ Abates	-14 434	-2 477	-135	-17 047
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46 828	13 072	594	60 494
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	27 226	6 686	134	34 046
Diferenças cambiais	-	-	-	-
Reforço	6 172	3 407	63	9 643
Alterações contratuais/ Abates	-13 628	-2 536	-135	-16 300
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19 770	7 558	61	27 389
Custo de aquisição	46 828	13 072	594	60 494
Amortizações acumuladas	19 770	7 558	61	27 389
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	27 058	5 514	533	33 105

As alterações contratuais/abates respeitam essencialmente a contratos de locação que terminaram durante o período.

Os ativos que se encontram registados nesta rubrica dizem respeito, essencialmente, a contratos de locação de armazéns e escritórios

e de veículos utilizados pelo Grupo na sua atividade nas diversas geografias, tendo sido consideradas as condições contratuais relativas a extensões ou renovações do período do contrato, quando existentes, no apuramento do valor do ativo sob direito de uso e do passivo de locação.

10. Partes de capital em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os investimentos em empresas associadas, tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Surpapel, SL	1 346	1 160
Römerturm Feinstpapier GmbH & Co KG	-	1 100
	1 346	2 260

Em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo naquela data, a informação financeira relativamente a participações registadas em Partes de capital em empresas associadas é a seguinte:

Empresa	Sede social	Ativos	Capitais próprios	Proveitos	Resultado líquido	% capital detido	Resultado apropriado	Valor de balanço
Surpapel, SL	Polígono Industrial Guadalquivir, c/ Tecnología, 1 41120 Gelves Sevilla	8 420	2 517	14 717	779	25%	186	1 346
							186	1 346
Empresa	Sede social		Capitais próprios (a)	% capital detido (b)	(a) x (b)	Goodwill implícito	Valor de balanço	
Surpapel, SL	Polígono Industrial Guadalquivir, c/ Tecnología, 1 41120 Gelves Sevilla		2 517	25%	629	717	1 346	

Em 2022 foi alienada a participação na Römerturm Feinstpapier GmbH & Co KG.



O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, na rubrica de Partes de capital em empresas associadas, foi o seguinte:

Saldo em 1 de janeiro de 2021	2 385
Aquisições	-
Alienações	-
Distribuição de dividendos	-780
Resultado apropriado	655
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2 260
Aquisições	-
Alienações	-1100
Distribuição de dividendos	-
Resultado apropriado	186
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	1 346

11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica Ativos financeiros ao justo valor através de resultados tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Não corrente		
Outros	119	120
Corrente		
Outros	-	-
	119	120

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, na rubrica Ativos financeiros ao justo valor através de resultados foi o seguinte:

Movimentos 2021/2022

Saldo em 1 de janeiro de 2021	119
Aquisições	-
Alienações	-
Variação de justo valor	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	120
Aquisições	-
Alienações	-
Variação de justo valor	-1
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	119



12. Impostos diferidos

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Em 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

	01-01-2022	Transferências	Reservas de justo valor e outras reservas	Resultado do exercício (Nota 30)	31-12-2022
Ativos por impostos diferidos					
Provisões tributadas	663	-	-	877	1 540
Prejuízos fiscais reportáveis	27 574	-	-	-10 151	17 423
Outros	8 910	-1 810	-1 026	873	6 947
	37 148	-1 810	-1 026	-8 401	25 911
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de ativos tangíveis	-1 261	-	-	-1 405	-2 666
Amortizações	-23 646	1 935	-	-1 585	-23 297
Outros	-23 711	-124	-	-1 195	-25 030
	-48 618	1 810	-	-4 185	-50 993
Impostos diferidos líquidos	-11 471	-	-1 026	-12 586	-25 082

	01-01-2021	Transferências	Reservas de justo valor e outras reservas	Resultado do exercício (Nota 30)	31-12-2021
Ativos por impostos diferidos					
Provisões tributadas	391	-	-	272	663
Prejuízos fiscais reportáveis	26 262	-	-	1 312	27 574
Outros	6 930	3 847	-492	-1 375	8 910
	33 584	3 847	-492	209	37 148
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de ativos tangíveis	-1 216	-	-	-45	-1 261
Amortizações	-25 859	-	-	2 212	-23 646
Outros	-20 595	-3 847	-	731	-23 711
	-47 670	-3 847	-	2 898	-48 618
Impostos diferidos líquidos	-14 086	-	-492	3 107	-11 471

Em 2022, dos 1 026 milhares de euros negativos reconhecidos acima em Reservas de justo valor e outras reservas, -1 000 milhares de euros estão apresentados em Remensurações de responsabilidades por benefícios definidos na demonstração do rendimento integral (Nota 23), -26 milhares de euros estão apresentados em Diferenças de conversão cambial, na mesma demonstração.

Em 2021, dos 492 milhares de euros negativos reconhecidos acima em Reservas de justo valor e outras reservas, -401 milhares de euros estão apresentados em Remensurações de responsabilidades por benefícios definidos na demonstração do rendimento integral (Nota 23), -91 milhares de euros estão apresentados em Diferenças de conversão cambial, na mesma demonstração.

Os passivos por impostos diferidos apresentados em Outros acima dizem essencialmente respeito à valorização das Marcas (Nota 9), no valor de 23 226 milhares de euros.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respetivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis

futuros. O Grupo reconheceu impostos diferidos ativos no valor de 17 423 milhares de euros referentes a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, e que se detalham como se segue:

Empresa	Valor do imposto	Valor do imposto	Data limite de utilização
	2022	2021	
Inapa France	4 574	7 447	ilimitado
Inapa España	5 000	7 207	ilimitado
Inapa Belgium	-	1 329	ilimitado
Inapa Deutschland	7 849	11 591	ilimitado
	17 423	27 574	

No presente exercício, para as entidades acima que apresentam um prejuízo fiscal, a Administração avaliou a probabilidade de recuperação, através de projeções de *cash flows*, tendo em conta a data limite de utilização dos mesmos prejuízos, adaptando-se os cálculos, embora as entidades não sejam consideradas unidades geradoras de caixa, por si só. A taxa de crescimento após o prazo de 5 anos foi a utilizada para a realização dos testes de imparidade ao *Goodwill* (segmento de distribuição de papel) e às marcas (Notas 8 e 9).

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os Inventários decompõem-se como se segue:

	2022	2021
Produtos acabados e intermédios	651	651
Mercadorias	91 384	55 863
	92 035	56 514
Ajustamento para valor de realização (Nota 17)	-2 079	-1 482
	89 956	55 032

Não foram consignadas existências como garantia do cumprimento de obrigações contratuais.

O custo dos produtos vendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 ascendem a 973.364 e 782.581 milhares de euros, respetivamente e foi apurado como segue:

	2022	2021
Inventários iniciais	56 514	64 728
Variações de perímetro (Nota 37)	1 101	-
Compras e regularizações de existências	1 007 188	775 318
Inventários finais	92 035	56 514
	972 768	783 531
Perdas por imparidade (Nota 17)	1 392	946
Reversões de perda por imparidade (Nota 17)	-796	-1 897
	973 364	782 581

14. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os Clientes decompõem-se como segue:

	2022	2021
Clientes		
Clientes c/ corrente	42 104	59 167
Clientes c/ letras	7 075	6 291
Clientes cobrança duvidosa	9 336	10 899
	58 514	76 357
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-9 233	-10 556
Clientes - saldo líquido	49 281	65 801

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade no montante 702 milhares de euros e de 1.580 milhares de euros respetivamente, relativo ao reforço da imparidade de clientes, o qual foi registado na rubrica de Outros custos (Notas 17 e 27).

A redução do saldo de Clientes em 2022 está associada à realização de operações de cessão de créditos através da realização de um contrato de *factoring* na operação francesa do Grupo que abrange a maioria dos saldos de clientes nessa geografia (ver Nota 21). A cessão de créditos ao abrigo deste contrato reúne as condições que permitem o respetivo desreconhecimento (Nota 2.10).

15. Impostos a recuperar e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Impostos a recuperar decompõe-se como se segue:

	2022	2021
Imposto sobre o Rendimento	1 321	652
	1 321	652

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos das rubricas Outros ativos correntes e não correntes analisam-se como segue:

	2022	2021
Outros ativos não correntes		
Outros investimentos	558	500
Outros devedores	2 886	3 584
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-695	-711
	2 749	3 373
Outros ativos correntes		
Adiantamentos a fornecedores	2 369	2 888
Outros devedores	34 032	39 850
Outros impostos a recuperar	928	1 204
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	-414	-881
	34 545	43 062
Acréscimo de proveitos	13 641	14 987
Custos diferidos	2 461	2 431
	53 017	60 481

A rubrica de Outros devedores não correntes inclui, entre outros, depósitos garantia junto de empresas de *factoring* no montante de

791 milhares de euros (2021: 805 milhares de euros) e Empréstimos concedidos no montante de 1 100 milhares de euros (2021: 1 500 milhares de euros).

A rubrica de Outros devedores correntes inclui os saldos a receber de fornecedores e de seguradoras de crédito nas diversas geografias, assim como montantes a receber decorrente da cessão de créditos de clientes através de contratos de *factoring* (ver Nota 14 e Nota 21 d)).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Acréscimo de proveitos corresponde, fundamentalmente, à especialização no final do exercício do valor a receber relativo a proveitos obtidos pelo Grupo resultantes de processos de negociação, sobre compras e bónus sobre compras, a receber dos fornecedores.

16. Caixa e equivalentes de caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 analisa-se como se segue:

	2022	2021
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16 500	7 950
Numerário	3	32
Caixa e seus equivalentes no balanço	16 503	7 982
Descobertos bancários	-904	-974
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	15 599	7 009

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos (Nota 21).

Procedeu-se à reconciliação entre os movimentos das rubricas de financiamento constantes da demonstração da posição financeira e os fluxos de caixa respeitantes para os períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2022						
	A 1 de janeiro de 2022	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamento respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	Ajustamento cambial	A 31 de dezembro de 2022
Passivo não Corrente						
Empréstimos	183 408	179 463	-30 791	-176 460	-225	155 395
Passivo Corrente						
Empréstimos	86 387					82 183
Descobertos bancários	-974					-904
Subtotal	85 413	19 276	-206 718	181 541	1 767	81 279
Outros passivos correntes - especialização de juros (Nota 24)	1 609	-	-17 182	15 953	-	380
	270 430	198 739	-254 692	21 034	1 542	237 054
2021						
	A 1 de janeiro de 2021	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamento respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	Ajustamento cambial	A 31 de dezembro de 2021
Passivo não Corrente						
Empréstimos	221 462	178 810	-50 659	-165 394	-811	183 408
Passivo Corrente						
Empréstimos	102 921					86 387
Descobertos bancários	-18 741					-974
Subtotal	84 180	29 902	-160 556	134 283	-2 396	85 413
Outros passivos correntes - especialização de juros (Nota 24)	211	-	-14 611	16 009	-	1 609
	305 853	208 712	-225 825	-15 102	-3 207	270 430

Os movimentos não monetários incluem as reclassificações de Passivo não corrente para Passivo corrente ao longo do período, especializações de gastos, assim como operações financeiras sem fluxo financeiro associado.

17. Imparidades

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, as imparidades de ativos reconhecidas tiveram os seguintes movimentos:

	Goodwill	Outros ativos intangíveis	Inventários	Clientes	Outros ativos correntes e não correntes	Total
	(Nota 8)	(Nota 9)	(Nota 13)	(Notas 14 e 27)	(Notas 15 e 27)	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	11 766	27 464	2 516	11 864	1 549	55 159
Reforço	-	-	946	1 580	43	2 569
Utilizações/transferências	-	-	-83	-1 065	-	-1 148
Reversões	-	-	-1 897	-1 268	-	-3 165
Ajustamento cambial	-	-	-	-554	-	-554
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11 766	27 464	1 482	10 556	1 592	52 861
Reforço	-	-	1 392	702	420	2 514
Utilizações/transferências	-	-	-	-1 189	-876	-2 065
Reversões	-	-	-796	-639	-27	-1 462
Ajustamento cambial	-	-	-	-198	-	-198
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11 766	27 464	2 079	9 233	1 109	51 651

O efeito em resultados dos reforços e reversões das imparidades de inventários encontra-se registrado nos custos das vendas (Nota 13).

Os reforços e reversões de inventários apresentam a seguinte divisão por segmentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

2022					
	Distribuição Papéis	Embalagem	Comunicação Visual	Outros negócios e atividades	Total
Reforço imparidade de inventários	685	212	-	496	1.392
Reversão imparidade de inventários	-640	-155	-	-	-796
2021					
	Distribuição Papéis	Embalagem	Comunicação Visual	Outros negócios e atividades	Total
Reforço imparidade de inventários	820	126	-	-	946
Reversão imparidade de inventários	-1.860	-37	-	-	-1.897

18. Capital social

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 526.225.508 ações, das quais todas têm natureza ordinária. O capital social, no valor de 180.135 milhares de euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2022, os acionistas da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, SA aprovaram a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração,

nos termos da qual o resultado líquido positivo do exercício de 2021, no montante de 3.314.095,51 euros, foi transferido para resultados transitados.

Em 2022, a Inapa - IPG foi sendo notificada ao abrigo do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários e do Regulamento da CMVM 5 / 2008, da alteração de participações qualificadas.

As ações ordinárias são transacionadas com o ISIN PTINA0AP0008.

A estrutura acionista a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro 2021 é a seguinte:

Acionista	31 de dezembro de 2022		
	N.º de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Participação imputável ao MillenniumBCP	71 097 348	13,51%	13,51%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	-	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português	71 097 348	13,51%	13,51%
Nova Expressão SGPS, SA	52 625 000	10,00%	10,00%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	394 367 563	74,94%	63,39%

Acionista	31 de dezembro de 2021		
	N.º de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Participação imputável ao MillenniumBCP	112 996 710	21,47%	21,47%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	19 483 041	3,70%	3,70%
Banco Comercial Português	93 513 669	17,77%	17,77%
Nova Expressão SGPS, SA	43 500 000	8,27%	8,27%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	427 141 925	81,17%	69,62%

Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Inapa - IPC não detinha ações próprias.

19. Prémios de emissão de ações, Reservas e Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as rubricas Prémios de emissão de ações, Reservas e Resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	2022	2021
Prémios de emissão de ações	431	431
Reserva de conversão cambial	-11 155	-10 282
Reservas de reavaliação	31 532	31 532
Reserva legal	7 574	7 574
Outras reservas	-6 669	-9 041
Reservas	21 282	19 782
Resultados transitados	-42 926	-46 240

Os Prémios de emissão de ações correspondem à diferença entre o valor nominal das ações da Inapa - IPG adquiridas e o seu valor de realização e não são distribuíveis sob a forma de dividendos, mas poderão ser utilizados para incorporação no Capital ou para cobertura de prejuízos.

A Reserva de conversão cambial inclui a diferença da conversão cambial de todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do relato financeiro. A variação negativa de 872 milhares de euros é apresentada na demonstração

do rendimento integral sob a designação Saldos que poderão no futuro ser reclassificadas para resultados. A variação de Outras reservas no montante de 2372 milhares de euros respeita principalmente a saldos que não serão reclassificados para resultados, mais precisamente, a remensurações de responsabilidades por benefícios definidos e respetivos impostos diferidos (ver Notas 23 e 12).

As Reservas de reavaliação correspondem maioritariamente ao valor dos bens reavaliados à data de transição para os IAS/IFRS.

A variação ocorrida na rubrica de Resultados transitados reflete a aplicação dos resultados do ano anterior.

No período atual, não foram reclassificados valores anteriormente apresentados em rendimento integral para resultados do exercício.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20. Resultados por ação

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no resultado líquido atribuível aos acionistas da Inapa - IPG e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação. O resultado básico por ação e o resultado diluído por ação são conforme segue:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	17 759	3 314
Número médio ponderado de ações - em milhares	526 226	526 226
Obrigações convertíveis - ações potenciais - em milhares	125 747	157 184
Resultado básico por ação - em euros	0,0337	0,0063
Resultado diluído por ação - em euros	0,0272	0,0048

De referir ainda que, de acordo com o parágrafo n.º 69 do IAS 33, mesmo quando se está na presença de um resultado líquido negativo devem ser aplicadas as mesmas regras na determinação dos valores a considerar no cálculo do resultado por ação.

As Obrigações convertíveis – ações potenciais correspondem às obrigações convertíveis emitidas no âmbito da aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG (ver Nota 21). Estas obrigações atribuem ao detentor a opção de conversão (de tipo americana) em 19% de ações ordinárias da Inapa - IPG (*fixed-for-fixed*).

21. Empréstimos e outros financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a dívida tinha a seguinte composição:

		2022	2021
Dívida corrente			
Empréstimos bancários			
Descobertos bancários	a)	904	974
Financiamentos de curto prazo	a)	14 157	16 303
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	b)	5 750	6 521
Financiamento de médio e longo prazo (parcela com maturidade até 1 ano)	c)	29 637	29 370
		50 448	53 167
Obrigações convertíveis	e)	3 000	3 000
Trade Finance	d)	18 128	19 968
Passivos de locação		10 607	10 252
Total da dívida corrente		82 183	86 387
Dívida não corrente			
Empréstimos bancários			
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	b)	13 791	15 241
Financiamento de médio e longo prazo	c)	101 587	114 137
		115 378	129 378
Obrigações convertíveis	e)	9 000	12 000
Passivos de locação		31 016	42 030
Total da dívida não corrente		155 395	183 408
		237 578	269 795

a) Os descobertos bancários e financiamentos de curto prazo têm períodos de renovação anuais e vencem juros à taxa Euribor a 1, 3, 6 ou 12 meses acrescidos de um *spread*.

b) A dívida relativa a Papel comercial detalha-se como se segue:

O Grupo tem programas de emissão de papel comercial negociados com maturidade contratual até um ano que classifica como passivo corrente. Nos casos em que o Grupo tem prazos de maturidade negociados superiores a um ano apresenta a parcela a vencer-se até um ano como passivo corrente e o valor remanescente como passivo não corrente.

Emitente	Montante em dívida	Maturidade	Taxa de juro	Modalidade de Reembolso
Inapa - IPG e Inapa Portugal	14 466	setembro 2025	Taxa variável	prestações semestrais
Inapa - IPG e Inapa Portugal	725	setembro 2025	Taxa variável	prestações semestrais
Inapa - IPG	3 100	fevereiro 2023	Taxa variável	Integral na maturidade
Inapa - IPG	1 250	junho 2023	Taxa variável	prestações mensais

- c) O financiamento de médio e longo prazo, incluindo a parcela com maturidade de até 1 ano, detalha-se, essencialmente, como se segue:

Empréstimos bancários

Montante em dívida	Maturidade	Taxa de juro	Modalidade de Reembolso
48 452	abril 2033	Taxa variável	prestações anuais
34 671	junho 2035	Taxa variável	prestações semestrais
7 030	novembro 2033	Taxa variável	prestações mensais
14 823	outubro 2023	Taxa variável	prestações mensais a partir de março de 2023
2 398	março 2024	Taxa variável	prestações mensais
2 425	março 2025	Taxa variável	prestações trimestrais
1 319	junho 2024	Taxa variável	prestações mensais
390	junho 2023	Taxa variável	prestações semestrais
661	março 2024	Taxa variável	prestações trimestrais

O Grupo contratou em 2020 linhas de crédito específicas disponibilizadas no contexto do Covid-19, cujos montantes a 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

- i) Financiamentos com a garantia do Estado francês no valor de 7 814 milhares de euros (9 674 milhares de euros a 31 de dezembro de 2021). Vencem juros à taxa fixa, sendo reembolsados até maio de 2026.
- ii) Financiamentos com garantia do Estado português no valor de 2 750 milhares de euros. Vencem juros mensalmente à taxa Euribor 6 meses acrescida de 1,50 pontos percentuais. A reembolsar em prestações mensais até 2026, tendo havido um período de carência até 18 meses.

operações de *factoring* no valor de 18 128 milhares de euros, sendo o capital garantido pelas faturas dos clientes.

- e) Obrigações convertíveis emitidas no valor 15 000 milhares de euros e cujo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2022 é de 12 000 milhares de euros. As mesmas foram emitidas a favor da Papyrus GmbH, como parte da contrapartida pela aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG. Vencem juros trimestralmente à taxa fixa de 5,00%. A reembolsar em 5 prestações de capital iguais, a primeira em julho de 2022 e a última em julho de 2026.

Conforme indicado acima, em 31 de dezembro 2022, o Grupo apresenta obrigações convertíveis emitidas no valor de 12 000 milhares de euros. Estas obrigações, que

- d) Empréstimos bancários associados a

atribuem ao detentor a opção de conversão (de tipo americana) em 2022 em 19,3% (2021: 23,0%) de ações ordinárias da Inapa - IPC (*fixed-for-fixed*), foram emitidas a favor da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG, tendo a parte vendedora ficado ainda credora de uma *vendor note* pelo valor remanescente da aquisição, que já foi totalmente liquidada. A avaliação implícita da opção deve assim ser vista estritamente no contexto da operação de aquisição da Papyrus, na sua globalidade, não constituindo referencial relevante de valorização fora este enquadramento. De acordo com os princípios, de mensuração da IAS 32, uma vez que a taxa de juro das obrigações nesta transação excede juros comparáveis, não foi atribuído valor à opção para efeitos de registo contabilístico.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a dívida relativa a Passivos de locação era a seguinte:

	2022	2021
Dívida relativa Passivos de locação		
Não correntes	31 016	42 030
Correntes	10 607	10 252
	41 624	52 282
Dívidas com Passivos de locação		
Valor das rendas - não descontado		
a menos de 1 ano	26 708	11 933
a mais de 1 ano e a menos de 5 anos	12 970	35 541
a mais de 5 anos	7 004	10 293
	46 283	57 767
Encargo financeiro a suportar	-4 660	-5 485
	41 624	52 282

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os empréstimos obtidos não correntes, correntes e as responsabilidades com passivos de locação apresentam os seguintes termos e prazos de reembolso:

	2022					
	Moeda	Tx. de juro média	Inferior a 1 ano	1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	Eur	6,5%	13 555	-	-	13 555
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	TRY	15,1%	1 506	-	-	1 506
Papel Comercial	Eur	6,2%	5 750	13 791	-	19 541
Financiamentos	Eur	5,2%	29 637	49 492	52 095	131 224
<i>Trade finance</i>	Eur	3,7%	18 128	-	-	18 128
Obrigações convertíveis	Eur	5,1%	3 000	9 000	-	12 000
Passivos de locação	Eur	4,1%	10 607	18 347	12 670	41 623
			82 184	90 630	64 765	237 578

	2021					
	Moeda	Tx. de juro média	Inferior a 1 ano	1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Descobertos bancários e financiamentos de curto prazo	Eur	3,8%	17 277	-	-	17 277
Descobertos bancários e financiamentos a curto prazo	TRY	0,0%	-	-	-	-
Papel Comercial	Eur	4,5%	6 521	15 241	-	21 762
Financiamentos	Eur	3,4%	29 370	49 856	64 281	143 506
<i>Trade finance</i>	Eur	1,6%	19 968	-	-	19 968
Obrigações convertíveis	Eur	5,1%	3 000	12 000	-	15 000
Passivos de locação	Eur	4,0%	10 252	31 347	10 683	52 281
			86 388	108 443	74 964	269 795

A taxa de juro média em liras turcas (TRY) refere-se a financiamentos localizados na operação na Turquia e deve-se essencialmente ao risco país.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha disponíveis cerca de 31 000 milhares de euros relativos a linhas de crédito que não se encontravam utilizadas, nomeadamente *factoring* (31 de dezembro de 2021: 77 600 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o montante líquido da dívida financeira consolidada é o seguinte:

	2022	2021
Empréstimos		
Correntes	50 448	53 167
Não correntes	115 378	129 378
	165 826	182 545
<i>Trade Finance</i>	18 128	19 968
Obrigações convertíveis	12 000	15 000
Passivos de locação	41 624	52 282
	237 578	269 795
Caixa e seus equivalentes (Nota 16)	16 503	7 982
	16 503	7 982
	221 075	261 813

Os financiamentos contratados pelo Grupo poderão estar sujeitos a *covenants* financeiros que, se não cumpridos, podem obrigar ao seu reembolso antecipado.

Os *covenants* atualmente em vigor, os respetivos rácios e os saldos dos respetivos financiamentos em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Empréstimo	2022	Rácio	Limite	
Empréstimo bancário - Inapa França (1)	390	Dívida financeira líquida / Capital Próprio	5,50%	50%
Papel Comercial - Inapa Portugal e Inapa - IPG (2)	15 191	Dívida financeira líquida / Re-EBITDA	2,5x	7,0x

(1) O RÁCIO É CALCULADO EM FUNÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA ENVOLVIDA.

(2) O RÁCIO É CALCULADO EM FUNÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Atendendo ao limite contratualizado, o Grupo cumpria os limites que os referidos contratos de financiamento lhe impõem.

22. Provisões

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

	Não Corrente	Corrente	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	1 533	7 179	8 712
Reforço (Notas 26 e 27)	37	-	37
Utilizações	-1 347	-3 795	-5 142
Reversões	-161	-1 842	-2 003
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	62	1 542	1 604
Reforço (Notas 26 e 27)	358	7 360	7 718
Utilizações	-	-1 444	-1 444
Reversões (Nota 25)	-	-69	-69
Transferências	-	-	-
Variações no perímetro de consolidação (Nota 38)	33	-	33
Saldo em 31 de dezembro de 2022	453	7 389	7 842

O saldo desta rubrica corresponde a provisões para fazer face a gastos de reestruturação e aos riscos inerentes a litígios associados a processos judiciais em curso.

O reforço de 2022 deveu-se na sua vasta maioria aos procedimentos de reestruturação em curso na Alemanha.

23. Benefícios concedidos a empregados

Conforme referido na Nota 2.21, o Grupo implementou planos de pensões de benefícios definidos, relativamente a alguns dos seus trabalhadores. Adicionalmente, atribui outro tipo de benefícios pós-emprego conforme abaixo discriminados.

	2022	2021
Saldos no balanço para:		
Benefícios concedidos a empregados:		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	12 878	17 640
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	3 988	4 140
	16 866	21 780
Gastos na demonstração de resultados:		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	-247	117
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	131	134
	-115	251
Montante reconhecido em Reservas:		
Complementos de pensões de reforma - benefícios definidos	-3 100	-833
Outros benefícios pós-emprego - benefícios definidos	-170	-629
	-3 270	-1 462

Os montantes totais das responsabilidades por serviços passados e dos respetivos fundos relativos aos planos de benefícios definidos concedidos a empregados são como segue:

31 de dezembro de	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Responsabilidades por serviços passados	-16 866	-21 780	-24 316	-24 618	-6 676	-6 731	-5 700
Fundo	-	-	-	-	-	-	133
Excedente ou défice do plano	-16 866	-21 780	-24 316	-24 618	-6 676	-6 731	-5 567
Ajustamentos de experiência passivos do plano	6	6	6	6	6	-30	-51
Ajustamentos de experiência ativos do plano	-	-	-	-	-	-6	26

a) Planos de pensões de benefícios definidos

Empresas localizadas em Portugal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem quaisquer planos de pensões para membros dos órgãos sociais ou empregados das sociedades portuguesas do Grupo.

Inapa France, SA

Em anos anteriores, havia um plano de benefício definido para três colaboradores da Inapa France, cuja gestão era efetuada por uma entidade externa. No decorrer de 2022, este plano foi liquidado, não existindo qualquer responsabilidade a 31 de dezembro de 2022.

O estudo atuarial efetuado por uma entidade independente, reportado a 31 de dezembro de 2021, considerava os seguintes pressupostos atuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	-	1,30%
Taxas de desconto	-	0,80%
Tábua de mortalidade	-	TGF/TGH 2005

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados	-	838
Responsabilidade reconhecida	-	838

O movimento registado nas responsabilidades com serviços passados relativas a complementos com pensões e respetivo fundo constituído foi como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	838	825
Serviços correntes	-	9
Custo dos juros	-	3
Perdas/ (ganhos) actuariais	-	1
Benefícios pagos	-441	-
Regularizações	-397	-
Saldo Final	0	838

Os valores reconhecidos na demonstração de resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	-	9
Custo de juros	-	3
Regularizações	-397	-
Total incluído em Custos com pessoal	-397	12

Inapa Deutschland, GmbH

Proveniente da ex-Papier Union GmbH (agora parte integrante da Inapa Deutschland, GmbH), está atualmente atribuído a 9 dos seus ex-colaboradores pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma (trancado em 1982), calculado tendo por base 0,4% do salário auferido em cada ano de serviço na empresa até ao máximo de 12%. A responsabilidade relativa a este plano de pensões não está coberta por qualquer fundo constituído para o efeito, pelo que se encontra integralmente registada na

demonstração da posição financeira do Grupo.

Proveniente da ex-Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG (agora parte integrante da Inapa Deutschland, GmbH), está atualmente atribuído a 422 dos seus atuais colaboradores e ex-colaboradores, ativos e pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma de benefícios definidos diferenciados. Os planos de benefícios incluem: pensões fixas dependendo do número de anos de serviço; pensões fixas decorrentes dos primeiros 10 anos de serviço, com um aumento anual subsequente de um valor fixo de pensão; compromissos individuais de pensão, tais como pensões fixas e pensões baseadas nas respetivas remunerações; e remunerações diferidas no âmbito de acordos anuais de dispensa de remuneração/ pagamento único do benefício. A responsabilidade relativa a estes planos de pensões não está coberta por qualquer fundo constituído para o efeito, pelo que se encontra integralmente registada na demonstração da posição financeira do Grupo.

A responsabilidade da Inapa Deutschland, GmbH, apurada tendo por base um estudo atuarial efetuado por uma entidade independente, para efeitos de aplicação da IAS 19, é reconhecida na demonstração da posição financeira na rubrica de Benefícios concedidos a empregados e ascende, em 31 de dezembro de 2022, a 12 878 milhares de euros (2021: 16 802 milhares de euros).

O estudo atuarial efetuado por uma entidade independente, reportado a 31 de dezembro de 2022, considera os seguintes pressupostos atuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,20%	2,20%
Taxas de desconto	3,70%	0,80%
Taxa de crescimento das pensões	1,80%	1,80%
Tábua de mortalidade	RT 2018 G	RT 2018 G

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como se segue:

Saldos do balanço	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados	12 878	16 802
Responsabilidade reconhecida	12 878	16 802

O movimento registado nas responsabilidades com serviços passados foi como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	16 802	18 496
Serviços correntes	21	29
Custo dos juros	130	76
Perdas/(ganhos) actuariais	-3 100	-834
Regularizações	-	-
Benefícios pagos	-976	-965
Saldo final	12 878	16 802

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	21	29
Custo de juros	130	76
Regularizações	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	151	105

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/ (ganhos) actuariais	-	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-3 100	-834
	-3 100	-834

b) Outros benefícios definidos pós-emprego

De acordo com a legislação local, as subsidiárias francesas são obrigadas a pagar aos seus funcionários na data da reforma e de uma única vez, um montante definido com base no número de anos de trabalho na empresa, na categoria profissional e no salário auferido à data da reforma. O valor dessas responsabilidades que se encontra registado na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 da Inapa France ascende a cerca de 2 753 milhares de euros (2021: 2 994 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	1,25%
Taxas de desconto	3,70%	0,95%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018	INSEE 2015-2017

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados	2 753	2 994

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	2 994	3 594
Serviços correntes	148	35
Custo dos juros	28	12
Perdas/ (ganhos) actuariais	-191	-465
Benefícios pagos	-113	-182
Outros	-112	-
Saldo final	2 753	2 994

As perdas e ganhos atuariais incluem um aumento de 320 milhares de euros relativo ao efeito das alterações dos pressupostos demográficos e financeiros utilizados no cálculo da responsabilidade e uma diminuição de 129 milhares de euros relativo a outros ajustamentos atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	36	35
Custo de juros	28	12
Total incluído em Custos com pessoal	64	47

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/ (ganhos) actuariais	-	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-191	-465
	-191	-465

De igual modo, relativamente ao mesmo benefício previsto na legislação francesa, a responsabilidade registada na demonstração da posição financeira da subsidiária Inapa Packaging, SAS a 31 de dezembro de 2022 ascende a cerca de 221 milhares de euros (2021: 251 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,00%
Taxas de desconto	3,70%	0,95%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018	INSEE 2015-2017

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados	221	251

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	251	397
Serviços correntes	25	-12
Custo dos juros	2	1
Perdas/(ganhos) actuariais	-57	-105
Benefícios pagos	-	-31
Outros	-1	-
Saldo final	221	251

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	24	-12
Custo de juros	2	1
Total incluído em Custos com pessoal	26	-11

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/ (ganhos) actuariais	-	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-57	-105
	-57	-105

Ainda relativo ao mesmo benefício previsto na legislação francesa a subsidiária Semaq a 31 de dezembro de 2022 registava uma responsabilidade na demonstração da posição financeira de cerca de 356 milhares de euros (2021: 406 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos actuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,00%
Taxas de desconto	3,70%	0,95%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018	INSEE 2015-2017

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados	356	406

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	406	464
Serviços correntes	30	-5
Custo dos juros	4	1
Perdas/(ganhos) actuariais	-56	-22
Benefícios pagos	-	-32
Outros	-28	-
Saldo final	356	406

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	3	-5
Custo de juros	4	1
Total incluído em Custos com pessoal	6	-4

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/ (ganhos) actuariais	-	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-56	-22
	-56	-22

Ainda relativo ao mesmo benefício previsto na legislação francesa, a subsidiária Embaltec a 31 de dezembro de 2022 registava uma responsabilidade na demonstração da posição financeira de cerca de 147 milhares de euros (2021: 194 milhares de euros).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,00%
Taxas de desconto	3,70%	0,95%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018	INSEE 2015-2017

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados	147	194

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	194	215
Serviços correntes	15	-7
Custo dos juros	2	1
Perdas/ (ganhos) actuariais	-38	-15
Benefícios pagos	-8	-
Outros	-18	-
Saldo final	147	194

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	-3	-7
Custo de juros	2	1
Total incluído em Custos com pessoal	-1	-7

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/ (ganhos) actuariais	-	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-38	-15
	-38	-15

Ainda relativo ao mesmo benefício previsto na legislação francesa a subsidiária JJ Loos SAS a 31 de dezembro de 2022 registava uma responsabilidade na demonstração da posição financeira de cerca de 67 milhares de euros.

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos atuariais:

	2022
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%
Taxas de desconto	3,70%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018

De acordo com o respetivo estudo atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos e respetiva provisão contabilística, era como segue:

Saldos do balanço	2022
Responsabilidades por serviços passados	67
Responsabilidade reconhecida	67

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2022
Saldo inicial	-
Serviços correntes	-
Custo dos juros	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-
Varição no perímetro de consolidação	67
Saldo final	67

Adicionalmente, a Inapa France atribui gratificações por antiguidade aos seus colaboradores que atinjam um determinado

número de anos de casa, calculado da seguinte forma:

Antiguidade	Montante*
20 anos	300 €
30 anos	500 € + 1 dia de folga
35 anos	700 €
40 anos	1 000 € + 1 dia de folga

*APÓS DEDUÇÃO DE VALORES JÁ ATRIBUÍDOS NAS CONDIÇÕES ANTERIORES

As responsabilidades em 31 de dezembro de 2022, ascendendo a 74 milhares de euros (2021: 97 milhares de euros), encontram-se totalmente registadas na demonstração da posição financeira. Estas foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base o valor atual dos salários projetados, para o pessoal no ativo:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	1,25%
Taxas de desconto	3,70%	0,95%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018	INSEE 2015-2017

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios atribuídos foram como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	97	117
Serviços correntes	6	3
Custo dos juros	1	0
Perdas/(ganhos) actuariais	-16	-18
Benefícios pagos	-10	-5
Outros	-3	-
Saldo Final	74	97

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	2	3
Custo de juros	1	-
Total incluído em Custos com pessoal	3	4

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/ (ganhos) actuariais	-	-
Perdas/ (ganhos) actuariais	-16	-18
	-16	-18

A Inapa Packaging, SA atribui igualmente gratificações por antiguidade, aos seus colaboradores, calculada da seguinte forma:

Antiguidade	Montante
20 anos	500 €
30 anos	500 €
35 anos	500 €
40 anos	500 €

As responsabilidades em 31 de dezembro de 2022, ascendendo a 10 milhares de euros (2021: 12 milhares de euros), encontram-se

totalmente registadas na demonstração da posição financeira. Estas foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	2,50%	2,00%
Taxas de desconto	3,70%	0,95%
Tábua de mortalidade	INSEE 2016-2018	INSEE 2015-2017

Os movimentos registados nas responsabilidades com serviços passados relativas a benefícios de reforma foram como se segue:

Responsabilidades	2022	2021
Saldo inicial	12	15
Serviços correntes	1	1
Custo dos juros	-	-
Perdas / (ganhos) actuariais	-3	-3
Benefícios pagos	-1	-
Saldo Final	10	12

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	1	1
Custo de juros	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	1	1

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/(ganhos) actuariais	-	-
Perdas/(ganhos) actuariais	-3	-3
	-3	-3

De acordo com a legislação local, a subsidiária Korda é obrigada a fazer na data da reforma e de uma única vez, um pagamento de um montante definido com base no número de anos de trabalho na empresa e o salário auferido à data da reforma. Na Turquia, esses pagamentos são calculados com base em períodos sucessivos de 30 dias (limitado a um máximo de salário auferido de 10.848 Liras Turcas por ano de emprego, entre janeiro e junho de 2022, e 15.371 Liras Turcas por ano de emprego, entre julho e dezembro de 2022).

As responsabilidades relativas a estes benefícios de reforma por serviços prestados foram determinadas com base nos seguintes pressupostos actuariais:

	2022	2021
Taxas previstas de evolução salarial	11,63%	14,10%
Taxas de desconto	-0,93%	4,01%

A responsabilidade reconhecida na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2022 é de 361 milhares de euros (2021: 186 milhares de euros).

Responsabilidades	2022	2021
Saldo Inicial	186	192
Efeito da variação cambial	-48	-109
Serviços correntes e custos de juros	32	103
Perdas/(ganhos) actuariais	192	-
Saldo final	361	186

Os valores reconhecidos na demonstração dos resultados são como se seguem:

Custos do exercício	2022	2021
Custos dos serviços correntes	-	1
Custo de juros	32	-
Total incluído em Custos com pessoal	32	1

Os valores reconhecidos em Reservas são como seguem:

	2022	2021
Reconhecimento de perdas/(ganhos) actuariais	-	-
Perdas/(ganhos) actuariais	192	-3
	192	-3

Análise de sensibilidade às variações dos principais pressupostos:

Empresa/ Plano	Responsabilidade a 31.12.2022	Variação taxa de desconto		Variação taxas previstas de evolução salarial		Duração média do Plano (em anos)
		+0,5%	-0,5%	+1%	-1%	
Planos de pensões de benefícios definidos	12 878	12 363	13 393	12 878	12 878	9
Outros benefícios definidos pós-emprego	3 988	3 831	4 157	4 332	3 682	10
Total	16 866	16 193	17 549	17 209	16 559	

24. Imposto sobre o rendimento a pagar, Outros passivos não correntes, Fornecedores e Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica de Imposto sobre o rendimento a pagar decompõe-se como se segue:

	2022	2021
Imposto sobre o rendimento a pagar	13 302	11 189
	13 302	11 189

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de Imposto sobre o rendimento a pagar inclui uma provisão para processos fiscais em curso no montante de 5,5 milhões de euros, bem como

a estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício no montante de 6 012 milhares de euros (Nota 30). Adicionalmente, encontra-se registado no ativo um saldo a receber relativo a Imposto sobre o rendimento no montante de 1 321 milhares de euros (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Outros passivos não correntes, Fornecedores e Outros passivos correntes, decompõe-se como se segue:

	2022	2021
Outros passivos não correntes		
Outros credores	17	17
	17	17
Fornecedores		
Conta corrente	100 489	104 616
Facturas em receção e conferência	2 940	4 854
	103 428	109 470
Outros passivos correntes		
Adiantamentos de clientes	2 041	969
Outros credores	14 365	23 539
Outros impostos a pagar	16 264	18 444
Acréscimos e diferimentos	24 615	18 590
	57 284	61 542

Os Outros impostos a pagar correspondem principalmente a imposto sobre o valor acrescentado a pagar e os Outros credores dizem principalmente respeito a saldos a pagar a credores não operacionais do grupo, assim como responsabilidades perante clientes por responsabilidades decorrentes de descontos de volume sobre vendas anuais.

A rubrica de Acréscimos e diferimentos analisa-se como se segue:

	2022	2021
Custos com o pessoal a pagar	8 542	6 863
Impostos a pagar	70	36
Especialização de juros	380	1 609
Custos com transportadores	2 277	2 390
Honorários	684	546
Apoio marketing	1 177	135
Seguros	1 565	532
Descontos creditados a clientes	8 763	2 318
Outros	1 156	4 160
	24 615	18 590

25. Vendas e prestação de serviços e Outros rendimentos

As Vendas e prestações de serviços, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, distribuem-se da seguinte forma:

	2022	2021
Vendas de mercadorias e de outros produtos	1 211 661	964 606
Prestações de serviços	18 728	16 305
	1 230 390	980 911

Em 2022 e 2021, os saldos da rubrica Outros rendimentos analisam-se como se segue:

	2022	2021
Descontos de pronto pagamento líquidos	4 370	-
Reversões de imparidade de clientes (Nota 17)	639	1 268
Reversões de provisões (Nota 22)	69	2 003
Outros rendimentos	11 086	9 235
	16 164	12 506

Os Outros rendimentos referem-se a serviços debitados a clientes, publicidade, recuperação de dívidas, rendas por aluguer de espaço, entre outros.

26. Custos com pessoal

Em 2022 e 2021, os saldos da rubrica Custos com pessoal analisam-se como se segue:

	2022	2021
Salários e ordenados	78 015	73 487
Contribuições para a Segurança Social	17 018	16 460
Gastos líquidos com pensões (Nota 23)	-115	251
Provisões (Nota 22)	7 360	-
Outros custos com pessoal	4 916	3 898
	107 193	94 096

A rubrica de salários e ordenados inclui o montante de 1100 milhares de euros relativo a remunerações do Conselho de Administração (2021: 977 milhares de euros).

Os outros custos com pessoal incluem gastos com reestruturação no montante total de 1916 milhares de euros (2021: 678 milhares de euros).

O Grupo teve ao seu serviço, em média, ao longo do ano, 1621 empregados (2021: 1643), dos quais 1420 (2021: 1452) em empresas sediadas no estrangeiro.

27. Outros custos

Em 2022 e 2021, os saldos da rubrica Outros custos analisam-se como se segue:

	2022	2021
Gastos administrativos e comerciais	81 045	76 378
Descontos de pronto pagamento líquidos	-	2 773
Impostos indiretos	5 409	4 624
Provisões (Nota 22)	358	37
Imparidade de clientes (Nota 17)	702	1 580
Imparidade de ativos correntes e não correntes (Nota 17)	420	43
Outros custos	2 002	516
	89 936	85 952

Os gastos administrativos e comerciais podem ser decompostos como segue:

	2022	2021
Gastos de transporte	46 898	45 149
Gastos com publicidade	3 284	3 073
Gastos com manutenção e <i>facilities</i>	17 895	14 560
Deslocações e estadas e outros gastos relacionados com o pessoal	7 010	6 630
Gastos com informática	1 469	3 138
Outros	4 489	3 829
	81 045	76 378

28. Depreciações e amortizações

Em 2022 e 2021, os saldos desta rubrica analisam-se como se segue:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	9 881	3 571
Ativos intangíveis (Nota 9)	3 437	2 090
Ativos sob direito de uso (Nota 9)	9 920	9 643
	23 239	15 304

29. Resultados financeiros

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios de 2022 e de 2021 têm a seguinte composição:

	2022	2021
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	48	30
Diferenças de câmbio favoráveis	931	1 135
Outros proveitos e ganhos financeiros	16	36
	995	1 201
Custos financeiros		
Juros suportados	10 501	11 170
Diferenças de câmbio desfavoráveis	716	1 487
Outros custos e perdas financeiros	5 965	3 352
	17 182	16 009
Resultados financeiros	-16 187	-14 807

A rubrica de Outros custos e perdas financeiros engloba, entre outros, custos associados com comissões bancárias (2022: 2 063 milhares de euros; 2021: 1 054 milhares de euros), imposto de selo (2022: 254 milhares de euros; 2021: 216 milhares de euros) e financiamentos - *factoring* (2022: 3 239 milhares de euros; 2021: 1 603 milhares de euros).

30. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 tem a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto corrente	- 6 478	-1 125
Imposto diferido (Nota 12)	-12 586	3 107
	-19 064	1 982

De acordo com a legislação fiscal em vigor em cada país, as declarações fiscais das empresas incluídas na consolidação estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período, que em Portugal e na Alemanha é de 4 anos e em França de 3 anos. Na generalidade dos países onde o Grupo desenvolve atividade, os prejuízos fiscais podem ser deduzidos à coleta apurada em exercícios seguintes, sendo em todos os países por um período ilimitado, estando, contudo, sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

As empresas portuguesas do grupo encontram-se sujeitas a IRC à taxa normal de 21%, acrescida de 1,5% de derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 22,5% (com derrama estadual aplicável a lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros). As empresas francesas do grupo encontram-se sujeitas a uma taxa de imposto de 25%. As empresas alemãs do grupo estão sujeitas a dois tipos de tributação, ambos enquadráveis na IAS 12 enquanto imposto sobre o rendimento, incidindo sobre conceitos de

resultados diferentes, com taxas de *trade tax* de 8,75% a 20,3% (dependendo do estado) e *corporate tax* de 15,83%, traduzindo-se numa taxa média de 30,6%.

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correções que possam ser efetuadas pelas autoridades fiscais como resultado de inspeções/revisões não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como se segue:

	2022	2021
Resultado líquido antes de imposto sobre os lucros	36 823	1 332
Valor apurado à taxa nominal média sobre o lucro	-11 047	-399
Valor do imposto sobre o rendimento	-19 064	1 982
	- 8 017	2 382
Diferenças - Portugal	513	-335
Diferenças - França	-58	69
Diferenças - Alemanha	-5 218	2 246
Diferenças - Turquia	146	116
Diferenças - outros países	-3 400	286
	-8 017	2 382

Em 2022 a taxa nominal média ponderada do imposto sobre os lucros foi de 30% (2021: 30%).

A taxa nominal média de imposto resulta da média de taxas nominais dos vários países em que o Grupo se encontra inserido.

Em 2022, nas diferenças face ao valor de imposto apurado com base na taxa nominal média, totalizando -8 017 milhares de euros, 1 614 milhares de euros respeitam a diferenças entre a taxa estatutária de cada país e a taxa média nominal e -9 631 milhares de euros correspondem a diferenças permanentes. A rubrica de Diferenças – outros países inclui ajustamentos de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais em Espanha e Bélgica no valor de 3 536 milhares de euros.

Em 2021, nas diferenças face ao valor de imposto apurado com base na taxa nominal média, totalizando 2382 milhares de euros, 681 milhares de euros respeitam a diferenças entre a taxa estatutária de cada país e a taxa média nominal e 1701 milhares de euros correspondem a diferenças permanentes.

31. Compromissos

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as responsabilidades assumidas, pelo Grupo, perante terceiros, por garantias prestadas, eram as seguintes:

	2022	2021
Garantias bancárias		
A favor de instituições financeiras	109 300	115 414
Garantias reais		
Sobre ativos fixos tangíveis	28 146	28 504
	137 445	143 917

As garantias bancárias prestadas dividem-se da seguinte forma, por geografia:

	2022	2021
Portugal	52 881	54 412
Alemanha	43 735	46 735
Outros	12 684	14 267
Total	109 300	115 414

Tanto as garantias bancárias, como as garantias reais, foram prestadas no âmbito de financiamentos contraídos (ver Nota 21), respondendo apenas na medida das responsabilidades dos mesmos.

32. Contingências

Passivos contingentes

Em 1 de agosto de 2007, Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA interpôs contra Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA e suas subsidiárias Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA (sociedade extinta) e Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA uma ação na qual pede, em síntese:

- a anulação dos seguintes atos:
 - de constituição em junho de 2006 de um penhor mercantil para contra-garantia das cartas de conforto emitidas por Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA como garantia dos financiamentos mantidos por aquela sociedade junto ao Banco Espírito Santo e à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;

- dos negócios efetuados em 1991 de concentração das atividades de distribuição de papel na SDP (atual Inapa Portugal) e de produção e comercialização de envelopes na Papelaria Fernandes;
- da aquisição em 1994 da participação detida pela Papelaria Fernandes na SDP (atual Inapa Portugal);
- da compensação de créditos levada a cabo, também em 1994, entre a Papelaria Fernandes e a Inaprest.
- a condenação da Inapa:
- a manter as cartas de conforto emitidas em favor do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
- a indemnizar a Papelaria Fernandes em caso de eventual mobilização do penhor mercantil como contra-garantia das cartas de conforto.

A Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA veio, posteriormente, a regularizar as suas responsabilidades perante o Banco Espírito Santo e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo pelo que:

- as cartas de conforto emitidas pela Inapa - IPC deixaram de ter objeto tendo sido devolvidas pelos respetivos beneficiários;
- esta sociedade comunicou, em consequência, à Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA a verificação da condição resolutive do penhor mercantil por esta constituído em seu favor.

A ação, à qual foi atribuída um valor de 24 460 milhares de euros, foi contestada pela Inapa - IPC e pela sua subsidiária Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA, aguardando-se presentemente que o Tribunal determine os efeitos na ação da dissolução / liquidação de Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA. O Grupo entende que deste processo não deverão resultar impactos financeiros, não tendo em consequência sido constituída qualquer provisão.

33. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 com entidades relacionadas do Grupo são os seguintes:

2022						
	Clientes	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Passivos de locação	Outros passivos correntes e não correntes
Surpapel SL	19	-	-	-	-	14
BCP	1	92	-	85 987	-	519
	20	92	-	85 987	-	533

2021						
	Clientes	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Passivos de locação	Outros passivos correntes e não correntes
Surpapel SL	64	-	-	-	-	3
BCP	1	314	-	90 552	6 528	343
	65	314	-	90 552	6 528	346

O passivo com o BCP inclui o valor corrente de 7910 milhares de euros (2021: 7851 milhares de euros).

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as transações efetuadas com entidades relacionadas do Grupo, foram como se segue:

2022					
	Vendas e prestações de serviços	Outros proveitos	Proveitos financeiros	Outros custos	Custos financeiros
Surpapel SL	92	-	-	17	-
BCP	-	-	-	-	3 986
	92	-	-	17	3 986

2021					
	Vendas e prestações de serviços	Outros proveitos	Proveitos financeiros	Outros custos	Custos financeiros
Surpapel SL	168	3	-	11	-
BCP	-	-	-	-	3 652
	168	3	-	11	3 652

As partes relacionadas consideradas relevantes para efeitos das demonstrações financeiras foram as associadas, mencionadas na Nota 10, os acionistas com participação superior a 20%, mencionados na Nota 18 e os elementos chave da gestão. Apesar da participação do Banco Comercial Português ter passado a ser inferior a 20% no final do ano de 2022, a mesma ainda foi considerada parte relacionada durante o ano de 2022, para efeitos de divulgações.

Os financiamentos obtidos do BCP foram contratados em condições normais de mercado.

Remuneração dos elementos chave de gestão

Os elementos chave de gestão correspondem aos membros dos órgãos de gestão da empresa e os responsáveis, que, não sendo membros desses órgãos, têm direta ou indiretamente autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades da empresa.

As remunerações pagas aos membros dos elementos chave de gestão em 2022 e 2021, analisam-se como se segue:

	2022	2021
Conselho de Administração		
Remunerações	1 100	977
Outros elementos chave de gestão		
Remunerações	1 540	1 590

34. Empresas incluídas na consolidação

As subsidiárias incluídas na consolidação, mediante a aplicação do método da consolidação integral, à data de 31 de dezembro de 2022, são conforme segue:

Designação	Sede Social	% de Participação do Grupo	Atividade	Detentora direta	Data de Incorporação
Inapa Portugal - Distribuição de Papel SA	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra Portugal	100	Distribuição papel	Inapa - IPG, SA	1988
Inapa España Distribución de Papel, SA	Calle Delco, n.º 1-3 Polígono Industrial Ciudad del Automóvil 28914 Leganés, Madrid	100	Distribuição papel	Inapa - IPG, SA	dez/98
Inapa France, SA	11 rue de la Nacelle - Villabé 91813 Corbeil-Essonnes Cedex França	100	Distribuição papel	Inapa - IPG, SA	mai/98
Inapa Belgium	Vaucampsiaan, 30 B-1654 Huizingen Bélgica	100	Distribuição papel	Inapa - IPG, SA	mai/98
Inapa Packaging, SAS	14, Impasse des Moines 91410 Dourdon França	100	Embalagem	EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	jan/08
Inapa Deutschland Holding GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg Alemanha	100	Holding	Inapa - IPG, SA	abr/00
Inapa Deutschland GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg Alemanha	100	Distribuição papel	Inapa Deutschland Holding GmbH	abr/00
Inapa Packaging GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg Alemanha	100	Embalagem	Inapa Deutschland GmbH	2006
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	39 Hendon Lane Finchley Central, London, N3 1RY Reino Unido	100	Holding	Inapa - IPG, SA	1995
Inapa ComPlott GmbH	Industriestraße 7 40822 Mettmann Alemanha	100	Comunicação Visual	Inapa Deutschland GmbH	jan/08

(cont.)

Designação	Sede Social	% de Participação do Grupo	Atividade	Detentora direta	Data de incorporação
Edições Inapa, Lda	Rua Braamcamp 40 - 9ºD, 1250-050 Lisboa, Portugal	100	Editorial	Inapa - IPG, SA	nov/09
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	Rua Braamcamp 40 - 9ºD, 1250-050 Lisboa, Portugal	100	Holding	Inapa - IPG, SA	out/11
Inapa Angola – Distribuição de Papel, SA	Largo 17 de Setembro N.º 3 – 3º andar – Sala 302 Edifício Presidente Business Center Luanda, Angola	100	Distribuição papel	Inapa Portugal - Distribuição de Papel SA	dez/09
Societe D'emballage et de Manutention D'Aquitaine Sarl	Bordeaux Fret – Z.I de Bruges Rue de Strasbourg, 33521 BRUGES cedex França	100	Embalagem	Inapa Packaging, SAS	fev/12
Inapa Shared Center, Lda	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra Portugal	100	Serviços Partilhados	Inapa - IPG, SA e Inapa Portugal - Distribuição de Papel SA	jul/12
Inapa Comunicação Visual, Lda	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra Portugal	100	Comunicação Visual	Inapa Portugal - Distribuição de Papel SA	jan/13
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	Kasap Sokak. Konak Azer Ishani 34394 Istambul Turquia	100	Distribuição papel	Inapa - IPG, SA	set/13
Inapa Packaging, Lda	Rua Gonçalves Zarco, 3386 4450-822 Santa Cruz do Bispo Portugal	100	Embalagem	EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	set/13
Embaltec SAS	Z.A.E. de l'EpINETTE 59850 NIEPPE França	100	Embalagem	Inapa Packaging, SAS	nov/16
Inapa Deutschland Vertriebs GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg Alemanha	100	Holding	Inapa Deutschland GmbH	set/12
Inapa Logistics GmbH	Osterbekstraße 90a D-22083 Hamburg Alemanha	100	Holding	Inapa Deutschland GmbH	set/12
Inapa Netherlands BV	Nassauplein 30 NL-2585 Den Haag Holanda	100	Distribuição papel	Inapa Deutschland Holding GmbH	mai/18
JJ Loos SAS	11 Avenue de Bruxelles 68350 Didenheim França	100	Comunicação Visual	Inapa France, SA	dez/22

Todos os saldos e transações com as subsidiárias foram anulados no processo de consolidação.

A JJ Loos SAS passou a fazer parte do Grupo, na sequência da sua aquisição, em 2022 (Notas 8 e 37).

35. Empresas excluídas da consolidação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todas as entidades controladas pela Inapa foram incluídas na consolidação.

36. Custos suportados com serviços prestados pelos atuais auditores/revisores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os valores suportados com serviços prestados, às empresas subsidiárias, pelos principais auditores/revisores, foram os seguintes:

	2022	2021
Serviços de Revisão Legal de Contas e de auditoria	473	527
Serviços de Revisão Limitada	17	23
Serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços	42	-
	533	549

Nos serviços prestados acima, inclui-se custos com serviços prestados pela Mazars França no valor de 167,8 milhares de euros (2021: 131,5 milhares de euros), relativos a Serviços de Revisão Legal de Contas e de Auditoria e 42 milhares de euros referentes a Outros serviços.

37. Variação de Perímetro

O Grupo consolidou as operações da JJ Loos SAS a 31 de dezembro de 2022. A empresa foi adquirida pela Inapa France, com referência a 31 de dezembro de 2022, por 3500 milhares de euros, o qual originou o reconhecimento de um *Goodwill* de 1937 milhares de euros (Nota 8), considerando um justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos de 1 563 milhares de euros.

Os ativos e passivos (apresentados de forma agregada) resultantes da aquisição são como seguem:

Rubricas	2022
	Entradas JJ Loos
Ativos fixos tangíveis, Ativos sob direito de uso e Ativos intangíveis	1 368
Outros ativos não correntes	58
Inventários	1 101
Clientes	1 119
Outras contas a receber e outros ativos	251
Caixa e equivalentes de caixa	894
Total de ativos consolidados pelo método integral	4 791
Passivos de locação - não corrente	1 063
Benefícios concedidos a empregados	67
Provisões	33
Outras contas a pagar - não corrente	-
Passivos de locação - corrente	217
Fornecedores	1 441
Outras contas a pagar	408
Total de passivos consolidados	3 228
Justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data da compra/venda	1 563

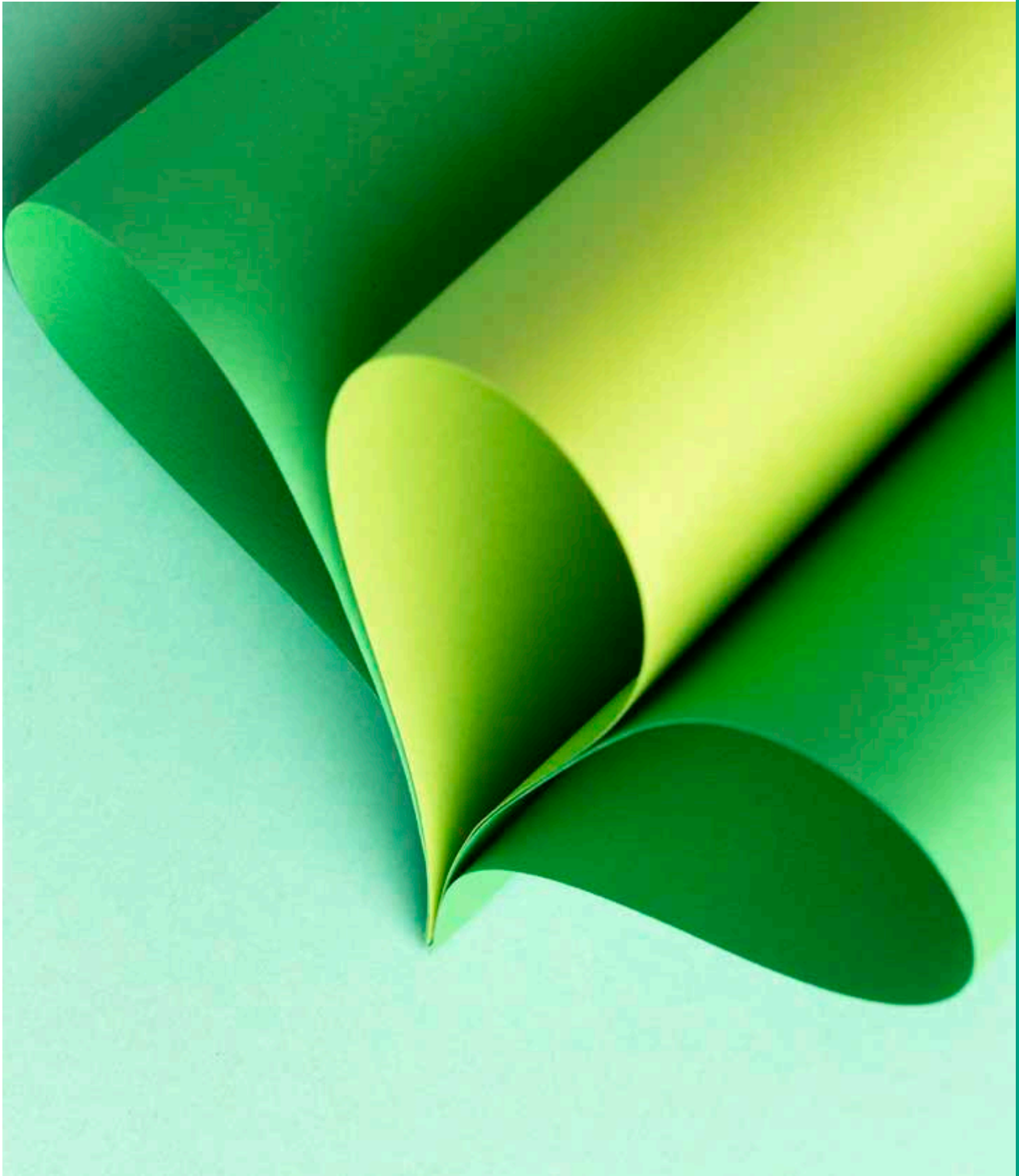
O Grupo consolidou as operações da JJ Loos SAS a 31 de dezembro de 2022. O valor de resultado e rédito da JJ Loos SAS para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 correspondeu a 120 milhares de euros negativos e 7 620 milhares de euros, respetivamente.

38. Eventos Subsequentes

Até à data de publicação das contas não foram registados eventos subsequentes.

Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do Artº 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informamos não serem as empresas consolidadas devedoras de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social e ao Estado.



3 |

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 663.992 milhares de euros e um total de capital próprio de 176.681 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do período de 17.759 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social €134.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Recuperabilidade do valor do Goodwill e das marcas

Divulgações relacionadas com Goodwill e marcas apresentadas nas notas 2.3, 2.5, 2.12, 5, 8 e 9 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2022, na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo encontra-se registado na rubrica de Goodwill um valor de 228.971 milhares de euros. Adicionalmente, na rubrica de Ativos intangíveis encontra-se registado um valor de 103.227 milhares de euros, líquido de imparidades acumuladas, relativo a marcas cuja vida útil foi considerada indefinida, pelo que não se encontra sujeito a amortização.

De acordo com o normativo aplicável (IFRS), estes ativos devem ser sujeitos a testes de imparidade com regularidade anual. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados, os quais requerem a utilização de estimativas e pressupostos definidos pelo Conselho de Administração, com base em projeções económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere aos fluxos de caixa associados à atividade operacional, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto.

Importa referir que eventuais variações futuras desfavoráveis entre os fluxos de caixa reais e os estimados no *Business Plan* podem originar impactos relevantes no cálculo do valor recuperável dos referidos ativos e afetar consequentemente, de forma significativa, a posição financeira e económica do Grupo.

Face aos montantes envolvidos, à complexidade dos modelos de avaliação, aos pressupostos utilizados e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que lhe estão inerentes, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a obtenção e análise dos testes de imparidade do Goodwill e das marcas.

Efetuámos a avaliação da adequação do modelo de imparidade utilizado pelo Conselho de Administração e a reexecução matemática dos cálculos.

Foi apreciada a razoabilidade das estimativas e julgamentos realizados pelo Conselho de Administração, subjacentes aos pressupostos relevantes utilizados nos modelos dos testes de imparidade e respetivas análises de sensibilidade.

Efetuámos a reconciliação das projeções dos fluxos de caixa futuros com o *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração. Foi igualmente avaliada a razoabilidade da definição da unidade geradora de caixa, ao nível da qual foram realizados os testes de imparidade.

Inquirimos a Gestão quanto à adequação dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável, nomeadamente a evolução das receitas e a margem de EBITDA. Foi igualmente realizada uma análise à adequação da taxa de desconto e da taxa de crescimento na perpetuidade, com recurso a análises com comparáveis e outra informação disponível no mercado. Foram ainda desenvolvidas análises de sensibilidade aos principais pressupostos de modo a determinar qual o nível de variações que, individualmente ou no seu conjunto,

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
	<p>poderiam originar perdas por imparidade nos ativos testados.</p> <p>Os procedimentos acima descritos, realizados para avaliar a razoabilidade dos pressupostos e metodologia associada ao modelo de imparidade, foram realizados com o apoio da nossa equipa de peritos internos.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, em especial as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável baseado no valor de uso, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.</p>
Continuidade das operações	
<p><i>Divulgações relacionadas com a continuidade das operações apresentadas nas notas 2.1 e 3 das demonstrações financeiras consolidadas.</i></p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo INAPA apresentam um passivo corrente superior ao ativo corrente em 53.509 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 80.179 milhares de euros).</p> <p>Conforme divulgado na nota 2.1 das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base a posição financeira existente em 31 de dezembro de 2022, bem como informação adicional relevante disponível para o efeito, nomeadamente o orçamento de tesouraria para 12 meses após a data de reporte financeiro, as disponibilidades existentes em 31 de dezembro de 2022, as linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, bem como as negociações em curso para a renovação ou contratação de novos financiamentos.</p> <p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a avaliação da adequação da utilização do pressuposto da continuidade das operações, utilizado pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, com base na análise de razoabilidade efetuada aos pressupostos e metodologia associada ao orçamento de tesouraria para 12 meses, após a data de reporte financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>No âmbito da análise efetuada, inquirimos o Conselho de Administração sobre o racional e pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria e sua avaliação dos potenciais efeitos da evolução estimada da inflação, dos preços do papel e das taxas de juro e respetivo impacto no desempenho operacional e na liquidez do Grupo.</p> <p>Foram igualmente analisados cenários de sensibilidade aos principais fatores de risco de</p>

Matérias relevantes de auditoria

Conforme igualmente divulgado na nota 2.1 das demonstrações financeiras consolidadas, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades. Consequentemente, é convicção do Conselho de Administração de que a continuidade das operações e liquidez do Grupo se encontram asseguradas, tendo por base as necessidades de tesouraria estimadas, a esta data, para o prazo de 12 meses.

Face à posição financeira corrente do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que estão associados aos pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria, à incerteza da evolução da atividade desenvolvida pelo Grupo e ao impacto que estes fatores têm na análise da liquidez e continuidade das operações, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

liquidez identificados pelo Grupo, tendo por base a posição financeira de 31 de dezembro de 2022 e a perspetiva de geração de fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

Procedemos à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de maio de 2022 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não

identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 3 de maio de 2023.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

3 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

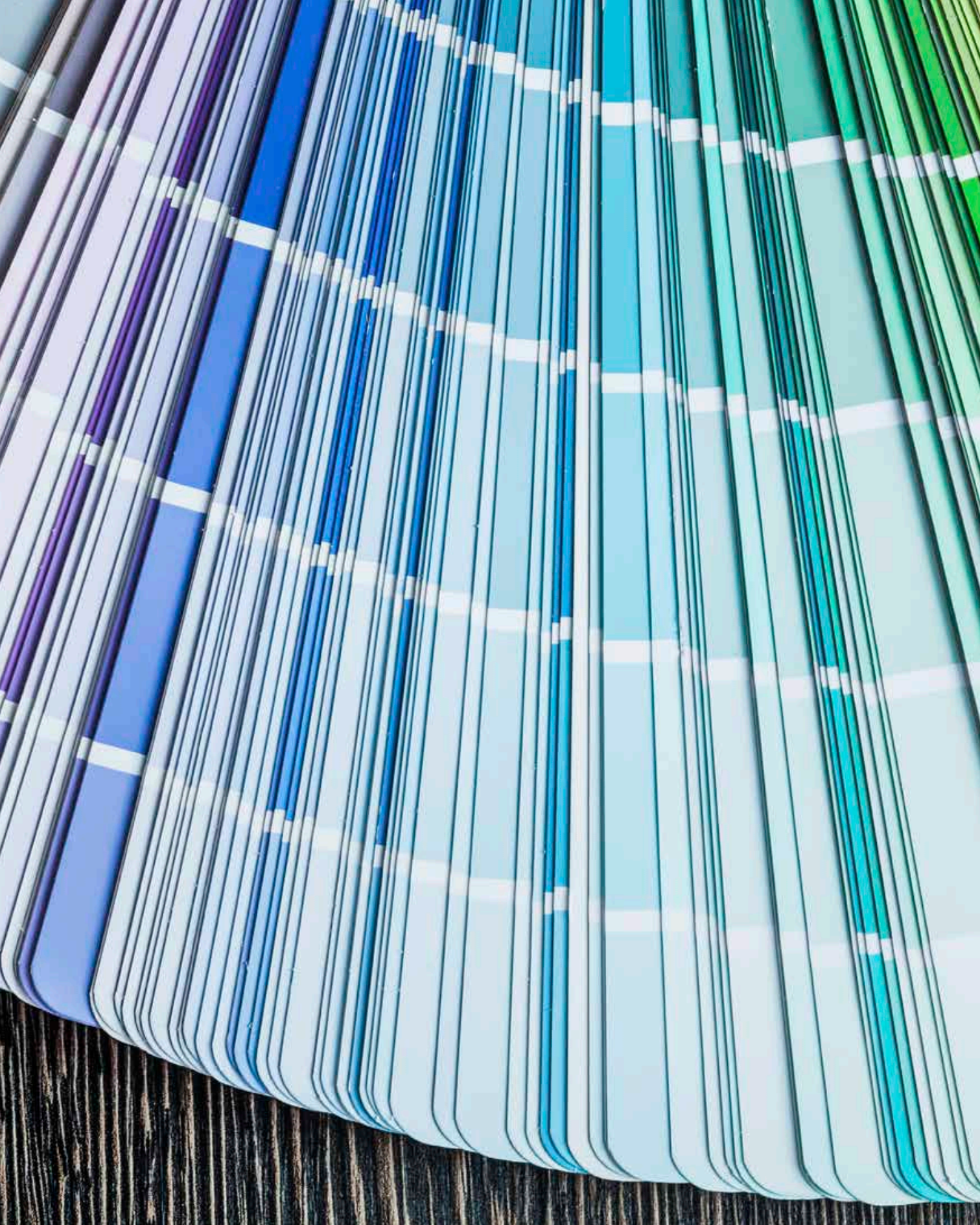


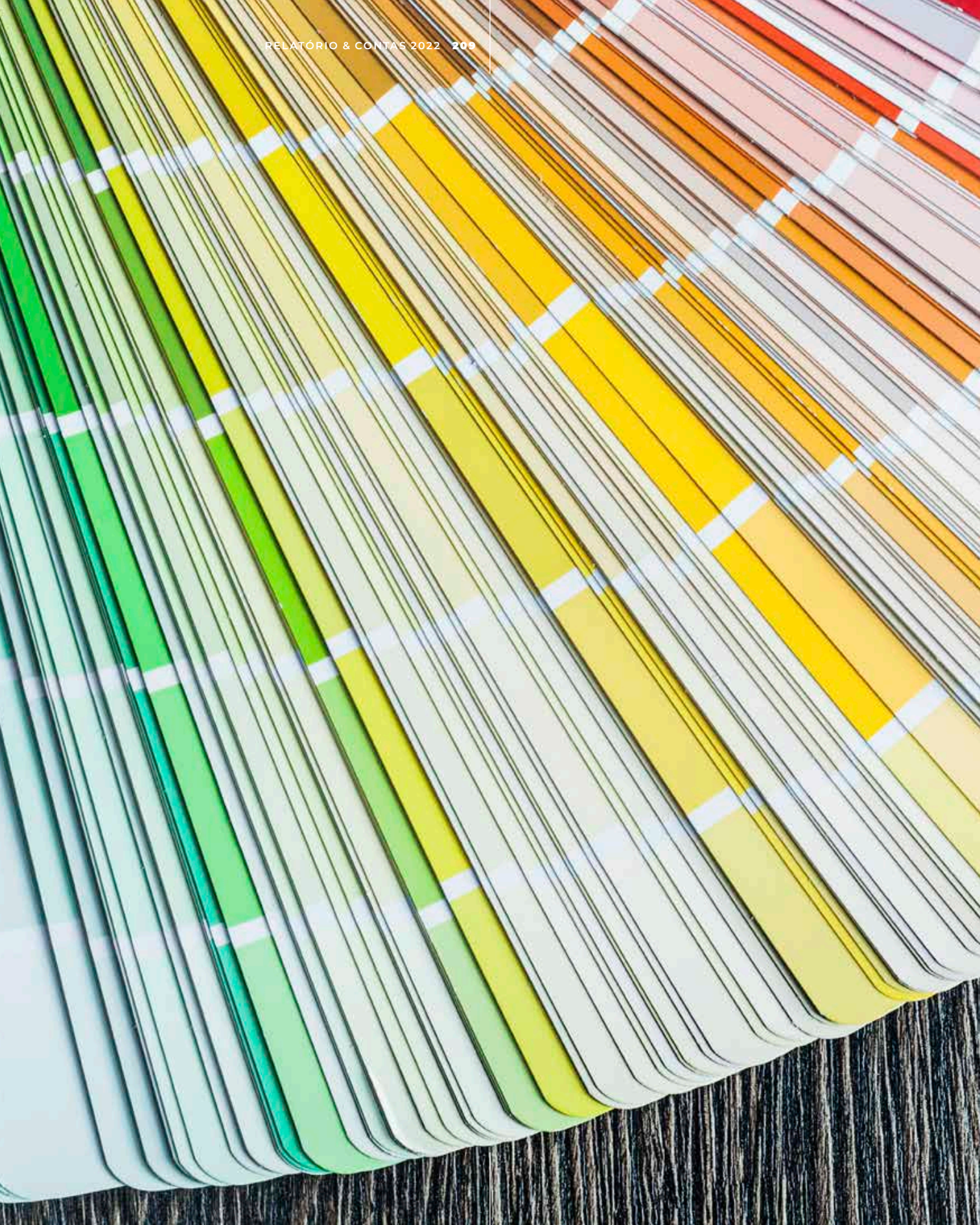
Hugo Miguel Patrício Dias, ROC n.º 1432
Registado na CMVM com o n.º 20161042











Contas individuais

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	174	51
Propriedades de investimento	7	-	12 211
Ativos sob direito de uso	8	45	93
Ativos intangíveis	8	109	118
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	303 668	284 948
Participações financeiras - outros métodos		13	13
Outros ativos não correntes	13	24 822	25 413
Ativos por impostos diferidos	10	27	27
Total do ativo não corrente		328 858	322 874
Ativo corrente			
Clientes	11	7 052	4 632
Imposto sobre o rendimento a recuperar	12	723	-
Outros ativos correntes	13	26 275	14 066
Diferimentos		216	209
Caixa e equivalentes de caixa	4	2 794	511
Total do ativo corrente		37 060	19 417
Total do ativo		365 918	342 291

(cont.)

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15	180 135	180 135
Prêmios de emissão	15	432	432
Reservas legais	15	7 574	7 574
Outras reservas	15	890	890
Resultados transitados	15	14 803	15 134
Ajustamentos em ativos financeiros	15	-44 912	-50 057
Resultado líquido do período		17 759	3 314
Total do capital próprio		176 681	157 422
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos	16	85 905	100 775
Total do passivo não corrente		85 905	100 775
Passivo corrente			
Fornecedores		481	208
Imposto sobre o rendimento a pagar	12	-	60
Empréstimos	16	72 851	68 558
Outros passivos correntes	17	29 999	15 268
Total do passivo corrente		103 331	84 094
Total do passivo		189 237	184 869
Total do capital próprio e passivo		365 918	342 291

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	5 e 18	1 472	1 598
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	17 322	3 645
Fornecimentos e serviços externos	19	-1 860	-3 011
Gastos com o pessoal	20	-2 383	-2 029
Outros rendimentos e ganhos	18	12 343	9 512
Outros gastos e perdas	21	-2 464	-195
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24 430	9 520
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	22	-410	-413
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24 020	9 107
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1 418	1 307
Juros e gastos similares suportados	23	-7 012	-6 303
Resultados antes de impostos		18 426	4 111
Imposto sobre o rendimento do período	10	-667	-797
Resultado líquido do período	26	17 759	3 314
Resultado por ação básico	26	0,0337	0,0063
Resultado por ação diluído	26	0,0272	0,0048

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Resultado líquido do período		17 759	3 314
Saldos que não serão reclassificados para resultados			
Ajustamentos de equivalência patrimonial		2 372	1 061
Saldos que poderão no futuro ser reclassificadas para resultados			
Ajustamentos de equivalência patrimonial		-872	-1 492
Total de outros rendimentos integrais	9	1 500	-432
Total de rendimentos integrais		19 259	2 883
Atribuível a :			
Detentores do capital da empresa-mãe		19 259	2 883
		19 259	2 883

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2021		180 135	432	7 574	890	13 954	-32 992	-15 454	154 540
Alterações no exercício									
Reclassificação de equivalência patrimonial do período anterior	15	-	-	-	-	16 634	-16 634	-	-
Outro rendimento integral	9	-	-	-	-	-	-432	-	-432
		-	-	-	-	16 634	-17 065	-	-432
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3 314	3 314
Total		-	-	-	-	16 634	-17 065	3 314	2 883
Operações de capital no exercício									
Operação com outros detentores de capital - Aplicação do resultado líquido	15	-	-	-	-	-15 454	-	15 454	-
		-	-	-	-	-15 454	-	15 454	-
A 31 de dezembro de 2021		180 135	432	7 574	890	15 134	-50 057	3 314	157 422
Alterações no exercício									
Reclassificação de equivalência patrimonial do período anterior	15	-	-	-	-	-3 645	3 645	-	-
Outro rendimento integral	9	-	-	-	-	-	1 500	-	1 500
		-	-	-	-	-3 645	5 145	-	1 500
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	17 759	17 759
Total		-	-	-	-	-3 645	5 145	17 759	19 259
Operações de capital no exercício									
Operação com outros detentores de capital - Aplicação do resultado líquido	15	-	-	-	-	3 314	-	-3 314	-
		-	-	-	-	3 314	-	-3 314	-
A 31 de dezembro de 2022		180 135	432	7 574	890	14 803	-44 912	17 759	176 681

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MILHARES DE EUROS

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		-	248
Pagamentos a fornecedores		-63	-977
Pagamentos ao pessoal		-2 229	-2 004
Fluxos gerados pelas operações		-2 292	-2 734
(Pagamento)/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 117	-1 102
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		27 537	8 524
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1	24 129	4 688
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos intangíveis		-	2
Juros e rendimentos similares		23	180
Empréstimos concedidos		19 682	4 374
		19 705	4 556
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-18	-
Pagamento de juros		-	-
Empréstimos concedidos		-20 615	-2 701
		-20 633	-2 701
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2	-929	1 855

(cont.)

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		162 012	142 426
	4	162 012	142 426
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-172 844	-144 954
Amortização dos contratos de locação		-6 152	-316
Juros e gastos similares		-3 933	-3 796
	4	-182 930	-149 067
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	3	-20 917	-6 641
Variação de caixa e seus equivalentes	1+2+3	2 283	-97
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
		2 283	-97
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	511	608
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 794	511
		2 283	-97

PARA SER LIDO EM CONJUNTO COM AS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM ANEXO.



5

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS, EXCETO QUANDO ESPECIFICAMENTE REFERIDO)

1. Introdução e identificação

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA (Inapa – IPG, Entidade, Empresa ou Sociedade) é a sociedade dominante do Grupo Inapa e tem por objeto social a propriedade e a gestão de bens móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras empresas, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais próprios ou alheios e a prestação de assistência a empresas em geral. A Inapa - IPG encontra-se cotada na Euronext Lisboa. Os detentores de participações mais relevantes encontram-se mencionados na Nota 15.

Designação: Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA

Sede Social: Rua Braamcamp 40 - 9ºD
1250-050 Lisboa, Portugal

Capital Social: 180 135 111 euros

N.I.P.C.: 500 137 994

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de abril de 2023 estando sujeitas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Inapa - IPG, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras separadas da Inapa - IPG são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board

(IASB) e com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), tal como adotadas pela União Europeia e em vigor em 1 de janeiro de 2022.

Decorrente da adoção das restantes normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Inapa - IPG.

A base de mensuração das demonstrações financeiras da Inapa - IPG é o custo histórico, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

2.2 Novas normas, interpretações e alterações a normas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 - Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração)	1-abril-21	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a Covid-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento obtidos antes da entrada em funcionamento (alteração)	1-jan-22	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato (alteração)	1-jan-22	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso
IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual (alteração)	1-jan-22	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	1-jan-22	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas (alteração)	1-jan-23	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas (alteração)	1-jan-23	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas
IFRS 17 – Contratos de seguro (nova norma)	1-jan-23	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (alteração)	1-jan-23	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação (alteração)	1-jan-23	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Inapa - IPG em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda

obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, emendas e revisões foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 – Passivos não correntes com “covenants” (alteração)	1-jan-24	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação (alteração)	1-jan-24	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Inapa - IPG no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras da Empresa.

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Esta conclusão não é afetada pelo rácio passivo corrente / ativo corrente, uma vez que: i) o mesmo resulta de classificação em passivo de curto prazo de uma emissão de obrigações, integralmente colocada junto à subsidiária Inapa France SAS, cuja renovação, na data do respetivo vencimento para o médio/longo prazo, depende da intenção da Empresa e se prevê ocorrer no ano seguinte e ii) existe intenção de adiar o vencimento

3. Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias,

de outros passivos com empresas do Grupo no decorrer de 2023 (ver nota 5). Decorrente da avaliação da projeção de fluxos de caixa de curto prazo, o Grupo do qual a Entidade é sociedade dominante dispõe de recursos financeiros adequados à renovação do vencimento destes passivos.

(i) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as IFRS e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada um e que correspondem às seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	2% - 5%
Equipamento básico	7,14% - 12,5%
Equipamento de transporte	20% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 12,5%

O processo de depreciação, por duodécimos, tem início no mês do exercício em que o respetivo bem se encontra em condições de ser utilizado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

(ii) Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objetivo de valorização do capital e a obtenção de rendas.

A propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os gastos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Uma vez que as propriedades de investimento são integralmente arrendadas a empresas do Grupo, após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método de quotas constantes pelo período de vida útil estimado, utilizando-se as mesmas taxas dos ativos fixos tangíveis.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As

beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

(iii) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Sociedade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Sociedade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de

início de utilização, de acordo com o método de quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

Os ativos intangíveis registados são amortizados por um período de 5 anos.

(iv) Contratos de locação

A Empresa reconhece na Demonstração da posição financeira os ativos sob contratos de locação (ativos sob direito de uso). Tal exclui os classificados de baixo valor ou de prazo inferior a 12 meses, cujos pagamentos são efetuados e reconhecidos como gasto na Demonstração de Resultados no período em que ocorrem, de forma linear ao longo da locação.

O ativo sob direito de uso é registado pelo seu custo, na Demonstração da posição financeira, quando o ativo fica disponível para uso pela Sociedade.

O passivo de locação é registado na Demonstração da posição financeira, pelo valor atual dos pagamentos da locação, para o período não cancelável do contrato. Para esse valor atual, a Empresa utiliza a taxa de financiamento incremental à data do início do contrato.

A depreciação e as perdas por imparidade dos ativos sob direito de uso são calculadas e registadas conforme estabelecido na nota 3. i) para ativos fixos tangíveis, sendo depreciado desde a data de início até ao final da vida útil do ativo ou até ao fim do prazo de locação, dos dois o menor.

Os juros incluídos nos pagamentos da locação, depreciações e as perdas por imparidade são

registadas na Demonstração dos resultados como gasto do período a que se referem. O gasto de juro é apresentado em atividades de financiamento, na demonstração de fluxos de caixa.

Quando a entidade é locadora, as rendas a receber são reconhecidas de forma linear ao longo do contrato.

(v) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

As subsidiárias correspondem às participações financeiras em empresas nas quais a Inapa - IPG detenha, direta ou indiretamente, o poder de controlar as entidades. O poder de controlar uma entidade ocorre quando a Inapa - IPG se encontrar exposta ou é detentora de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a entidade (subsidiária).

As associadas correspondem às participações financeiras em empresas nas quais a Inapa - IPG exerça, direta ou indiretamente, influência significativa mas não possua controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação

do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos. A variação do capital próprio das associadas, resultante do resultado líquido, é registada por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

De acordo com o normativo, deverá ser feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, as mesmas são objeto de reversão. A Empresa utiliza o seu processo de análise de imparidade ao *Goodwill* ao nível das demonstrações financeiras consolidadas para este propósito.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, as mesmas são objeto de reversão.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Sociedade no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre as empresas do Grupo Inapa, incluindo as associadas, são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias ou associadas são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o valor do investimento, o Grupo reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada ou da subsidiária.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela Inapa - IPG e pelas suas subsidiárias e associadas.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na Nota 9.

(vi) Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

A Empresa classifica os ativos financeiros, tendo em consideração a sua mensuração subsequente, pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados tendo por base, tanto o modelo de negócio para gerir esses ativos financeiros, como as características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

A Inapa - IPG classifica os ativos financeiros como segue:

Custo amortizado: Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos que não cumpram com os critérios de separação), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de manter o instrumento para receber os fluxos contratuais. Os saldos relativos a estes ativos encontram-se registados na Demonstração da posição financeira nas rubricas de Clientes, Outros ativos correntes e não correntes e Caixa e equivalentes de caixa. Estes ativos são subsequentemente mensurados com base no método da taxa de juro efetiva, deduzidos de perdas por imparidade. Os juros destes ativos financeiros são reconhecidos nos rendimentos e ganhos financeiros.

Justo valor através de outro rendimento integral (com reciclagem): Instrumentos de dívida (incluindo instrumentos híbridos), somente com fluxos de capital e juros indexados, e que se insiram no modelo de negócio de alienar o instrumento e receber os fluxos contratuais. Estes ativos e passivos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os dividendos obtidos destes ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados na data em que são atribuídos;

Justo valor através de resultados: Ativos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Inclui igualmente instrumentos que não incluam somente fluxos de capital e

juros indexados, ou em que a empresa tenha designado os instrumentos, na sua inceptção, para serem mensurados a justo valor, de forma a evitar desequilíbrios contabilísticos. Estes ativos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados;

Justo valor através de outro rendimento integral (sem reciclagem): Instrumentos de capital próprio, em que a empresa opte no seu reconhecimento inicial, para que o instrumento seja desta forma classificado. Estes ativos e passivos são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros serão reclassificados se forem afetados por uma alteração do seu modelo de negócios de gestão de acordo com a classificação mais apropriada, dentro das limitações definidas no normativo.

Os ativos financeiros são classificados como ativos não correntes, exceto se o seu vencimento previsível for inferior a 12 meses da data do relato financeiro.

Participações financeiras – outros métodos

As participações financeiras correspondentes a instrumentos de capital próprio (que não subsidiárias e associadas) são mensuradas ao seu justo valor.

Clientes e Outros ativos

As rubricas de Clientes e Outros ativos constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio da Sociedade, são reconhecidas

inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável (Notas 11 e 13).

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual considera as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para as contas a receber decorrentes de contratos com clientes. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente (Nota 14).

Para Outros ativos que não decorrem de contratos com clientes (ao abrigo da IFRS 15), que se referem na sua generalidade a entidades subsidiárias, os mesmos encontram-se sujeitos ao modelo geral de imparidade da IFRS 9 (modelo das três etapas). Tendo em conta que o risco de crédito das subsidiárias é considerado reduzido, com acesso a informação financeira atual e prospetiva e atual, a estimativa de imparidade corresponde geralmente à primeira etapa do modelo com a avaliação do risco de incobrabilidade dos fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

No histórico da Inapa - IPG valores desreconhecidos por falta de pagamento têm sido raros e muito pouco significativos.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A entidade desreconhece um ativo financeiro quando, e só quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) Transfere o ativo financeiro e a

transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento.

A Empresa só efetua o desreconhecimento de saldos de clientes ou de outros valores a receber (removidos do ativo) quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção daqueles. Caso não sejam cumpridos os critérios para o desreconhecimento, os saldos a receber não vencidos são incluídos na rubrica de Clientes e os fundos recebidos são registados na rubrica de Empréstimos.

Passivos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

Justo valor através de resultados: Passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização no curto prazo e inclui os passivos financeiros detidos para negociação e os instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura. Estes passivos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados; e

Outros passivos financeiros: Passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontram cotados em mercados líquidos. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos, Fornecedores e Outros passivos correntes e não correntes. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros não são reclassificados

entre categorias após a sua classificação inicial.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos

Os Empréstimos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os Empréstimos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente (Nota 16).

Fornecedores e Outros passivos

As rubricas de Fornecedores e Outros passivos constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

(vii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa,

depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e risco de variação de justo valor reduzido, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).

(viii) Imparidade de ativos não financeiros

A Sociedade efetua uma avaliação à imparidade dos ativos na data de relato financeiro e sempre que ocorra uma alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado (Nota 14). No caso dos ativos não correntes que não são amortizados devido a não terem uma vida útil finita, são efetuados testes de imparidade com frequência anual.

Sempre que o valor pelo qual um ativo se encontra registado se mostre superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade/provisão, que é registada na demonstração dos resultados ou no capital próprio quando o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a respetiva revalorização será diminuída. A quantia recuperável é o valor mais alto de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos da venda e o seu valor de uso.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir (com exceção do *Goodwill*). A reversão é

registada na demonstração dos resultados, exceto quando o ativo tenha sido reavaliado e a respetiva revalorização registada no capital próprio tenha sido diminuída em resultado da perda de imparidade.

(ix) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são valorizadas pelo seu valor presente, são revistas na data de cada relato financeiro e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões para ações judiciais em curso são avaliadas pela Administração quanto à conclusão mais provável, tendo por base a sua probabilidade de sucesso, assim como a estimativa dos valores a despendar, na sequência da sua análise com os consultores legais da Entidade, sendo reconhecido um passivo quando for provável um desfecho desfavorável, e sendo apenas divulgado como contingência caso seja improvável mas possível um desfecho favorável.

(x) Rédito

O rédito de contratos com clientes é reconhecido na demonstração dos resultados de acordo com o modelo de 5 passos preconizado na norma IFRS 15. O princípio subjacente é que a entidade reconhece o rédito da transferência de bens ou serviços para os clientes pelo valor que espera obter em troca desses mesmos bens e serviços, na medida em que forem cumpridas as obrigações de desempenho contratadas. O rédito da entidade resulta essencialmente da gestão e intermediação em contratos de fornecimento, serviços administrativos prestados a entidades do Grupo, *royalties* provenientes das

marcas detidas e juros por financiamentos concedidos. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente de *royalties* é reconhecido de acordo com o regime de periodização económica e atendendo à substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade e é contabilizado na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

(xi) Especialização do exercício

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros ativos correntes e Outros passivos correntes.

(xii) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio

vigentes nas datas do relato financeiro. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do relato financeiro, foram registados como rendimentos e gastos do exercício.

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras em que as participações financeiras se encontram valorizadas pelo método de equivalência patrimonial e que utilizam uma moeda funcional diferente da moeda de relato da Empresa, foram utilizados os seguintes critérios:

Ativos e Passivos: Paridades cambiais vigentes na data do relato financeiro.

Ganhos e Perdas: Paridades cambiais médias verificadas no período.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima são registadas no Capital próprio (Ajustamentos em ativos financeiros).

As taxas de câmbio para conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias Inglesa, Angolana e Turca foram as seguintes:

- Câmbio da Libra Esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 1 1728 euros;
- Câmbio da Libra Esterlina utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 1 1275 euros;
- Câmbio do Kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos

resultados: 0,0021 euros;

- Câmbio do Kwanza utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0019 euros;
- Câmbio da Lira Turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração dos resultados: 0,0574 euros.
- Câmbio da Lira Turca utilizado para conversão das rubricas da demonstração da posição financeira: 0,0501 euros.

(xiii) Impostos sobre rendimentos

O imposto sobre o rendimento inclui impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos

diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *Goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

No final de cada período é efetuado a revisão do cálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Administração sobre o tratamento fiscal aplicável às transações realizadas, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pela Autoridade Fiscal, estas são avaliadas relativamente à probabilidade de haver lugar a uma correção

desfavorável à Inapa - IPG, se provável, dando origem ao registo de um passivo apresentado sob Imposto sobre o rendimento a pagar na Demonstração da posição financeira, se improvável poderá traduzir-se na divulgação de uma contingência.

No que respeita a imposto corrente, conforme indicado na Nota 10, a Sociedade e suas subsidiárias sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades. A Inapa - IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas. A Inapa - IPG:

- reconhece a totalidade do montante de imposto corrente a receber/pagar às autoridades fiscais na sua Demonstração da posição financeira individual;
- reconhece como gasto de imposto corrente na sua Demonstração individual dos resultados apenas o seu contributo individual para o apuramento do imposto sobre o rendimento; e
- reconhece um valor a receber/pagar com as suas subsidiárias que fazem parte do regime especial de tributação de grupos de sociedades pelo seu contributo para o do montante de imposto corrente a receber/pagar.

(xiv) Justo valor de ativos e passivos

Se existir um mercado ativo, o justo valor de

um ativo ou passivo corresponde ao seu preço de mercado.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceitas no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

Quando necessário, a Inapa - IPG aplica técnicas de valorização. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados (nível 2 ou nível 3).

a) Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos
Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor contabilístico à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

b) Empréstimos obtidos
O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor contabilístico é aproximadamente o seu justo valor.

c) Credores e acréscimos
Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor contabilístico à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Os conceitos de nível previstos no normativo

respeitante a Justo Valor de ativos e passivos da Entidade mensurados ao justo valor podem ser descritos como:

- a) Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de relato;
- b) Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- c) Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(xv) Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras foi realizada em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, por recurso a estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados de ativos e passivos e de proveitos e custos durante o período de reporte. Será de referir, que apesar de as estimativas se terem baseado no melhor conhecimento do Conselho de Administração em relação aos eventos e ações correntes, os resultados reais podem, em última análise, vir a diferir das mesmas.

As estimativas que apresentam um risco mais significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico

dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

a) Estimativa de imparidade de participações financeiras

De acordo com o normativo, no caso de existirem indícios de que uma participação financeira possa estar em imparidade, a Inapa - IPG deverá testar se existe ou não imparidade nos investimentos em subsidiárias e associadas. Esta análise é efetuada considerando a informação preparada para efeitos de análise de imparidade do *Goodwill* ao nível das demonstrações financeiras consolidadas. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 analisa-se como se segue:

	2022	2021
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 794	511
Numerário	-	1
Caixa e equivalentes de caixa	2 794	511

Procedeu-se à reconciliação entre os movimentos das rubricas de financiamento constantes da Demonstração da posição financeira e os fluxos de caixa respeitantes para os períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022				A 31 de dezembro de 2022
	A 1 de janeiro de 2022	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamento respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	
Passivo não Corrente					
Empréstimos	100 775	158 749	-14 347	-159 272	85 905
Passivo Corrente					
Empréstimos	68 558	3 263	-161 572	162 602	72 851
Outros passivos correntes - especialização de juros	219	-	-7 010	6 791	-
	169 552	162 012	-182 930	10 123	158 756

(cont.)

	2021				
	A 1 de janeiro de 2021	Recebimentos provenientes de atividades de financiamento	Pagamento respeitantes a atividades de financiamento	Movimentos não monetários	A 31 de dezembro de 2021
Passivo não Corrente					
Empréstimos	110 307	135 554	-8 309	-136 777	100 775
Passivo Corrente					
Empréstimos	63 356				68 558
Descobertos bancários	-2 110				-
Subtotal	61 246	6 872	-134 455	134 894	68 558
Outros passivos correntes - especialização de juros	743		-6 303	5 779	219
	172 296	142 426	-149 067	3 896	169 552

Os movimentos não monetários incluem as reclassificações de Passivo não corrente para Passivo corrente ao longo do período, especializações de gastos, assim como operações financeiras sem fluxo financeiro associado.

5. Partes relacionadas

5.1 Relacionados com a empresa-mãe

Conforme referido na Nota 1, a Inapa - IPG é a sociedade-mãe do Grupo Inapa, sendo que na Nota 5.3 são divulgados os saldos com acionistas.

5.2 Elementos chave de gestão

Os elementos chave de gestão correspondem aos membros dos órgãos de gestão da Empresa e os responsáveis, que, não sendo membros desses órgãos, têm direta ou indiretamente autoridade e responsabilidade

pelo planeamento, direção e controlo das atividades da Empresa.

As remunerações pagas pelo Grupo Inapa aos membros dos elementos chave de gestão em 2022 e 2021, analisam-se como se segue:

	2022	2021
Conselho de Administração		
Remunerações	1 100	977
Outros elementos chave de gestão		
Remunerações	1 540	1 590

5.3 Saldos com outras partes relacionadas

A Sociedade mantém com as subsidiárias relações comerciais e de financiamento.

As subsidiárias detidas diretamente pela Sociedade, à data de 31 de dezembro de 2022, são conforme segue:

Designação	Sede Social	% de Participação direta	Atividade
Inapa France, SA	11 rue de la Nacelle – Villabé 91813 Corbeil-Essonnes Cedex França	100,00	Distribuição papel
Inapa Deutschland Holding GmbH	Osterbekstraße 90 D-22083 Hamburg Alemanha	100,00	Holding
Inapa Deutschland GmbH	Osterbekstraße 90 ^a D-22083 Hamburg Alemanha	5,10*	Distribuição papel
Edições Inapa, Lda	Rua Braamcamp 40 - 9ºD 1250-050 Lisboa Portugal	100,00	Editorial
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	Rua Braamcamp 40 - 9ºD 1250-050 Lisboa Portugal	100,00	Holding
Inapa Portugal, SA	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra Portugal	100,00	Distribuição papel
Inapa España Distribución de Papel, SA	Calle Delco, n.º 1-3 Polígono Industrial Ciudad del Automóvil 28914 Leganés, Madrid	100,00	Distribuição papel
Inapa Belgium	Vaucampslaan, 30 B-1654 Huizingen Bélgica	100,00	Distribuição papel
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	39 Hendon Lane Finchley Central, London, N3 1RY Reino Unido	100,00	Holding
Inapa Shared Center, Lda	Rua das Cerejeiras, n.º 5, Vale Flores 2710-632 Sintra Portugal	99,75	Serviços Partilhados
KORDA Kaçit Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	Kasap Sokak. Konak Azer Ishani 34394 Istambul Turquia	100,00	Distribuição papel

*PARTICIPAÇÃO INDIRETA DE 100% ATRAVÉS DA INAPA DEUTSCHLAND HOLDING GMBH

A listagem completa de partes relacionadas pode ser consultada na Nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas, publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras separadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos com empresas do Grupo Inapa eram como segue:

Empresa	2022						
	Ativo corrente		Ativo não corrente	Passivo			
	Outros ativos correntes (Nota 13)		Outros ativos não correntes (Nota 13)	Empréstimos (Nota 16)			Outros passivos correntes (Nota 17)
	Cientes (Nota 11)	Empresas do Grupo		Empréstimo obrigacionista	Outros empréstimos		
				Não corrente	Corrente	Corrente	
Inapa Portugal, SA	886	1 558	-	-	21196	4 900	6 566
Edições Inapa, Lda	-	1 179	-	-	-	-	-
Inapa France, SA	361	124	-	44 000	-	1 800	5 146
Inapa Belgium	13	616	-	-	-	-	100
Inapa España, SA	164	848	-	-	-	3 500	4 302
Inapa Deutschland Holding, GmbH	923	2 056	11 617	-	-	-	226
Inapa Deutschland, GmbH	4 449	6 105	12 700	-	2 300	-	10 272
Inapa Shared Center, Lda	61	1 808	-	-	-	3 170	1 651
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	117	733	-	-	-	-	-
Inapa Packaging, Lda.	9	55	-	-	-	300	79
Inapa Packaging, GmbH	31	6	-	-	-	-	5
Inapa Packaging, SAS	3	-	-	-	-	-	4
Inapa Comunicação Visual, Lda	-	264	-	-	-	-	250
Inapa Angola, SA	-	19	-	-	-	-	-
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	29	1 134	-	-	-	-	2
Embaltec SAS	-	-	-	-	-	-	7
Semaq Emballages, SA	5	-	-	-	-	-	7
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	-	-	-	-	-	-	-
Inapa ComPlott, GmbH	-	7	-	-	-	-	7
	7 052	16 513	24 317	44 000	23 496	13 670	28 623

2021

Empresa	Ativo corrente		Ativo não corrente	Passivo			
	Outros ativos correntes (Nota 13)		Outros ativos não correntes (Nota 13)	Empréstimos (Nota 16)			Outros passivos correntes (Nota 17)
	Clientes (Nota 11)	Empresas do Grupo		Outros empréstimos			
				Empréstimo obrigacionista	Não corrente	Corrente	
Inapa Portugal, SA	653	1 094	-	-	22 296	-	4 511
Edições Inapa, Lda	-	1 179	-	-	-	-	-
Inapa France, SA	304	45	-	44 007	-	1 800	3 346
Inapa Belgium	7	561	-	-	-	-	164
Inapa España, SA	14	123	-	-	-	3 500	2 631
Inapa Deutschland Holding, GmbH	746	1 556	8 617	-	-	-	-
Inapa Deutschland, GmbH	2 567	1 441	16 296	-	2 300	-	2 015
Inapa Shared Center, Lda	53	330	-	-	-	3 270	1 350
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	117	2 322	-	-	-	-	-
Inapa Packaging, Lda.	53	186	-	-	-	-	-
Inapa Packaging, GmbH	15	3	-	-	-	-	-
Inapa Packaging, SAS	3	-	-	-	-	-	-
Inapa Comunicação Visual, Lda	101	44	-	-	-	-	-
Inapa Angola, SA	-	19	-	-	-	-	-
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	-	1 404	-	-	-	-	-
Embaltec SAS	-	-	-	-	-	-	-
Semaq Emballages, SA	-	-	-	-	-	-	-
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	-	-	-	-	-	-	321
Inapa ComPlott, GmbH	-	3	-	-	-	-	-
	4 632	10 310	24 913	44 007	24 596	8 570	14 337

Os saldos a receber das Edições Inapa, Lda e da Inapa Portugal, SA não vencem juros nem têm prazo fixado de reembolso.

Os saldos a receber referentes a empréstimos concedidos registados em Outros ativos - Empresas do Grupo relativos à Inapa Belgium e à Inapa Shared Center Lda vencem juros a taxas correntes de mercado.

Do saldo a receber da Europackaging Lda, apenas 714 milhares de euros, vencem juros a taxas correntes de mercado.

Dos saldos a receber registados em Ativos não correntes, o saldo relativo à Inapa Deutschland Holding GmbH e Inapa Deutschland GmbH vence juros à taxa corrente do mercado.

Os saldos a pagar registados em Empréstimos da Inapa Portugal, SA Inapa España, SA, Inapa Deutschland GmbH, Inapa France, SA, e Inapa Shared Center Lda vencem juros a taxas correntes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos com outras entidades relacionadas eram como segue:

2022				
	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Outros passivos correntes e não correntes
BCP	2	-	34 618	-
	2	-	34 618	-
2021				
	Depósitos à ordem	Outros ativos correntes e não correntes	Empréstimos bancários	Outros passivos correntes e não correntes
BCP	2	-	35 337	-
	2	-	35 337	-

Em 2022 e 2021, os saldos dos empréstimos bancários, excluindo as estimativas de juros e de despesas bancárias, encontram-se classificados no passivo não corrente. Os empréstimos do BCP foram contratados em condições normais de mercado..

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as transações efetuadas com entidades relacionadas foram como se segue:

	2022			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos e proveitos financeiros	Gastos diversos	Gastos financeiros
Inapa Portugal, SA	188	4	50	1136
Inapa France, SA	251	157	315	886
Inapa Belgium	-	5	104	-
Inapa España, SA	145	380	317	196
Inapa Deutschland Holding GmbH	134	544	226	-
Inapa Deutschland, GmbH	642	1 895	342	94
Inapa Shared Center, Lda	8	21	164	84
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	-	50	-	-
Inapa Packaging, SAS	11	-	-	-
Inapa Packaging GmbH	16	-	-	-
Inapa Packaging, Lda	15	-	-	-
Inapa Comunicação Visual, Lda	15	-	-	-
BCP	-	-	-	1 404
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	18	-	11	-
Semaq Emballages, SA	19	-	-	-
Embaltec SAS	11	-	-	-
Edições Inapa, Lda	-	-	-	-
Inapa Angola, SA	-	-	-	-
Inapa ComPlott, GmbH	-	-	-	-
	1 472	3 057	1 529	3 799

	2021			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos e proveitos financeiros	Gastos diversos	Gastos financeiros
Inapa Portugal, SA	227	28	18	953
Inapa France, SA	251	147	171	683
Inapa Belgium	-	3	(4)	-
Inapa España, SA	122	392	682	183
Inapa Deutschland Holding GmbH	184	362	185	-
Inapa Deutschland, GmbH	684	1579	1167	118
Inapa Shared Center, Lda	7	1	181	104
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	-	90	-	-
Inapa Packaging, SAS	11	1	-	-
Inapa Packaging GmbH	20	1	-	-
Inapa Packaging, Lda	31	-	-	-
Inapa Comunicação Visual, Lda	12	1	-	-
BCP	-	-	-	1351
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	18	1	(13)	-
Semaq Emballages, SA	20	-	-	-
Embaltec SAS	11	-	-	-
Edições Inapa, Lda	-	-	-	-
Inapa Angola, SA	-	-	-	-
Inapa ComPlott, GmbH	-	1	-	-
	1 598	2 608	2 388	3 392

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

	2022					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	34	17	23	150	11	235
Aumentos	-	-	145	-	-	145
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências/abates	7	-17	-	20	-11	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42	-	168	170	-	380
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	16	15	6	137	10	184
Reforço	-	-	12	5	-	17
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências/abates	11	-15	-	18	-10	4
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28	-	18	161	-	206
Valor líquido no início de 2022	18	2	17	12	1	51
Valor líquido no final de 2022	14	-	151	9	-	174

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

	2021					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de janeiro de 2021	34	17	7	149	11	218
Aumentos	-	-	23	1	-	24
Alienações	-	-	-7	-	-	-7
Transferências/abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34	17	23	150	11	235
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2021	16	14	7	133	10	180
Reforço	-	1	6	5	1	12
Alienações	-	-	-7	-	-	-7
Transferências/abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16	15	6	137	10	184
Valor líquido no início de 2021	18	3	-	16	1	38
Valor líquido no final de 2021	18	2	17	12	1	51

7. Propriedades de investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas de propriedades de investimento foram os seguintes:

	2022		
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	3 905	11 714	15 619
Aumentos	-	-	-
Alienações	-3 905	-11 714	-15 619
Transferências/abates	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	3 407	3 407
Reforço	-	252	252
Alienações	-	-3 659	-3 659
Transferências/abates	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Valor líquido no início de 2022	3 905	8 307	12 211
Valor líquido no final de 2022	-	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas rubricas de propriedades de investimento foram os seguintes:

	2021		
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	3 905	11 714	15 619
Aumentos	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3 905	11 714	15 619
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	3 133	3 133
Reforço	-	274	274
Alienações	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	3 407	3 407
Valor líquido no início de 2021	3 905	8 581	12 486
Valor líquido no final de 2021	3 905	8 307	12 211

A rubrica de Propriedades de Investimento referia-se à aquisição em 2009, através de cessão pela subsidiária espanhola do Grupo, dos contratos de locação financeira imobiliário e mobiliário, do imóvel destinado a armazém localizado em Leganés (Madrid). No final de 2022, a Empresa procedeu à venda do imóvel pelo montante de 11 000 milhares de euros.

8. Ativos intangíveis e Ativos sob direito de uso

a) Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos intangíveis foram os seguintes:

	2022			
	Software	Outros ativos Intangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	286	299	57	643
Aumentos	14	-	-	14
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	57	-	-57	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	357	299	-	657
Amortizações acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	225	299	-	524
Aumentos	23	-	-	23
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	248	299	-	547
Valor líquido no início de 2022	61	-	57	118
Valor líquido no final de 2022	109	-	-	109

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos intangíveis foram os seguintes:

	2021			
	Software	Outros ativos Intangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	285	299	44	628
Aumentos	1	-	14	15
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	286	299	57	643
Amortizações acumuladas				
Saldo em 1 de janeiro de 2021	215	299	-	514
Aumentos	10	-	-	10
Alienações	-	-	-	-
Transferências/abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	225	299	-	524
Valor líquido no início de 2021	70	-	44	113
Valor líquido no final de 2021	61	-	57	118

b) Ativos sob direito de uso

Durante o exercício de 2022, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações foram os seguintes:

	2022		
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	66	210	276
Aumentos	70	-	70
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-66	-59	-125
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70	150	220
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	61	122	182
Aumentos	69	49	118
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-66	-59	-125
Saldo em 31 de dezembro de 2022	64	111	175
Valor líquido no início de 2022	6	88	93
Valor líquido no final de 2022	6	39	45

Durante o exercício de 2021, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações foram os seguintes:

	2021		Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	66	185	251
Aumentos	66	25	91
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-66	-	-66
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66	210	276
Depreciações acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	61	71	132
Aumentos	66	50	116
Alienações	-	-	-
Transferências/abates/alterações contratuais	-66	-	-66
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61	122	182
Valor líquido no início de 2021	6	113	119
Valor líquido no final de 2021	6	88	93

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as participações financeiras em subsidiárias e associadas registradas na rubrica Participações financeiras – método de equivalência patrimonial decompõem-se como se segue:

Partes de capital em subsidiárias e associadas	Sede	% de particip. Direta	% de particip. Indireta
a) Portuguesas			
Inapa Portugal, SA	Sintra	100,00%	100,00%
Edições Inapa, Lda	Lisboa	100,00%	100,00%
Inapa Shared Center, Lda	Sintra	99,75%	100,00%
EUROPACKAGING - Investimentos, Participações e Gestão, Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%
b) Estrangeiras			
Inapa España Distribución de Papel, SA	Espanha	100,00%	100,00%
Inapa France, SA	França	100,00%	100,00%
Inapa Deutschland Holding, GmbH	Alemanha	100,00%	100,00%
KORDA Kağıt Pazarlama ve Ticaret Anonim Şirketi	Turquia	100,00%	100,00%
Inapa – Merchants, Holding, Ltd	Reino Unido	100,00%	100,00%
Inapa Deutschland, GmbH	Alemanha	5,10%	100,00%
Inapa Belgium	Bélgica	100,00%	100,00%

Varição dos Investimentos financeiros

Partes de capital em subsidiárias	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	282 001
Movimentos em 2021	
Investimentos e aquisições	1 357
Equivalência patrimonial	3 214
Reconhecido em resultados	3 645
Reconhecido em Outro rendimento integral	-432
Dividendos obtidos	-1 623
Alienações e Outras reduções	-
Imparidade	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	284 948
Movimentos em 2022	
Investimentos e aquisições	-
Equivalência patrimonial	18 822
Reconhecido em resultados	17 322
Reconhecido em Outro rendimento integral	1 500
Dividendos obtidos	-102
Alienações e Outras reduções	-
Imparidade	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	303 668

Os montantes reconhecidos de equivalência patrimonial foram apurados após os ajustamentos de regularização de normativo contabilístico, sendo reconhecido em Outro rendimento integral Ganhos e perdas atuariais (2022: 2 270 milhares de euros; 2021: 1 061 milhares de euros), Outras variações (2022: 102 milhares de euros) e Diferenças de conversão cambial (2022: -872 milhares de euros; 2021: -1 492 milhares de euros).

Em 2022 e 2021 não foram pagos dividendos pelas subsidiárias à Inapa - IPG. Os montantes apresentados na rubrica Dividendos obtidos

referem-se a dividendos atribuídos e que se encontram em conta corrente com as entidades subsidiárias.

Conforme referido na Nota 3 v), o *Goodwill* decorrente da aquisição de investimentos financeiros apurado no decurso da aplicação do método da equivalência patrimonial encontra-se registado na rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial. O *Goodwill* registado pela Inapa - IPG, juntamente com o restante *Goodwill* registado nas contas consolidadas do Grupo Inapa, foi atribuído no seu conjunto a cada um dos diversos segmentos de negócio do Grupo e a sua imparidade foi testada igualmente tendo em consideração cada segmento de negócio no conjunto do Grupo (Nota 3 xv a)). Em 2006, foi apurado uma imparidade ao conjunto do *Goodwill* do Grupo, o qual foi refletido nas Demonstrações financeiras separadas da Inapa - IPG como um ajustamento de aplicação do método da equivalência patrimonial.

No corrente ano, o Grupo procedeu no cálculo do valor recuperável dos ativos e passivos associados à atividade dos vários segmentos de negócio, através da determinação do valor de uso, de acordo com o método *DCF* (*Discounted Cash Flow*).

A análise foi efetuada considerando a informação preparada para efeitos de análise de imparidade do *Goodwill* ao nível das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente no que diz respeito a projeções de *cash flow*, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto (conforme descrito na Nota 8 das referidas demonstrações financeiras consolidadas).

Após a realização dos testes de imparidade, não foi identificada perda por imparidade a registar.

A Empresa procedeu a análises de sensibilidade, simulando isoladamente o impacto de uma variação de 50 pontos base na taxa de crescimento e na taxa de desconto, tendo-se concluído pela inexistência de indícios de imparidade.

10. Impostos sobre o rendimento – diferidos e correntes

A Sociedade e suas subsidiárias sediadas em Portugal (Inapa Portugal, Edições Inapa, Inapa Shared Center, Europackaging, Inapa Packaging e Inapa Comunicação Visual) são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC. A Inapa - IPG, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do conjunto das empresas, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas, incluídas no RETGS.

O valor do imposto corrente positivo ou negativo é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual. O eventual ganho ou perda decorrente do regime de tributação consolidada é reconhecido pela Sociedade como proveito ou gasto operacional no próprio exercício.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Fiscal dentro dos quatro anos subsequentes. Caso sejam apurados prejuízos fiscais, estes podem ser utilizados nos exercícios por um período ilimitado, ficando sujeitos a eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais na sequência de revisões que sejam efetuadas às declarações dos exercícios em que são utilizados.

A Sociedade encontra-se sujeita a IRC à taxa normal de 21%, acrescida de 1,5% de derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 22,5%. Adicionalmente, acresce a esta taxa a derrama estadual que corresponde a uma taxa de 3% para o lucro tributável que exceda 1,5 milhões de euros até 7,5 milhões de euros, de 5% quando superior a 7,5 milhões de euros até 35 milhões de euros e 9% superior a 35 milhões de euros. As derramas são aplicadas à matéria coletável antes de dedução de prejuízos fiscais.

O valor dos impostos diferidos relativos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		Resultados transitados	Resultado do exercício
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido		Dr/(Cr)
Imposto diferido ativo:						
Ajustamento de transição						
- ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
- desconto financeiro	-	-	-	-	-	-
Outros	126	27	129	27	-	1
		27		27		
Imposto diferido do exercício						1

O imposto sobre o lucro antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como se segue:

	2022	2021
Resultado líquido antes de imposto sobre os lucros	18 426	4 111
Taxa nominal (22,5%)	-4 146	-925
Valor do imposto sobre o rendimento	-667	-797
	3 479	128
Efeito da equivalência patrimonial	3 897	820
Gastos não aceites fiscalmente	-688	-682
Proveito não tributados	513	2
Outros	-243	-13
	3 479	128

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2022	2021
Clientes - Grupo (Nota 5.3)	7 052	4 632
Clientes - outros	291	291
	7 342	4 922
Perdas por imparidade (Nota 14)	-291	-291
	7 052	4 632

12. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos de imposto sobre o rendimento a receber eram os seguintes:

	A recuperar		A pagar	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre o Rendimento	723	-	-	60
	723	-	-	126

Não existem dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

13. Outros ativos não correntes e Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a decomposição da rubrica de Outros ativos não correntes e Outros ativos correntes, é como segue:

	2022	2021
Outros ativos não correntes		
Inapa Deutschland Holding GmbH (Nota 5)	11 617	8 617
Inapa Deutschland GmbH (Nota 5)	12 700	16 296
Outros	852	847
	25 169	25 760
Perdas por imparidade (Nota 14)	-348	-348
	24 822	25 413
Outros ativos correntes		
Acréscimos de rendimentos		
Valores por faturar	169	2 096
Valores por faturar Grupo (Nota 5)	2 442	708
	2 611	2 804
Outros devedores		
Empresas do Grupo (Nota 5)	14 071	9 602
Outros impostos a recuperar	357	197
Outros devedores	9 247	1 474
	23 675	11 272
Perdas por imparidade (Nota 14)	-11	-11
	26 275	14 066

Os saldos não correntes a receber da Inapa Deutschland Holding, GmbH e da Inapa Deutschland, GmbH vencem juros a taxas correntes de mercado. Os saldos correntes a receber em Outros devedores dizem respeito à intervenção da Inapa - IPG na gestão e intermediação em contratos de fornecimento.

Os saldos correntes do Grupo decorrem de estimativas de juros a receber, de royalties e

financial fees, assim como empréstimos pontuais concedidos, dividindo-se em valores já faturados (Outros devedores) e valores por faturar (Acréscimos de rendimentos).

Do saldo de Outros devedores, destaca-se o valor de 5 586 milhares de euros respeitante a um ativo de indemnização referente à aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG.

14. Imparidades

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as imparidades de ativos reconhecidas tiveram os seguintes movimentos:

	Participações financeiras (nota 9)	Clientes (nota 11)	Outras contas a receber MLP (nota 13)	Outras contas a receber CP (nota 13)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	83	291	348	11	732
Reforço	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83	291	348	11	732
Reforço	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83	291	348	11	732

15. Capital, reservas e outras rubricas de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital próprio detalha-se como segue:

	2022	2021
Capital	180 135	180 135
Prêmios de emissão de ações	432	432
Reservas legais	7 574	7 574
Outras reservas	890	890
Resultados transitados	14 803	15 134
Ajustamentos em ativos financeiros		
- Relacionados com o método de equivalência patrimonial	-44 912	-50 057
Resultado líquido do período	17 759	3 314
	176 681	157 422

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 526 225 508 ações, das quais todas têm natureza ordinária. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Inapa - IPG não detém ações próprias nem se verificaram durante o exercício de 2022 transações de ações próprias.

Os Prêmios de emissão de ações correspondem à diferença entre o valor nominal das ações da Inapa - IPG adquiridas e o seu valor de realização e não são

distribuíveis sob a forma de dividendos, mas poderão ser utilizados para incorporação no capital ou para cobertura de prejuízos.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros inclui os movimentos nos capitais próprios das subsidiárias e associadas da Inapa - IPG, na sequência da aplicação do método da equivalência patrimonial.

A variação de Ajustamentos de equivalência patrimonial no montante de 2 372 milhares de euros, apresentada na Demonstração de Rendimento Integral, respeita principalmente a saldos que não serão reclassificados para resultados (referentes aos movimentos implícitos associados à aplicação da equivalência patrimonial).

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2022, os acionistas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA aprovaram a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho

de Administração, nos termos da qual o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de 3 314 095,51 euros, foi transferido para resultados transitados.

Em 2022, a Inapa - IPG foi sendo notificada ao abrigo do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários e do Regulamento da CMVM 5 / 2008, da alteração de participações qualificadas.

As ações ordinárias são transacionadas com o ISIN PTINA0AP0008.

Reserva de equivalência patrimonial (incluída no saldo da rubrica de “Ajustamentos em ativos financeiros”): a diferença entre o resultado atribuível às participações financeiras reconhecido na demonstração dos resultados e o montante dos dividendos já recebidos ou cujo pagamento possa ser exigido relativamente às mesmas participações encontra-se sujeito ao regime de reserva legal acima descrito. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dos resultados apropriados de subsidiárias é positivo, mas face ao valor acumulado de prejuízos apropriados de equivalência patrimonial em anos anteriores, leva à existência de um saldo negativo da reserva de equivalência patrimonial.

A estrutura acionista a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro 2021 é a seguinte:

31 de dezembro de 2022

Acionista	N.º de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Participação imputável ao MillenniumBCP	71 097 348	13,51%	13,51%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	-	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português, SA	71 097 348	13,51%	13,51%
Nova Expressão SGPS, SA	52 625 000	10,00%	10,00%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	394 367 563	74,94%	63,39%

31 de dezembro de 2021

Acionista	N.º de Ações ordinárias	% de Ações ordinárias	% Direitos de Voto
Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Participação imputável ao MillenniumBCP	112 996 710	21,47%	21,47%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	19 483 041	3,70%	3,70%
Banco Comercial Português, SA	93 513 669	17,77%	17,77%
Nova Expressão SGPS, SA	43 500 000	8,27%	8,27%
Novo Banco, SA	34 445 831	6,55%	6,55%
Total de participações qualificadas	427 141 925	81,17%	69,62%

16. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 as rubricas de Empréstimos analisam-se como segue:

	2022	2021
Não corrente		
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	13 136	14 576
Financiamento de médio e longo prazo	40 153	44 793
Obrigações convertíveis	9 000	12 000
Empresas do Grupo (Nota 5)	23 496	24 596
Passivos de locação	120	4 810
	85 905	100 775
Corrente		
Empréstimos por obrigações (Nota 5)	44 000	44 007
Descobertos e contas caucionadas	2 050	2 150
Papel comercial, reembolsável pelo seu valor nominal	5 680	6 461
Financiamento de médio e longo prazo (parcela com maturidade até 1 ano)	4 376	3 267
Obrigações convertíveis	3 000	3 000
Empresas do Grupo (Nota 5)	13 670	8 570
Passivos de locação	75	1 104
	72 851	68 558

Os empréstimos por obrigações correspondem a duas emissões de obrigações efetuadas pela Inapa - IPG, no valor de 42 700 milhares de euros e 1 300 milhares de euros com reembolso integral

em junho de 2023, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estas obrigações encontravam-se na posse da Inapa France, SA.

A dívida total com papel comercial totaliza 18 816 milhares de euros e corresponde a emissões junto de três instituições financeiras. Duas emissões de valor nominal de 15 716,0 milhares de euros reembolsáveis em prestações com vencimento até 2025 e uma emissão reembolsável pelo seu valor nominal, durante o prazo de um ano, vencendo juros à taxa variável.

A rubrica de Empréstimos bancários - não correntes (40 152,9 milhares de euros) e correntes (4 375,6 milhares de euros) incluem cinco financiamentos bancários com vencimentos até 2035, vencendo juros à taxa variável.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresenta Obrigações convertíveis emitidas no valor de 12 milhões de euros (15 milhões de euros a 31 dezembro 2021). Vencem juros à taxa de 5%, devidos trimestralmente, sendo o capital reembolsado em 5 prestações iguais, a primeira em julho de 2022 e a última em julho de 2026. Estas obrigações, que atribuíram ao detentor a opção de conversão em 19,3% de ações ordinárias da Inapa - IPG existentes à data da sua emissão (*fixed-for-fixed*), foram emitidas a favor da Papyrus GmbH, como parte da contrapartida pela aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG, tendo a parte vendedora ficado ainda credora de uma *Vendor Loan Note*

pelo valor remanescente da aquisição, que foi totalmente liquidada. A avaliação implícita da opção deve assim ser vista estritamente no contexto da operação de aquisição da Papyrus, na sua globalidade, não constituindo referencial relevante de valorização fora deste enquadramento. De acordo com os princípios de mensuração da IAS 32, uma vez que a taxa de juro da obrigação nesta transação excede juros comparáveis, não foi atribuído valor à opção para efeitos de registo contabilístico.

No final do exercício de 2022, a Sociedade possuía ainda linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no montante de 200 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	2022	2021
Entre 1 e 5 anos	58 299	66 284
Superior a 5 anos	27 607	34 491
	85 905	100 775

A dívida de passivos de locação corresponde à dívida pela aquisição de bens no âmbito de contratos de locação, cujos ativos se encontravam registados na rubrica de Propriedades de investimento (ver Nota 7) e Equipamento de transporte (ver Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a dívida relativa a passivos de locação incluída nas rubricas de Empréstimos – corrente e não corrente, era a seguinte:

	2022	2021
Dívida relativa a Passivos de locação		
• Não correntes	120	4 810
• Correntes	75	1 104
	196	5 914

	2022	2021
Dívida relativa a Passivos de locação		
Valor das rendas - não descontado		
• a menos de 1 ano	83	1 285
• a mais de 1 ano e a menos de 5 anos	128	5 255
• a mais de 5 anos	-	-
	211	6 540
Encargo financeiro a suportar	-15	-626
Valor atualizado da dívida com passivos de locação	196	5 914

A dívida relativa a locações financeiras a 31 de dezembro de 2022 corresponde essencialmente a Equipamento de transporte. Em 31 de dezembro de 2021 correspondia essencialmente ao valor em dívida para com o Novo Banco, que foi liquidado no decorrer de 2022, na sequência da alienação do imóvel financiado (Leganés).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a exposição dos empréstimos às alterações das taxas de juro de acordo com os períodos contratuais de fixação das taxas, são como segue:

	2022	2021
Períodos de fixação das taxas de juro		
Até 6 meses	146 756	154 333
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	12 000	15 000
Superior a 5 anos	-	-
	158 756	169 333

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o montante líquido da dívida financeira é o seguinte:

	2022	2021
Empréstimos		
Correntes	72 851	68 558
Não correntes	85 905	100 775
	158 756	169 333
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	-2 794	-511
	155 962	168 822

O *covenant* atualmente em vigor, o respetivo rácio e o saldo do respetivo financiamento em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

Empréstimo	2022	Rácio	Rácio	Limite
Papel Comercial - Inapa Portugal e Inapa IPC	15 191	Dívida financeira líquida / Re-EBITDA	2,5x	7,0x

O rácio é calculado em função das demonstrações financeiras consolidadas.

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a decomposição da rubrica de Outros passivos correntes, é como segue:

	2022	2021
Outros passivos correntes		
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	291	269
Empresas do Grupo (Nota 5)	1 471	-
Outros	493	13
	2 255	282
Rendimentos diferidos		
Faturação de serviços a prestar	-	438
	-	438
Outros credores		
Empresas do Grupo (Nota 5)	27 152	14 337
Outros impostos a pagar	203	66
Outros	388	145
	27 743	14 548
	29 999	15 268

18. Vendas, serviços prestados e outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Vendas e serviços prestados, no montante de 1 472 milhares de euros e 1 598 milhares de euros, respetivamente, corresponde a serviços prestados a empresas

do Grupo Inapa (Nota 5).

Em 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	2022	2021
Outros rendimentos suplementares	10 704	8 032
Royalties de empresas do Grupo	1 268	885
Rendas	371	375
Outros	-	220
	12 343	9 512

A rubrica de Outros rendimentos suplementares corresponde fundamentalmente, a proveitos obtidos pela Sociedade com a intervenção em processos de negociação envolvendo o Grupo Inapa.

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2022 e de 2021, o detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	709	594
Rendas e alugueres	26	24
Deslocações e estadas	48	29
Comunicação	14	5
Seguros	101	112
Publicidade e propaganda	454	2 167
Honorários	71	28
Contencioso e Notariado	25	3
Outros	412	49
	1 860	3 011

Os gastos com publicidade e propaganda correspondem a ações diversas para reforçar as vendas globais do Grupo, manter ou reforçar a quota de mercado ou crescer em volume nos principais clientes do Grupo.

20. Gastos com o pessoal

Em 2022 e 2021, os saldos da rubrica Gastos com o pessoal analisam-se como se segue:

	2022	2021
Salários e ordenados	1 847	1 619
Contribuições para a Segurança Social	472	327
Outros custos com pessoal	64	84
	2 383	2 029

Durante o exercício a Sociedade teve ao seu serviço, em média, 17 empregados (2021: 16 empregados).

21. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas dos exercícios de 2022 e de 2021 é apresentado no quadro seguinte:

	2022	2021
Impostos	302	93
Alienações ativos tangíveis	964	-
Quotizações	-	15
Donativos	5	-
Outros	1 193	88
	2 464	195

22. Gastos/reversões de depreciações e de amortizações

Em 2022 e 2021, os saldos desta rubrica analisam-se como se segue:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	17	12
Ativos intangíveis (Nota 8)	23	10
Propriedades de investimento (Nota 7)	252	274
Ativos sob direito de uso (Nota 8)	118	116
	410	413

23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2022 e de 2021 é como segue:

	2022	2021
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	1 418	1 307
	1 418	1 307
Gastos financeiros		
Juros suportados	-6 355	-5 647
Imposto do selo	-151	-176
Outros custos e gastos financeiros	-506	-480
	-7 012	-6 303
	-5 594	-4 995

24. Gestão do risco financeiro

A Empresa enquanto sociedade dominante do Grupo Inapa desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas subsidiárias. O cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa depende dos fluxos de caixa gerados pelas subsidiárias, os quais incluem a distribuição de dividendos, o pagamento de juros, o reembolso de empréstimos concedidos e o pagamento por serviços prestados pela Empresa. Adicionalmente, conforme referido na Nota 3 (x), a Empresa obtém rendimentos da sua atividade de gestão e intermediação em contratos de fornecimento.

As atividades da Empresa expõem-na a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de mercado (inclui risco cambial e risco associado à taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. A exposição da Empresa a riscos financeiros encontra-se essencialmente associada aos empréstimos obtidos junto de entidades financeiras, dos quais resultam riscos derivados do incumprimento das condições contratadas e riscos de flutuação das taxas de juro.

A gestão do risco financeiro é conduzida pela Direção Financeira, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração, e em estreita cooperação com as diversas subsidiárias. As flutuações do mercado financeiro, nomeadamente, no que se refere às taxas de juro, são analisadas continuamente sendo tomadas as medidas consideradas necessárias para minimizar a exposição da Empresa (e do Grupo) ao risco financeiro.

A Empresa implementou práticas para gerir o seu capital, com vista a assegurar o seu regular financiamento. Tal inclui a gestão do capital próprio propriamente dito (ver Nota 15), caixa e equivalentes de caixa (que inclui descobertos bancários – ver Nota 4) assim como empréstimos, que no seu conjunto contribuem para o conceito de dívida líquida (ver Nota 16). As operações incluem a participação da Administração e Direção Financeira da Empresa, que é responsável pela comunicação com os parceiros financeiros, pelas negociações e pela concordância de termos relevantes. A monitorização é assegurada através de reporte regular de posições e análise das necessidades financeiras futuras.

a) Risco de mercado

Risco de taxas de câmbio

O risco cambial a que a Empresa se encontra diretamente exposta ao nível de ativos e passivos financeiros não é significativo no contexto das demonstrações financeiras individuais.

A atividade desenvolvida pelo Grupo Inapa em geografias com moeda diferente do euro não representa em 2022 mais do que 1,76% das vendas do Grupo.

Na prossecução dos objetivos gerais indicados acima, a Inapa - IPG implementou práticas internas de acompanhamento por parte da Administração, para monitorizar o risco cambial. Tal inclui a monitorização da sua evolução, assim como a avaliação do potencial impacto cambial em novas decisões a tomar.

A Empresa não recorre a derivados para a fixação da taxa de câmbio.

Risco de taxas de juro

O custo da maioria da dívida financeira contraída pela Inapa - IPG está indexado a taxas de referência variáveis, estando atualmente a Inapa por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Na medida em que a Inapa não efetua a cobertura de exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito material negativo na sua atividade, situação financeira e resultados. Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira segue em permanência o desenvolvimento do mercado estando em condições de utilizar mecanismos e instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos de tesouraria, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras da Empresa (e do Grupo que lidera). Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.

Em 31 de dezembro de 2022, caso a taxa de referência utilizada nos empréstimos contraídos varie em 0,25%, mantendo todas as restantes variáveis constantes, os encargos financeiros anualizados teriam uma variação de cerca de 218 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 234 milhares de euros).

No contexto das Demonstrações financeiras separadas, a Inapa - IPG tem financiamentos (ver Nota 16) contraídos tanto com entidades externas como com entidades suas subsidiárias (ver Nota 5). A política de remuneração de passivos internos ao Grupo cumpre com critérios internos de preço de transferência, de acordo com referências de mercado, permitindo uma remuneração adequada dos capitais empregues, mas acaba por não representar um risco para a Empresa em termos individuais, pela posição dominante

que assume sobre essas empresas. Desta forma, considera-se que o risco de taxa de juro centra-se em passivos perante entidades externas ao Grupo Inapa (excluindo os passivos divulgados na Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o desenvolvimento dos ativos e passivos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro perante entidades externas ao Grupo Inapa em função da data de revisão da taxa de juro (Euribor 1, 3 ou 6 meses) é apresentado como se segue:

31 de dezembro de 2022	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total
Ativos						
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	2 794	-	-	-	-	2 794
Total de Ativos financeiros	2 794	-	-	-	-	2 794
Passivos						
Não correntes						
Empréstimos	-	13 268	40 021	-	-	53 289
Obrigações convertíveis	-	-	-	9 000	-	9 000
Passivos de locação	108	-	12	-	-	120
Correntes						
Empréstimos	1 250	4 727	6 129	-	-	12 106
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Passivos de locação	40	-	36	-	-	75
Total de passivos financeiros	1 398	17 995	49 197	9 000	-	77 590

31 de dezembro de 2021	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total
Ativos						
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa	511	-	-	-	-	511
Total de Ativos financeiros	511	-	-	-	-	511
Passivos						
Não correntes						
Empréstimos	1 250	13 987	44 133	-	-	59 369
Obrigações convertíveis	-	-	-	12 000	-	12 000
Passivos de locação	4 769	-	41	-	-	4 810
Correntes						
Empréstimos	1 650	4 533	5 694	-	-	11 877
Obrigações convertíveis	-	-	3 000	-	-	3 000
Passivos de locação	1 048	-	57	-	-	1 104
Total de passivos financeiros	8 716	18 520	52 925	12 000	-	92 161

b) Risco de crédito

A Inapa - IPG está exposta ao risco de crédito nos ativos financeiros a receber de terceiros. O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito que asseguram que as vendas sejam efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. Correspondem principalmente a entidades do Grupo ou entidades com relações comerciais com as suas subsidiárias.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contabilísticos dos ativos financeiros apresenta-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2022	
Ativos	
Caixa e seus equivalentes	2 794
Clientes e Outros Ativos	57 791
Total de Ativos	60 585
31 de dezembro de 2021	
Ativos	
Caixa e seus equivalentes	511
Clientes e Outros Ativos	43 913
Total de Ativos	44 424

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a antiguidade dos saldos de clientes e outros ativos financeiros é como se segue:

	2022		2021	
	Clientes	Outros Ativos financeiros	Clientes	Outros Ativos financeiros
Valores não vencidos	7 052	49 452	4 632	38 661
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	-	169	-	12
de 31 a 60 dias	-	28	-	119
de 61 a 90 dias	-	447	-	-7
+ de 91 dias	-	643	-	496
	7 052	50 740	4 632	39 282
Com risco de cobrança	291	358	291	358
Imparidades	-291	-358	-291	-358
Saldo líquido	7 052	50 740	4 632	39 282

O risco de crédito de ativos financeiros respeitantes a Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Caixa e Equivalentes de caixa Instituições Financeiras por rating	2022
BB	2 774
Depósito garantido na totalidade	21
Total	2 794

Dos montantes de Caixa e equivalentes de caixa, 21 milhares de euros, encontram-se em depósitos à ordem garantidos na totalidade por Fundo de garantia de depósitos. Do montante de 2 774 milhares de euros apresentados em outras categorias, cerca de 100 milhares de euros encontram-se também garantidos por Fundo de garantia de depósitos.



c) Risco de liquidez

A Inapa - IPG gere o seu risco de liquidez atuando em duas vias: garantindo que a componente de médio e longo prazo da sua dívida financeira se adequa à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento (linhas em conta corrente), quer através de relações diretas com parceiros financeiros, quer através das suas subsidiárias.

No contexto das Demonstrações financeiras separadas, a Inapa - IPG tem financiamentos (ver Nota 16) contraídos tanto com entidades externas como com entidades suas subsidiárias (ver Nota 5). As maturidades estão contratualmente definidas, mas acabam por não representar um risco para a empresa em termos individuais, pela posição dominante que assume sobre essas empresas. Desta forma, considera-se que o risco de liquidez centra-se em passivos perante entidades externas ao Grupo Inapa (excluindo os passivos divulgados na Nota 5).

O quadro seguinte analisa os passivos financeiros remunerados da Inapa - IPG em 31 dezembro de 2022 e de 2021 por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual. Os montantes que constam da tabela são *cash flows* contratuais não descontados, incluindo juros.

31 de dezembro de 2022	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Empréstimos						
Papel comercial	160	4 629	2 016	14 608	-	21 413
Empréstimos bancários	203	544	8 713	21 860	34 781	66 102
Obrigações convertíveis	157	-	3 428	9 833	-	13 418
Passivos de locação	13	15	54	131	-	213
	534	5 188	14 211	46 433	34 781	101 146

31 de dezembro de 2021	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Empréstimos						
Papel comercial	115	4 471	2 695	16 052	-	23 333
Empréstimos bancários	121	424	6 910	19 248	37 609	64 311
Obrigações convertíveis	196	-	3 543	13 418	-	17 156
Passivos de locação	11	122	1 193	5 159	-	6 485
	443	5 017	14 340	53 878	37 609	111 286

25. Ativos e passivos financeiros

A reconciliação da demonstração da posição financeira com as diversas categorias dos ativos e passivos financeiros, nele incluído detalha-se como se segue:

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 de dezembro de 2022					
Ativos					
Outros ativos não correntes	24 822	-	-	-	24 822
Clientes e Outros ativos correntes	32 969	-	-	357	33 326
Caixa e seus equivalentes	2 794	-	-	-	2 794
Total de ativos	60 585	-	-	357	60 943
Passivos					
Empréstimos não correntes	-	-	85 785	120	85 905
Empréstimos correntes	-	-	72 776	75	72 851
Fornecedores e Outros passivos correntes	-	-	30 277	203	30 480
Total de passivos	-	-	188 838	399	189 237

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos ao justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 de dezembro de 2021					
Ativos					
Outros ativos não correntes	25 413	-	-	-	25 413
Clientes e Outros ativos correntes	18 500	-	-	197	18 697
Caixa e seus equivalentes	511	-	-	-	511
Total de ativos	44 424	-	-	197	44 621
Passivos					
Empréstimos não correntes	-	-	95 965	4 810	100 775
Empréstimos correntes	-	-	67 454	1 104	68 558
Fornecedores e Outros passivos correntes	-	-	15 409	66	15 475
Total de passivos	-	-	178 829	5 980	184 809

26. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no resultado líquido atribuível aos acionistas da Inapa - IPG e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, conforme segue:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	17 759	3 314
Resultado a imputar às ações ordinárias	17 759	3 314
N.º de ações ordinárias - em milhares	526 226	526 226
Obrigações convertíveis - ações potenciais - em milhares	125 747	157 184
Resultado básico por ação - em euros	0,0337	0,0063
Resultado diluído por ação - em euros	0,0272	0,0048

As Obrigações convertíveis – ações potenciais correspondem às obrigações convertíveis emitidas no âmbito da aquisição da Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG (ver Nota 16). Estas obrigações atribuem ao detentor a opção de conversão (de tipo americana) em 19,3% (2021: 23,0%) de ações ordinárias da Inapa - IPG (*fixed-for-fixed*).

27. Passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

Em 1 de agosto de 2007, Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA interpôs contra a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA e suas subsidiárias Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA (sociedade extinta) e Inapa Portugal –

Distribuição de Papel, SA uma Ação na qual pede, em síntese:

- a anulação dos seguintes atos:
 - de constituição em junho de 2006 de um penhor mercantil para contra-garantia das cartas de conforto emitidas por Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA como garantia dos financiamentos mantidos por aquela sociedade junto do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
 - dos negócios efetuados em 1991 de concentração das atividades de distribuição de papel na SDP (atual Inapa Portugal) e de produção e comercialização de envelopes na Papelaria Fernandes;
 - da aquisição em 1994 da participação detida pela Papelaria Fernandes na SDP (atual Inapa Portugal);

- da compensação de créditos levada a cabo, também em 1994, entre a Papelaria Fernandes e a Inaprest.

- a condenação da Inapa:
- a manter as cartas de conforto emitidas em favor do Banco Espírito Santo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
- a indemnizar a Papelaria Fernandes em caso de eventual mobilização do penhor mercantil como contra-garantia das cartas de conforto.

A Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA veio, posteriormente, a regularizar as suas responsabilidades perante o Banco Espírito Santo e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo pelo que:

- as cartas de conforto emitidas pela Inapa - IPG deixaram de ter objeto, tendo sido devolvidas pelos respetivos beneficiários;
- esta Sociedade comunicou, em consequência, à Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, SA a verificação da condição resolutive do penhor mercantil por esta constituído em seu favor.

A ação, à qual foi atribuída um valor de 24 460 milhares de euros, foi contestada pela Inapa - IPG e pela sua subsidiária Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA, aguardando-se presentemente que o Tribunal determine os efeitos na ação da dissolução/ liquidação da Inaprest – Prestação de Serviços, Participações e Gestão, SA. O Grupo Inapa entende que do referido processo não deverão

resultar encargos relevantes, não tendo sido constituída qualquer provisão.

Responsabilidades por garantias bancárias

A Sociedade prestou várias garantias bancárias, através de diversas instituições financeiras, no valor total de 109,3 milhões de euros. Para efeitos de emissão de papel comercial (19,5 milhões de euros) e para outros financiamentos (89,8 milhões de euros).

Adicionalmente e para garantir financiamentos num total de 52,5 milhões de euros, constituiu-se penhor sobre ações de subsidiárias da Inapa - IPG (53% da Inapa Deutschland GmbH, 55,5% da Inapa France SAS e 35,5% da Inapa Portugal SA).

28. Honorários dos serviços prestados pelo revisor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os valores suportados com serviços prestados pelo revisor à Inapa - IPG, foram os seguintes:

	2022	2021
Serviços de Revisão Legal de Contas e de auditoria	49	47
Serviços de Revisão Limitada	17	21
	66	68

29. Acontecimentos após a data de reporte financeiro

Até à data de publicação das contas não foram registados eventos subsequentes.

6 |
Certificação Legal das Contas
e Relatório de Auditoria
sobre a Informação
Financeira Individual



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 365.918 milhares de euros e um total de capital próprio de 176.681 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 17.759 milhares de euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Recuperabilidade das participações financeiras

Divulgações relacionadas com participações financeiras apresentadas nas notas 3(v), 3(xv) e 9 das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias e associadas no valor de 303.668 milhares de euros, as quais se encontram mensuradas pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, as participações financeiras devem ser sujeitas a testes de imparidade sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual se encontram escrituradas possa não ser recuperável. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados, os quais requerem a utilização de estimativas e pressupostos definidos pelo Conselho de Administração, com base em projeções económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere aos fluxos de caixa associados à atividade operacional, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto.

Importa referir que eventuais variações futuras desfavoráveis entre os fluxos de caixa reais e os estimados no *Business Plan* podem originar impactos relevantes no cálculo do valor recuperável das participações financeiras e afetar conseqüentemente, de forma significativa, a posição financeira e económica da Entidade.

Face aos montantes envolvidos, à complexidade dos modelos de avaliação, aos pressupostos utilizados e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que lhe estão inerentes, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a obtenção e análise da estrutura organizacional do Grupo INAPA, do cálculo de suporte à valorização das participações registadas pelo método de equivalência patrimonial, bem como dos testes de imparidade do Goodwill e das marcas.

Efetuámos a avaliação da adequação do modelo de imparidade utilizado pelo Conselho de Administração e a reexecução matemática dos cálculos.

Foi apreciada a razoabilidade das estimativas e julgamentos realizados pelo Conselho de Administração, subjacentes aos pressupostos relevantes utilizados nos modelos dos testes de imparidade e respetivas análises de sensibilidade.

Efetuámos a reconciliação das projeções dos fluxos de caixa futuros com o *Business Plan* aprovado pelo Conselho de Administração. Foi igualmente avaliada a razoabilidade da definição da unidade geradora de caixa, ao nível da qual foram realizados os testes de imparidade.

Inquirimos a Gestão quanto à adequação dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável, nomeadamente a evolução das receitas e a margem de EBITDA. Foi igualmente realizada uma análise à adequação da taxa de desconto e da taxa de crescimento na perpetuidade, com recurso a análises com comparáveis e outra informação disponível no mercado. Foram ainda desenvolvidas análises de sensibilidade aos principais pressupostos de modo a determinar qual o nível de variações

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
	<p>que, individualmente ou no seu conjunto, poderiam originar perdas por imparidade nos ativos testados.</p> <p>Os procedimentos acima descritos, realizados para avaliar a razoabilidade dos pressupostos e metodologia associada ao modelo de imparidade, foram realizados com o apoio da nossa equipa de peritos internos.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, em especial as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor recuperável baseado no valor de uso, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.</p>
Continuidade das operações	
<i>Divulgações relacionadas com a continuidade das operações apresentadas nas notas 3 e 24 das demonstrações financeiras.</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras da Entidade apresentam um passivo corrente superior ao ativo corrente em 66.271 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 64.677 milhares de euros).</p> <p>Conforme divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base a posição financeira existente em 31 de dezembro de 2022, bem como informação adicional relevante disponível para o efeito, nomeadamente o orçamento de tesouraria para 12 meses após a data de reporte financeiro, as disponibilidades existentes em 31 de dezembro de 2022, as linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, bem como as negociações em curso para a renovação ou contratação de novos financiamentos.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram, entre outros, a avaliação da adequação da utilização do pressuposto da continuidade das operações, utilizado pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras, com base na análise de razoabilidade efetuada aos pressupostos e metodologia associada ao orçamento de tesouraria para 12 meses, após a data de reporte financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>No âmbito da análise efetuada, inquirimos o Conselho de Administração sobre o racional e pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria e sua avaliação dos potenciais efeitos da evolução estimada da inflação, dos preços do papel e das taxas de juro e respetivo impacto no desempenho operacional e na liquidez do Grupo.</p>

Matérias relevantes de auditoria

Conforme igualmente divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades. Consequentemente, é convicção do Conselho de Administração de que a continuidade das operações e liquidez do Grupo se encontram asseguradas, tendo por base as necessidades de tesouraria estimadas, a esta data, para o prazo de 12 meses.

Face à posição financeira corrente da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que estão associados aos pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria, à incerteza da evolução da atividade desenvolvida pelo Grupo e ao impacto que estes fatores têm na análise da liquidez e continuidade das operações, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

Foram igualmente analisados cenários de sensibilidade aos principais fatores de risco de liquidez identificados pelo Grupo, tendo por base a posição financeira de 31 de dezembro de 2022 e a perspetiva de geração de fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

Procedemos à revisão das divulgações nas demonstrações financeiras, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações

financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

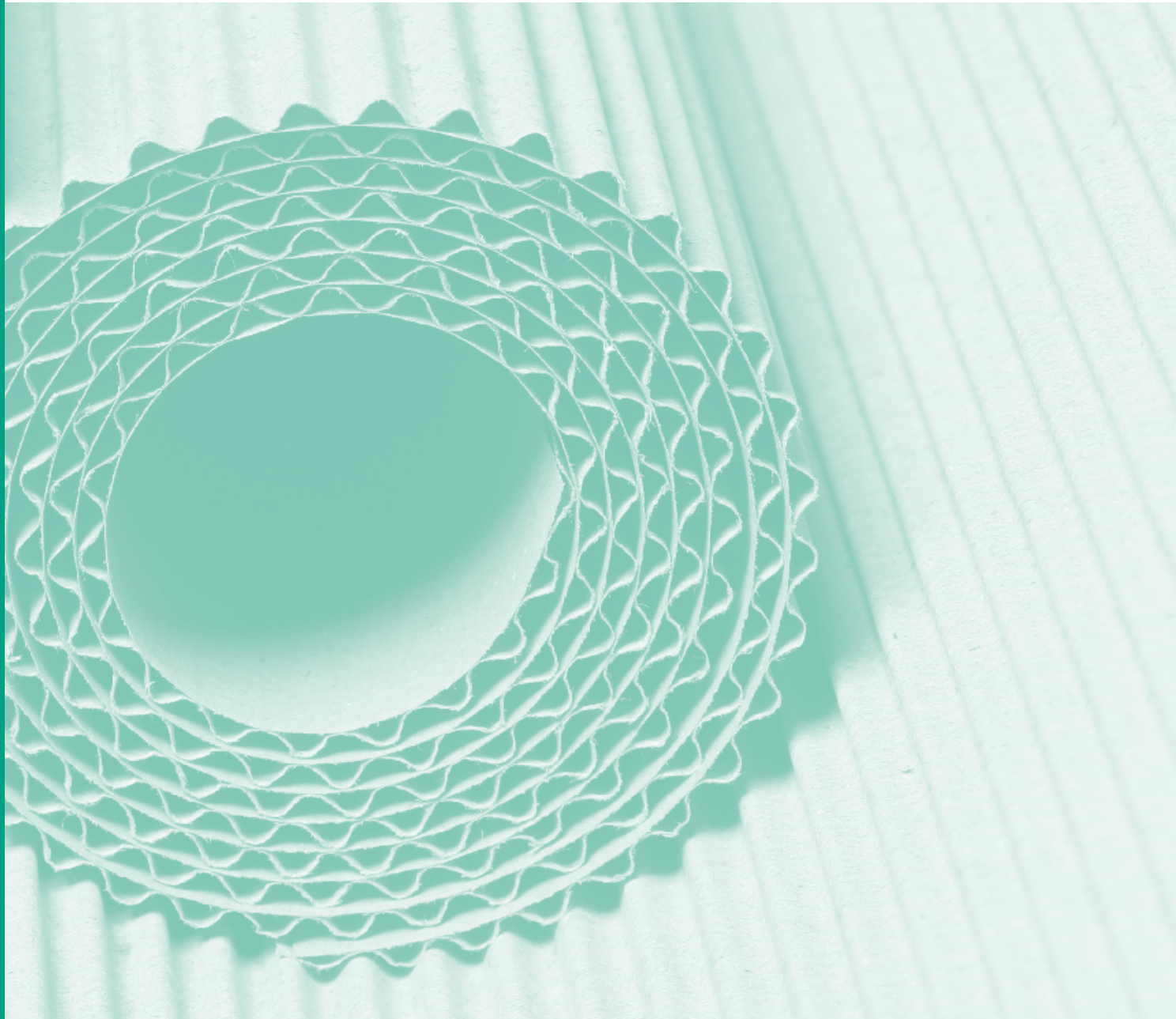
- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de maio de 2022 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 3 de maio de 2023.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

3 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, ROC n.º 1432
Registado na CMVM com o n.º 20161042





7 |

Relatório e parecer da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do disposto na alínea g) do número 1 do art.º 423º-F do Código das Sociedades Comerciais e no art.º 22º dos Estatutos da Sociedade, a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. apresenta o seu relatório anual sobre as atividades de fiscalização efetuadas em 2022, bem como o seu parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

Relatório Anual de Atividades da Comissão de Auditoria

O modelo de governo adotado pela Sociedade integra o Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e o Revisor Oficial de Contas. Todos os membros observam os critérios de independência e de compatibilidade para o exercício das suas funções, aferidas de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 414.º e no n.º 1 do artigo 414.º-A e n.º 3 do artigo 423.º-B, do Código das Sociedades Comerciais, respetivamente.

1. Atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2022

Durante o exercício de 2022, a Comissão de Auditoria realizou um total de 16 reuniões com uma participação da totalidade dos

seus membros. Nas reuniões, a convite da Comissão, participaram, sempre que adequado, membros da Comissão Executiva, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e responsáveis por áreas do centro corporativo.

No cumprimento das competências que lhe são legalmente e estatutariamente atribuídas e que constam do seu regulamento, a Comissão de Auditoria desenvolveu diversas atividades e diligências de que se destacam as elencadas de seguida.

1.1. Acompanhamento da atividade da Sociedade e vigilância sobre o cumprimento da lei e dos Estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

A Comissão de Auditoria acompanhou regularmente a atividade e evolução dos negócios da Sociedade e das suas subsidiárias, assim como o cumprimento do quadro legal, estatutário e regulamentar que lhes é aplicável. Estas atividades desenvolveram-se através da participação dos seus membros nas reuniões do Conselho de Administração, atendendo ao modelo de governo adotado pela Sociedade; de reuniões específicas, contactos e outras diligências com a Comissão Executiva ou com os seus membros; da análise sistemática da informação operacional periodicamente disponibilizada; das análises adicionais e esclarecimentos solicitados e ainda dos contactos e reuniões que manteve com os diversos responsáveis operacionais e com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

No decorrer dos seus trabalhos, a Comissão acompanhou, com a regularidade e com o detalhe havidos por adequados, os principais temas que de seguida se detalham:

- a) as decisões relacionadas com a estrutura de financiamentos do Grupo, com enfoque na sua adequação e sustentabilidade económico-financeira;
- b) a evolução do negócio nas diversas geografias em que o Grupo opera;
- c) o cumprimento do orçamento anual de 2022 e acompanhamento da elaboração do orçamento anual para 2023;
- d) o cumprimento das linhas orientadoras do plano estratégico;
- e) a evolução das ações judiciais em que o Grupo é visado;
- f) o cumprimento das obrigações fiscais;
- g) a implementação do novo ERP (SAP) para todo o Grupo;
- h) os sistemas de controlo e de segurança da informação – cibersegurança;
- i) a política de seguros do Grupo;
- j) as transações com partes relacionadas.

A Comissão de Auditoria analisou o funcionamento e cumprimento do quadro

legal do governo societário, nomeadamente do funcionamento interno do órgão de administração e sua Comissão Executiva. Ainda no âmbito do acompanhamento dos temas de governo societário, a Comissão de Auditoria analisou o Relatório do Governo da Sociedade referente ao ano 2022, em particular a sua aderência aos requisitos legais e ao Código de Governo das Sociedades e demais recomendações publicadas pelo Instituto Português de Corporate Governance.

1.2. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna

Durante o ano de 2022 a Comissão de Auditoria realizou diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna e obteve reporte regular pelo responsável do Departamento de Risco e de Auditoria Interna.

Em colaboração com a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria definiu o plano anual de atividades do Departamento de Risco e de Auditoria Interna que assegure a avaliação e acompanhamento dos principais riscos a que o Grupo está sujeito, bem como a eficácia dos respetivos sistemas de gestão e controlo interno existentes nas diversas geografias em que o Grupo opera. Acompanhou regularmente o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria interna e a eficácia das recomendações emitidas e implementadas.

Avaliou o cumprimento do plano de atividades, tendo emitido as orientações entendidas por convenientes.

No âmbito do reporte funcional da área de Gestão de Risco e de Auditoria Interna, a Comissão de Auditoria também apreciou a necessidade de revisão anual do Risk Management & Internal Audit Charter e do Risk Management & Internal Audit Manual.

1.3. Fiscalização do cumprimento de políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira

No respeitante a políticas contabilísticas, regularidade dos registos e prestação de contas, a Comissão de Auditoria procedeu ao regular acompanhamento do processo de preparação da informação financeira periódica, semestral e anual, objeto de divulgação nos termos regulamentares. Para este efeito os seus membros, individual ou coletivamente, mantiveram reuniões e outros contactos regulares considerados apropriados com os membros da Comissão Executiva, com os responsáveis dos departamentos envolvidos e com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

1.4. Avaliação anual das atividades do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

A Comissão acompanhou o trabalho de revisão de contas pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, nas suas

diversas fases, nomeadamente através do acompanhamento, discussão e análise:

- a) do planeamento das atividades;
- b) das conclusões acerca do sistema de controlo interno;
- c) das conclusões do trabalho de auditoria à revisão limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares consolidadas;
- d) das conclusões preliminares e finais da revisão às contas anuais, individuais e consolidadas;
- e) da Certificação Legal das Contas;
- f) do Relatório Adicional dirigido ao órgão de fiscalização;
- g) das recomendações de auditoria formuladas e as comunicações regulamentarmente previstas transmitir à Comissão de Auditoria.

No desempenho das suas atribuições, e em conformidade com o procedimento implementado, a Comissão de Auditoria apreciou a competência e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência, a Comissão de Auditoria também monitorizou e avaliou a existência de serviços não relacionados com auditoria, de forma a que os serviços prestados não prejudiquem a

independência nem condicionem a opinião do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

1.5. Comunicação de irregularidades

No âmbito das melhores práticas de governo societário e de acordo com os princípios que norteiam a atividade da Sociedade, a Comissão de Auditoria acompanhou e testou o mecanismo de comunicação de irregularidades em vigor, em coordenação com o responsável de Ética da Inapa.

Durante o exercício de 2022 não chegou ao conhecimento da Comissão de Auditoria a ocorrência de quaisquer casos ou situações, por qualquer forma suscitados ou participados por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros.

Parecer sobre o Relatório e Contas

A Comissão de Auditoria examinou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, bem como as respetivas notas anexas, documentos de que é de parecer favorável.

Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

A Comissão de Auditoria examinou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira, individual e consolidada, emitido sem reservas pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade, e manifesta a sua concordância.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é da opinião que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício de 2022, da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., bem como a proposta de aplicação de resultados constante no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral.

Declarações de Conformidade

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 29º-G do Código de Valores Mobiliários, aplicável por força do disposto no n.º 1 do art.º 19.º da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, cada um dos membros da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA, declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no

Relatório de Gestão, nas contas anuais, na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria e nos demais documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, exigidos por lei ou regulamento, referentes a 31 de Dezembro de 2022, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios sociais, do desempenho e da posição desta Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que tais empresas se defrontam.

De acordo com o disposto nos números 5 e 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por força do disposto no número 2 do artigo 423º-F do mesmo código, a Comissão de Auditoria declara que:

- o Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2022, que segue o modelo da CMVM instituído pelo Regulamento n.º 4/2013 e constitui um capítulo específico do relatório de gestão, inclui os elementos previstos no artigo 29.ºH do Código dos Valores Mobiliários, também aplicável por força do disposto no n.º 1 do art.º 19.º da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro;
- concorda com o Relatório de Gestão e as contas do exercício, acima identificados.

Lisboa, 3 de maio de 2023

A COMISSÃO DE AUDITORIA

Victor Maurílio Silva Barros

ADMINISTRADOR E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

ADMINISTRADORA E VOGAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA





improve
our work,
our life,
our world

Separador impresso Modigliani Insize Candido 260g e
cadernos impressos em Modigliani Insize Candido 145g.

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE



Parte I

Informação Obrigatória
sobre Estrutura Acionista,
Organização e Governo
da Sociedade



Introdução

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade é elaborado de harmonia e para cumprimento do disposto no Regulamento da CMVM n.º 4/2013, de 12 de julho.

O presente relatório segue, na sua estrutura, o modelo preconizado no Anexo I ao Regulamento CMVM anteriormente citado.

O relatório sobre remunerações encontra-se integrado no ponto D do presente capítulo, conforme disposto no artigo 26º-G, n.º 8 do Código de Mercado de Valores Mobiliários.

A. Estrutura Acionista

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art.º 29-H, n.º1, al. a)).

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de 180 135 111,43 €, sendo representado por 526 225 508 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Stock Exchange, com o código ISIN PTINA0AP0008, conferem o mesmo direito a participar nos resultados da Sociedade e beneficiam do mesmo peso de voto: –1 voto por ação, isto sem prejuízo da limitação do direito de voto constante do Art.º 13-A do contrato de sociedade que

estabelece que “Não serão considerados os votos emitidos por um acionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.”

A sociedade não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito prejudicar a livre transmissibilidade das ações, a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares dos órgãos sociais ou provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendo ou a subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

No ponto 7 é prestada informação sobre os titulares de participações qualificadas.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art.º 29-H, n.º1, al. a)).

Não existem quaisquer restrições à livre transmissibilidade das ações que não decorram diretamente da lei (e.g., obrigatoriedade de lançamento de uma oferta pública de aquisição quando, com a participação adquirida, o acionista exceda 1/2 do total dos direitos de voto).

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art.º 29-H, n.º1, al. a)).

A sociedade não é titular de qualquer ação própria.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art.º 29-H, n.º1, al. j)).

A sociedade não é parte em acordos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem por efeito da mera mudança de controlo da sociedade. Não se compreendem, no que atrás se refere, as disposições insertas em contratos de financiamento de médio / longo prazo estabelecidos com o sistema bancário, em obediência a cláusulas contratuais tipificadas de alteração ou cessação contratual, sempre que uma nova estrutura acionista possa não oferecer as mesmas garantias de solvabilidade da empresa.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Por força do disposto na alteração estatutária de 15 de novembro de 2018, contemplada em 1., o Conselho de Administração submete de cinco em cinco anos, uma proposta de deliberação pela Assembleia Geral de alteração ou manutenção da disposição limitativa dos direitos de voto, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao quórum supletivamente estabelecido por lei e na qual se contarão todos os votos emitidos, sem que opere a limitação de direitos de voto.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art.º 29-H, n.º1, al. g)).

A sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais celebrados entre os seus acionistas.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art.º 29-H, n.º1, als. c) e d)) e Art.º 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.



Os acionistas com participações qualificadas a 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

	AÇÕES ORDINÁRIAS	% AÇÕES ORDINÁRIAS	% DIREITOS DE VOTO
Parpública - Participações Públicas SGPS, SA	236 199 384	44,89%	33,33%
Banco Comercial Português SA	71 097 348	13,51%	13,51%
Nova Expressão SGPS, SA	52 625 000	10,00%	10,00%
Novo Banco	34 445 831	6,55%	6,55%
Total Participações Qualificadas	394 367 563	74,94%	63,39%
Ações Ordinárias	526 225 508		

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: informação prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art.º 447.º CSC]

	N.º DE AÇÕES ORDINÁRIAS	N.º DE AÇÕES PREFERENCIAIS	N.º DE OBRIGAÇÕES
Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende	0	0	0
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	0	0	0
Frederico João de Moser Lupi	0	0	0
Victor Maurílio Silva Barros	0	0	0
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	0	0	0
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	0	0	0
João Miguel Pacheco de Sales Luís	0	0	0

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art.º 29-H, n.º1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de

poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

O Conselho de Administração não se encontra presentemente autorizado a aumentar o capital da sociedade ao abrigo do disposto no Art.º 456.º do Código das Sociedades Comerciais.

Sem prejuízo do que antecede, em 10 de julho de 2019 foram emitidas, nos termos e condições aprovados por deliberação da Assembleia Geral de 15 de novembro de 2018, 15 000 obrigações convertíveis em ações, até julho de 2026, com o valor nominal de 1 000 € cada, no montante global de 15 000 000 €, integralmente subscritas e realizadas por Papyrus GmbH por mobilização de parte do preço por que a Inapa Ihe adquiriu as sociedades Papyrus Deutschland GmbH & Co. KG e Papyrus Deutschland Verwaltungs GmbH.

Por forma a acomodar a conversão de tais obrigações, pela mesma Assembleia Geral, foi aprovado um aumento de capital dos atuais 180 135 111,43 € até 195 135 111,43 €.

A 31 de dezembro de 2022, o empréstimo obrigacionista encontrava-se amortizado em 3 000 000 € sendo suscetível de conversão o montante de 12 000 000 €.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não se verificaram quaisquer negócios ou operações, fora das condições normais de

mercado, entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art.º 20.º do CVM.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral (ao longo do ano de referência).

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

A composição atual da Mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

- Presidente – Dr. Ricardo Andrade Amaro
- Secretário – Dr. Pedro Capitão Barbosa

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita para o triénio 2022-2024 conjuntamente com os demais membros dos órgãos sociais em Assembleia Geral realizada a 20 de maio de 2022.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe, para além do apoio do respetivo Secretário, do apoio do Secretário da Sociedade bem como dos serviços e meios administrativos da sociedade, que se afiguram suficientes e adequados para o bom desempenho das suas funções.

b) Exercício do direito de voto.

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da

titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art.º 29-H, n.º1, al. f)).

O contrato de sociedade não estabelece nenhum número mínimo de ações para o exercício do direito de voto.

Por aplicação do disposto no n.º 1 do Art.º 23.º-C do CVM, “tem direito a participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto”, sendo que por força do disposto no n.º 5 do Art.º 13.º do contrato de sociedade por cada ação averbada em nome de um acionista conta-se um voto.

As regras estatutárias sobre voto por correspondência constam do n.º 2 do Art.º 13.º do contrato de sociedade que estabelece que: “Os acionistas podem exercer os seus direitos de voto por correspondência, devendo para o efeito, dirigir ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral uma carta registada com aviso de receção com pelo menos três dias úteis de antecedência relativamente à data da sessão da Assembleia Geral a que respeitar.”

O boletim de voto e carta mandadeira são disponibilizados no *website* da empresa, podendo os acionistas que estejam interessados enviar a referida documentação por carta registada ou através do email indicado na convocatória, de forma a exercer o

seu direito de voto sem necessidade de estar fisicamente presente para o exercício do voto.

A Empresa mantém a faculdade de envio dos boletins de voto através de e-mail, permitindo assim a participação dos seus acionistas na AG à distância.

Os estatutos da sociedade não contemplam quaisquer regras relativas a sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

A sociedade entendeu ser do melhor interesse dos seus acionistas não implementar um método de participação ou votação por via telemática, uma vez que, para além de até ao momento não ter recebido qualquer manifestação de interesse por parte de acionistas ou potenciais investidores em participar nas suas assembleias com recurso a votação por via telemática, (i) nas Assembleias Gerais passadas houve sempre um reduzido número de participantes, (ii) a implementação de um sistema que permitisse o exercício de voto por via telemática de forma segura traria à sociedade custos avultados e (iii) disponibilizar aos seus acionistas a possibilidade de envio do boletim de voto por email.

Mantendo-se vigente a Lei 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril, Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, Lei n.º 14/2020, de 9 de maio, Lei n.º 16/2020, de 29 de maio, Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, Lei n.º 58-A/2020, de 30 de setembro, Lei n.º 75-A/2020, de 30 de dezembro, Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro, Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2

e da doença Covid-19, a participação por via telemática nas assembleias gerais da sociedade reger-se-á pelo disposto no n.º 1 do seu Art.º 5.º que dispõe que “a participação por meios telemáticos, designadamente vídeo ou teleconferência de membros de órgãos colegiais de entidades públicas ou privadas nas respetivas reuniões, não obsta ao regular funcionamento do órgão, designadamente no que respeita a quórum e a deliberações, devendo, contudo, ficar registado na respetiva ata a forma de participação”.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art.º 20.º.

Na Assembleia Geral de 15 de novembro de 2018 foi revista a disposição do contrato de sociedade que previa a limitação dos direitos de voto expressos por um acionista. A referida disposição, na redação vigente, prevê que não serão considerados os votos emitidos por um acionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Os direitos de votos correspondentes a ações detidas por acionista que com eles se encontra sujeito a um domínio comum também estão abrangidas por esta disposição estatutária, sendo limitadas de forma proporcional quando afete vários acionistas.

Encontra-se estabelecido que o Conselho de Administração deverá submeter de cinco em cinco anos uma proposta de deliberação

pela Assembleia Geral de alteração ou manutenção desta disposição estatutária, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao quórum supletivamente estabelecido pela lei. Nesta deliberação contam-se todos os votos emitidos sem que opere a limitação de contagem de votos.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os estatutos desta sociedade não contemplam outras maiorias qualificadas para a adoção de deliberações sociais para além das que decorrem da lei, a saber:

- Para que a Assembleia Geral possa deliberar em primeira convocação sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para as quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem estar presentes ou devidamente representados acionistas que detenham ações representativas de, pelo menos 1/3 do capital social; em segunda convocação a assembleia pode deliberar qualquer que seja o número de acionistas presentes e o capital por eles representado (Art.º 383.º n.ºs 2 e 3 do CSC);
- Nas matérias indicadas no parágrafo anterior a deliberação deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação; caso, porém, em segunda convocação estiverem presentes ou representados

acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social as deliberações sobre as referidas matérias podem ser tomadas pela maioria dos votos emitidos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO)

a) Composição (ao longo do ano de referência).

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de maio de 2007, a sociedade adotou como modelo de administração e fiscalização o contemplado na alínea b) do n.º 1 do Art.º 278.º do CSC, a saber Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas.

Na reunião do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022 foi aprovado o regulamento do Conselho de Administração e a constituição de uma Comissão Executiva na qual foi delegada a gestão corrente da sociedade.

O regulamento do Conselho de Administração determina, no seu Art.º 4.º, que o Conselho deverá reunir ordinariamente uma vez por trimestre.

Os estatutos da sociedade preveem, no seu Art.º 22.º, que os membros da Comissão de Auditoria sejam designados em Assembleia Geral, sendo esta composta por três membros, em que um deles servirá

como presidente. Ao presidente incumbirá convocar as respectivas reuniões. A Comissão de Auditoria reunirá ordinariamente pelo menos a cada dois meses. Adicionalmente a Comissão Executiva disponibiliza, quando solicitada, a documentação de suporte das suas deliberações e outros documentos que mantém em arquivo.

De cada reunião do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão da Auditoria, é lavrada ata, estando as mesmas disponíveis para consulta dos membros dos órgãos sociais na sede da empresa, encontrando-se os presidentes de cada um dos órgãos respetivos disponíveis para prestar qualquer tipo de esclarecimentos.

As atas das reuniões da Comissão Executiva são regularmente levadas ao conhecimento da Comissão de Auditoria e as atas das reuniões desta última são regularmente levadas ao conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração.

Por força do disposto no Regulamento do Conselho de Administração aprovado em 8 de junho de 2022, sempre que o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, os administradores independentes devem designar de entre si um *leading independent director* para designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho do órgão de administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art.º 29-H, n.º1, al. h)).

De harmonia com o disposto no n.º1 do Art.º 18.º dos estatutos, o Conselho de Administração da sociedade deve ser composto por cinco a doze membros, eleitos em Assembleia Geral.

O n.º 2 do mesmo artigo prevê que “os acionistas que tenham votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores têm o direito de designar um administrador, contanto que essa minoria represente pelo menos 10% do capital social”.

O n.º 3 dessa mesma disposição estatutária prevê que o administrador designado pela minoria substituirá de forma automática a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquele que figurar em último lugar da mesma lista.

O n.º 7 do Art.º 18.º dos estatutos da sociedade prevê ainda que “se o Conselho de Administração, sendo constituído por um número de membros inferior ao máximo previsto no número um do presente artigo, considerar conveniente para a gestão dos negócios sociais que o número de administradores seja aumentado, poderá designar dois novos membros até à primeira reunião da Assembleia Geral anual da sociedade, desde que obviamente não venha

a ser excedido o limite de doze membros fixados nestes estatutos para o Conselho de Administração. A primeira reunião da Assembleia Geral anual que se realizar após tal designação confirmará ou não a orientação do Conselho de Administração quanto ao número de administradores e, no caso afirmativo, ratificará a designação dos novos membros.”

Os n.ºs 8 e 9 do Art.º 18.º do contrato de sociedade preveem que “a falta, durante um ano civil, a mais de duas reuniões do Conselho de Administração, sem justificação aceite por este, conduz a uma falta definitiva do administrador” e que “o Conselho de Administração cooptará os substitutos dos seus membros que faltem definitivamente ou, nos termos da lei, hajam sido destituídos ou hajam renunciado ao cargo. As substituições assim efetuadas manter-se-ão até ao fim do período para o qual foram eleitos os membros do Conselho de Administração que procedeu à cooptação, salvo se antes esta não tiver sido ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte, a cuja aprovação deve ser submetida, como determina o n.º 4 do Art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais”.

Por fim, o n.º 5 do Art.º 18.º do contrato de sociedade prevê que “o Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade”.

A sociedade não introduziu qualquer tipo de medida que possa supor um pagamento futuro ou assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou mudanças

de composição do órgão de administração, que possam ser suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão de ações e a apreciação dos acionistas do desempenho dos administradores.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Pelos estatutos, o Conselho de Administração deve ser composto por cinco a doze membros, eleitos em Assembleia Geral, por períodos renováveis de 3 anos, podendo este órgão delegar numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

Tendo o Conselho de Administração feito uso, por deliberação de 8 de junho de 2022, da faculdade que lhe é conferida de delegar numa Comissão Executiva a gestão atual corrente da sociedade, a composição de cada um dos dois órgãos em causa é a seguinte:

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E RESPECTIVOS CARGOS		MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA E RESPECTIVOS CARGOS		DATA DA 1ª DESIGNAÇÃO	TERMO DO MANDATO
Díogo Francisco Bastos Mendes Rezende	Presidente	Presidente		29.07.2015	31.12.2024
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	Vogal	Vogal		23.05.2019	31.12.2024
Frederico João de Moser Lupi	Vogal	Vogal		01.10.2015	31.12.2024
Victor Maurílio Silva Barros*	Vogal			23.05.2019	31.12.2024
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	Vogal			23.05.2019	31.12.2024
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Vogal			23.05.2019	31.12.2024
João Miguel Pacheco de Sales Luís	Vogal			07.05.2013	31.12.2024

* *Lead independent director*



18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os critérios de independência que serviram de base à avaliação da situação dos administradores foram os constantes do Código das Sociedades Comerciais – Art.º 414.º e do Regulamento n.º 4/2013 da CMVM.

Na apreciação dos critérios de independência dos administradores não executivos foram tidos em consideração o estabelecido no regulamento n.º 4/2013 do CVM (nomeadamente o Art.º 18.1) e no Código das Sociedades Comerciais (Art.º 414.º, n.º 5, alínea b)).

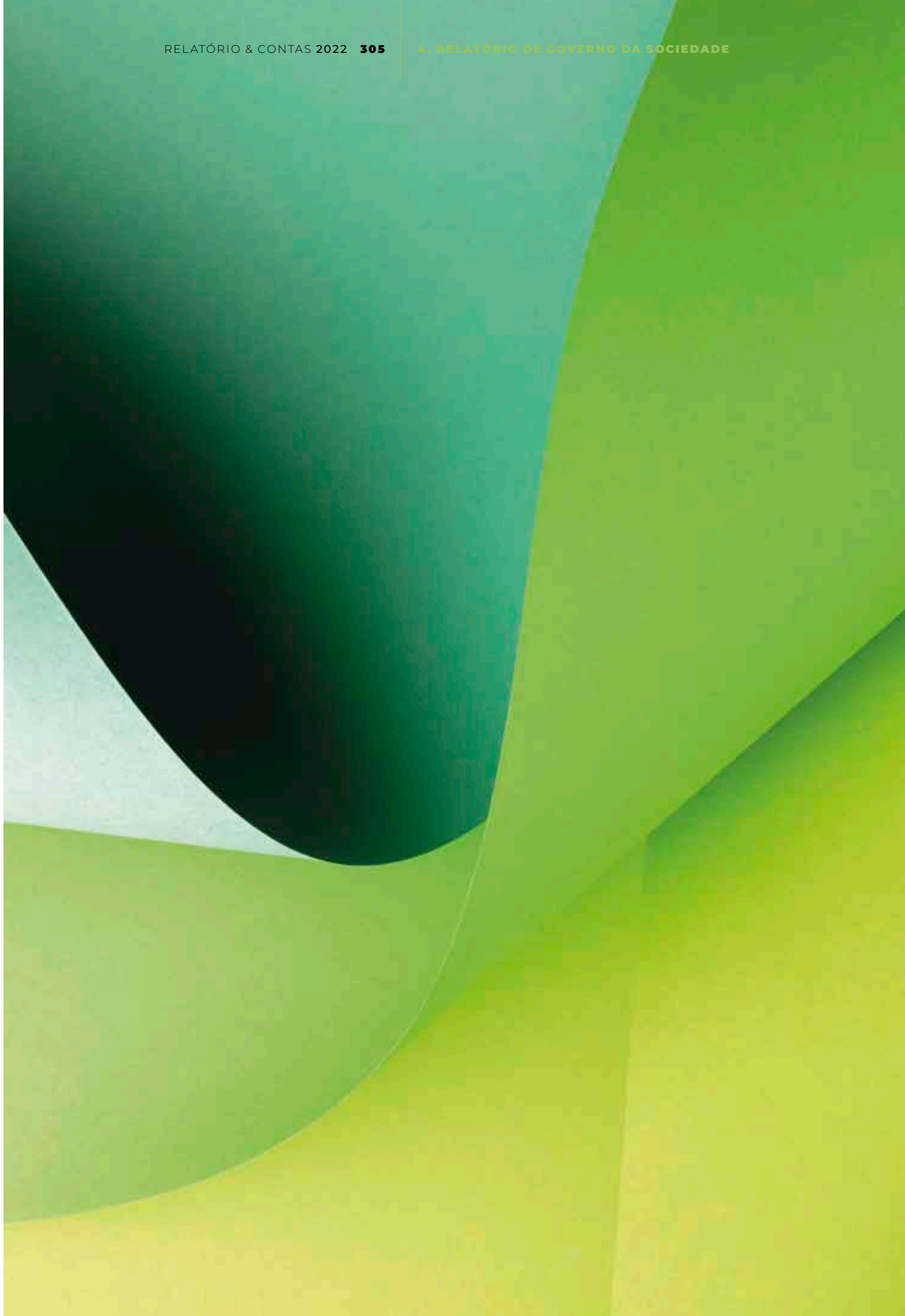
Quando aplicados os critérios decorrentes do código do IPG (2018), revisto em 2020, não se verificaram discrepâncias na apreciação da independência dos administradores.

A administração elegeu para o mandato de 2022-2024 como Presidente do Conselho de Administração, Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende, que acumula estas funções com as de Presidente da Comissão Executiva.

A administração elegeu para as funções de *lead independent director*, o Presidente da Comissão de Auditoria, Víctor Maurílio Silva Barros, com a missão de (i) atuar como interlocutor com o Presidente do Conselho de Administração, (ii) zelar por que existam condições e meios necessários ao desempenho das funções dos administradores independentes e (iii) coordenar a avaliação do desempenho do órgão de administração.

	NÃO EXECUTIVO	INDEPENDENTE
Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende	Não	
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	Não	
Frederico João de Moser Lupi	Não	
Victor Maurílio Silva Barros*	Sim	Sim
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	Sim	Sim
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Sim	Sim
João Miguel Pacheco de Sales Luís	Sim	Sim

* *Lead independent director*



19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.



Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende

PRESIDENTE

Qualificações académicas

- Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa
- MBA pelo INSEAD

Atividade profissional

- CEO da Ford Lusitana (2004–2014)
- CEO da Chrysler Jeep em Portugal (1998–2003)
- Professor assistente adjunto de empreendedorismo aplicado no programa de mestrados (2013–2015) e membro do Conselho Consultivo (2011–2015) na Nova School of Business and Economics
- Professor Adjunto de Marketing na Faculdade de Economia da Universidade Nova (1996–1998)
- Diretor de marketing e diretor de vendas na Ford Lusitana (1992–1998)
- Consultor estratégico na ESFI – Estratégia e Finança (1990–1991)
- Presidente do Conselho de Administração / Conselho de Gerência das subsidiárias do Grupo Inapa:
 - Europackaging – Investimentos, Participações e Gestão, Lda.
 - Inapa Belgium, SA
 - Inapa ComPlott GmbH
 - Inapa Deutschland Holding, GmbH
 - Inapa Deutschland, GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, SA
 - Inapa France SAS
 - Inapa Merchants Holding, Ltd
 - Inapa Packaging, GmbH
 - Inapa Packaging, Lda.
 - Inapa Packaging, SAS
 - Inapa Portugal Distribuição de Papel, SA
 - JJ Loos SAS



Inês Patrícia Arêde Simões Louro

Qualificações académicas

- Licenciada em Gestão de Empresas pelo ISEG
- MBA pelo Lisbon MBA

Atividade profissional

- Diretora Corporativa de Planeamento Estratégico e Controlo no Grupo ETE (2016–2019)
- Diretora de Planeamento Estratégico e Pricing na Portugal Telecom (2009–2015)
- Diretora de Planeamento Estratégico e Controlo na Portugal Telecom (2006–2009)
- Diretora de Desenvolvimento de Negócios na PT Comunicações (2004–2005)
- Responsável Corporativa por Planeamento e Controlo da Portugal Telecom (2002–2003)
- Diretora de Planeamento e Controlo de Gestão na PTM.com (2001–2002)
- Administradora/Gerente das seguintes subsidiárias do Grupo Inapa:
 - Europackaging – Investimentos, Participações e Gestão, Lda.
 - Inapa Angola, SA
 - Inapa Deutschland Holding, GmbH
 - Inapa Deutschland, GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, SA
 - Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA
 - Inapa Shared Center Lda
 - Korda Kagit Pazarlama Ve Ticaret Anonim Şirketi



Frederico João Moser Lupi

Qualificações académicas

- Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa
- Três programas para executivos pelo INSEAD (Fontainebleau, França)

Atividade profissional

- CFO do Grupo EIP (2015)
- Diretor coordenador de bancassurance no Grupo BCP em Lisboa e Atenas, diretor comercial no Banco Pinto e Sottomayor (Grupo BCP), diretor coordenador e membro da Comissão Executiva em Atenas no Millennium Bank, diretor comercial da rede de retalho no Millennium BCP e diretor do negócio imobiliário (1996–2014)
- Diretor financeiro e adjunto da administração da Lusalite (1993–1995)
- Administrador/Gerente das seguintes subsidiárias do Grupo Inapa:
 - Inapa Angola, SA
 - Inapa Belgium, SA
 - Inapa Deutschland Holding, GmbH
 - Inapa Deutschland, GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, SA
 - Inapa France SAS
 - Inapa Portugal Distribuição de Papel, SA
 - Inapa Shared Center, Lda.
 - JJ Loos SAS
 - Korda Kagit Pazarlama Ve Ticaret Anonim Şirketi



Victor Maurílio Silva Barros

Qualificações académicas

- Programa executivo em Advanced Valuation pela New York University Stern School of Business
- Doutoramento em Gestão com especialização em Finanças pelo ISEG - Universidade de Lisboa
- Mestrado em Finanças pelo ISEG – Universidade de Lisboa
- Pós-graduação em Fiscalidade Regional e Internacional
- Licenciatura em Gestão pela Universidade da Madeira
- Contabilista Certificado
- CFA® charterholder pelo CFA Institute
- Programa Avançado para Administradores não Executivos – Instituto Português de Corporate Governance

Atividade profissional

- Presidente do Conselho Fiscal de Rádio e Televisão de Portugal, SA (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal do IDEFE / ISEG Executive Education (desde 2017)
- Professor Auxiliar de Finanças no ISEG – Universidade de Lisboa (desde 2016)
- Faculty Advisor do ISEG no CFA Institute Research Challenge (desde 2015)
- Assistente convidado no ISEG – Universidade de Lisboa (2013–2016)
- Investigador no ADVANCE/CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão (desde 2011)



Emília de Noronha Galvão Franco Frazão

Qualificações académicas

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica
- Programa Avançado para Administradores não Executivos – Instituto Português de Corporate Governance

Atividade profissional

- Membro do Conselho Diretivo da Associação – Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo (FACAM) (desde 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da Monte d'Alva – Alimentação, SA (desde 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da SGEHR – Sociedade Gestora e Exploradora de Hotéis e Resorts, SA (desde 2019)
- Membro não executivo do Conselho de Administração da FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (desde 2019 até abril de 2022)
- Diretora Coordenadora no Novo Banco (2013-2017)
- Administradora não executiva Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco (2013-2015)
- Administradora executiva Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco (2000-2013)
- Administradora executiva no IAPMEI (1999-2000)
- Diretora no Banco Espírito Santo de Investimento, SA (1991-1999)
- Docente na licenciatura da Universidade Católica (1988-1991 e 1994-1998)



Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Qualificações académicas

- Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa
- Revisora Oficial de Contas
- Economista e Contabilista certificada

Atividade profissional

- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA – Seguros Vida, SA (desde março 2022)
- Suplente do VICTORIA – Seguros, SA (desde março 2022)
- Vogal do Conselho Fiscal de Águas do Tejo Atlântico, SA (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da Insight Venture – Sociedade de Capital de Risco, SA (desde 2021)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Presidente da Comissão de Inscrição da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal de EPAL – Empresa das Águas Livres, SA (desde 2018)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal, SA e Águas do Centro Litoral, SA (desde 2017)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal das Águas do Tejo Atlântico, SA (de 2017 a 2021)
- Presta a título individual atividade de Revisor Oficial de Contas e serviços relacionados (desde 2012)
- Administradora na Auto Jardim do Algarve – Automóveis de Aluguer, SA (2005–2007)
- Administradora na JMTC – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (1998–2005)
- Gerente na Auto Jardim do Algarve – Automóveis de Aluguer, Lda. (1997–2012)
- Gerente na Auto Colibri – Reparações Auto, Lda. (1997–2012)
- Auditora na António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (1995–2015)
- Consultora na António Borges & Associados – Consultores Associados, SA (1995–2004)



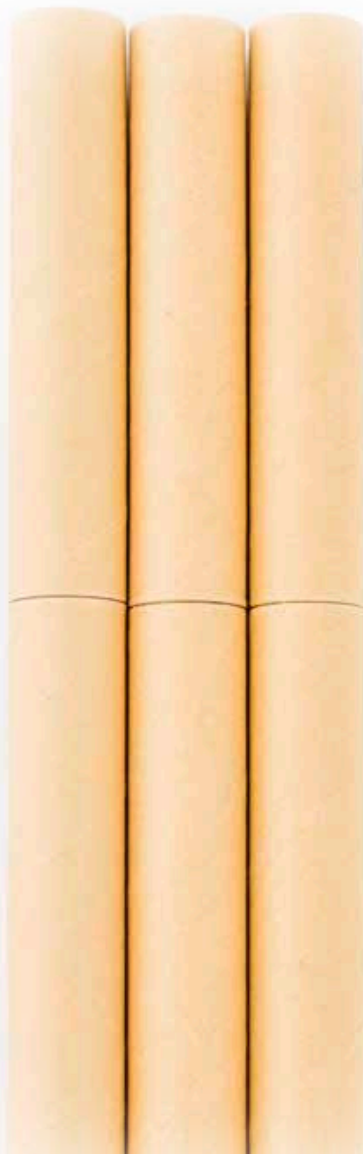
João Miguel Pacheco de Sales Luís

Qualificações académicas

- PADE (Programa de Alta Direção de Empresas) da AESE (1999/2000)
- MBA pela Universidade Nova (1997)
- Técnico Oficial de Contas
- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas na Universidade Católica Portuguesa (1981)

Atividade profissional

- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral de Angola (desde 2022)
- Presidente do Conselho Fiscal do Banco Internacional de São Tomé Príncipe (desde 2019)
- Presidente da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (desde 2015)
- Presidente do Conselho Fiscal da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, SA (2013–2018)
- Diretor coordenador da rede de retalho no BCP (2008–2012)
- Diretor comercial do retalho no BCP (2003–2008)
- Diretor Coordenador do Negócio de Corretagem de ações no BCP Investimento (2001–2003)
- Diretor Coordenador do Private Banking da Zona Sul (2000–2001)
- Diretor Coordenador do “Internacional Private Banking” (1998–2000)
- Diretor de Marketing da Companhia de Seguros Ocidental (1997–1998)
- Diretor comercial da Nova Rede (1995–1997)
- Diretor Geral da BCPI (Empresa de Gestão de Ativos do BCP) (1991–1994)
- Técnico da Direção de Estudos e Planeamento do BCP (1986–1991)
- Técnico de Planeamento e controlo na Sorefame (Indústria Metalomecânica e de Caminhos de Ferro) (1986–1991)



As listas propostas para eleição do Conselho de Administração são acompanhadas por um curriculum vitae dos candidatos, para que se possa aferir da idoneidade dos membros para o exercício do mandato, de que constam as qualificações académicas e um descritivo da atividade profissional ao longo da carreira. Estas informações são colocadas à disposição dos acionistas nos prazos previstos na lei para a convocação das Assembleias Gerais eletivas.

Os órgãos de administração e fiscalização da sociedade evidenciam uma representação diversificada em termos de idade, sexo e antecedentes profissionais, que contribui para alcançar uma maior amplitude de apreensão e profundidade de análise, bem como uma visão mais abrangente das múltiplas implicações das decisões adotadas.

A idade média dos elementos do Conselho de Administração é de 53 anos. A idade máxima é de 63 anos e a idade mínima de 36 anos, o que representa uma amplitude etária de 27 anos.

Quanto à distribuição em termos de sexo dos elementos do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Comissão de Auditoria, constata-se a existência de equilíbrio, com uma importância mínima do sexo sub-representado nos diferentes órgãos de administração e fiscalização de 1/3.

Nas tabelas seguintes, apresenta-se informação adicional quanto à distribuição em termos de idade e de sexo dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

Conselho de Administração

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total	% mulheres	% homens
< 30 anos	0	0	0		
30-50 anos	1	1	2		
> 50 anos	2	3	5	43%	57%
Total	3	4	7		


Comissão Executiva

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total	% mulheres	% homens
< 30 anos	0	0	0		
30-50 anos	1	0	1		
> 50 anos	0	2	2	33%	67%
Total	1	2	3		

Comissão de Auditoria

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total	% mulheres	% homens
< 30 anos	0	0	0		
30-50 anos	0	1	1		
> 50 anos	2	0	2	66%	37%
Total	2	1	3		

As habilitações e antecedentes profissionais dos 7 elementos dos referidos órgãos encontram-se descritas nos pontos 19, 26 e 36 do presente relatório.



20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não existem à data relações familiares, profissionais ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável uma participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

ASSEMBLEIA GERAL

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Ricardo Andrade Amaro | Presidente

Pedro Vilas Boas

Tiago Estevinho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NÃO EXECUTIVOS

Victor Barros

Emília Frazão

Patrícia Caldinha

João Sales Luís

EXECUTIVOS

Diogo Rezende | Presidente

Inês Louro

Frederico Lupi

COMISSÃO DE AUDITORIA

Victor Barros | Presidente

Emília Frazão

Patrícia Caldinha

COMISSÃO EXECUTIVA

Diogo Rezende | Presidente

Inês Louro

Frederico Lupi

CENTRO CORPORATIVO

David Pedroso

António Alvim

João Alvarinho

Miguel Loureiro

Carlos Alves

Sofia Picoto

Gilbert Trepmann

Antoine Lequitte

Jean Philippe Folly

Auditoria Interna (*)

Legal

IT

Investor Relations

Consolidação e Contabilidade

Finanças e Planeamento

Gráfico

Office

Sustentabilidade

ALEMANHA

Thomas Schimanowski

Martin Tewes

Carsten Schodel

Alexander Herbst

Achim Thörner

Jürgen Luzar

FRANÇA

Afonso Chaby

Marc Gautier

Alexis Dormoy

ESPAÑA

Ginés Ramires

Pedro Huidobro

Miguel Moreira

PORTUGAL

Ginés Ramires

Luís Ferreira

Miguel Moreira

TURQUIA

Suzi Matat

BELUX

Chris Luyten

ANGOLA

António Franco

* TAMBÉM REPORTA À COMISSÃO DE AUDITORIA

Pela deliberação de 8 de junho de 2022 do Conselho de Administração foram delegadas na respetiva Comissão Executiva, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do Art.º 407.º do Código das Sociedades Comerciais, as seguintes competências, sem prejuízo da faculdade de, nos termos do n.º 8 do mesmo preceito legal, o Conselho de Administração poder vir a tomar resoluções sobre os mesmos assuntos:

- a) A gestão corrente da sociedade;
- b) O acompanhamento e a coordenação, incluindo a definição das orientações de gestão e o controlo, das sociedades subordinadas;
- c) O estabelecimento dos planos de política, de objetivos e de estratégia da sociedade e do Grupo, para aprovação em Conselho de Administração;
- d) O estabelecimento das linhas gerais de organização interna societária incluindo os sistemas internos de controlo e gestão de riscos, para aprovação em Conselho de Administração;
- e) A elaboração dos orçamentos de exploração e dos planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo prazos da Sociedade, para aprovação em Conselho de Administração;
- f) A aprovação de contratos de aquisição de bens ou serviços pela Sociedade cujo valor, para cada tipo de bens ou serviços, seja inferior a 500 000 euros;
- g) A negociação e celebração de contratos de financiamento de curto prazo da Sociedade, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da Sociedade;
- h) A negociação e celebração de acordos de alteração, substituição ou renovação de contratos de financiamento da Sociedade, incluindo programas de papel comercial, nos termos e condições que houver por mais adequados à defesa dos interesses da Sociedade;
- i) A negociação de novos contratos de financiamento a mais de um ano e um dia da sociedade, de emissão de obrigações e de programas de papel comercial, ficando, porém, expressamente condicionada a vinculação da sociedade, neste tipo de operações, a uma deliberação prévia do Conselho de Administração;
- j) A prestação de apoio financeiro às sociedades subordinadas, nas modalidades e condições que houver por mais adequadas à defesa dos interesses da Sociedade;
- k) A aquisição, alienação ou oneração de bens ou valores do ativo imobilizado da sociedade contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração;
- l) A aquisição, alienação ou oneração de bens ou valores do ativo imobilizado da sociedade não contempladas nos orçamentos aprovados em Conselho de Administração até ao valor individual de 1,5% do capital social realizado;

- m) Adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, desde que não excedam individualmente 2,5% do capital social realizado, carecendo as demais de prévia deliberação do Conselho de Administração;
- n) Deliberar sobre a realização de investimentos, desinvestimentos e reestruturações nas, e pelas, Sociedades Subordinadas;
- o) Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou frações de imóveis;
- p) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, bem como propor e seguir quaisquer ações, confessá-las e delas desistir, transigir e comprometer-se em árbitros;
- q) Celebrar, alterar e rescindir contratos de trabalho e exercer o poder disciplinar sobre o pessoal;
- r) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- s) Constituir mandatários da sociedade.

Naquela referida deliberação, o Conselho de Administração esclareceu que os poderes constantes da alínea h) se devem entender como restritos a alterações não substanciais aos contratos de financiamento nela contemplados.

Constituem competências indelegáveis na Comissão Executiva, as seguintes:

- As constantes das alíneas a) a m) do Art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Deliberar, nos termos e limites estabelecidos no Art.º 503.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre instruções vinculantes às Sociedades Subordinadas;
- Deliberar sob proposta da Comissão Executiva, sobre o orçamento e o plano da Sociedade e do Grupo;
- Deliberar sobre a aquisição e alienação pela Sociedade de participações sociais maioritárias ou de domínio, bem como as sujeitas a processo especial de aquisição ou alienação nos termos do Código de Valores Mobiliários;
- Deliberar, sob proposta da Comissão Executiva, sobre a fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos e sobre os respetivos sistemas internos de controlo e gestão dos mesmos;
- Aprovar sob parecer prévio e vinculativo da Comissão de Auditoria, o regulamento sobre transações com partes relacionadas e/ou suas alterações bem como aprovar as transações com partes relacionadas nos termos estabelecidos no referido regulamento.

É ainda de referir que todos os administradores, incluindo os pertencentes à Comissão de Auditoria, para além de avaliar e aprovar o orçamento e plano estratégico do triénio, acompanham a sua evolução numa base pelo menos trimestral.

O plano estratégico do triénio 2022-2024 onde estão enunciadas as prioridades, políticas e objetivos estratégicos, foi discutido em reunião de Conselho de Administração em 18 de maio de 2022 e revisto e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2022.

O plano estratégico referido anteriormente foi concebido tendo em vista o êxito a longo prazo da sociedade e realizado numa perspetiva que promova a sustentabilidade ambiental e social da comunidade. No capítulo 1 do relatório de contas, é descrito o plano estratégico e é feito um ponto de situação sobre as iniciativas que foram realizadas no âmbito da sua implementação.

O Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria fazem regularmente uma aferição da adequação das medidas de mitigação de riscos presentes na Sociedade, definindo em conjunto programas de trabalho de acompanhamento e manutenção da adequabilidade das medidas em curso permitindo fazer ajustamentos sempre que tal se justifique. A Comissão de Auditoria faz uma avaliação regular dos riscos operacionais e da adequação dos mecanismos de controlo.

Importa ainda referir que, na deliberação do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022, o Presidente da Comissão Executiva foi especialmente incumbido, de harmonia com o disposto no n.º 6 do Art.º 407.º CSC, de:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;

- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação e da estratégia da sociedade.

O Presidente da Comissão Executiva deve remeter regularmente as convocatórias e as atas da Comissão Executiva ao Presidente da Comissão de Auditoria e as mesmas encontram-se arquivadas e disponíveis para consulta dos restantes membros dos órgãos sociais na sede da empresa. As convocatórias, materiais de apoio à decisão e atas do Conselho de Administração são distribuídas a todos os administradores da sociedade.

Por força das disposições legais aplicáveis, reproduzidas na deliberação do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022, encontram-se especialmente cometidas à Comissão de Auditoria as seguintes competências:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;

- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
 - Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração, do qual deverá constar a sua concordância ou não com o relatório de gestão e com as contas do exercício e incluir a declaração prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 245.º do Código dos Valores Mobiliários (atual alínea c) do n.º 1 do Art.º 29-G), subscrita por cada um dos seus membros;
 - Convocar a Assembleia Geral quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
 - Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
 - Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
 - Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
 - Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
 - Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado pela Sociedade inclui os elementos referidos no Art.º 29-H do Código dos Valores Mobiliários na redação aprovada pela Lei n.º 99 A/2021 de 31 de dezembro;
 - Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas, aprovar anualmente o âmbito dos respetivos trabalhos de auditoria e os correspondentes honorários, aprovar quaisquer prestações de serviços adicionais diversos dos de auditoria e fiscalizar a sua independência;
 - Emitir parecer prévio sobre o regulamento sobre transações com partes relacionadas e suas alterações bem como sobre as transações com partes relacionadas nos termos estabelecidos no referido regulamento;
 - Participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenha tomado conhecimento e que constituam crimes públicos;
 - Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções.
- Na execução das suas funções a Comissão de Auditoria reúne com o auditor externo e Revisor Oficial de Contas – as duas funções estão cometidas à mesma entidade - e é o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.
- A Comissão de Auditoria pronuncia-se quanto ao plano de trabalhos do auditor interno, recebe os seus relatórios, acompanha regularmente a prossecução dos trabalhos, bem como a adequação dos respetivos percursos.
- Anualmente a Comissão de Auditoria faz uma apreciação do trabalho prestado pelo Revisor Oficial de Contas e auditor externo.

Caso considere adequada a sua destituição, a mesma proporá a sua substituição em Assembleia Geral.

A Comissão de Auditoria dá anualmente o seu parecer sobre o relatório e contas apresentado pela Administração onde são elencados os pilares estratégicos do mandato em curso.

O plano de trabalhos da revisão de contas é revisto em conjunto com Comissão de Auditoria. A prossecução dos trabalhos, incluindo a sua conclusão, é objeto de acompanhamento pela Comissão de Auditoria, sendo esta a primeira destinatária do relatório do auditor.

No âmbito dos seus trabalhos, o Revisor Oficial de Contas e auditor externo procedem a:

- Uma identificação e avaliação de riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro;
- Uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria;
- Uma avaliação da adequação das políticas contabilísticas;
- Uma conclusão sobre a apropriação do uso do pressuposto da continuidade e se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de dar continuidade às atividades;

- Uma avaliação da apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras;
- Uma comunicação com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, do âmbito, do calendário planeado da auditoria e das conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria;
- Uma comunicação aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, sobre as matérias mais importantes na auditoria das demonstrações financeiros do ano;
- Uma declaração ao órgão de fiscalização sobre o cumprimento dos requisitos éticos relevantes relativos à independência e eventuais relacionamentos que possam ser percecionados como ameaças à independência.

b) Funcionamento.

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Na deliberação do Conselho de Administração de 8 de junho de 2022 foram aprovados os regulamentos próprios dos seguintes órgãos da sociedade: Conselho de Administração, Comissão Executiva e Comissão de Auditoria.

Os referidos regulamentos constam de documento único (o Regulamento do Conselho de Administração) que pode ser consultado na sua sede social (Rua Braamcamp 40 - 9.º Dto. – Lisboa) ou através do seu *website* oficial www.inapa.com.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

De 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração reuniu com as seguintes assiduidades:

- Número de reuniões: 18
- Assiduidade por membro:

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende:	100%
Inês Patrícia Arêde Simões Louro:	89%
Frederico João de Moser Lupi:	94%
Victor Maurílio Silva Barros:	94%
Emília Noronha Galvão Franco Frazão:	94%
Patrícia Isabel Sousa Caldinha:	100%
João Miguel Pacheco de Sales Luís:	78%

De 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 a Comissão Executiva do Conselho de Administração reuniu com as seguintes assiduidades:

- Número de reuniões: 37
- Assiduidade por membro:

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende:	100%
Inês Patrícia Arêde Simões Louro:	100%
Frederico João de Moser Lupi:	100%

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos compete à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração.

Para efeitos remuneratórios a avaliação do desempenho dos administradores executivos incumbe ainda à Comissão de Remunerações.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Para determinar a remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais, a Inapa rege-se pelos seguintes critérios:

- Simplicidade, clareza, transparência, e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que esta se insere;

- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à Sociedade a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade; e
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os 4 administradores não executivos encontram-se num regime de afetação a tempo parcial à administração da sociedade.

Os cargos exercidos dentro e fora da sociedade são os seguintes:

Victor Maurílio Silva Barros

Na Sociedade:

- Vogal do Conselho de Administração
- Presidente da Comissão de Auditoria

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Presidente do Conselho Fiscal de Rádio e Televisão de Portugal, SA (desde 2021)
- Professor Auxiliar de Finanças no ISEG – Universidade de Lisboa (desde 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal do IDEFE / ISEG Executive Education (desde 2017)
- Faculty Advisor do ISEG no CFA Institute Research Challenge (desde 2015)
- Investigador no ADVANCE/CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão (desde 2011)

Emília Noronha Galvão Franco Frazão**Na Sociedade:**

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão de Auditoria

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Membro do Conselho Diretivo da Associação - Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo (FACAM) (desde janeiro de 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da Monte d'Alva - Alimentação, SA (desde janeiro de 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da SGEHR - Sociedade Gestora e Exploradora de Hotéis e Resorts, SA (desde julho de 2019)
- Membro não executivo do Conselho de Administração da FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (entre setembro de 2019 e abril de 2022)

Patrícia Isabel Sousa Caldinha**Na Sociedade:**

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão de Auditoria

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA - Seguros Vida, SA (desde março 2022)
- Suplente do VICTORIA - Seguros, SA (desde março 2022)
- Vogal do Conselho Fiscal de Águas do Tejo Atlântico, SA (desde 2021)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Presidente da Comissão de Inscrição da Ordem de Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da Insight Venture - Sociedade de Capital de Risco SA (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (desde 2018)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal e Águas do Centro Litoral, SA (desde 2017)
- Presta a título individual atividade de Revisor Oficial de Contas e serviços relacionados

João Miguel Pacheco de Sales Luís

Na Sociedade:

- Vogal do Conselho de Administração

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral de Angola (desde 2022)
- Presidente do Conselho Fiscal de Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (desde 2019)
- Presidente da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (desde 2015)

Os 3 administradores executivos encontram-se num regime de afetação a tempo completo à gestão corrente da Sociedade e suas subsidiárias.

Os cargos exercidos dentro e fora da Sociedade são os seguintes:

Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende

Na Sociedade:

- Presidente do Conselho de Administração
- Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração

No Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração / Conselho de Gerência de:
 - Europackaging – Investimentos, Participações e Gestão, Lda.
 - Inapa Belgium, SA
 - Inapa ComPlott GmbH
 - Inapa Deutschland Holding, GmbH
 - Inapa Deutschland, GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, SA
 - Inapa France SAS
 - Inapa Merchants Holding, Ltd
 - Inapa Packaging, GmbH
 - Inapa Packaging, Lda.
 - Inapa Packaging, SAS
 - Inapa Portugal Distribuição de Papel, SA
 - JJ Loos SAS
 - Korda Kagit Pazarlama Ve Ticaret Anonim Şirketi

Fora do Grupo:

- Gerente de Bica Consult, Lda.

Inês Patrícia Arêde Simões Louro**Na Sociedade:**

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão Executiva do Conselho de Administração

No Grupo:

- Administrador / gerente de:
 - Europackaging – Investimentos, Participações e Gestão, Lda.
 - Inapa Angola, SA
 - Inapa Deutschland Holding, GmbH
 - Inapa Deutschland, GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, SA
 - Inapa Portugal – Distribuição de Papel, SA
 - Inapa Shared Center Lda
 - Korda Kagit Pazarlama Ve Ticaret Anonim Şirketi

Fora do Grupo:

- Nenhum

Frederico João de Moser Lupi**Na Sociedade:**

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão Executiva do Conselho de Administração

No Grupo:

- Administrador / gerente de:
 - Inapa Angola, SA
 - Inapa Belgium, SA
 - Inapa Deutschland Holding, GmbH
 - Inapa Deutschland, GmbH
 - Inapa España Distribución de Papel, SA
 - Inapa France SAS
 - Inapa Portugal Distribuição de Papel, SA
 - Inapa Shared Center, Lda.
 - JJ Loos SAS
 - Korda Kagit Pazarlama Ve Ticaret Anonim Şirketi

Fora do Grupo:

- Nenhum

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Ao nível do Conselho de Administração apenas foi criada uma Comissão Executiva, na qual foi delegada a gestão corrente da sociedade.

Atendendo à sua reduzida dimensão, aferida designadamente à luz do disposto no n.º 2 do Art.º 413.º CSC (dado a sociedade estar abaixo em dois dos três limites previstos, volume de negócios líquido e número de colaboradores), ao limitado número de membros do Conselho de Administração – sete – e às funções desempenhadas pela sua Comissão de Auditoria (que estariam em sobreposição com outras comissões) e ao número de vogais do Conselho de Administração que se encontram afetos à Comissão Executiva (3) e à Comissão de Auditoria (3), pelo que administrador independente sem funções executivas ou de auditoria resta apenas (1), é entendimento deste órgão que não tem justificação a constituição de outras comissões com competência em matéria de administração e fiscalização da sociedade. O número de administradores não executivos, representa mais de metade do total dos administradores, o que constitui um número adequado tendo em conta a sua dimensão e a complexidade da atividade que exerce.

De destacar ainda que foi nomeado um *lead independent director* que coordena a avaliação do desempenho do órgão de administração, atua como interlocutor com o Presidente do Conselho de Administração e zela por que existam condições e meios necessários ao desempenho das funções dos administradores independentes.

É entendimento da sociedade que os únicos quadros de alta direção da empresa são os membros do seu Conselho de Administração.

28. Composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva da sociedade tem a seguinte composição:

- Presidente: Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende;
- Vogal: Inês Patrícia Arêde Simões Louro;
- Vogal: Frederico João de Moser Lupi.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

As competências da Comissão de Auditoria e da Comissão Executiva encontram-se detalhadas nos desenvolvimentos relativos ao ponto 21.

III. FISCALIZAÇÃO

(CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO)

a) Composição (ao longo do ano em curso).

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo de governo adotado.

A Sociedade adotou como órgão de fiscalização uma Comissão de Auditoria a funcionar no âmbito do seu Conselho de Administração de harmonia com o modelo de governação adotado.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da

Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

O n.º 4 do Art.º 22.º dos estatutos da Sociedade dispõe que “A comissão de auditoria do conselho de administração será composta por três membros, com os requisitos consignados na lei, um dos quais servirá como presidente e será para tal designado de entre os membros do conselho de administração pela assembleia que proceder à eleição.”

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos por Assembleia Geral por um mandato de 3 anos.

A Comissão de Auditoria é integrada pelos seguintes membros do Conselho de Administração que exercem o respetivo mandato desde as datas adiante assinaladas:

		DATA DA 1.ª DESIG- NAÇÃO	TERMO DO MANDATO
Victor Maurílio Silva Barros	Presidente	23.05.2019	31.12.2024
Emília Noronha Galvão Franco Frazão	Vogal	23.05.2019	31.12.2024
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Vogal	23.05.2019	31.12.2024

A Sociedade entende que a atual composição da Comissão de Auditoria com três membros independentes é adequada, face à dimensão da Sociedade e complexidade dos riscos da sua atividade, para exercer as funções que lhe estão adstritas com eficiência.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art.º 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem com as regras de independência de acordo com a definição dada nos termos do n.º 5 do Art.º 414.º, sendo eventuais incompatibilidades aferidas de acordo com a definição prevista n.º 1 do Art.º 414.º-A e o n.º 3 do Art.º 423.º-B, do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

No ponto 19 do presente relatório encontram-se descritas as qualificações de cada um dos membros da Comissão de Auditoria.

b) Funcionamento.

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

O regulamento de funcionamento da Comissão de Auditoria, integrado no Regulamento do Conselho de Administração, está acessível aos acionistas e demais interessados no *website* institucional da sociedade – www.inapa.com ou na sua sede social.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

De 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022:

- Número de reuniões: 16
- Assiduidade por membro:

Victor Maurílio Silva Barros: 100%

Emília Noronha Galvão Franco Frazão: 100%

Patrícia Isabel Sousa Caldinha: 100%

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros da Comissão de Auditoria exercem o seu mandato a tempo parcial, não exercem qualquer outro cargo na sociedade ou no Grupo, para além das funções inerentes à sua qualidade de membros do Conselho de Administração.

Os cargos assegurados pelos membros da Comissão de Auditoria fora da Sociedade e do Grupo foram / são os seguintes:

Victor Maurílio Silva Barros**Na Sociedade:**

- Vogal do Conselho de Administração
- Presidente da Comissão de Auditoria

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Presidente do Conselho Fiscal de Rádio e Televisão de Portugal, SA (desde 2021)
- Professor Auxiliar de Finanças no ISEG – Universidade de Lisboa (desde 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal do IDEFE / ISEG Executive Education (desde 2017)
- Faculty Advisor do ISEG no CFA Institute Research Challenge (desde 2015)
- Investigador no ADVANCE/CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão (desde 2011)

Emília Noronha Galvão Franco Frazão**Na Sociedade:**

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão de Auditoria

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Membro do Conselho Diretivo da Associação - Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo (FACAM) (desde janeiro de 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da Monte d'Alva - Alimentação, SA (desde janeiro de 2020)
- Vogal do Conselho Fiscal da SGEHR – Sociedade Gestora e Exploradora de Hotéis e Resorts, SA (desde julho de 2019)
- Membro não executivo do Conselho de Administração da FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (entre setembro de 2019 e abril de 2022)

Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Na Sociedade:

- Vogal do Conselho de Administração
- Vogal da Comissão de Auditoria

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Suplente do Conselho Fiscal da VICTORIA – Seguros Vida, SA (desde março 2022)
- Suplente do VICTORIA – Seguros, SA (desde março 2022)
- Vogal do Conselho Fiscal de Águas do Tejo Atlântico, SA (desde 2021)
- Membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Presidente da Comissão de Inscrição da Ordem de Revisores Oficiais de Contas (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da Insight Venture - Sociedade de Capital de Risco SA (desde 2021)
- Vogal do Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (desde 2018)
- Vogal suplente do Conselho Fiscal da Simarsul – Saneamento da Península de Setúbal e Águas do Centro Litoral, SA (desde 2017)
- Presta a título individual atividade de Revisor Oficial de Contas e serviços relacionados

João Miguel Pacheco de Sales Luís

Na Sociedade:

- Vogal do Conselho de Administração

No Grupo:

- Nenhum

Fora do Grupo:

- Vogal do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral de Angola (desde 2022)
- Presidente do Conselho Fiscal de Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (desde 2019)
- Presidente da Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas (desde 2015)

Os 3 administradores executivos encontram-se num regime de afetação a tempo completo à gestão corrente da Sociedade e suas subsidiárias.

c) Competências e Funções.

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

É da competência da Comissão de Auditoria aprovar previamente a prestação de serviços distintos de auditoria a contratar ao auditor externo ou um membro da sua rede.

A Comissão de Auditoria analisa os serviços distintos de auditoria e as propostas apresentadas pelo auditor externo ou um membro da sua rede, previamente avaliados e comunicados pela Comissão Executiva, de modo a assegurar que: (i) a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do auditor externo; (ii) é assegurado o equilíbrio entre os serviços de revisão legal das contas e os serviços adicionais de auditoria cuja prestação está a ser objeto de análise e (iii) os serviços adicionais em apreciação não estão vedados, atendendo às disposições permitidas derrogar por cada estado membro em conformidade com o Regulamento EU n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Para além das competências atribuídas no Art.º 8.º do Regulamento, e descritas no ponto 21, compete ainda à Comissão de Auditoria:

a) Avaliar a independência do ROC nos trabalhos de auditoria e nos serviços adicionais;

b) Apreciar o relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu *website*. Este relatório inclui matérias relacionadas com ética, independência, monitorização e declaração sobre a eficácia do funcionamento do sistema interno de controlo de qualidade;

c) Representar a Sociedade, no âmbito das suas competências, junto do auditor externo;

d) Receber as comunicações do auditor externo sobre deficiências detetadas no sistema de controlo interno ou outras irregularidades;

e) Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, com o seguinte âmbito: (i) Plano anual de atividade; (ii) Receção e reporte periódico da atividade desenvolvida; (iii) Avaliação dos resultados e conclusões do trabalho e (iv) Emissão de orientações entendidas por convenientes;

f) Aprovação do *Risk Management and Internal Audit Charter* e *Risk Management and Internal Audit Manual*.

A Comissão de Auditoria acompanha regularmente a capacidade do Revisor Oficial de Contas (ROC) e auditor externo na condução das suas atividades de forma independente e imparcial com vista à garantia da confiança dos leitores na fiabilidade das demonstrações financeiras, tendo aprovado na sua reunião de 16 de março de 2023 um manual de procedimentos interno.

Tal como referido no ponto 21, a Comissão de Auditoria procede regularmente a uma aferição

da adequação das medidas de mitigação de riscos presentes na Sociedade, definindo em conjunto com o Conselho de Administração, programas de trabalho de acompanhamento e manutenção da adequabilidade das medidas em curso permitindo fazer ajustamentos sempre que tal se justifique.

A Comissão de Auditoria faz também regularmente uma avaliação dos riscos operacionais e da adequação dos mecanismos de controlo.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O revisor oficial de contas da Sociedade é a firma PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., representada pelo Dr. Hugo Miguel Patrício Dias – ROC efetivo.

O Dr. Hugo Miguel Patrício Dias encontra-se inscrito na CMVM com o n.º 20161042 e na OROC com o n.º 1432.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O auditor externo – PwC – cumpre atualmente o seu primeiro mandato na sociedade tendo sido eleita para as funções que exerce em 20 de maio de 2022, em substituição da sociedade Deloitte & Associados, SROC SA.

O Dr. Hugo Miguel Patrício Dias representa a sociedade de revisores PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda desde 20 de maio de 2022.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda e outras entidades pertencentes à mesma rede prestaram outros serviços permitidos referidos no ponto 46.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art.º 8.º e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo da Sociedade é a firma PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda representada pelo Dr. Hugo Miguel Patrício Dias.

O auditor externo encontra-se inscrito na CMVM sob o n.º 20161485. O seu representante encontra-se inscrito na CMVM com o n.º 20161042 e na OROC com o n.º 1432.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo cumpre atualmente o seu primeiro mandato, tendo sido eleito em 20 de maio de 2022, em substituição da sociedade Deloitte & Associados, SROC, SA.

O sócio que o representa exerce funções desde 20 de maio de 2022.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

As políticas e periodicidades de rotação do auditor externo e do respetivo sócio são as decorrentes da lei.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Para além da Assembleia Geral, compete à Comissão de Auditoria proceder à avaliação anual do auditor externo. Neste âmbito cabe a esta Comissão monitorizar e avaliar os serviços prestados pelo auditor externo (de auditoria e não relacionados com auditoria). Para realizar essa monitorização, a Comissão integra na sua agenda reuniões com o auditor externo de modo a: (i) acompanhar e avaliar os trabalhos realizados e em curso, reunindo durante as auditorias de meio do ano (limitada) e anual; (ii) inteirar-se sobre o âmbito e planeamento de auditoria; (iii) analisar a agenda dos trabalhos de auditoria e (iv) analisar e apreciar as conclusões dos seus relatórios de auditoria. A Comissão atua junto do auditor externo, de forma regular e assegurando as condições de trabalho adequadas para a realização de todos

os serviços prestados, de forma a monitorizar a sua independência ao longo do ano.

No âmbito desta interação cabe ao auditor externo comunicar imediatamente à Comissão de Auditoria informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Adicionalmente, e em conformidade com as normas de auditoria vigentes, o auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências e irregularidades à Comissão de Auditoria.

Da mesma forma, o auditor externo confirma anualmente a sua independência na sua Certificação Legal de Contas / Relatório de Auditoria e no relatório adicional dirigido ao órgão de fiscalização.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

A contratação dos serviços distintos de auditoria, prestados ao Grupo em Portugal e no estrangeiro, é objeto de uma análise rigorosa de modo a prevenir quaisquer

conflitos de interesses com o Auditor Externo ou um membro da sua rede. Qualquer tipo de trabalho distinto aos serviços de auditor que possa ter potencial de conflito de interesses, não deverá ser prestado. Estes serviços são igualmente avaliados quanto ao cumprimento da Lei n.º 140/2015, de 9 de setembro, alterada pela Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, e do Regulamento EU n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

A Comissão de Auditoria aprovou em reunião de 15 de outubro de 2021 os “Termos de Referência para a seleção do ROC para o triénio 2022–2024” no qual estabeleceu ex-ante os critérios e requisitos de seleção do ROC e auditor externo a propor à Assembleia Geral.

Tal documento foi elaborado à luz das normas legais e regulamentares aplicáveis e designadamente da Lei n.º 140/2015, de 7 de fevereiro, que aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, bem como do Regulamento n.º EU 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de abril.

Foi com base em tais Termos de Referência que a Comissão de Auditoria propôs à Assembleia Geral a eleição do ROC e auditor externo para o triénio 2022-2024.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda foi eleita na Assembleia Geral Ordinária de 20 de maio de 2022.

Para além dos trabalhos de auditoria, que compreende os serviços de revisão legal das contas, os honorários do Auditor Externo dizem respeito aos seguintes serviços distintos de auditoria: a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas semestrais, serviços prestados diretamente à Sociedade.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio):

Pela Sociedade*	€
Serviços de revisão legal de contas e de auditoria	49 060
Serviços de revisão limitada	17 340
Por outras entidades que integrem o grupo*	
Serviços de revisão legal de contas e de auditoria	256 248
Serviços de revisão limitada	0
Serviços de revisão de fiabilidade	0
Serviços de consultoria fiscal	0
Outros serviços	0

* INCLUINDO CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

C. Organização Interna

I. ESTATUTOS

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral (ao longo do ano de referência).

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade Art.º29-H, n.º1, al. h).

Os estatutos da sociedade, com ressalva da deslocação da sede social dentro do território nacional, para que o Conselho de Administração também é competente, apenas são suscetíveis de ser alterados por deliberação da Assembleia Geral.

Para que a Assembleia Geral possa deliberar em primeira convocação esta matéria devem estar presentes ou devidamente representados acionistas que detenham ações representativas de, pelo menos 1/3 do capital social; em segunda convocação a Assembleia pode deliberar qualquer que seja o número de acionistas presentes e o capital por eles representado (Art.º 383.º n.ºs 2 e 3 CSC).

A deliberação deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação; caso, porém, em segunda convocação estiverem presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social as deliberações sobre as referidas matérias podem ser tomadas pela maioria dos votos emitidos.

Por força do disposto no seu n.º 4, a limitação dos direitos de voto contemplada no n.º1 do Art.º 13.º-A aplica-se igualmente às deliberações de alteração do contrato de sociedade.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

O Conselho de Administração aprovou e divulgou um regulamento interno de comunicação de irregularidades cujas bases essenciais são as seguintes:

1. Os colaboradores do Grupo Inapa (quadros e demais funcionários da sociedade, administradores, quadros e demais funcionários das filiais) deverão participar prontamente quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento no seio das empresas do Grupo aos seguintes responsáveis:
 - a) Ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA sempre que a mesma diga respeito a quadros ou funcionários da casa-mãe ou administradores, das filiais;
 - b) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, ao Presidente da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração sempre que a mesma diga respeito a administradores de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA ou do órgão de fiscalização e/ou seus colaboradores;

c) Ao Presidente do Conselho de Administração sempre que a mesma diga respeito a qualquer membro da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA;

d) Pelo email ethics@inapa.com sempre que a mesma diga respeito a outros colaboradores das filiais.

2. Nas situações contempladas na alínea a) do n.º 1 anterior, o Presidente da Comissão Executiva comunicará com a brevidade que as circunstâncias aconselharem a referida participação ao Presidente da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração.

3. A participação será feita por escrito, tendo o participante direito a exigir do respetivo destinatário declaração escrita de que a informação será mantida estritamente confidencial.

4. Ao participante é reconhecido que, salvo denúncia caluniosa, qualquer comunicação no âmbito do regulamento não constituirá nunca fundamento de procedimento contra o participante ou causa para qualquer tratamento de desfavor relativamente ao mesmo.

Para que se possa atuar de uma forma célere, a sociedade entendeu que as comunicações devem ser dirigidas aos membros executivos ou ao responsável pela área legal do Grupo. Não obstante essa comunicação ser realizada por norma para o Presidente da Comissão Executiva

ou responsável pela área legal do Grupo, a Comissão de Auditoria é informada de todas as comunicações que são realizadas, analisando as irregularidades e acompanhando a sua resolução.

Todas as situações de incumprimento denunciadas são tratadas como confidenciais e, se solicitado, de forma anónima.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O Conselho de Administração aprova os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade e do grupo, por iniciativa própria ou da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Anualmente é ainda apreciado pela Comissão Executiva e Comissão de Auditoria um plano de auditoria interna da sociedade e suas subsidiárias, cuja execução e cumprimento é regularmente avaliado pela Comissão de Executiva e pela Comissão de Auditoria.

A Comissão de Auditoria afere regularmente a evolução da atividade da Sociedade e do Grupo, afere os riscos a que a mesma se encontra sujeita e a implementação das medidas adotadas para sua mitigação, designadamente através de programas de trabalho desenvolvidos com o Conselho de Administração.

No âmbito da ação anteriormente descrita à Comissão de Auditoria são regularmente apresentados pelo responsável de auditoria interna os relatórios realizados sob sua direção no âmbito das suas competências, que, sempre que for o caso, adota as medidas adequadas para completo esclarecimento e apuramento de responsabilidades das situações identificadas. A Comissão de Auditoria realiza também fiscalizações à eficácia do sistema de gestão de risco e controlo interno.

Incumbe ao auditor interno do Grupo a implementação e avaliação de sistemas de controlo interno.

Os serviços de planeamento e de controlo de gestão do grupo são responsáveis pela monitorização da atividade de cada uma das empresas do Grupo.

A avaliação do respetivo funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade e do grupo são regularmente aferidos pela Comissão de Auditoria e, no âmbito das competências que legalmente lhe estão cometidas, pelo Auditor Externo.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

O organigrama que mostra as relações de dependência hierárquica e funcional está descrito no ponto 21.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Para além das áreas acima identificadas, devem ainda salientar-se como áreas com responsabilidade pelo controlo de riscos, os departamentos centrais de IT, sistemas de informação e os departamentos de controlo interno e contabilidade existentes em cada uma das empresas e ao nível dos serviços partilhados.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

A principal atividade do Grupo é a distribuição de papel, servindo elo entre, a montante, os produtores de papel e, a jusante, os consumidores intermédios (empresas e indústrias transformadoras do papel, tais como gráficas, empresas de publicidade, empresas de *media*, grupos editoriais e livreiros, entre outras), a distribuição moderna (empresas de grande distribuição e cadeias de retalho especializado) e os consumidores finais (empresas do segmento *office* e particulares).

O Grupo Inapa classifica os riscos a que está exposto, conforme matriz aprovada em Conselho de Administração, em quatro grandes categoriais: riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos de conformidade e riscos financeiros.

Riscos Estratégicos

Área de Risco	Descrição	Gestão
Tendências macro-económicas	<p>O comportamento da economia em geral pode impactar o desempenho do grupo, nomeadamente ao nível do <i>top line</i>.</p> <p>Uma quebra dos níveis de atividade das economias ou uma redução dos índices de confiança dos agentes económicos poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura de papel, nomeadamente de papel de impressão e escrita, e por essa via afetar a atividade, as vendas, os resultados e a situação financeira do Grupo.</p>	<p>O negócio da Inapa, por se desenvolver em 8 países europeus e em Angola e Turquia, representando a atividade externa mais de 95% do volume de negócios, está naturalmente exposto aos riscos decorrentes do desempenho específico de cada uma das economias em que opera. Por outro lado, tal circunstância constitui um fator de atenuação de risco em razão da menor provável ocorrência do mesmo padrão de comportamento económico em todos os mercados simultaneamente.</p>
Alteração dos padrões de procura / consumo	<p>O negócio de distribuição de papel é sensível a alterações nos padrões comportamentais da procura, principalmente em segmentos como a publicidade e os media, e é ainda sensível às alterações na estrutura da distribuição.</p>	<p>O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, aumentando o peso de negócios complementares.</p>
Equilíbrio entre oferta e procura	<p>O equilíbrio entre a oferta e a procura de papel está dependente de diversos fatores, destacando-se a evolução das capacidades produtivas instaladas e o nível da atividade económica e a evolução dos padrões de consumo. Além das capacidades produtivas em diferentes geografias, o comportamento da procura de papel em mercados emergentes como a China e a Índia e o seu efeito nos fornecedores destes mercados, os efeitos cambiais na competitividade dos diversos mercados e algumas questões regulatórias que afetam o comércio internacional de papel, são fatores cujo impacto combinado ou isolado pode afetar de forma direta e indireta a atividade, a situação financeira e os resultados do Grupo.</p>	<p>O Grupo Inapa opera em diferentes geografias e tem procurado diversificar a sua base de negócios, desenvolvendo relações comerciais com produtores localizados em diferentes continentes e aumentando o peso de negócios complementares.</p>
Estrutura do sector	<p>A atividade de distribuição de papel tem sofrido alterações estruturais, com movimentos de concentração entre operadores, em particular na Europa. Este quadro concorrencial pode afetar de forma direta e indireta as decisões estratégicas futuras da empresa e, em consequência, o seu posicionamento em cada mercado, bem como os correspondentes resultados e alocação de ativos. Num contexto de consolidação do sector, a Inapa poderá ser alvo de uma oferta pública de aquisição.</p>	<p>O Grupo Inapa tem procurado alargar o seu portfólio de produtos e parceiros e investe de forma continuada na melhoria da eficiência por forma a garantir a sua competitividade.</p>
Riscos ambientais	<p>Atendendo à crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, as exigências legais e regulatórias nesta área devem aumentar significativamente. O seu incumprimento pode resultar não apenas em penalidades financeiras, mas a dificuldades no acesso a financiamento e a danos reputacionais.</p>	<p>A Inapa incorporou no seu plano estratégico objetivos de sustentabilidade e diminuição da pegada ecológica.</p> <p>A Inapa desenvolve a sua atividade procurando adotar práticas que promovam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, através da promoção de produtos certificados e da redução da sua pegada ecológica.</p> <p>No setor do papel, a maior parte do impacto ambiental encontra-se a montante da operação da Inapa, na produção de papel. Daí que se tenham adotado iniciativas, para, em conjunto com os fornecedores, adotar práticas ambientalmente sustentáveis.</p>

Riscos Operacionais

Área de Risco	Descrição	Gestão
Eventos disruptivos: Desastres naturais	A atividade está exposta a possíveis desastres naturais e condições climáticas anormais, cuja frequência e intensidade tenderão a agravar-se como consequência das alterações climáticas.	Todos os armazéns da Inapa têm seguros que salvaguardam eventuais prejuízos causados por este tipo de fenómenos. Dado o elevado número de armazéns e a sua dispersão geográfica, consideramos que a exposição a este tipo de risco é relativamente reduzida, pois é possível prosseguir a atividade caso uma das localizações seja afetada.
Eventos disruptivos: Pandemias	A atividade operacional da empresa está sujeita aos riscos de surgimento de pandemias. A implementação de medidas que influenciem a mobilidade de pessoas ou mercadorias por parte de entidades governamentais pode ter um impacto significativo nas operações da empresa e no financiamento da atividade. Disrupções na cadeia de transporte a nível internacional ou em países em que o Grupo ou os seus principais fornecedores operam podem trazer limitações no abastecimento de produtos e influenciar a atividade do Grupo.	Os riscos operacionais estão mitigados (i) pela elevada dispersão geográfica das operações da Inapa, tanto ao nível do Grupo como de cada uma das operações nacionais e dos seus fornecedores e (ii) pelos planos de contingência adotados por cada empresa do Grupo, que permitem assegurar que, com exceção das áreas de armazenagem e transporte, que necessitam da presença física de trabalhadores, as demais possam ser asseguradas, no essencial, através de teletrabalho.
Eventos disruptivos: Conflitos armados	Conflitos armados e aplicação de sanções económicas internacionais podem ter impactos significativos na procura, disponibilidade ou preços dos produtos.	A dispersão geográfica de vendas e abastecimento mitiga estes riscos.
Flutuações de preços de aquisição/ Gestão de <i>pricing</i>	A capacidade de refletir nos preços de venda dos produtos / serviços o aumento dos preços de papel e/ou combustíveis não é totalmente elástica. Pode suceder que as margens dos produtos vendidos / serviços prestados sejam afetadas de forma direta ou por via do aumento dos custos de transporte associados à distribuição, exercendo assim um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.	A Inapa tem à sua disposição alguns meios de mitigação deste risco, entre os quais se destacam os seus sistemas, que no processo de venda, introduzem níveis de autorização de acordo com a margem gerada pela operação. Adicionalmente, os níveis de stocks com que a Inapa opera minimizam impactos de alterações de preços.
Disrupções na armazenagem e distribuição	Interrupções significativas e/ou prolongadas na capacidade de servir o cliente em termos de distribuição pode levar à deterioração da imagem/reputação do Grupo Inapa, com impacto nas Vendas.	As empresas do Grupo procuram constantemente melhorar os processos logísticos, de forma a maximizar a experiência do cliente ao menor custo.
Disrupções e danos patrimoniais	As unidades do Grupo estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes ou avarias que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na atividade.	Estes riscos são acompanhados pela Inapa de forma contínua, através dos processos e sistemas de informação implementados, estando alguns dos riscos operacionais cobertos por apólices de seguros. O normal desenvolvimento do negócio poderá ser afetado de forma transitória por riscos decorrentes de fusão ou reestruturação de subsidiárias.
Retenção / Fidelização de Clientes	O desempenho da Inapa depende da sua capacidade de assegurar a sua base de clientes.	Para além de um número muito significativo de clientes (mais de 80.000), da sua dispersão geográfica, da oferta de uma vasta gama de produtos, competitivos e de qualidade superior, a par de um adequado nível de serviço de pré e pós-venda, a Inapa tem vindo a desenvolver um programa de fidelização da sua base de clientes tradicional através da oferta integrada de serviços e de produtos complementares ao seu negócio principal, assumindo-se, cada vez mais, no mercado do papel como um Prestador Global de Serviços.

(cont.)

Área de Risco

Descrição

Gestão

Risco de Crédito

A Inapa está exposta ao risco de crédito que concede aos seus clientes. Um agravamento das condições económicas pode originar dificuldades aos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações para com esta.

A Inapa tem mantido desde 2011 um seguro para cobertura de risco de crédito das suas subsidiárias operacionais em empresas de seguros europeias de grande dimensão. Este seguro abrange os principais países do Grupo, cobrindo assim a maioria das vendas do Grupo.

Independentemente da cobertura atrás referida, o Grupo tem políticas de avaliação e acompanhamento do risco de crédito com vista a assegurar que as vendas são efetuadas a clientes com um perfil de crédito adequado. Estas políticas incluem nomeadamente a fixação de limites de crédito para os clientes, registados no sistema informático, que impedem novas encomendas a clientes cujo limite esteja totalmente utilizado, sendo a realização de vendas acima dos limites de crédito definidos apenas possível com aprovação superior. Estes limites de crédito são sujeitos a revisões periódicas, ou sempre que exista alguma informação relevante decorrente da recomendação dos sistemas de monitorização internos e externos. De referir ainda a existência de equipas internas dedicadas ao acompanhamento de crédito de clientes e a realização de reuniões periódicas de acompanhamento da antiguidade dos saldos de clientes por parte da gestão local.

Pessoas

A capacidade de o Grupo implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade em manter e sempre que necessário recrutar os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função.

Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área. Reforço recente de competências nesta área ao nível corporativo.

IT

As operações desenvolvidas pelo Grupo estão ainda dependentes do processamento informático. Este envolve a manutenção e tratamento de registos de reporte financeiro, de monitorização e controlo das operações de logística, armazenamento e transporte bem como de contabilidade. A Inapa pode também estar exposta a riscos relacionados com processos de migração de sistemas base, que podem ter um efeito transitório na atividade.

Não sendo possível garantir em absoluto a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, a Inapa procede a uma avaliação regular dos sistemas de informação, com vista a aferir a sua adequação às necessidades do Grupo.

No sentido de mitigar os riscos associados com um potencial problema nos "datacenters" do Grupo, é efetuado anualmente um exercício de "disaster recovery" com vista a testar a infraestrutura alternativa e o processo de recuperação. Foi implementada uma nova solução de *backups*, amplamente reconhecida como das melhores do mercado, com a mais recente tecnologia disponível e com uma resiliência muito superior à da solução anterior. Quanto ao projeto de implementação do novo ERP nas operações do Grupo, é efetuado um conjunto alargado de testes para assegurar a adequação da solução ao negócio e garantir que não há impactos nos países que já operam no sistema. No âmbito do processo de migração de dados do sistema fonte antigo para o novo ERP são efetuados vários carregamentos de teste para sistemas de qualidade ao longo do projeto e antes da migração final de dados para o sistema de produção. Foi ainda implementado durante o ano de 2022 um novo processo de "change management" no sentido de minimizar o risco de serem feitas alterações ao sistema produtivo do ERP que possa impactar a estabilidade do mesmo.

Cyber security

O risco de fraude informática / *cyber attack* é algo que tem vindo a ganhar dimensão internacional, não sendo possível mitigar totalmente este risco, apesar das medidas e procedimentos implementados.

A Inapa tem vindo a investir significativamente em políticas de segurança que minimizem a sua exposição ao risco de *cyber attack*. São efetuados periodicamente *assessments* e são realizadas ações de formação aos colaboradores quanto a melhores práticas, estando os principais riscos cobertos por apólices de seguros.

Riscos de Conformidade

Área de Risco	Descrição	Gestão
Legal e Regulamentar	O Grupo poderá ser afetado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.	A Inapa prossegue uma política de flexibilidade e adaptabilidade das suas operações e estrutura de custos, pelo que não se antecipam impactos muito significativos de eventuais novas regulamentações.
Contencioso / Litígios	A Inapa está sujeita a ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente e que possam vir a ser objeto de recurso pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças.	A Inapa conta com o apoio de equipas de assessoria jurídica locais que acompanham em cada geografia as empresas subsidiárias nas fases pré-contenciosa e contenciosa dos litígios, sendo acompanhadas/coordenadas pelo polo jurídico da sociedade-mãe sempre que a sua relevância ou especificidade o recomendam.

Riscos Financeiros *

Área de Risco	Descrição	Gestão
Taxa de juro	Na medida em que a Inapa não cobre a sua exposição a variações adversas nas taxas de juro, tais variações poderão exercer um efeito negativo na sua atividade, situação financeira e resultados.	Como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitem minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro, acompanhando os gastos incorridos, assim como os valores esperados de gastos futuros. Tal é efetuado através de preparação de orçamentos, com base nas evoluções esperadas e razoavelmente possíveis e nas necessidades financeiras do Grupo. Consequentemente, a Empresa interage com os seus parceiros financeiros com o objetivo de assegurar o financiamento das operações e custos de financiamento competitivos.
Risco cambial	A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas (nomeadamente a lira turca e o kwanza), pode ter impacto na situação financeira da sociedade, já que a Inapa desenvolve atividades na Turquia e Angola. O Grupo tem ainda exposição ao dólar norte-americano por via das compras feitas nesta moeda em particular na operação na Turquia.	A exposição ao risco cambial é limitada, dado que o valor agregado das vendas em moeda distinta do euro (lira turca e kwanza) representa menos de 2% das vendas totais do Grupo. A Inapa procede a um acompanhamento constante de evolução cambial das geografias a que o Grupo está exposto.
Risco Financeiro: Investimento	As atividades do Grupo exigem investimentos, existindo o risco de o Grupo Inapa não conseguir financiar a sua atividade, nomeadamente ao nível do investimento, ou de apenas o conseguir fazer a um custo mais elevado.	A Inapa prevê financiar os investimentos através da mobilização dos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais. Caso estas não gerem rendimentos suficientes, a Inapa poderá vir a ter de financiar uma parte dos investimentos previstos através do recurso a fontes externas, incluindo empréstimos bancários e/ou recurso aos mercados de capitais.

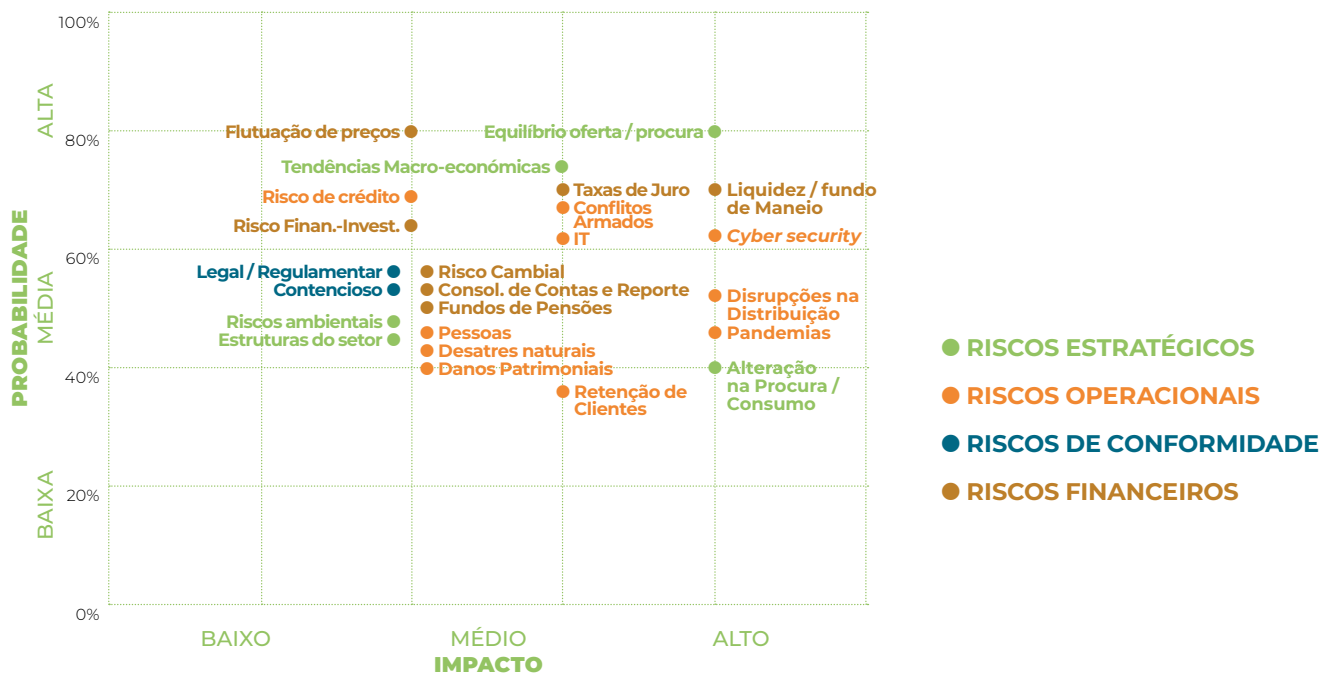
(cont.)

Área de Risco	Descrição	Gestão
Risco Financeiro: Liquidez / Fundo de Maneio	Para o desenvolvimento das suas operações, a Inapa necessita de fundo de maneio. Alterações de políticas comerciais e financeiras dos nossos parceiros, incluindo clientes, fornecedores, instituições financeiras e seguradoras de crédito (que cobrem riscos de cobrança quer a montante quer a jusante das nossas operações e que apresentam um elevado grau de concentração) podem criar necessidades de capital circulante pressionando os níveis de liquidez.	A Inapa gere o risco de liquidez do Grupo atuando por duas vias: procurando que a dívida financeira do Grupo apresente uma maturidade adequada à capacidade esperada de geração de fundos, e através do recurso a facilidades de crédito para apoio à tesouraria das operações (conta corrente, <i>confirming</i> , etc). A gestão de tesouraria é feita localmente em cada empresa do Grupo supervisionada pela Holding. É feita uma atualização e um acompanhamento regular das previsões de <i>cash flow</i> . A Inapa mantém-se em estreito contacto com as instituições financeiras e seguradoras de crédito, com vista a assegurar níveis adequados de financiamento das suas operações.
Fundos de pensões	A Inapa concede aos trabalhadores das suas filiais Inapa Deutschland GmbH, Inapa France SAS, Inapa Packaging SAS e Semaq SAS planos de complemento de pensões de reforma e de sobrevivência, procedendo à contabilização dos inerentes custos e dos encargos associados de acordo com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19 (IAS 19). O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se e os beneficiários dos planos de pensões poderão viver mais anos que os previstos e, como tal, beneficiar do plano para além do dotado para o efeito, por se tratarem de planos de pensões de benefício definido. Assim, as responsabilidades relativas a pensões podem exercer uma pressão adversa sobre os fluxos de caixa.	A Inapa procede a uma revisão periódica dos cálculos atuariais, incluindo os custos e <i>cash flows</i> associados nos respetivos orçamentos anuais.
Consolidação de contas e reporte	Risco na existência de erros na elaboração de reportes internos e externos.	A Inapa dispõe de métodos de controlo internos e externos para mitigação destes riscos. Implementação de SAP em todas as empresas do Grupo trará forte contributo, com alinhamento de processos / procedimentos.

* NAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (3, 8 E 9) PODE SER CONSULTADO UM MAIOR DETALHE DO QUE DIZ RESPEITO À GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO NAS SUAS VÁRIAS VERTENTES.

Matriz de riscos

Na matriz seguinte, são apresentados os riscos identificados anteriormente, considerando a sua classificação de acordo com a respetiva probabilidade de ocorrência (baixa, média e alta) e impacto em caso de ocorrência (baixo, médio e alto).



- RISCOS ESTRATÉGICOS
- RISCOS OPERACIONAIS
- RISCOS DE CONFORMIDADE
- RISCOS FINANCEIROS

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A identificação e avaliação de riscos é um processo constante em que tomam parte o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e a auditoria interna, sendo estabelecidas prioridades de atuação em matéria de assunção de riscos através de um plano de trabalhos de avaliação e mitigação de riscos. Os riscos e mecanismos existentes que permitem a sua identificação e avaliação encontram-se descritos no ponto anterior.

O acompanhamento, controlo e gestão dos riscos é realizado de forma contínua pela Comissão Executiva. Durante o ano, a Comissão de Auditoria realiza também fiscalizações à eficácia do sistema de gestão de risco e controlo interno, contando também com o reporte regular da auditoria interna.

Nas reuniões da Comissão de Auditoria, é feita uma apreciação regular dos riscos da Sociedade. Nessas reuniões é feito habitualmente um ponto de situação relativamente à gestão de risco e auditoria interna, com o respetivo responsável interno, acompanhando as atividades e conclusões da sua ação, sendo também feita regularmente uma discussão sobre a necessidade de adequação dos recursos e das atividades desenvolvidas à evolução dos riscos inerentes à atividade da Sociedade e do seu Grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art.º 29-H, n.º1, al.) I)).

O processo de divulgação de informação financeira é acompanhado no seu processo de produção e tratamento de informação tanto pelos órgãos sociais de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de prestação de contas e demais informação financeira são elaborados pelas Direções de Consolidação e Planeamento e Controlo, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio.

A Comissão de Auditoria, ao longo do ano, acompanha a implementação da formalização sistematizada dos dados e elementos relevantes que compõem o sistema da gestão de riscos e controlo interno da Inapa, bem como da implementação de plataformas informáticas comuns de reforço dos mecanismos de controlo.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços elementos para contacto.

A sociedade realiza o apoio ao investidor através do representante para as Relações com o Mercado.

Funções do apoio ao investidor:

- Prestar a todos os investidores – institucionais ou particulares – a mais completa e rigorosa informação, no estrito respeito pela legislação aplicável, sobre a estrutura societária da sociedade e do grupo, sobre os direitos e deveres dos acionistas tal como decorrem da lei e dos estatutos da sociedade, sobre a sua situação económico-financeira, à luz dos elementos divulgados.
- Prestar aos investidores, no respeito pelo enquadramento legal e regulamentar aplicável, quaisquer esclarecimentos adicionais ou complementares que razoavelmente lhe sejam solicitados e sobre os elementos de informação anteriormente referidos.

Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete:

- Informação divulgada pela sociedade de cariz societário e económico-financeiro, pelo menos, nos últimos três anos, em português e inglês.
- Qualquer facto relevante que possa ter influência na atividade da sociedade, em português e inglês.

Vias de acesso ao Gabinete e informação por si disponibilizada:

- Por escrito para:
 - Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa
- Por fax: +351 21 382 30 16
- Por telefone: +351 21 382 30 07

- Por e-mail: miguel.loureiro@inapa.com
- Por *website*: www.inapa.com

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é o Dr. Miguel Dias Costa Faro Loureiro.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Foram dirigidos ao Gabinete um reduzido número de pedidos de informação, por correio eletrónico ou contato telefónico, tendo sido todos eles respondidos num prazo até 5 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET**59. Endereço(s).**

O *website* da Sociedade pode ser acedido através do endereço www.inapa.com.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a sede e demais elementos mencionados no Art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa - Portugal.

A informação também se encontra disponível no *website* institucional da sociedade: www.inapa.com.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa - Portugal.

A informação também se encontra disponível no *website* institucional da sociedade: www.inapa.com.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa - Portugal.

A informação também se encontra disponível no *website* institucional da sociedade: www.inapa.com.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante dez anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa - Portugal.

A informação também se encontra disponível

no *website* institucional da sociedade (www.inapa.com) e no *website* institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa - Portugal.

A informação também se encontra disponível no *website* institucional da sociedade (www.inapa.com) e no *website* institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

O local onde se encontra a informação é a sua sede social, na Rua Braamcamp, n.º 40 - 9.º Dto., 1250-050 Lisboa - Portugal.

A informação também se encontra disponível no *website* institucional da sociedade (www.inapa.com) e no *website* institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).

D. Remunerações

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A determinação da remuneração dos membros dos órgãos sociais incumbe:

- À Comissão de Remunerações, e;
- À Assembleia Geral.

No entendimento da sociedade, os seus dirigentes, na aceção do disposto no art.º 3 n.º 1 (25) do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, são exclusivamente os seus membros dos órgãos de administração e fiscalização.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2022 foi eleita a seguinte comissão de remunerações:

- Presidente: Ricardo João Andrade Amaro;
- Vogal: Pedro Manuel Macedo Vilas Boas;
- Vogal: Tiago Manuel Rodrigues Estevinho.

Todos os membros da comissão de remunerações são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

A comissão de remunerações é um órgão colegial, para que foram designados pessoas ou entidades com experiência em matéria de política de remunerações, tal como se afere dos respetivos currícula presentes à Assembleia que os elegeram e que a seguir se transcrevem:

Ricardo João Andrade Amaro

Qualificações académicas

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa
- Pós-Graduação em Práticas Empresariais pela Católica Faculdade de Direito – Escola de Lisboa
-

Atividade profissional

- Sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander Totta, SA

Pedro Manuel Macedo Vilas Boas

Qualificações académicas

- Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade Católica Portuguesa
- Curso “PDO – Programa para Diretores Operacionais” pela Católica Lisbon School of Business and Economics
- Curso “PADE – Programa de Alta Direção de Empresas” pela AESE – Escola de Direção e Negócios

Atividade profissional

- Diretor central do Banco Comercial Português, SA (Millennium BCP) responsável pela Direção de Acompanhamento Especializado
- Coordenador da Unidade de Projetos Especiais do Millennium BCP
- Responsável por uma das direções de Corporate Finance e por uma Direção de Relacionamento em Banca de Investimento

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Qualificações académicas

- Licenciatura em Economia na Nova Business School
- Pós-graduação em Finanças na Nova Business School
- Master in Finance pela Nova Business School

Atividade profissional

- Economista na Parpública, Participações Públicas (SGPS), SA: assessoria técnica e acompanhamento de empresas

III. ESTRUTURA DE REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o Art.º 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

I. INTRODUÇÃO

Nos termos e para efeitos do cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários (conforme alterado pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto), a Comissão de Remunerações da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA (“Inapa” ou “Sociedade”) deve submeter à aprovação da assembleia geral uma política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, de quatro em quatro anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da política de remuneração vigente (“Política de Remuneração”).

Por seu turno, a Recomendação V.2 constante do Código de Governo das Sociedades, aprovado pelo Instituto Português de Corporate Governance, recomenda que na referida Política de Remuneração seja incluído um conjunto de elementos adicionais a submeter igualmente à apreciação da assembleia geral.

Na presente Política de Remuneração foram apreciadas as práticas remuneratórias em vigor e apresentadas sugestões destinadas a assegurar que tais práticas são adequadas e refletem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da Sociedade, tendo em

consideração as práticas do mercado e assumindo que deverão assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados. Foram também objeto da devida ponderação a evolução do sistema de remuneração dos demais colaboradores da Inapa, considerando as atuais condições de emprego e a situação económica atual, de forma a garantir um alinhamento da evolução remuneratória dos membros executivos com a dos demais colaboradores das sociedades em relações de domínio ou de grupo com a Inapa ou controladas pela Inapa (“Grupo”).

A presente Política de Remuneração foi elaborada pela comissão de remunerações da Inapa eleita na Assembleia Geral realizada em 23 de maio de 2019 (“**Comissão de Remunerações**”), sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade e com conhecimentos e experiência em questões de remunerações.

Para a auxiliar na preparação da presente política, a Comissão de Remunerações recorreu a uma entidade externa e independente com o objetivo de aferir o nível de competitividade, face ao mercado nacional comparável, das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA aprovou a política de remunerações dos órgãos sociais ao abrigo do novo regime legal aprovado pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto na assembleia geral de 21 de maio de 2021.

Em 2022, a Comissão de Remunerações, considerou não existir necessidade de submeter à aprovação dos senhores acionistas uma nova política de remunerações da Inapa, nem, rever a política vigente.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Para determinar a remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais, a Inapa rege-se pelos seguintes critérios:

- Simplicidade, clareza, transparência, e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que esta se insere;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à Sociedade a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade; e
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

Forma como a Política de Remuneração contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade

No mercado em que a atividade da Inapa se insere, impõe-se como um dos principais fatores críticos de sucesso a capacidade de atrair, motivar e reter os melhores profissionais existentes.

A presente Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização tem como propósito promover o alinhamento continuado com os objetivos e estratégia de negócio de curto, e longo prazo, assim como com as melhores práticas de mercado e, deste modo, contribuir para a sustentabilidade dos resultados da Inapa e alinhamento com o interesse dos acionistas, para a criação de valor a longo prazo e ser compatíveis com uma gestão de riscos adequada e rigorosa.

A Política de Remuneração pretende assim constituir-se como um eficaz instrumento da boa governação societária da Sociedade, visando fornecer informação aos acionistas, proteger os seus interesses e conferir uma maior transparência em matéria de remuneração dos órgãos sociais.

III. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS, INCLUINDO OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA EM VIGOR

A remuneração dos titulares dos administradores não executivos é baseada

no desempenho efetivo e no equilíbrio na respetiva avaliação e comporta apenas uma componente fixa. Esta remuneração tem adicionalmente em consideração o desempenho de funções na Comissão de Auditoria, e ainda a assunção de funções como Presidente da Comissão de Auditoria.

Componente fixa

A remuneração dos administradores não executivos comporta uma componente fixa, paga 14 vezes ao ano.

Os membros da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da Inapa auferem um complemento à sua remuneração enquanto administradores não-executivos (referida no parágrafo anterior), pago 12 vezes ao ano.

Em concreto, o valor da remuneração dos administradores não executivos foi determinado para o mandato 2019/2021 mantendo-se inalterado para o exercício de 2022. No ano de 2022, as remunerações fixas pagas aos administradores não executivos correspondem ao montante indicado no Relatório de Governo da Inapa.

Componente variável

Embora as práticas remuneratórias tenham em consideração a condição financeira da Inapa e do grupo económico encabeçado por esta, não se encontra prevista qualquer forma de remuneração variável para os membros não executivos do órgão de administração nem para os membros do órgão de fiscalização.

Pretende-se deste modo que os administradores não executivos não

tenham qualquer componente da sua remuneração dependente do cumprimento de objetivos de modo a salvaguardar a sua independência.

IV. COMPONENTES FIXA E VARIÁVEL DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL AOS MEMBROS EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O sistema remuneratório dos membros executivos do Conselho de Administração da Inapa compreende uma componente fixa e uma componente variável, orientando-se pelos seguintes princípios:

- a) encontra-se alinhado com o mercado e com as funções efetivamente desempenhadas, estimulando o desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, em termos individuais e de grupo;
- b) permite premiar os resultados alcançados pelos membros executivos do Conselho de Administração da Inapa;
- c) ajuda na atração e retenção de quadros qualificados para a Inapa.

Componente fixa

O valor da componente fixa foi determinado para o mandato 2019/2021, mantendo-se inalterado até ao presente conforme informação sobre a aplicação da política de remunerações da sociedade apresentada pela Comissão de Remunerações à Assembleia Geral de 20 de maio de 2022.

Deverá ser realizada uma revisão da remuneração base dos administradores executivos, pelo menos no termo de cada mandato, o que deverá implicar também a ponderação, segundo critérios de *benchmark*, do modelo de remuneração total praticado por empresas comparáveis, de modo a assegurar a todo o tempo que o modelo de remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração permanece um modelo equilibrado, justo e competitivo, quer no âmbito nacional quer internacional, (dada a crescente exposição da Inapa a mercados fora de Portugal).

Componente variável

A atribuição de remuneração variável tem por base graus de consecução de objetivos quantitativos e qualitativos que estão associados a indicadores de desempenho objetivos, simples, transparentes e (em relação aos objetivos quantitativos) mensuráveis, avaliados anualmente conforme delineado abaixo:

1. A remuneração variável é paga exclusivamente em numerário, tendo em conta os seguintes valores de referência (*target*) e limites máximos (sem prejuízo dos números 10 e 11, abaixo):
 - i) Valor mínimo da remuneração variável atribuível – 13.6% da respetiva remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;
 - ii) *Target* da remuneração variável - 20% da respetiva remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;

iii) Valor máximo da remuneração atribuível - 30% da respetiva remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração.

2. Em concreto, a atribuição e o cálculo do montante da remuneração variável tem por base os resultados da avaliação do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, realizada com referência a todo o ano civil em causa, sendo determinada considerando as seguintes componentes:

- i) Componente quantitativa – abrange a avaliação do desempenho da Inapa efetuada através de indicadores quantitativos, com um peso global de 80%;
- ii) Componente qualitativa – abrange a média ponderada da avaliação de competências do membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa, com um peso global de 20%.

3. O atingimento concreto dos objetivos quantitativos referidos deverá ser previamente validado e certificado por entidade externa independente em momento anterior.

4. O valor do prémio de desempenho será determinado sendo atribuído de acordo com os seguintes parâmetros, calculados linearmente:

Componente quantitativa

- Se o desempenho atingir menos de 80% dos objetivos fixados, não há lugar à atribuição de componente variável;

- Se o desempenho registado se situar entre 80% e 100% dos objetivos fixados, é devido um montante situado no intervalo de 16% a 20% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;

- Se o desempenho registado se situar entre 100% e 120% dos objetivos fixados, é devido um montante situado no intervalo de 20% a 30% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;

- Se o desempenho registado atingir mais de 120% dos objetivos fixados, é devido o montante correspondente a 30% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração.

Componente qualitativa

- Se o desempenho global registado for de nível 1 (“Muito Abaixo do Esperado”), não é calculado qualquer acréscimo à componente variável, a este título;
- Se o desempenho global registado for de nível 2 (“Algo Abaixo do Esperado”) é devido o montante de 4% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;
- Se o desempenho global registado for de nível 3 (“De Acordo com o Esperado”), é devido o montante de 20% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;

- Se o desempenho global registado for de nível 4 de “Acima do Esperado” (nível 4), é devido o montante de 24% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração;
 - Se o desempenho global registado for de nível 5 (“Muito Acima do Esperado”), é devido o montante de 30% da remuneração fixa de referência de cada um dos membros executivos do Conselho de Administração.
5. Os indicadores chave de desempenho anual (e ponderações) face ao orçamento do ano de 2022 são os seguintes:

Componente quantitativa

- Sustentabilidade – Redução do peso da dívida no total do Balanço (30%)
- Rentabilidade – % de crescimento anual do EBITDA recorrente (30%)
- Rentabilidade – % poupança anual dos Custos de Operação (15%)
- Atividade – % crescimento anual da faturação (Embalagem e Viscom) (15%)
- ESG – % de Volume de compras com padrões de produção sustentável (10%)

Componente qualitativa

- Liderança de executivo e contributo para desempenho da CE (40%)
- Relação com *Stakeholders* (35%)
- Contribuição reputação Inapa (25%)

6. A remuneração variável está sujeita, no todo ou em parte, a mecanismos de (a) redução da remuneração variável em momento anterior à sua atribuição (*malus*) e de (b) reversão por via da retenção de parte ou da totalidade da remuneração variável atribuída cujo pagamento de qualquer uma das suas parcelas ainda não tenha sido realizado (*claw back*), sendo este último mecanismo de aplicação supletiva caso o mecanismo de redução se revele insuficiente, nas seguintes situações:

- i) o membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa participou direta e decisivamente ou foi responsável por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Inapa;
- ii) incumprimento grave ou fraudulento do código de conduta ou de normas internas da Inapa por parte do membro executivo do Conselho de Administração com impacto negativo significativo para a Inapa, ou situações que justifiquem justa causa de destituição do membro executivo do Conselho de Administração; e/ou
- iii) falsas declarações e/ou erros ou omissões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Inapa para os quais uma conduta objetiva do membro executivo do Conselho de Administração tenha contribuído decisivamente.
- iv) não se encontra prevista a possibilidade contemplada no artigo 26º-G, n.º 2, alínea f) do Código de Mercado de Valores

Mobiliários referente à possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável.

7. Em caso de cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração, por qualquer causa (com exceção de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*), após o fim do período de avaliação da remuneração variável, mas antes do integral pagamento da respetiva remuneração variável, haverá lugar ao pagamento da remuneração variável por inteiro.
8. O pagamento da remuneração variável correspondente ao exercício em que ocorra a cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração não será devido, salvo em situações de cessação por mútuo acordo, reforma, morte, invalidez ou em qualquer outro caso de termo antecipado do mandato, por causa não imputável ao membro executivo do Conselho de Administração (nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, entre outras, na sequência de OPA ou outro facto alheio ao membro executivo do Conselho de Administração), caso em que a remuneração variável será devida *pro rata temporis*. Em particular, não será devido ao membro executivo do Conselho de Administração a atribuição de remuneração variável pelo exercício de funções no período que medeia o início do exercício e a data da assembleia geral eletiva (nos termos do disposto no número 4 do artigo 391.º do Código das Sociedades
- Comerciais), caso o membro executivo do Conselho de Administração não venha a ser reconduzido no cargo.
9. Em caso de cessação de funções dos membros executivos do Conselho de Administração antes do termo do mandato em virtude de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*, os últimos perderão o direito a receber todas as parcelas de remuneração variável atribuídas mas não pagas.
10. A remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração não deverá exceder 10%, em cada ano, dos resultados líquidos do exercício da Inapa.
11. Nos exercícios em que a Inapa não aufera resultados líquidos positivos, não haverá em qualquer caso lugar ao pagamento de remuneração variável aos membros executivos do Conselho de Administração.
12. Os membros executivos do Conselho de Administração não devem celebrar contratos ou outros instrumentos, quer com a Inapa quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade das suas remunerações.

Benefícios

Aos administradores executivos são também atribuídos os seguintes benefícios:

- a) seguro de vida, cujo valor é aferido em função do montante de remuneração base de cada um dos administradores executivos;

- b) automóvel, incluindo a manutenção, seguro e combustível do mesmo, cujo valor total varia entre os administradores executivos em função das responsabilidades assumidas;
- c) seguro de saúde e outros benefícios em linha com a política do Grupo.

V. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS EM VIGOR

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é remunerado nos termos e condições acordados no contrato de prestação de serviços celebrado entre este e a Inapa, de acordo com as práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório.

A indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços encontra-se detalhada no ponto 47 do presente capítulo.

VI. CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES DE PENSÃO COMPLEMENTAR OU DE REFORMA ANTECIPADA

Não existem regimes de pensão complementar ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos sociais da Inapa.

VII. DEFINIÇÃO, REVISÃO OU RENOVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A definição da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Inapa

é submetida à aprovação da Assembleia Geral da Inapa, por proposta da Comissão de Remunerações.

A revisão e aplicação da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Inapa será realizada nos termos dos seguintes princípios:

- a) a Comissão de Remunerações reúne-se, pelo menos, com periodicidade anual de forma a fazer o acompanhamento da situação da Inapa nas matérias relevantes para efeitos de determinação e de fixação da remuneração variável dos membros executivos e para análise de informação relevante que possa justificar a ponderação de ajustamentos à aplicação da Política de Remuneração, em matéria de *compliance*, gestão de riscos e recursos humanos;
- b) a definição e as eventuais propostas de revisão da Política de Remuneração assentam na articulação dos objetivos da Inapa, aferidos em função do seu plano estratégico em cada momento, nas conclusões de estudos de remuneração comparativos com sociedades cotadas nacionais e com pares setoriais estrangeiros e numa articulação de princípios com o plano remuneratório dos demais trabalhadores e colaboradores da Inapa;
- c) com periodicidade anual a Comissão de Remunerações apreciará as opiniões expressas pelos acionistas e pelos analistas sobre a Política de Remuneração;
- d) a Comissão de Remunerações contratará os consultores e apoios externos necessários

à produção dos estudos de remuneração comparativos e de melhores práticas de governo societário no âmbito das políticas de remuneração de administradores executivos, avaliando as condições de independência dos mesmos para a prestação dos serviços que lhes vierem a ser solicitados;

- e) de acordo com os termos do disposto no número 1 do artigo 26.º-B do Código dos Valores Mobiliários, a Comissão de Remunerações deverá em qualquer caso submeter à aprovação da assembleia geral uma proposta de revisão de Política de Remuneração pelo menos de 4 em 4 anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da Política de Remuneração vigente.

Sem prejuízo de propostas de revisão (extraordinárias), a Comissão de Remunerações deverá, pelo menos no termo de cada mandato, por ocasião da avaliação do cumprimento dos objetivos fixados para o mandato em causa, analisar especificamente, e decidir fundamentadamente, sobre a oportunidade de propor uma revisão da Política de Remuneração em qualquer das suas componentes de modo a assegurar, a todo o tempo e com a adequada agilidade, o cumprimento do objetivo da política remuneratória de retenção e de atração de talento para a Inapa.

Sempre que a Política de Remuneração for revista, serão descritas todas as alterações relevantes introduzidas e de que forma essas alterações refletem as votações e as opiniões expressas pelos acionistas sobre a política de remuneração, bem como os Relatórios

de Remunerações (incluído no Relatório de Governo e a preparar nos termos do disposto no artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários) emitidos sobre a referida política, desde a última votação sobre a mesma na assembleia geral.

A presente Política de Remuneração foi elaborada pela comissão de remunerações da Inapa eleita na Assembleia Geral realizada em 23 de maio de 2019 (“**Comissão de Remunerações**”).

A Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA aprovou a política de remunerações dos órgãos sociais ao abrigo do novo regime legal aprovado pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto na assembleia geral de 21 de maio de 2021.

Em 2022, a Comissão de Remunerações, considerou não existir necessidade de submeter à aprovação dos senhores acionistas uma nova política de remunerações da Inapa, nem, nesta fase rever a política vigente.

VIII. DERROGAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remunerações pode ser parcial e temporariamente derogada em circunstâncias excecionais que o exijam para servir os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da Inapa, ou para assegurar a sua viabilidade.

A Comissão de Remunerações poderá decidir derogar temporariamente a presente Política, no todo ou em parte, em circunstâncias incomuns, tais como:

- a) em caso de mudanças materiais na estrutura, organização, propriedade e negócios da organização (por exemplo, aquisição ou fusão), que podem exigir ajustes nas componentes de remuneração ou outros elementos para garantir a continuidade de negócios; e
- b) em quaisquer outras circunstâncias, desde que as alterações sejam necessárias para servir os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da organização ou para assegurar a sua viabilidade financeira.

Qualquer ação de derrogação da Política de Remuneração por parte da Comissão de Remunerações será divulgada no Relatório de Remunerações do ano em causa, incluído no Relatório de Governo e a preparar nos termos do disposto no artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

IX. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre títulos emitidos pela Sociedade aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

X. EXISTÊNCIA DE CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A INAPA E MEMBROS DOS SEUS ÓRGÃOS SOCIAIS; EXIGIBILIDADE OU INEXIGIBILIDADE DE PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO E CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DOS ADMINISTRADORES

Não existem contratos, de gestão ou de outra natureza, celebrados entre a Inapa e

os membros dos seus órgãos sociais que se encontrem em vigor.

Em particular:

- a) não se encontram previstas limitações contratuais para eventuais compensações a pagar aos administradores por destituição sem justa causa nem quaisquer mecanismos expressos para que seja exigível qualquer indemnização ou compensação, para além da legalmente devida;
- b) a Inapa não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

XI. CONTRATATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA

Na formulação da presente política de remunerações foram contratados pela Inapa serviços de consultadoria de forma a auxiliar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Tanto quanto é do conhecimento da Comissão de Remunerações, tais serviços são prestados com independência e os respetivos prestadores de serviços não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à Inapa ou a outras sociedades que com a última se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem

que a Comissão de Remunerações tenha a oportunidade de ser consultada e dar o seu parecer sobre a mesma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração não contempla qualquer remuneração variável.

Aos membros executivos a atribuição de remuneração variável tem por base grau de consecução de objetivos quantitativos e qualitativos que estão associados a indicadores de desempenho objetivos, simples, transparentes e (em relação aos objetivos quantitativos) mensuráveis, conforme delineado abaixo:

- 1) A remuneração variável é paga em numerário, tendo em conta os seguintes valores de referência (*Target*) e limites máximos:
 - i) Valor mínimo da remuneração variável atribuível – 13.6% da remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;
 - ii) *Target* da remuneração variável - 20% da remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;

- iii) Valor máximo da remuneração atribuível - 30% da remuneração fixa do respetivo membro executivo do Conselho de Administração;

- 2) Em concreto, a atribuição e o cálculo do montante da remuneração variável tem por base os resultados da avaliação do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, realizada com referência a todo o ano civil em causa, sendo determinada, considerando as seguintes componentes:

- i) Componente quantitativa – abrange a avaliação do desempenho da Inapa efetuada através de indicadores quantitativos, com um peso global de 80%;
- ii) Componente qualitativa – abrange a média ponderada da avaliação de competências do membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa, com um peso global de 20%.

O atingimento concreto dos objetivos quantitativos referidos deverá ser previamente validado e certificado por entidade externa independente em momento anterior.

A remuneração variável está sujeita, no todo ou em parte, a mecanismos de (a) redução da remuneração variável em momento anterior à sua atribuição (*malus*) e de (b) reversão por via da retenção de parte ou da totalidade da remuneração variável atribuída cujo pagamento de qualquer uma das suas parcelas ainda não tenha sido realizado (*claw back*),

sendo este último mecanismo de aplicação supletiva caso o mecanismo de redução se revele insuficiente, nas seguintes situações:

- i) o membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa participou direta e decisivamente ou foi responsável por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Inapa;
- ii) incumprimento grave ou fraudulento do código de conduta ou de normas internas da Inapa por parte do membro executivo do Conselho de Administração com impacto negativo significativo para a Inapa, ou situações que justifiquem justa causa de destituição do membro executivo do Conselho de Administração; e/ou
- iii) falsas declarações e/ou erros ou omissões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Inapa para os quais uma conduta objetiva do membro executivo do Conselho de Administração tenha contribuído decisivamente.

A estrutura de remuneração da comissão executiva descrita no ponto anterior prevê uma componente fixa e uma componente variável, que deverá alinhar-se com as práticas de mercado e assumindo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Prevê-se que a remuneração dos administradores executivos integre uma componente variável dependente de uma avaliação de desempenho com uma componente quantitativa e qualitativa, conforme descrito no ponto anterior.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Para cada Período de Avaliação da RVA, a RVA, caso seja devida, considera-se atribuída na data da aprovação da remuneração dos órgãos sociais da Inapa pela assembleia geral anual de acionistas da Inapa e é paga da seguinte forma: (a) 50% da RVA é pago no mês subsequente à data da reunião da assembleia geral anual de acionistas da Inapa, (b) sendo o pagamento dos restantes 50% da RVA diferido ao longo de cada um dos 3 anos subsequentes a contar da data do pagamento dos 50% da RVA iniciais (1/3 por ano).

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

O esquema remuneratório dos administradores executivos não contempla a atribuição de ações.

Nenhum dos administradores é titular de ações da Sociedade, nem nenhuma ação lhes foi atribuída pelo passado por força de esquemas de remuneração variável.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

O esquema remuneratório dos administradores executivos não contempla a atribuição de opções sobre títulos emitidos pela Sociedade.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prêmios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Para determinar a remuneração a atribuir aos administradores executivos, a Inapa rege-se pelos seguintes critérios:

- Simplicidade, clareza, transparência, e alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que esta se insere;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Prossecução da excelência na gestão, através de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à Sociedade a obtenção do equilíbrio e da sustentabilidade; e

- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

Forma como a Política de Remuneração contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade

No mercado em que a atividade da Inapa se insere, impõe-se como um dos principais fatores críticos de sucesso a capacidade de atrair, motivar e reter os melhores profissionais existentes.

A presente Política de Remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem como propósito promover o alinhamento continuado com os objetivos e estratégia de negócio de curto e longo prazo, assim como com as melhores práticas de mercado e, deste modo, contribuir para a sustentabilidade dos resultados da Inapa e alinhamento com o interesse dos acionistas, para a criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada e rigorosa.

A Política de Remuneração pretende assim constituir-se como um eficaz instrumento da boa governação societária, visando fornecer informação aos acionistas, proteger os seus interesses e conferir uma maior transparência em matéria de remuneração dos órgãos sociais.

Não estão definidos quaisquer outros benefícios, para além dos que estão previstos na política de remunerações:

- a) seguro de vida, cujo valor é aferido em função do montante de remuneração base de cada um dos administradores executivos;
- b) automóvel, incluindo a manutenção, combustível e seguro do mesmo, cujo valor total varia entre os administradores executivos em função das responsabilidades assumidas;
- c) seguro de saúde e outros benefícios em linha com a política do Grupo.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma em benefício dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.



IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

A remuneração média anual dos trabalhadores da Sociedade, em termos equivalentes a tempo inteiro da sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios apresenta-se na tabela "Remuneração média anual por trabalhador da Inapa - IPG".

	Inapa - IPG		Subsidiárias	
	Remuneração fixa em 2022	Remuneração variável em 2022	Remuneração fixa em 2022	Remuneração variável em 2022
Diogo Francisco Bastos Mendes Rezende	€ 350 000,00	€ 50 400,00 (*)	-	-
Frederico João de Moser Lupi	€ 259 000,00	€ 36 260,00 (*)	-	-
Inês Patrícia Arêde Simões Louro	€ 259 000,00	€ 36 260,00 (*)	-	-
Victor Maurílio Silva Barros	€ 70 500,00	-	-	-
Emília de Noronha Galvão Franco Frazão	€ 16 500,00	-	-	-
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	€ 16 500,00	-	-	-
João Miguel Pacheco Sales Luís	€ 10 500,00	-	-	-

(*) ½ DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ATRIBUÍDA PELA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES PELO DESEMPENHO DO EXERCÍCIO DE 2021. O REMANESCENTE FOI DIFERIDO PARA PAGAMENTO EM TRÊS PRESTAÇÕES ANUAIS, IGUAIS E SUCESSIVAS EM 2023, 2024 E 2025

Remuneração média anual por trabalhador da Inapa - IPG"

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Total de remunerações	€ 733 421,09	€ 599 799,20	€ 557 766,02	€ 598 823,77	€ 705 853,59	€ 3 195 663,67
Remuneração média anual por trabalhador	€ 73 958,43	€ 61 517,87	€ 62 262,25	€ 61 947,29	€ 70 585,36	€ 330 271,19
Remuneração média anual por trabalhador (2018-2022)						€ 66 054,24

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Não foram pagas quaisquer importâncias por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O esquema remuneratório aprovado em Assembleia Geral contempla, na sua componente quantitativa, indicadores que influenciam a geração de resultados do Grupo, não estando, no entanto, estabelecidos mecanismos de comparticipação nos resultados.

Convém ressaltar que o regulamento de remuneração dos órgãos sociais da Inapa (aprovado pela Comissão de Remunerações) não permite que tal remuneração variável exceda em cada ano o montante equivalente a 10% dos resultados líquidos do exercício da Inapa.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas a ex-administradores executivos nem se mostram devidas

indemnizações por força da cessação das suas funções durante o exercício findo.

Relativamente à remuneração variável, a política de remunerações estabelece que:

- Em caso de cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração, por qualquer causa (com exceção de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*), após o fim do período de avaliação da remuneração variável, mas antes do integral pagamento da respetiva remuneração variável, haverá lugar ao pagamento da remuneração variável por inteiro;
- O pagamento da remuneração variável correspondente ao exercício em que ocorra a cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração não será devido, salvo em situações de cessação por mútuo acordo, reforma, morte, invalidez ou em qualquer outro caso de termo antecipado do mandato, por causa não imputável ao membro executivo do Conselho de Administração (nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, entre outras, na sequência de OPA ou outro facto alheio ao membro executivo do Conselho de Administração), caso em que a remuneração variável será devida *pro rata temporis*. Em particular, não será devido ao membro executivo do Conselho de Administração a atribuição de remuneração variável pelo exercício de funções no período que medeia o início

do exercício e a data da assembleia geral eletiva (nos termos do disposto no número 4 do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais), caso o membro executivo do Conselho de Administração não venha a ser reconduzido no cargo.

Em caso de cessação de funções dos membros executivos do Conselho de Administração antes do termo do mandato em virtude de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*, os últimos perderão o direito a receber todas as parcelas de remuneração variável atribuídas mas não pagas.

A remuneração variável está sujeita, no todo ou em parte, a mecanismos de (a) redução da remuneração variável em momento anterior à sua atribuição (*malus*) e de (b) reversão por via da retenção de parte ou da totalidade da remuneração variável atribuída cujo pagamento de qualquer uma das suas parcelas ainda não tenha sido realizado (*claw back*), sendo este último mecanismo de aplicação supletiva caso o mecanismo de redução se revele insuficiente, nas seguintes situações:

- i) o membro executivo do Conselho de Administração da Inapa em causa participou direta e decisivamente ou foi responsável por uma atuação que resultou em perdas significativas para a Inapa;
- ii) incumprimento grave ou fraudulento do código de conduta ou de normas internas da Inapa por parte do membro executivo do

Conselho de Administração com impacto negativo significativo para a Inapa, ou situações que justifiquem justa causa de destituição do membro executivo do Conselho de Administração; e/ou

- iii) falsas declarações e/ou erros ou omissões materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Inapa para os quais uma conduta objetiva do membro executivo do Conselho de Administração tenha contribuído decisivamente.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A indicação da remuneração dos membros da Comissão de Auditoria encontra-se descrita no ponto 77.

Os membros da Comissão de Auditoria durante o exercício de 2022 foram:

- Victor Maurílio Silva Barros
- Emília de Noronha Galvão Franco Frazão
- Patrícia Isabel Sousa Caldinha

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, manteve-se inalterada no exercício em apreço, sendo do montante de € 5 000,00 (cinco mil euros) por cada assembleia a que presida.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Na política de remunerações adotada não se encontram previstas limitações contratuais para eventuais compensações a pagar aos administradores por destituição sem justa causa nem quaisquer mecanismos expressos para que seja exigível qualquer indenização ou compensação, sem prejuízo da legalmente devida. A Sociedade não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes que prevejam indenizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Relativamente à remuneração variável, a política de remunerações define que:

- Em caso de cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração, por qualquer causa (com exceção de destituição por justa causa ou por motivo da verificação de uma outra situação que dê lugar à aplicação dos mecanismos *malus* ou *claw back*), após o fim do período de avaliação da remuneração variável, mas antes do integral pagamento da respetiva remuneração variável, haverá lugar ao pagamento da remuneração variável por inteiro;

- O pagamento da remuneração variável correspondente ao exercício em que ocorra a cessação de funções do membro executivo do Conselho de Administração não será devido, salvo em situações de cessação por mútuo acordo, reforma, morte, invalidez ou em qualquer outro caso de termo antecipado do mandato, por causa não imputável ao membro executivo do Conselho de Administração (nomeadamente alteração do controlo da Sociedade, entre outras, na sequência de OPA ou outro facto alheio ao membro executivo do Conselho de Administração), caso em que a remuneração variável será devida *pro rata temporis*. Em particular, não será devido ao membro executivo do Conselho de Administração a atribuição de remuneração variável pelo exercício de funções no período que medeia o início do exercício e a data da assembleia geral eletiva (nos termos do disposto no número 4 do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais), caso o membro executivo do Conselho de Administração não venha a ser reconduzido no cargo.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, que prevejam indenizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

A Sociedade não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de

administração e/ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art.º 245.º-A, n.º 1, al. e)).

A Sociedade não tem qualquer plano de atribuição de ações ou opções sobre ações aos seus órgãos sociais ou colaboradores e não estão previstos quaisquer mecanismos de controlo num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

E. Transações com Partes Relacionadas

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Na reunião de 23 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração de Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA aprovou, com o parecer prévio da Comissão de Auditoria, o regulamento sobre transações da sociedade com partes relacionadas.

Por entidades relacionadas, para efeitos do aludido regulamento, entendem-se as como tal consideradas nas normas internacionais adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1 606/2002, do

Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e designadamente:

- a) As entidades que direta ou indiretamente controlarem, forem controladas ou estiverem sob controlo comum da sociedade;
- b) As entidades que tiverem um interesse na sociedade que lhe confira influência significativa sobre a mesma ou sobre ela tiverem um controlo conjunto;
- c) As associadas ou empreendimento conjunto em que a entidade seja um empreendedor;
- d) Os elementos chave da gestão da sociedade ou as pessoas com eles estreitamente relacionadas, sendo considerados como tal:
 - Os membros dos órgãos de administração da Sociedade e os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, detêm, direta ou indiretamente, autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo das atividades da entidade;
 - O cônjuge do elemento chave de gestão ou pessoa que com ele viva em união de facto, descendentes a seu cargo e outros dependentes;
 - Qualquer entidade que seja direta ou indiretamente dominada pelo elemento chave de gestão, constituída em seu benefício ou de que este seja também elemento chave de gestão.

- e) A entidade sobre a qual um elemento chave de gestão ou pessoa com ele estreitamente relacionada exerça o controlo, um controlo conjunto ou influência significativa ou sobre a qual estes possuam, direta ou indiretamente, um significativo poder de voto;
- f) A entidade que for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da sociedade ou de sociedade em relação de domínio ou de grupo.

Por tal regulamento estabeleceu-se que carecem de aprovação em Conselho de Administração, sob parecer prévio da Comissão de Auditoria, as transações entre a Sociedade e/ou suas subsidiárias com partes relacionadas que não sejam realizadas no âmbito corrente da atividade da Sociedade e em condições de mercado, as transações de relevância significativa bem como aquelas que pela conjugação da sua natureza, montante e/ou condições de realização possam suscitar particular relevância em termos de transparência e ou conflitos de interesses.

Atenta a realidade concreta da sociedade e suas subsidiárias foram fixados os seguintes níveis de materialidade, para transações isoladamente ou em conjunto com outras transações com a mesma parte relacionada no decurso do mesmo exercício económico, a partir dos quais as transações são considerados como de relevância significativa, que delimitam a delegação de competências da Comissão Executiva:

Tipo de transação	Limite
Compra e venda de bens e serviços	750 000€
Aplicações e investimentos financeiros	5 000 000€
Empréstimos e outros financiamentos, com exclusão das meras renovações	10 000 000€
Outras transações	500 000€

Todas as demais transações com partes relacionadas são obrigatoriamente notificadas à Comissão de Auditoria até ao termo do mês subsequente ao final de cada trimestre, para confirmação de que as mesmas foram realizadas no âmbito da atividade em condições de mercado.

No regulamento em causa estabelece-se que na apreciação das transações com partes relacionadas deverá ficar assegurada a respetiva razoabilidade e transparência, designadamente no que respeita à prossecução dos interesses da sociedade e das suas subsidiárias, tendo em conta as condições normais em que tais transações são praticadas em mercado e que das mesmas não decorra, direta ou indiretamente, um tratamento mais favorável do que o suscetível de ser obtido por terceiro em igualdade de circunstâncias.

O regulamento prevê ainda que transações entre a Sociedade e/ou suas subsidiárias com partes relacionadas que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado e cujo valor individual ou agregado no mesmo exercício

relativamente à mesma parte relacionada seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, de acordo com as suas contas auditadas mais recentes, devem ser divulgadas publicamente, o mais tardar no momento em forem realizadas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Não houve operações com entidades relacionadas que carecessem de controlo específico pela Comissão de Auditoria, tendo no entanto sido analisadas trimestralmente as transações no âmbito da atividade corrente da Sociedade e em condições de mercado.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os procedimentos e critérios estão descritos no ponto 89.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se descrita na nota 33 às demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

III. OUTROS ELEMENTOS

93. Meios para prevenção e gestão de conflitos de interesse.

O Código de Conduta atualmente em vigor abrange todos os colaboradores e administradores do Grupo Inapa (incluindo os membros do Conselho de Administração da Sociedade).

O Código de Conduta indica que existe um conflito de interesses quando as suas atividades pessoais interferem, ou parecem interferir, com o seu discernimento em atuar no melhor interesse da Inapa.

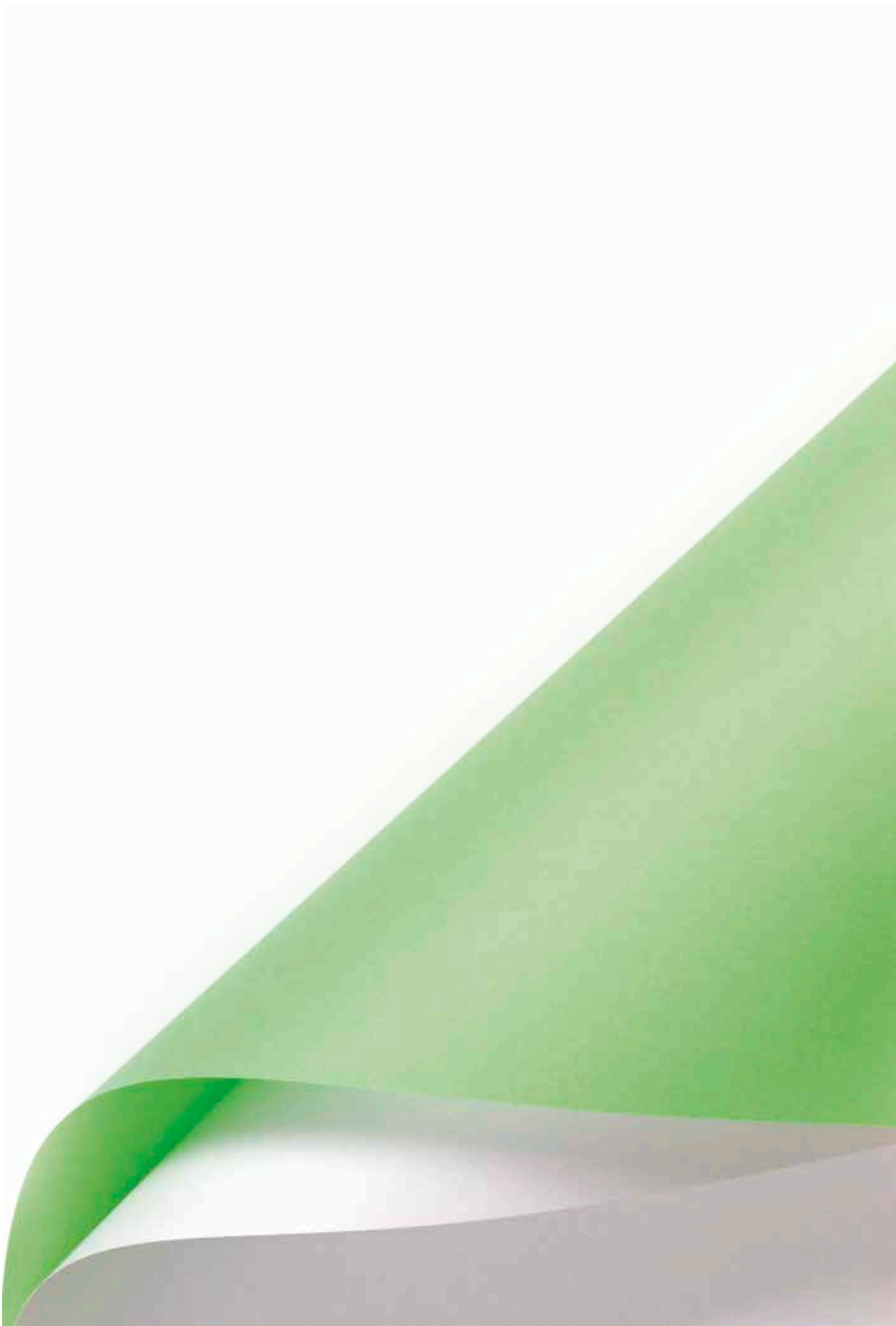
Define-se que colaboradores e administradores se devem abster de fazer negócio com membros de família ou com outros com quem tenham relações afetivas relevantes.

Não devem utilizar a sua posição na Inapa para obter tratamento especial para si, a sua família ou alguém com significado relevante para si. Aplica-se à compra de produtos, vendas, investimentos, contratação ou seleção de empreiteiros ou fornecedores ou quaisquer outras relações de negócio.

Todas as atividades profissionais externas, remuneradas ou não, têm que ser comunicadas e não podem levantar conflitos de interesses com a Inapa. Não podem ser utilizados quaisquer ativos da empresa durante o exercício de qualquer atividade profissional externa.

Caso algum administrador se encontre numa situação de possível conflito de interesses, deve comunicá-la ao Presidente do Conselho de Administração, ou caso o potencial conflito incida sobre este, ao Presidente da Comissão de Auditoria, e excluir-se do processo de tomada de decisão.

Está ainda previsto que nenhum colaborador, gerente ou administrador deve participar na tomada de decisão relacionada com uma empresa onde possa ter um interesse financeiro direto ou indireto. Por fim, o Código de Conduta estabelece ainda que não devem ser aceites presentes, refeições, entretenimentos ou qualquer favor, de fornecedores, prestadores de serviços ou clientes que possam comprometer, ou aparentem comprometer, o seu discernimento ao tomar decisões objetivas no melhor interesse da Inapa.



Parte II

Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado.

A avaliação do governo societário foi efetuada de harmonia com as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCCG (2018) revisto em 2020.

O texto integral dos relatórios referentes ao governo desta sociedade, encontram-se permanentemente disponíveis:

- Na sede na sociedade, sita na Rua Braamcamp, n.º40 – 9.º direito, em Lisboa;
- No *website* institucional da sociedade: www.inapa.pt;
- No *website* institucional da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários: www.inapa.pt.

A sociedade entende chamar a atenção para que o presente relatório estará acessível, em

qualquer dos locais indicados em formato autónomo e como anexo ao seu relatório de gestão, dele fazendo parte integrante.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado.

A estrutura seguida na avaliação do governo societário segue o modelo preconizado no Código de Governo das Sociedades do IPCCG (2018) revisto em 2020.

Para cada uma das recomendações é declarada a sua adesão ou não, sendo apresentada uma explicação através das remissões para os artigos da Parte I – informação obrigatória sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade e complementado, para os casos de não seguimento, seguimento parcial ou quando a recomendação foi considerada não aplicável, por outras informações apresentadas no seguimento da tabela, no ponto 3 – Outras Informações.



Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Capítulo I – Parte Geral		
Princípio geral:		
O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
Princípio:		
As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.		
Recomendações:		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Sim	22 34 56 a 65
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
Princípio:		
I.2.A. As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.		
I.2.B. As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.		
I.2.C. As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.		
Recomendações:		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Não	15 a 19 26
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da internet da Sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.	Sim	15 a 19 21 22 23 27 34

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
1.2.3. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	22 23 35 61
1.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Sim	49
1.3. Relação entre órgãos da sociedade		
Princípio:		
Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.		
Recomendações:		
1.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Sim	15 21
1.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Sim	15 21
1.4. Conflitos de interesses		
Princípio:		
Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.		
Recomendações:		
1.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Sim	93
1.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Sim	93

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
I.5. Transações com partes relacionadas		
Princípio:		
Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.		
Recomendações:		
I.5.1. O órgão de administração deve divulgar no relatório de governos ou outra via publicamente disponível o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Sim	38 89 a 91
I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Não aplicável	89 a 91
Capítulo II – Acionistas e Assembleia Geral		
Princípios:		
II.A. O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social.		
II.B. A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.		
II.C. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância na Assembleia.		
Recomendações:		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Sim	1 12 13
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância em termos proporcionais à sua dimensão.	Sim	12
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito do voto à distância incluindo por correspondência e por via eletrônica.	Sim	12
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	5 13

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão
		Parte I
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Sim	16
		69
		80
		83
		84

Capítulo III – Administração não Executiva e Fiscalização

Princípios:

III.A. Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.

III.B. A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade.

Recomendações:

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (*lead independent director*) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

Sim 18

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.

Sim 17
18
27
31

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

Sim 18

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p>ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Sim	18 20 32
<p>III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4. não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).</p>	Não aplicável	18
<p>III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.</p>	Não	21 38 54
<p>III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo art.º 399.º do Código das Sociedades Comerciais e de tal não ser proibido por lei esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.</p>	Não	24 27 29 66

Capítulo IV – Administração Executiva

Princípios:

IV.A. Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.B. Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderadas, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Sim	28 93
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Sim	21 28
IV.3. No relatório anual o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Sim	21 50 52 a 55 89

Capítulo V – Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

V.1. Avaliação Anual de Desempenho

Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

Recomendações:

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Não aplicável	18 24 25 27 38
---	---------------	----------------------------

V.2. Remunerações

Princípio:

V.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

V.2.B. Os administradores devem receber uma remuneração:

- (i) Que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- (ii) Que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- (iii) Que premeie o desempenho.

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
Recomendações:		
V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do art.º 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Sim	66 a 68
V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à Assembleia Geral sob proposta daquela comissão.	Sim	66 a 68
V.2.3. Para cada mandato a Comissão de Remunerações ou a Assembleia Geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Não	69 a 81 83 a 86
V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na Assembleia Geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Sim	69 80
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Sim	67 69
V.2.6. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Sim	69
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Sim	69 70
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Sim	69 a 72
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	74
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	69

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
V.3. Nomeações		
Princípio:		
Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar.		
Recomendações:		
V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Não	19
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não aplicável	27
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não aplicável	27
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não aplicável	27
Capítulo VI – Controlo Interno		
Princípio:		
Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.		
Recomendações:		
VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Sim	21 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Sim	21 50 54 55
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco, <i>compliance</i> e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	50 a 55
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	21 50 a 55

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Sim	21 49
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Sim	50 a 55
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Sim	21 54 55
Capítulo VII – Informação Financeira		
VII.1. Informação Financeira		
Princípios:		
VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna.		
VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.		
Recomendações:		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Sim	21 38
VII.2. Revisão legal de contas e fiscalização		
Princípio:		
Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o Revisor Oficial de Contas, e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.		
Recomendações:		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Sim	21 37 38 41 44 a 47

(cont.)

Princípio / Recomendação	Adesão	Remissão Parte I
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do Revisor Oficial de Contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Sim	21
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	21 38 45

3. Esclarecimentos adicionais nas recomendações em que não houve adesão, houve adesão parcial ou foi considerada não aplicável

I.2.1. – A Sociedade não estabeleceu critérios e requisitos ao perfil dos membros dos órgãos societários, porquanto os processos de seleção passados acautelaram devidamente atributos como a competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência.

A igualdade de géneros, no mandato em curso, teve como norma enquadradora o regime legal da paridade de géneros, tendo sido cumprido integralmente nos órgãos societários, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria.

I.3.1. – A sociedade através dos regulamentos do Conselho de Administração e Comissão de Auditoria, estabelece mecanismos para o cumprimento da recomendação.

I.3.2. – A sociedade através dos regulamentos do Conselho de Administração e Comissão de Auditoria, estabelece mecanismos para o cumprimento da recomendação.

I.5.2. – Entende-se a recomendação como não aplicável porquanto cabe ao próprio órgão de fiscalização a verificação periódica das transações com partes relacionadas de harmonia com o disposto no artigo n.º29-S, n.º 1 do CMV aditado pela Lei 50/2020 de 25 de agosto.

III.6. – Os administradores não executivos quem compõem a Comissão de Auditoria pronunciam-se no âmbito do Conselho de Administração sobre as linhas estratégicas e política de risco.

III.7. – A Sociedade no seu modelo de governo, tem instituída uma comissão de remunerações eleita pela Assembleia Geral e independente do Conselho de Administração. No entanto, atendendo à reduzida dimensão da sociedade, aferida à luz do disposto no n.º 2 do Art.º 413.º do CSC, e às funções desempenhadas pela Comissão de Auditoria, a sociedade entende não se justificar a constituição de comissões especializadas.

IV.1. – Não existe um regulamento interno que defina o regime de atuação dos

executivos ou as funções executivas fora do grupo, no entanto o Código de Conduta prevê que todas as atividades profissionais externas, remuneradas ou não, têm que ser comunicadas e não podem levantar conflitos de interesses com a Inapa.

V.1.1. – Considera-se não aplicável o dever por parte do Órgão de administração de avaliar o desempenho das suas comissões, já que são inexistentes.

V.2.3. – Não estão previstos quaisquer mecanismos expressos para que seja exigível qualquer indemnização ou compensação, para além da legalmente devida. A Inapa não tem em vigor acordos celebrados com membros do seu órgão de administração e/ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão com justa causa, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. A política de remunerações, no ponto IV, estabelece as situações em que os administradores executivos poderão ou não ter direito a remuneração variável relativo ao ano em curso quando ocorre a cessação. Dado não existirem quaisquer acordos e estarem previstos mecanismos para a remuneração variável, a Sociedade entende que o previsto na lei se adequa às situações de cessação de funções.

V.3.1. – As propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais submetidas para aprovação da Assembleia Geral são acompanhadas com um descritivo onde constam as habilitações académicas e experiência profissional de cada membro. O descritivo não é acompanhado de uma

fundamentação a respeito de cada perfil. A Sociedade não tem um regulamento próprio que exija a definição dos perfis dado ter sempre havido uma adequação de perfis propostos às funções a desempenhar em cada perfil do Conselho de Administração.

V.3.2. – Atendendo à reduzida dimensão da sociedade, aferida à luz do disposto no n.º 2 do Art.º 413.º do CSC, e ao limitado número de membros do Conselho de Administração (sete) não se justifica a constituição da comissão de nomeações.

V.3.3. – A sociedade não tem Comissão de Nomeações.

V.3.4. – A sociedade não tem Comissão de Nomeações.

VI.1. – O Conselho de Administração faz anualmente uma aferição da adequação das medidas de mitigação de riscos presentes na Sociedade, definindo em conjunto um programa de trabalhos que acompanhe a manutenção da adequabilidade das medidas em curso e permite fazer ajustamentos sempre que tal se justifique.

V.2.9. - Não aplicável, porquanto o esquema remuneratório dos administradores executivos não contempla a atribuição de opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações da sociedade.

Modelo de Relatório
para divulgação
de Informação
Não Financeira

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

REFERÊNCIAS

A. INTRODUÇÃO

- | | |
|--|----------------------------|
| 1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada. | RA Cap. 5 |
| 2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram. | RA Cap. 5
(5.3 a 5.7) |

B. MODELO EMPRESARIAL

- | | |
|---|-------------------------------|
| Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade / Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais). | RC Cap. 1
(Pág. 14 a 63) |
|---|-------------------------------|

C. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

- | | |
|--|--------------------------------|
| 1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação. | |
| 2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade. | RC Cap. 1
(Pág. 42 a 56) |
| 3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão / acompanhamento dos riscos. | RC Cap. 4
(Notas 11 a 55) |
| 4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser. | |
| 5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte. | |

D. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS

- | | |
|--|-------------------|
| Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (<i>due diligence</i>), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior. | RA Cap. 5,6 e 7 |
|--|-------------------|

i. Políticas Ambientais

- | | |
|---|---------------------------------|
| 1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização. | RA Cap. 5 e 6 |
| 2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos. | RA Cap. 5 e 6 |
| 3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: | |
| <ul style="list-style-type: none"> i) Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis. | RA Cap. 6
(6.2, 6.3 e 6.4) |

(cont.)

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

REFERÊNCIAS

ii) Poluição e alterações climáticas: indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.

RA | Cap. 6
(6.6)

iii) Economia circular e gestão de resíduos: medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos.

RA | 6
(6.1, 6.2, 6.6 e 6.7)

iv) Proteção da biodiversidade: impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.

RA | Cap. 6
(6.5)

ii. Políticas Sociais e Fiscais

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

RA | Cap. 5 e 7

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

RA | Cap. 5 e 7

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

i) Compromisso da empresa com a comunidade: o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio.

RA | Cap. 7
(7.4 e 7.5)

ii) Subcontratação e fornecedores: a inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade de género e ambientais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de *governance*; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma referência ao facto de os fornecedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade.

RA | Cap. 5
RA | Cap. 6
(6.1, 6.2 e 6.6)

iii) Consumidores: medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução, nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.

RA | Cap. 5 e 6

iv) Investimento responsável: se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de *green bonds* ou de *SDG-linked bonds*.

Não aplicável

v) Stakeholders: informação quanto a eventuais formas de auscultação dos *stakeholders*.

RC | Cap.4
(Notas 49; 56 a 64)
RA | Cap.5
(5.6)

vi) Informação fiscal: informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado.

RC | Cap. 2
(Pág. 76 e 82)

(cont.)

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

REFERÊNCIAS

iii. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	RA Cap. 7
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	RA Cap. 7
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
<p>i) Emprego: número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência).</p>	RA Cap.7 (7.1)
<p>ii) Organização do trabalho: organização do tempo de trabalho, incluindo medidas destinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar.</p>	RA Cap.7 (7.1, 7.2 e 7.3)
<p>iii) Saúde e segurança: condições de saúde e segurança no trabalho e número de acidentes de trabalho.</p>	RA Cap. 7 (7.3)
<p>iv) Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.</p>	RA Cap.7 (7.1)
<p>v) Formação: as políticas aplicadas no domínio da formação e o tipo de formações (p. ex., se a Sociedade ministra aos seus colaboradores formação sobre matérias ligadas à avaliação do desempenho da empresa em matérias “não financeiras” (p. ex. de proteção da privacidade / RGPD, combate ao branqueamento de capitais / AML, Direitos Humanos na cadeia de valor, etc.); o rácio entre as horas de formação e o número de trabalhadores.</p>	RA Cap. 7 (7.2)
<p>vi) Igualdade: medidas / políticas adotadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros; planos de igualdade; número de despedimentos por género; protocolos contra o assédio sexual e o assédio com base no género; políticas para a integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência; políticas contra todos os tipos de discriminação e, se for caso disso, gestão da diversidade.</p>	RA Cap. 7 (7.1)

(cont.)

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS**REFERÊNCIAS****iv. Direitos Humanos**


1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização	RA Cap. 5 e Cap. 7 (7.4)
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos	Não aplicável
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: i) Procedimentos de diligência devida aplicados em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços.	RA Cap. 5 (5.3) RA Cap. 6 (6.1 e 6.2)
ii) Medidas de prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil.	Não aplicável
iii) Processos judiciais por violação dos direitos humanos.	Não aplicável

v. Combate à corrupção e às tentativas de suborno

1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de <i>compliance</i> indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	RA Cap. 5 (5.1 a 5.3)
2. Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime): informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.	RA Cap. 5 (5.1 a 5.3)
3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	RC Cap. 1 (Pág. 57 a 59) RA Cap. 5 (5.3 a 5.5)
4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	RA Cap. 5 (5.3 a 5.5)

PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS	REFERÊNCIAS
1. Identificação de <i>Standards</i> / diretrizes seguidos no reporte de Informação Não Financeira	RA Cap. 5. (5.5 a 5.7)
2. Identificação do âmbito e metodologia do cálculo dos indicadores	RA Cap. 6, 7 e 8
Índice de GRI	RA Informação Adicional
Taxonomia (UE)	RA Informação Adicional
3. Explicação em caso de não aplicação de políticas	Não aplicável
4. Outras informações	

Glossário:**RA:** Relatório Anual 2022 ***RC:** Relatório & Contas 2022*



Apostando numa estratégia focada na sustentabilidade, este relatório é totalmente impresso em papéis amigos do ambiente e impresso com tintas ecosolventes.

O verniz e a estampagem são 100% digital, altamente sustentável.

As boas práticas ambientais e de sustentabilidade promovem este método que reduz os desperdícios.

Separador impresso em Munken Pure 250g e cadernos impressos em Munken Pure 130g.

ESTRATÉGIA & SUSTENTABILIDADE



Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Os desafios de sustentabilidade que enfrentamos são pilar determinante na nossa estratégia e definição de criação de valor. Por isso, desenvolvemos a nossa atividade em torno de princípios de sustentabilidade, procurando impactar positivamente o nosso ecossistema – ambiente, comunidades, colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas, entre outros.

Procuramos contribuir ativamente para o bem-estar e desenvolvimento dos nossos colaboradores, respetivas famílias e comunidades onde nos inserimos, tendo reforçado o esforço em programas de formação dos colaboradores e apoiado iniciativas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades locais e de gestão de crises mais abrangentes (por exemplo com campanhas de angariação de donativos para dar apoio, através da Unicef, às vítimas do conflito na Ucrânia).

Adotamos em todas as áreas de negócio e geografias, uma abordagem responsável e preventiva relativamente aos desafios, assumindo um papel (direto ou indireto) na conservação das florestas e das espécies dependentes delas, no uso responsável de recursos naturais como a água, e na redução dos efeitos de estufa.

Prosseguimos com o investimento em práticas e estruturas eficientes, como por exemplo no aumento de utilização e geração de energia renovável e no uso de veículos de menor consumo ou movidos a energia elétrica ou híbrida. Aumentámos o nível de monitorização da nossa cadeia de aprovisionamento, com vista a promover a transparência e práticas de sustentabilidade ao longo da cadeia valor.

O ano de 2022 foi, apesar do contexto altamente desafiante, um período de

Improve your work
Improve your life
Improve the world

progresso na nossa abordagem aos temas da sustentabilidade, tendo alcançado resultados relevantes.

De um ponto de vista ambiental destaque que aumentámos o peso da venda de papéis ecológicos para 78% (face a 69% em 2021). Paralelamente, reduzimos o consumo de energia em 15% e de água em 2%. Reduzimos as emissões diretas em 14% (GEE, Âmbito 1 e Âmbito 2), bem como a produção de resíduos em 24%.

De um ponto de vista social e de governança, foi também registado progresso significativo. Reduzimos em mais de 20% a taxa de incidência de acidentes de trabalho e aumentámos as horas de formação aos nossos colaboradores em 44% face a 2021.

O esforço realizado permitiu-nos atingir uma parte substancial das metas a que nos propusemos para 2019-2022 em relação aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Decidimos assim reforçar a abrangência de objetivos e contributo para a agenda das Nações Unidas. Para isso, foram definidas novas metas para os ODS para 2023-24 estabelecendo-se 8 áreas prioritárias (face a 5 em 2019-2022).

Deixo o nosso agradecimento aos nossos colaboradores e stakeholders que nos têm acompanhado nesta estratégia, solicitando também que nos continuem a apoiar e a contribuir para um objetivo comum: melhorar o mundo.

#BeAnImprover

Diogo Rezende
CEO GRUPO INAPA

Estratégia e Sustentabilidade

A responsabilidade e a boa cidadania são imprescindíveis nos negócios do Grupo.

Com uma abordagem abrangente em todas as fases das suas operações desde a compra à entrega, a Inapa esforça-se por apresentar um desempenho transparente no que se refere à sustentabilidade, alinhada com os sistemas de referência nesta área, para que clientes e *stakeholders* conheçam as metas que a empresa se propõe a alcançar.

Atuando como elo de ligação entre produtores e clientes, a Inapa considera-se particularmente responsável pelo caminho que é realizado em benefício da sustentabilidade. Nas suas funções quer de comprador, quer de vendedor, as empresas do Grupo promovem as boas práticas ambientais e sociais, incentivando produtores e compradores a produzir e a utilizar produtos sustentáveis, garantindo assim o cumprimento de princípios sustentáveis na cadeia de abastecimento.

Na distribuição, as operações contribuem para o cumprimento de princípios sustentáveis, através de soluções e serviços mais ecológicos que lhes permitem minimizar a sua pegada de carbono.



3

Aprovisionamento

Assegurar a sustentabilidade na cadeia de abastecimento.

As nossas empresas regem-se por princípios de ética, integridade e conformidade.

O Código de Conduta do Grupo Inapa é um instrumento que deve ser seguido não só pelos seus colaboradores, mas também pelos seus fornecedores, de quem a Inapa espera os mesmos princípios – integridade, ética e respeito pela Lei.

CONSULTE AQUI O CÓDIGO
DE CONDUTA DA INAPA:



OS NOSSOS VALORES
MOLDAM
O NOSSO FUTURO

Uma relação comercial transparente e socialmente responsável é baseada em compromissos entre ambas as partes.

Para os seus fornecedores, parceiros e prestadores de serviços, a Inapa Deutschland definiu uma série de regras básicas específicas no **Código de Conduta do Fornecedor** que garantem que os produtos e serviços fornecidos estão em linha com os princípios básicos declarados no Código de Conduta da Inapa, com a política ambiental e de sustentabilidade do Grupo e com a política de produtos.

A seleção de fornecedores é crítica para o nosso desempenho ambiental e para a nossa responsabilidade social.

Desde a sua introdução, foram muitos os fornecedores que aceitaram formalmente o nosso código de conduta empresarial.

A fim de desenvolver uniformemente as avaliações dos fornecedores em relação aos processos de registo de informações, planeamos fundir as diretrizes de compras nacionais numa política única para fornecedores.

No âmbito da expansão consistente das áreas de negócio de Embalagem e de Comunicação Visual, os requisitos para a gestão do risco estão também a aumentar, como resultado do crescimento significativo da carteira de fornecedores, especialmente fora do mercado europeu.

Código de Conduta dos fornecedores do Grupo Inapa

AMBIENTE

- Observar padrões ambientais legais relevantes;
- Minimizar e manter a sua poluição ambiental tão pequena quanto possível;
- Ter implementado um sistema de gestão ambiental que visa a melhoria contínua, de preferência sob a certificação ISO 14001 ou EMAS;
- Entregar exclusivamente produtos à Inapa que cumpram todos os requisitos legais aplicáveis;
- Mostrar evidências da origem das fibras a serem de fontes legais e não controversas.

TRABALHO

- Cumprir os requisitos das normas da Organização Internacional do Trabalho;
- Abolir o trabalho opressivo;
- Abolir a discriminação;
- Respeitar o direito de organização e negociação coletiva;
- Praticar a igualdade de remuneração por trabalho igual;
- Eliminar proativamente o trabalho ilegal;
- Respeitar a saúde, a segurança e os direitos pessoais dos seus colaboradores.

SUBCONTRATADOS

- Assegurar e provar através de documentação apropriada que os seus subcontratados também cumprem as normas deste Código de Conduta;
- Comunicar qualquer comportamento de má conduta por parte dos colaboradores da Inapa;
- Resolver ativamente quaisquer casos suspeitos e cooperar incondicionalmente com a Inapa;
- Cooperar na resolução de violações ao Código de Conduta, caso não sejam cumpridas as obrigações.

CORRUPÇÃO

- Contrariar ativa e consistentemente a influência criminosa ou antiética nas decisões tomadas pela Inapa ou outras empresas e instituições;
- Combater a corrupção dentro das suas próprias empresas;
- Combater a fraude e tomar medidas contra cartéis ilegais.



Valorizamos as relações de parceria de longa data que mantemos com a maioria dos nossos fornecedores.

Em 2022, quase 97% dos produtos e serviços adquiridos pelo Grupo foram provenientes de países da União Europeia, mantendo o mesmo valor que no ano anterior.

A importância das compras dos fornecedores “Top 10” da Inapa aumentou em 2pp - de 92% para 94%. A percentagem de produtos vendidos pela Inapa provenientes de países onde o Grupo está presente manteve-se acima dos 55%, refletindo os esforços contínuos da Inapa para manter as vantagens ecológicas através de compras regionais com distâncias

mais curtas. A Inapa continua o seu caminho de abastecimento a partir de regiões tão próximas quanto possível dos seus centros locais, mantendo os elevados padrões de qualidade.

Este resultado tem em conta as contínuas reduções de capacidade na indústria e as constantes restrições de fornecimento nas qualidades relevantes para o comércio grossista. As relações de confiança de longa data com fornecedores locais foram um trunfo neste período.

Aprovisionamento do Grupo Inapa por regiões

	2019	2020	2021	2022	+/-
Países Inapa	60,4%	56,5%	55,4%	55,4%	0,0%
UE	34,3%	40,4%	41,3%	41,5%	0,2%
Ásia	2,9%	1,7%	1,3%	1,5%	0,2%
América do Norte	1,1%	0,9%	1,2%	0,7%	-0,5%
Outros	1,3%	0,6%	0,7%	1,0%	0,3%

TOP 10 Aprovisionamento por regiões

	2019	2020	2021	2022
Alemanha	17%	31%	22%	28%
França	21%	14%	19%	14%
Finlândia	14%	8%	5%	2%
Suécia	7%	8%	8%	10%
Itália	5%	7%	5%	3%
Portugal	10%	7%	7%	8%
Polónia	4%	7%	7%	9%
Áustria	5%	6%	6%	4%
Eslováquia	-	4%	7%	7%
Bélgica	7%	3%	4%	5%
Espanha	2%	-	2%	4%
Total	92%	94%	92%	94%

Monitorização da cadeia de abastecimento

A Monitorização da Cadeia de Abastecimento da Inapa é desenvolvida com base nos princípios de ESG (Environmental, Social e Governance).

O impacto da cadeia de abastecimento no ambiente e na sociedade, bem como o risco de rupturas de abastecimento, são motivo de grande preocupação para a Inapa. Determinadas componentes da indústria do papel enfrentam desafios específicos de sustentabilidade, tais como impactos negativos nas florestas e nos recursos hídricos ou violações dos direitos humanos na sua cadeia de abastecimento.

A maioria dos fornecedores da Inapa (representando mais de 80% do seu abastecimento) aborda estas questões através da implementação de programas de monitorização do desempenho ambiental, social e de governança (ESG) da sua cadeia de abastecimento. Estes programas incluem o mapeamento de toda a cadeia de abastecimento desde as matérias-primas aos produtos acabados, a avaliação do desempenho de ESG dos fornecedores, incluindo práticas laborais, impacto ambiental e governança, e a elaboração de reportes de progresso.

Ao desempenhar o papel de intermediário entre fabricantes e utilizadores, a Inapa

assegura que os produtos são fornecidos na quantidade certa, no momento certo e a um custo otimizado. A Inapa mantém relações estreitas com os fornecedores para identificar potenciais perturbações ou riscos na cadeia de abastecimento que possam impactar negativamente a sustentabilidade do processo de abastecimento dos nossos clientes.

Em 2022, a Inapa melhorou a monitorização da cadeia de abastecimento alargando a sua base de critérios de análise e aumentando de forma significativa o número de fornecedores monitorizados. Este processo recorre a diferentes metodologias ou instrumentos tais como declarações, respostas a inquéritos, provas através de certificados de terceiros e uma avaliação das respostas suportada por de um sistema de pontuação de risco.

ASPETOS MONITORIZADOS PELA INAPA

O impacto ambiental:

Os fornecedores devem demonstrar o seu empenho em reduzir a sua pegada ambiental, incluindo as emissões de gases com efeito de estufa, a utilização de água, bem como as práticas de gestão de resíduos e a utilização de fontes de energia renováveis.

Responsabilidade social:

Os fornecedores devem implementar práticas laborais justas, tais como

segurança e saúde dos trabalhadores, não discriminação, diversidade e inclusão. Devem manter relações transparentes com comunidades locais e povos indígenas cujas terras e recursos possam ser afetados pelas suas operações.

Práticas de governação:

Os fornecedores devem ter políticas claras sobre conduta ética, práticas anticorrupção e fornecimento responsável de materiais. Devem demonstrar transparência e responsabilidade através de práticas de informação e divulgação.

Gestão da cadeia de abastecimento:

Os fornecedores devem assegurar que os seus parceiros a montante da cadeia de abastecimento aderem a standards de ESG. Devem também estar envolvidos em esforços contínuos para monitorizar e gerir os riscos da cadeia de abastecimento relacionados com a sustentabilidade, ética e conformidade.

O envolvimento de uma base abrangente de fornecedores na monitorização ESG fomentará a mitigação do risco, melhores práticas ESG, proteção da reputação e responsabilidade social. Todos estes aspectos são críticos para o sucesso de um negócio.

A Inapa estabeleceu para si própria os objetivos relacionados com integração de 95% da sua cadeia de abastecimento no

processo de monitorização dos ESG até ao final de 2024. Este processo abrange parceiros de serviços de setores que são em princípio críticos para os ESG, tais como transportes e serviços de instalações.

A Inapa desenvolve procedimentos para responder às mais recentes ou próximas medidas legislativas sobre a monitorização da cadeia de abastecimento dos ESG, tais como a nova Lieferkettensorgfaltspflichtgesetz alemã (Supply Chain Due Diligence Act; aplicável a partir de 2023) bem como a diretiva de *Due Diligence* da UE (planeada para 2026) que visam garantir que as empresas assumem a responsabilidade pelas suas cadeias de abastecimento e o impacto que as suas operações têm nos direitos humanos, no ambiente e nas questões sociais. A Inapa adaptará o programa de monitorização ESG do Grupo até 2024, de forma a que, antes dos prazos aplicáveis, tenha capacidade para disponibilizar, perante os seus Clientes não só na Alemanha mas também em outros países, as evidências associadas com estas medidas.

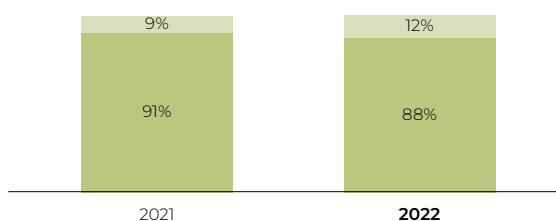
Neste sentido, a Inapa realizará medidas de *Due Diligence* para identificar e abordar quaisquer riscos potenciais nas suas cadeias de abastecimento em conformidade com os novos requisitos legais, incluindo a avaliação dos fornecedores sobre práticas ambientais, condições laborais, e outras considerações éticas.

Em 2022, a o número de fornecedores e locais de produção monitorizados evoluiu de forma significativa de 64 para 90 fornecedores. No entanto, observou-se uma ligeira redução dos volumes de compra associados ao processo de monitorização. Esta evolução relaciona-se com o declínio significativo dos volumes fornecidos à Inapa por parte de fábricas de papel europeias, motivado por perturbações

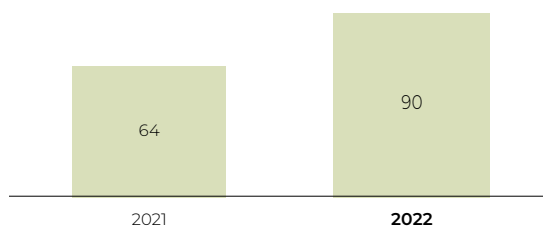
derivadas da crise energética e conflito na Ucrânia.

Assinale-se que a gestão de aquisições conseguiu compensar parcialmente interrupções de abastecimento, por aquisições a outros fabricantes, que foram recentemente integrados na monitorização da cadeia de abastecimento do Grupo ESG.

Volumes de compras monitorizados



Fornecedores monitorizados



- OUTROS
- MONITORIZADOS



Tabela de Classificação RSC de Fornecedores Inapa

País	Categoria	A	B+	B	C	D	E
Filândia	Papel, Cartão	12		1			
Suécia	Papel, Cartão	6		2	2		
Suiça	Papel, Cartão				1		
Países Baixos	Papel, Cartão	1					
Alemanha	Papel, Cartão	9	1		1		
Canadá	Papel, Cartão			1			
Bélgica	Papel, Cartão	1	1				
França	Papel, Cartão		2		1		
Áustria	Papel, Cartão	2	1		1		
Coreia do Sul	Papel, Cartão		1				
Portugal	Papel, Cartão			2			
Espanha	Papel, Cartão		5				
Itália	Papel, Cartão		3	5			
Eslovénia	Papel, Cartão						1
Polónia	Papel, Cartão	1	2				
Eslováquia	Papel, Cartão		1				
Croácia	Embalagem				1		
	Papel, Cartão		1		1	1	2
China	Viscom			1	1		
	Graphic supplies						1
Hungria	Papel, Cartão						1
Brasil	Papel, Cartão			1			
Rússia	Papel, Cartão			1			
Sérvia	Embalagem					1	
Tailândia	Papel, Cartão				1		
Turquia	Embalagem				1		1
	Papel, Cartão			1	2	1	2
Indonésia	Papel, Cartão		1				
Total		32	19	15	13	3	8
Total 2021		26	11	16	4	1	6
+/- 2022/2021		23%	73%	-6%	225%	200%	33%

A_ Excelente, gestão eficiente de RSC, amplamente documentado, auditado de acordo com padrões de confiança reconhecidos.

B_ Acima da média, gestão avançada de RSC, predominantemente documentado, auditado na sua maioria de acordo com padrões reconhecidos.

C_ Moderado, gestão de RSC com lacunas identificáveis, insuficientemente documentado, apenas uma parte auditada ou certificada.

D_ Abaixo da média, a gestão de RSC não cumpre, na sua maioria, os requisitos, a documentação é muito incompleta, não há uma análise independente, não há certificados.

E_ Duvidoso, nenhuma gestão de RSC, documentação inexistente ou incompleta, nenhuma verificação por terceiros, nenhum certificado.

Monitorização: o que é avaliado?

GESTÃO DA QUALIDADE

A empresa tem um sistema de gestão de qualidade em vigor?

O SGQ é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo ISO 9001 ou equivalente?

GESTÃO AMBIENTAL

A empresa tem um sistema de gestão destinado a melhorar o desempenho ambiental?

O SGA é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo, ISO 14001, EMAS ou equivalente?

A empresa dispõe de um sistema de gestão de energia?

Este sistema é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, p. ex. ISO 50001 ou equivalente?

A empresa tem uma política escrita sobre aprovisionamento sustentável?

Foi introduzido um sistema de gestão de aprovisionamento sustentável?

Esta certificação é feita por uma organização independente, de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo, ISO 20400 ou equivalente?

A empresa tem certificados de uma organização independente sobre a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento, como a EcoVadis ou similar?

CONTROLO DE FIBRA DE MADEIRA

A empresa tem uma política bem documentada para excluir da transformação material de fibra de madeira ilegal ou prejudicial para o ambiente ou socialmente?

Foi implementado um sistema de diligência adequado de acordo com o EUTR?

Esse sistema é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente aceites, por exemplo, FSC®, PEFC ou equivalente?

COMPLIANCE

A empresa tem uma política de cumprimento escrita que tenha sido formalmente aprovada pela direção da empresa?

Foi introduzido um sistema de gestão de *compliance*? É certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo, ISO 19600 ou equivalente?

A empresa tem um compromisso formal anticorrupção e uma política anticorrupção aprovada pela direção?

Esse sistema é certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo, ISO 37001 ou equivalente?

GESTÃO DO TRABALHO

A empresa tem um compromisso formal com o cumprimento das normas fundamentais da OIT e uma política documentada de saúde e segurança? Foi introduzido um sistema adequado de gestão da saúde e segurança?

É este certificado por uma organização independente de acordo com normas geralmente reconhecidas, por exemplo OHSAS 18001, ISO 45001 ou equivalente?

GESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A empresa tem um compromisso formal de respeitar os direitos humanos confirmado pela direção da empresa e uma política escrita para combater as violações dos direitos humanos?

Foi introduzido um sistema adequado de gestão dos direitos humanos?

RELATÓRIOS PÚBLICOS

A empresa publica regularmente um relatório com os objetivos, resultados e medidas tomadas sobre os parâmetros de desempenho RSC, por exemplo, redução do consumo de energia, emissões de GEE, utilização de materiais, taxa de acidentes de trabalho, etc.

Os resultados da inclusão em 2022 de 26 fornecedores adicionais e dos seus locais de produção na monitorização do ESG é visível na tabela de classificação de fornecedores RSC Inapa. O número de fornecedores com classificação A-B-C aumentou significativamente face ao ano anterior (de 53 em 2021 para 66 em 2022) devido à primeira auditoria de dez fábricas de papel/cartão, das quais 5 incluíam dispunham de certificação Ecovadis Platinum.

Deficiências significativas ou documentação em falta levaram à atribuição de uma pontuação E a 8 fornecedores. Este resultado requer mais investigação e um diálogo aprofundado com os fornecedores. Em nenhum destes casos, contudo, foi possível identificar violações das leis locais ambientais, laborais, de anticorrupção ou a nível dos direitos humanos. Os fornecedores em questão não estavam ativos em setores industriais de alto risco e o risco económico foi considerado reduzido tendo em conta o facto de representarem menos de 0,1 % do volume de negócios de compras.

A monitorização global RSC feita aos fornecedores Inapa conseguiu analisar o nível de risco associado a 88% do volume de compras da Inapa. A base de fornecedores analisada dispunha de 22 locais de produção situados em países com um Índice de Perceção da Corrupção abaixo ou igual a 45 (Média CPI 2022: 43).

A Inapa defende a proteção dos direitos humanos na sua Cadeia de Abastecimento.

- A proteção dos direitos humanos e a garantia de normas sociais essenciais cumprem as convenções internacionais tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Pacto Global das Nações Unidas e demonstram as práticas empresariais éticas e responsáveis da Inapa.
- Falhar a proteção dos direitos humanos e colocar em perigo normas sociais essenciais dentro da nossa cadeia de abastecimento expõe a Inapa a riscos de reputação e conduz a danos significativos. A Inapa dá sempre o maior valor à sua reputação.
- A violação dos direitos humanos e das normas sociais na cadeia de abastecimento pode resultar em sanções legais, processos judiciais, ou multas significativas. A Inapa adere estritamente às normas legais e éticas.
- A Inapa ambiciona alcançar objetivos de sustentabilidade a longo prazo. A sustentabilidade implica a criação de valor sustentável para os *stakeholders*, colaboradores e sociedade no geral, e tal não pode ser realizado sem a proteção dos direitos humanos.

Volume de compras de acordo com a classificação RSC dos fornecedores

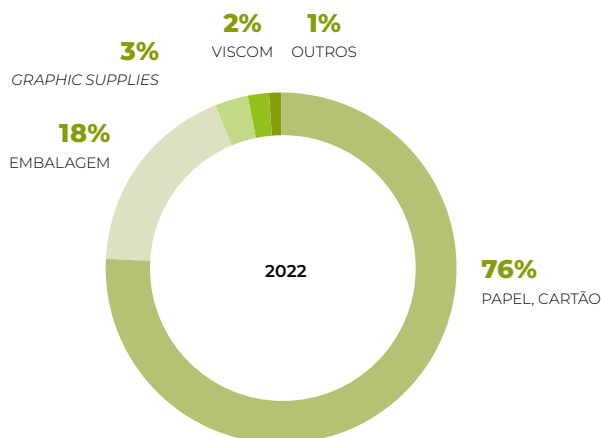
	2020	2021	2022
A	31%	41%	29%
B	8%	22%	14%
B+	44%	28%	39%
C, D, E	0,2%	0,4%	5%
Sem monitorização	17%	9%	13%

Quatro fornecedores com classificação “E” atuam como *traders* de produtos de embalagem e cartão (proveniente de produtores Europeus). Por isso estas empresas não dispõem de certificados associado a qualidade de produção. No entanto, e com base nas credenciais dos produtores com que estes *traders* trabalham, não foram consideradas de risco para a cadeia de abastecimento.

Do total dos locais de aprovisionamento investigados, 80 implementaram um sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001 com o objetivo de melhorar o seu desempenho ecológico e de elaborar relatórios públicos transparentes.

A tabela “Volumes de compras monitorizados por certificação de qualidade e classificação de fornecedor 2022” (na página seguinte) apresenta a parcela do volume de compras monitorizadas (%) por certificação e classificação de fornecedor (A a E). Como se pode constatar, o volume de compras monitorizado pela Inapa provém de unidades que implementaram sistemas de gestão da qualidade, ambiental, energético e de segurança no trabalho, e os resultados são reportados de forma compreensível e visível ao público, bem como a existência de políticas associadas ao compromisso em respeitar os direitos humanos nas cadeias de abastecimento.

Distribuição dos fornecedores de categoria C, D, e E por tipo de produto



Volumes de compras monitorizados por certificação e classificação de fornecedor 2022

Classificação Inapa	ISO 9001 Sistema de gestão da qualidade	ISO 14001 Sistema de gestão ambiental	ISO 50001 Gestão de energia	ISO 45001/OHSAS 18001	Política Formal de Direitos Humanos
A	33%	33%	47%	36%	38%
B+	45%	45%	48%	48%	52%
B	16%	16%	2%	11%	9%
C	6%	6%	3%	5%	1%
D	0,0%	0,0%	0,0%	0,03%	0,04%
E	0,1%	0,02%	0,0%	0,0%	0,02%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Assinala-se também que foi implementado um sistema de monitorização do abastecimento de material de fibra de madeira em conformidade com as normas FSC® e PEFC em todos os fornecedores Inapa. Nenhuma das empresas auditadas esteve envolvida de forma reconhecida em conflitos ambientais ou sociais ou enfrentou acusações compreensíveis de comportamento ilegal ou corrupto. Finalmente, destaca-se que seis fornecedores (com 32 locais de abastecimento) receberam o estatuto *Platinum / Gold Label* do principal fornecedor de serviços de pontuação RSC, a EcoVadis.

Conduta corporativa

Fazer negócios com integridade

As empresas do Grupo Inapa estão comprometidas com práticas de negócio éticas. Fazer negócios com integridade é a base do nosso caminho em benefício da sustentabilidade, que procura construir e manter uma relação de confiança com os nossos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores.

A Inapa baseia-se em valores, princípios, padrões e normas de comportamento devidamente descritos no seu Código de Conduta, de forma a garantir que os seus negócios são geridos de acordo com os mais elevados padrões de ética empresarial por todos os colaboradores.

A Inapa disponibiliza sessões de formação sobre ética empresarial, tendo em conta a especificidade da função do colaborador e o risco de negócio associado a esta.

No entanto, o nosso Código de Conduta Corporativa não se dirige apenas aos nossos colaboradores. Os nossos parceiros de negócio e fornecedores devem assumir o compromisso de manter o mesmo nível de ética nas suas relações com o Grupo Inapa.

Colaboradores, fornecedores e outros *stakeholders* têm acesso ao Código de Conduta Corporativa do Grupo, onde estão descritas as normas e os padrões éticos de comportamento a adotar.



Princípios do Código de Conduta

Integridade

- Agir de forma consistente com honestidade absoluta e elevados padrões éticos.

Respeito

- Tratar os clientes, fornecedores, colaboradores e outros *stakeholders* com cortesia, tolerância, lealdade e justiça.

Transparência

- A não-existência de agendas ou condições ocultas, garantindo que os compromissos sejam respeitados e que as informações sejam fornecidas para melhorar a colaboração entre as partes interessadas, atribuindo responsabilidades pelas ações tomadas.

Conformidade

- Certificar-se de que as decisões e/ou negócios estão conforme a lei, os regulamentos e as práticas recomendadas do setor.

CONSULTE AQUI O CÓDIGO
DE CONDUTA DA INAPA:



OS NOSSOS VALORES
M O L D A M
O NOSSO FUTURO

Governança corporativa e princípios éticos

Estamos comprometidos com os mais elevados princípios éticos

Esperamos que as ações de todos os que colaboram com a Inapa sejam pautadas, em todos os momentos, por esses princípios, ancorados numa forte estrutura de governança corporativa.

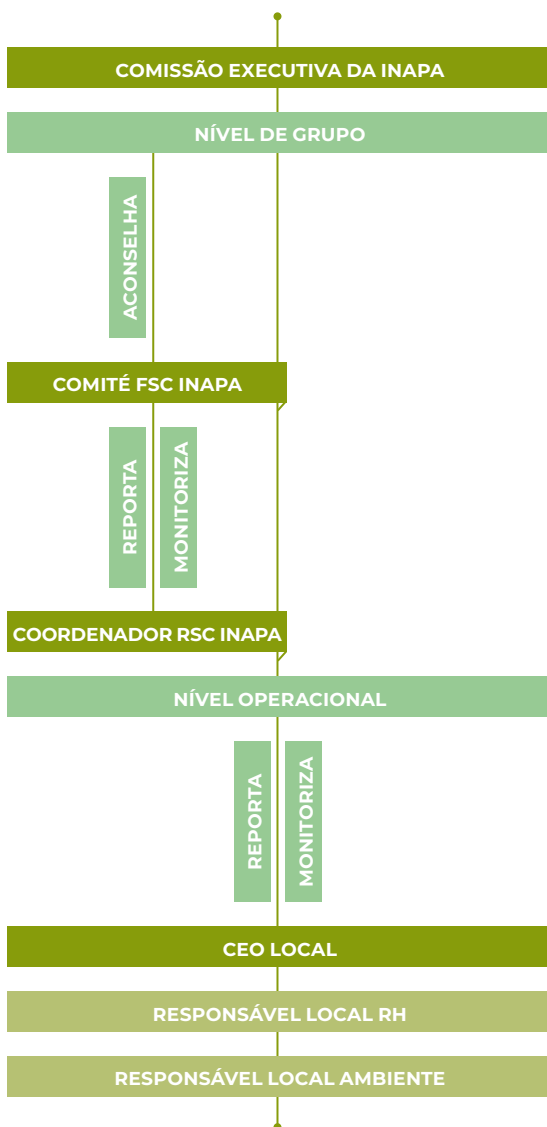
Lideramos dando o exemplo. O Conselho de Administração e a Comissão Executiva da Inapa supervisionam as nossas políticas e práticas de negócio, assegurando que todos os colaboradores entendem a conduta profissional que devem adotar no seu dia-a-dia de trabalho.

Existem três comités permanentes que supervisionam as seguintes áreas:



Estrutura do Comitê de RSC

Em 2018, definiu-se um modelo de governança de RSC do Grupo com um comitê e um coordenador de RSC, cujas responsabilidades passaram por monitorizar e auxiliar a Comissão Executiva nos temas de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental da Inapa.



Comissão Executiva da Inapa

- Discute questões estratégicas de sustentabilidade e de RSC com as empresas do Grupo;
- Monitoriza fatores sociais e ambientais que possam afetar, significativamente, os negócios da Inapa;
- Supervisiona as medidas propostas pelo Comitê de RSC e ações operacionais locais, no âmbito da sustentabilidade e responsabilidade social do Grupo.

Comitê de RSC da Inapa

- Aconselha a Comissão Executiva da Inapa sobre questões de responsabilidade ambiental e social a nível supra regional. Tem a responsabilidade geral de garantir o progresso da estratégia de RSC;
- Monitoriza fatores sociais e ambientais que podem afetar, significativamente, os negócios da Inapa, reportando-os à Comissão Executiva;
- Avalia o foco e as prioridades do Grupo;
- Apoia os objetivos de sustentabilidade do Grupo;
- Identifica as necessidades de ação e propõe medidas, em conformidade. Coordenador de RSC da Inapa;
- Ajuda a garantir o sucesso da estratégia de RSC do Grupo, ajudando a Comissão Executiva da Inapa;
- Cria um ambiente colaborativo no desenvolvimento de estratégias de RSC, promovendo o envolvimento dos *stakeholders* internos e externos;
- Conduz as atividades de avaliação e reporte de RSC.

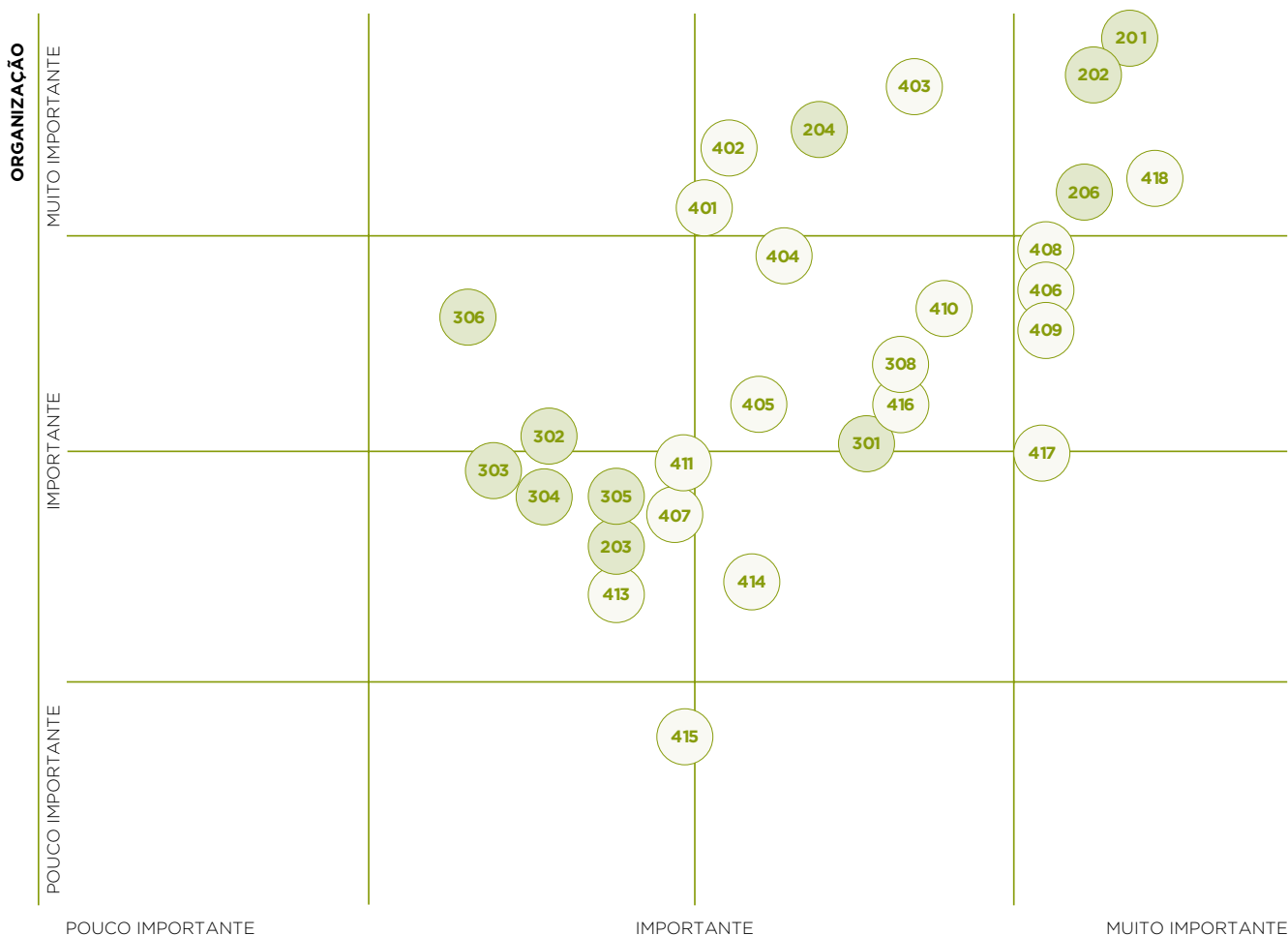
CEOs locais

A nível operacional, cada CEO das empresas do Grupo Inapa é responsável pela monitorização e implementação da estratégia de RSC do Grupo localmente e reportá-la diretamente à Comissão Executiva.

Os objetivos de RSC são determinados pela Comissão Executiva da Inapa, mas são as empresas que decidem o modo como estes são implementados. Os resultados são monitorizados através de indicadores-chave de desempenho e de risco, que são regularmente reportados e avaliados pela Comissão Executiva. Com base na análise destes indicadores ambientais e sociais, a Inapa envolve a gestão da empresa, entrevistando clientes, fornecedores e outros *stakeholders*.

Os resultados dessa análise inicial de materialidade podem ser vistos no diagrama que se segue, que estrutura os critérios, de acordo com a prioridade, considerando diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI G4)* e disponibiliza a possibilidade de avaliar os indicadores, uma vez que nem todas as diretrizes de GRI são consideradas importantes ou necessárias para a gestão e a elaboração do nosso relatório de sustentabilidade.

* A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES DAS PARTES INTERESSADAS QUE SÃO SIGNIFICATIVAS PARA A NOSSA ORGANIZAÇÃO É ORIENTADA PELAS RECOMENDAÇÕES DA EFFAS. A FEDERAÇÃO EUROPEIA DE SOCIEDADES DE ANALISTAS FINANCEIROS (INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO PARA QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA V 1.2) PARA "SERVIÇOS DE APOIO", QUE MELHOR REFLETE O MODELO DE NEGÓCIO DO GRUPO INAPA. A RECOLHA DE DADOS DE SUSTENTABILIDADE DOS NOSSOS LOCAIS DE TRABALHO, EM 2022, FOI OBTIDA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE UM SOFTWARE DE REPORT ESPECIALIZADO EM SUSTENTABILIDADE.



STAKEHOLDER

- | | | | |
|--|---|--|--|
| 201 Desempenho Económico 2016 | 301 Materiais 2016 | 401 Emprego 2016 | 411 Direito dos Povos Indígenas 2016 |
| 202 Presença no Mercado 2016 | 302 Energia 2016 | 402 Relações Laborais 2016 | 413 Comunidades Locais 2016 |
| 203 Impacto Económico Indireto 2016 | 303 Água e Efluentes 2018 | 403 Saúde e Segurança do Trabalho 2018 | 414 Avaliação Social de Fornecedores 2016 |
| 204 Política de Compras 2016 | 304 Biodiversidade 2016 | 404 Capacitação e Educação 2016 | 415 Políticas Públicas 2016 |
| 206 Concorrência Desleal 2016 | 305 Emissões 2016 | 405 Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016 | 416 Saúde e Segurança do Cliente 2016 |
| | 306 Resíduos 2020 | 406 Não Discriminação 2016 | 417 Marketing e Rotulagem 2016 |
| | 308 Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016 | 407 Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016 | 418 Privacidade do Cliente 2016 |
| | | 408 Trabalho Infantil 2016 | |
| | | 409 Trabalho Forçado ou Compulsório 2016 | |
| | | 410 Práticas de Segurança 2016 | |

Diretrizes GRI

Ao utilizar as Diretrizes da GRI, divulgamos os nossos resultados mais críticos – sejam eles positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Com este relatório, esperamos gerar informações fiáveis, relevantes e padronizadas para avaliar oportunidades e riscos, e possibilitar

uma tomada de decisões mais consciente e informada. O GRI foi desenvolvido para ser aplicado, de forma universal, a todas as organizações de todos os tipos e setores, de grande e pequena dimensão, em todo o mundo. Por favor, verifique no final deste relatório os padrões de GRI.

Compromisso dos *stakeholders*

Envolvemos os nossos *stakeholders* nos momentos de análise das questões relacionadas com a sustentabilidade, mediante processos de comunicação contínuos, estabelecidos com todos os níveis hierárquicos.

Processo de Comunicação	Stakeholders	Frequência
Diálogo transparente e contínuo	Equipa de Gestão local	Continuamente
Eventos e/ou comunicações específicas	Colaboradores	Uma vez por ano
Comunicações corporativas gerais	Empresas locais	De fevereiro a março para recolher dados para o relatório de RSC
Assembleia Geral	<i>Shareholders</i>	Pelo menos uma vez por ano



“O meu nome é Silvia Wiener e sou responsável pela consultoria de comunicação impressa na Inapa Alemanha. Vejo a comunicação impressa como parte integrante de uma comunicação empresarial sustentável e consciente, especialmente no nosso mundo agora tão digital. Os meios analógicos dão-nos a sensação de compreensão, realidade e de toque genuíno. Levam-nos a querer descobrir o que está por baixo da superfície e o que vai mais fundo em termos de conteúdo.”

Silvia Wiener

HEAD OF PRINT MEDIA CONSULTING
Inapa Deutschland GmbH

7 |

Gestão Ecológica & Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Inapa enfrentou desafios extraordinários devido a mudanças estruturais na produção de papel, após a crise sanitária causada pela Covid-19 e no contexto de crescentes tensões económicas e políticas globais.

A gestão ambiental do Grupo prosseguiu a política de utilização sustentável dos recursos naturais e de proteção eficaz do ambiente.

O aquecimento global tem consequências globais. Neste sentido, cientistas das Nações Unidas e líderes empresariais têm alertado para o importante papel das empresas nesta questão e a sua responsabilidade em mitigar os riscos relacionados com as alterações climáticas aos quais estão expostas.

No âmbito da iniciativa “Business Ambition for 1.5 °C”, desenvolvida no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos

pelas Nações Unidas (ODS), recomenda-se que as empresas reduzam, a curto prazo, as suas emissões de gases com efeito de estufa.

No seu último relatório de avaliação, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC*) alerta os decisores políticos em todo o mundo. Para nos mantermos dentro do limite de 1,5°C, precisamos de uma redução substancial na utilização global de combustíveis fósseis e de medidas drásticas para a conservação e eficiência energética.

Neste contexto, a Comissão Executiva da Inapa encomendou à Comissão de RSC o desenvolvimento de um plano para a introdução de metas concretas de base científica (SBT) para implementação em todo o Grupo, bem como a elaboração de planos de ação em estreita cooperação com a gestão operacional. Assim, em 2020 o Grupo iniciou a análise dos indicadores-chave SBT

que permitirá à empresa contribuir com sucesso para limitar o aquecimento a 1.5 °C. Assinale-se, no entanto, que desde 2018 que a Inapa tem acesso a dados válidos sobre a sua pegada específica de emissão de gases com efeito de estufa, cuja qualidade tem sido continuamente melhorada.

Em 2022, além das emissões diretas e indiretas anteriormente analisadas pela Inapa, foram também analisados aspetos importantes ao longo da cadeia de valor. Tendo em vista o desenvolvimento de projetos, medidas e ideias para reduzir as emissões, concentrámo-nos nos principais *clusters* da empresa (Âmbito 1 e Âmbito 2): gestão dos edifícios, mobilidade (transportes, veículos da empresa), utilização de materiais e geração de resíduos. Considerámos também outros *clusters* importantes (apesar de estarem fora do âmbito direto nossa empresa), nomeadamente a fabricação dos produtos e seu transporte para nossos armazéns ou para nossos clientes (através dos nossos parceiros e prestadores de serviços).

A recolha de dados sobre emissões da cadeia de valor é um verdadeiro desafio, tornando difícil o registo na sua totalidade uma vez que a base de dados dos fornecedores é predominantemente fraca, incompleta ou baseada em cálculos não padronizados. É uma tarefa complexa que consome tempo e recursos, muitas vezes excedendo o considerado razoável. Não obstante, a Inapa decidiu incluir gradualmente as emissões ao longo da sua cadeia de valor, mesmo considerando que a produção ou utilização dos produtos que comercializamos não seja nossa responsabilidade direta. Assim,

incluímos neste relatório, os dados das nossas cadeias de abastecimento sob a forma de emissões relacionadas com a produção e o transporte (Âmbito 3). Assinale-se que em 2022, o Grupo Inapa conseguiu monitorar as emissões de Âmbito 3, correspondentes a 88% do volume total de compras.

Estamos conscientes de que o desenvolvimento futuro do papel depende, em grande medida, do facto de contrariar de uma forma eficaz os consideráveis riscos ecológicos associados à sua utilização, mas também do impacto perante os nossos colaboradores, famílias e sociedades. Em 2017, conforme previamente mencionado, foi desenvolvido o Código de Conduta da Inapa. Este documento representa e evidencia a cultura e valores do Grupo, estabelecendo os princípios que orientam nossas práticas comerciais e comportamentos e refletindo nossas principais preocupações e prioridades, entre as quais destacamos as seguintes:

- Promover ativamente a diversidade e igualdade de oportunidades dentro do Grupo, independentemente da origem étnica, género, idade, orientação sexual, deficiência e religião. Este princípio não está presente apenas no nosso código de conduta, mas também no plano de igualdade de gênero do Grupo, preparado anualmente desde 2020;
- Manter uma preocupação consistente em relação à gestão da saúde, segurança no trabalho e desenvolvimento de nossos colaboradores. Este ponto tem sido também uma de nossas prioridades, conforme refletido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

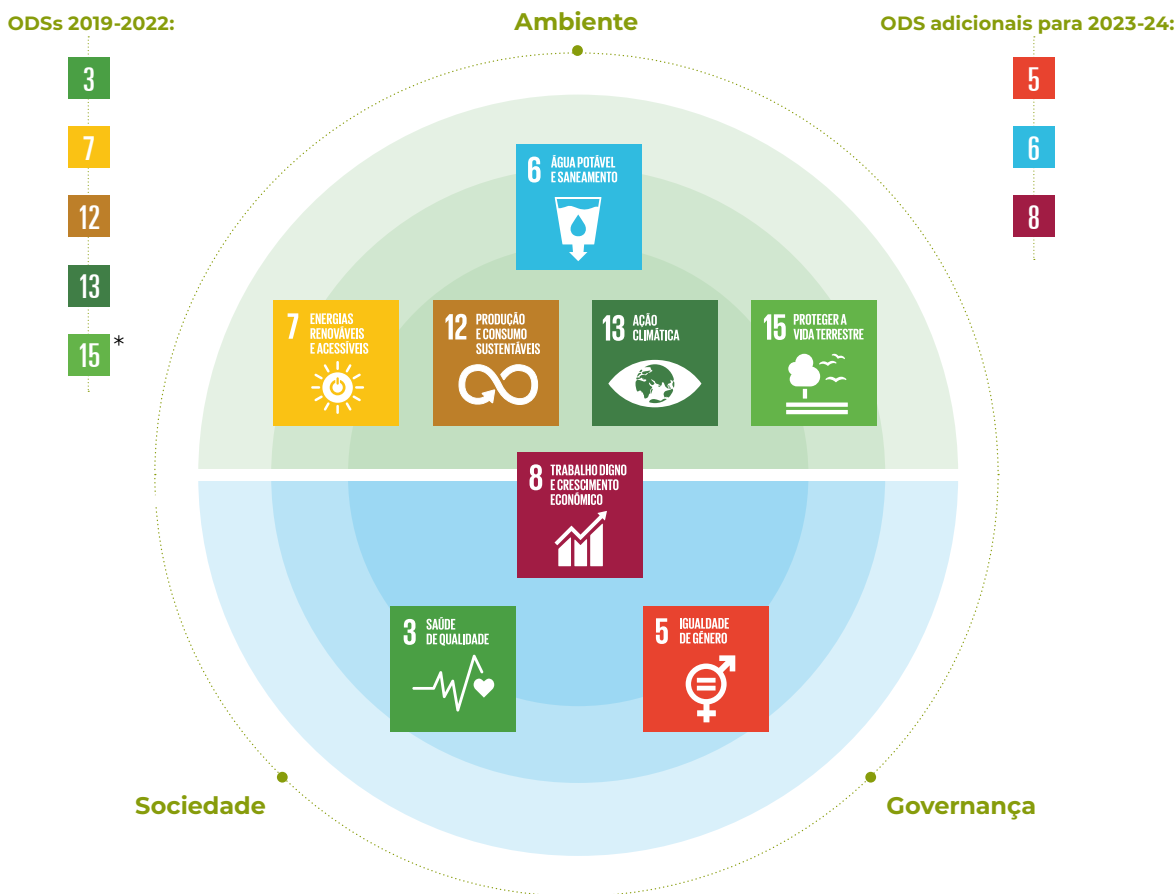
Objetivos de desenvolvimento sustentável

A Inapa está também comprometida em contribuir com os esforços de desenvolvimento sustentável em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, aprovada de forma unânime pelos Estados Membros das Nações Unidas em 2015, e que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abordam questões económicas, sociais e ambientais. Assim, desenvolveram-se metas específicas

para o período de 2019-22, focando em áreas prioritárias nas quais a Inapa pretende ter uma contribuição particularmente ativa no futuro. Selecionaram-se 5 ODS para esse período.

Conforme descrito neste documento, observou-se um progresso relevante entre 2019-22, por isso foram considerados novos objetivos para o período 2023-24 (em linha com o horizonte referente às linhas estratégicas do Grupo) alargando a abrangência para 8 ODS.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Inapa 2019-2022 e 2023-2024



* OS OBJETIVOS RELACIONADOS COM O AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E COM O AUMENTO DO USO DE MATERIAIS REICLADOS SÃO REPORTADOS, NESTE DOCUMENTO, DENTRO DO ODS 15 (PROTEGER A VIDA TERRESTRE) ENQUANTO NO DOCUMENTO DO ANO ANTERIOR FORAM INCLuíDOS NO ODS 12 (PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-22 e 2023-24

Plano 2019-22



Objetivos	Ações e medidas (não exaustivo)	Objetivos 2023-24
 <p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p> <p>Melhorar a taxa de acidentes de trabalho e doenças profissionais de todos os colaboradores da Inapa -5% até 2022.</p>	<p>✓</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhoria no sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho Redução dos riscos específicos de segurança e saúde no trabalho Aumento da formação dos colaboradores na área da segurança e saúde no trabalho Melhoria dos relatórios internos de segurança e saúde do Grupo e das empresas 	<p>Reduzir para 18,0, a "Taxa de Incidência Média de Acidentes por 1000 funcionários" até 2024.</p> <p>Ver pág. 484</p>
 <p>7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</p> <p>Aumentar a quota de energia renovável utilizada no Grupo para 12% até 2022.</p>	<p>✓</p> <ul style="list-style-type: none"> Mudanças na utilização de energia elétrica consumida para "energia verde" Mudanças na utilização de combustíveis fósseis para biocombustíveis (Diesel) Revisão das opções de aquecimento das empresas do Grupo Realização de projetos de instalação de painéis fotovoltaicos Redução da energia utilizada nos locais de trabalho: utilização económica de ar condicionado, luzes inteligentes Redução do impacto ambiental relacionado com viagens, privilegiando a utilização de videoconferências em reuniões entre colaboradores 	<p>Aumentar a quota de energia renovável utilizada no Grupo para 23% até 2024.</p> <p>Ver pág. 433</p>
 <p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p> <p>Aumentar a percentagem do volume de compras a fornecedores com padrões de produção responsáveis e credíveis e reconhecidos internacionalmente para mais de 75% até 2022.</p>	<p>✗</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa de monitorização da cadeia de abastecimento do Grupo implementado com sucesso, privilegiando a participação dos fornecedores com maior pontuação Manuseamento mais cuidado e económico dos materiais utilizados na logística e no transporte Melhoria da qualidade da recolha de dados de geração e categorização de resíduos 	<p>Reduzir a produção de resíduos em 15% até 2024.</p>
<p>Reduzir a produção de resíduos em 15% até 2022.</p>	<p>✓</p>	<p>Ver pág. 424 e 449</p>

✓ OBJETIVOS ALCANÇADOS/SUPERADOS

✗ OBJETIVOS NÃO ALCANÇADOS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2019-22 e 2023-24

Plano 2019-22

Objetivos	Ações e medidas (não exaustivo)	Objetivos 2023-24
 <p>13 AÇÃO CLIMÁTICA</p> <p>Aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados com as alterações climáticas, reduzindo o consumo de energia e a intensidade de GEE dos negócios da Inapa</p> <p>Estabelecer metas ambiciosas de redução de CO₂ baseadas no SBT do programa “Business Ambition 1.5 °C” das Nações Unidas</p>	<p>✓</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementação de KPI’s que permitem um melhor controlo da intensidade energética/de emissões relacionadas com edifícios, transportes e mobilidade Redução do consumo de energia aumentando a eficiência no aquecimento e na condução, otimização do espaço de armazenamento e transporte 	<p>Reduzir as emissões de CO₂ em 10% (nos transportes)</p> <p>Aumentar o volume de compras monitorizado para 95% (transportes)</p> <p>Ver pág. 447</p>
 <p>15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE</p> <p>* Aumentar a eficiência da utilização de recursos naturais com o aumento do uso de materiais reciclados</p>	<p>✓</p> <ul style="list-style-type: none"> Substituição de fitas de plástico dos materiais de embalagem por bioplástico e/ou papel reciclado Aumento a utilização de materiais reutilizados 	<p>Aumentar a participação dos papéis Inapa <i>Ecopapers</i> (FSC®, PEFC e materiais reciclados) para 83%</p> <p>Ver pág. 424</p>

✓ OBJETIVOS ALCANÇADOS/SUPERADOS

✗ OBJETIVOS NÃO ALCANÇADOS

* OS OBJETIVOS RELACIONADOS COM O AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E COM O AUMENTO DO USO DE MATERIAIS RECICLADOS SÃO REPORTADOS, NESTE DOCUMENTO, DENTRO DO ODS 15 (PROTEGER A VIDA TERRESTRE) ENQUANTO NO DOCUMENTO DO ANO ANTERIOR FORAM INCLUÍDOS NO ODS 12 (PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (adicionais) 2023-24

Objetivos 2023-24



Promover a paridade entre homens e mulheres em posições de liderança* - 40% das vagas de liderança serão preenchidas por membros do sexo sub-representado.

Ver pág. 467



Reduzir o consumo total de água em 10%

Eliminar quaisquer retiradas de água não sustentável

Ver pág. 435



Reduzir a pegada associada a materiais (To/CO₂e; emissões do Âmbito 3) relativamente ao volume de bens adquiridos em 4% até 2024

Reduzir os níveis internos de consumo de materiais em 5% até 2024, através da melhoria da relação entre o consumo interno de materiais (kg) e o volume de bens adquiridos (toneladas)

Ver pág. 446

*POSIÇÕES DE LIDERANÇA: C-LEVEL / DIRETOR GERAL; DIRETORES / HEADS; GERENTES





AMBIENTE



Certificação da Cadeia de Custódia

Em 2022 a comercialização de papéis ecológicos aumentou para 78%.

Com vista a reforçar o nosso compromisso com práticas responsáveis de gestão florestal junto dos nossos clientes, integrámos no Grupo os sistemas FSC® (Forest Stewardship Council) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification), que têm como objetivo assegurar uma gestão responsável e sustentável da floresta. Desta forma, o Grupo minimiza riscos e evita que a empresa se envolva em práticas ilegais ou eticamente inaceitáveis na sua cadeia de abastecimento.

Em 2004, a Inapa alemã foi o primeiro comerciante de papel certificado de acordo com as normas FSC® e PEFC. Em 2019, o Grupo obteve a certificação Multisite FSC® / PEFC, um certificado único a ser utilizado pelas empresas Inapa que já tinham implementado esta certificação, nomeadamente a Inapa France, Inapa Deutschland, Inapa Belgium (Bélgica e Luxemburgo) e Korda.



*

Hoje, todas as empresas do Grupo são certificadas segundo os mais reconhecidos e avançados métodos de certificação para produtos florestais que exigem a conformidade de todos os membros da cadeia de fornecimento com a sustentabilidade, biodiversidade, segurança, direitos humanos e respeito por todas as leis. Isto traduzir-se-á em processos mais simples e na redução de esforços e custos administrativos.

A Inapa espera que os seus fornecedores de papel e cartão cumpram as normas FSC® /PEFC e que tenham a certificação adequada.

Anualmente, são realizadas auditorias no local, por auditores independentes, para garantir a origem da matéria-prima e o cumprimento dos requisitos, e combater práticas florestais ilegais, como a utilização de espécies de madeira protegidas de florestas naturais.

A Inapa segue na íntegra todas as últimas versões da norma FSC®/PEFC, particularmente no que diz respeito aos recentes requisitos sobre condições de trabalho e à proibição de fibras de madeira provenientes de áreas de conflito.

Em 2022, a comercialização de papéis ecológicos e certificados aumentou para 78%, ou seja, para níveis comparáveis a 2019. O aumento verificou-se em todas as

categorias de produtos de papel ecológico, com especial destaque para o aumento da quota de produtos reciclados.

As transformações iniciadas em 2021 - a introdução da nova estrutura informática, a reorganização das vendas e a reformulação global das gamas de produtos – contribuíram para um aumento de 9 pp na importância da venda de papéis ecológicos em 2022. A Inapa tem o objetivo, nos próximos anos, de aumentar a percentagem de produtos amigos do ambiente. Numa fase intermédia, a quota deve atingir mais de 80% a curto prazo, para manter níveis semelhantes a 2018-2019, antes da crise provocada pela Covid-19 e antes da aquisição da Papyrus Deutschland.

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

Grupo Inapa

	FSC®	PEFC	ISO 14001
Inapa - IPG	✓	✓	
Inapa France	✓	✓	
Inapa Belgium	✓	✓	
Inapa Deutschland	✓	✓	
Inapa España	✓	✓	✓
Inapa Portugal	✓	✓	✓
Korda	✓	✓	

inapa
IMPROVING
THE WORLD



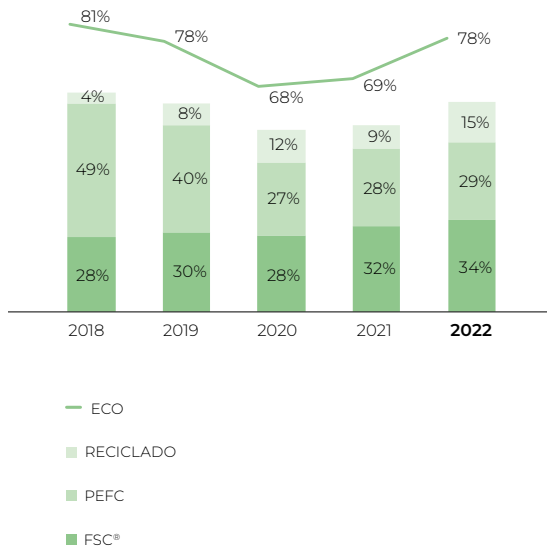
The mark of
responsible forestry



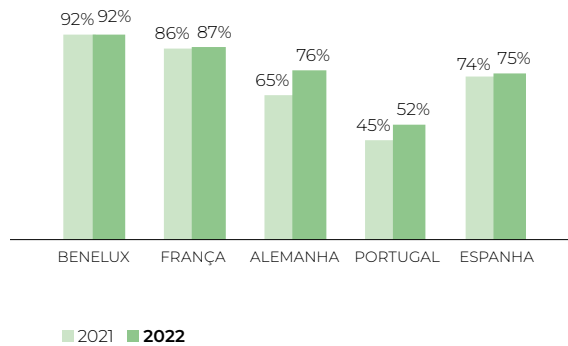
Continuamos a promover o papel reciclado sob a marca Enviro. Baseamos a comunicação aos clientes destacando os benefícios da nossa gama líder de meios de impressão certificados de florestas sustentáveis, controladas e certificadas.

Esperamos um aumento na comercialização de produtos de embalagem certificados na Alemanha e em Portugal, o que contribuirá para reforçar a nossa posição no mercado de soluções de embalagem sustentáveis.

Venda de papéis ecológicos



Venda de papéis ecológicos por país



COMUNICAR DE FORMA SUSTENTÁVEL

AGIR DE FORMA RESPONSÁVEL COM O PACK DE SUSTENTABILIDADE INAPA

Com o novo *pack* de sustentabilidade “in’respect”, a Inapa Deutschland GmbH oferece inspiração para a seleção responsável de materiais em produções impressas. É distribuído aos clientes e a potenciais clientes como parte da campanha “agir de forma responsável”. Pretende-se dar relevância ao facto de as empresas terem a opção de utilizar produtos mais amigos do ambiente, contribuindo para a preservação dos recursos naturais. Este *pack* consiste na apresentação de vários exemplos de aplicação, mostrando a nossa gama sustentável: cartão reciclado, meios de impressão sintéticos, papel adesivo, envelopes e papel natural e reciclado *premium*.



SINGULARMENTE NATURAL: ENVIRO HARMONY

Tecnologia de impressão de última geração e proteção ambiental em harmonia: a Enviro Harmony foi especialmente desenvolvida para impressão digital e complementa a coleção ENVIRO – lançada em 2019 - que responde a normas de utilização sustentável e responsável.

É o único papel reciclado com certificação HP Indigo e está disponível em diversas gramagens, podendo ser utilizado também na produção de material publicitário de curto prazo / curta tiragem.

Este papel Inapa é um ótimo exemplo de que a reciclagem também funciona de forma excelente em impressão digital.

O lançamento desta gama no mercado foi complementado com ações de marketing, incluindo a produção de uma revista de alta qualidade sobre sustentabilidade.

enviro® harmony



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Em relação aos ODS das Nações Unidas e à certificação da cadeia de custódia, definiu-se para 2024 a meta de aumentar de 68% para 80% a percentagem de volume de compras a fornecedores com padrões de produção credíveis e reconhecidos internacionalmente.



12.4 e 12.7 Produção e consumo sustentáveis

Objetivos 2019-22	Objetivos 2023-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a percentagem do volume de compras a fornecedores com padrões de produção responsáveis e credíveis e reconhecidos internacionalmente para mais de 75% até 2022	Aumentar a percentagem do volume de compras a fornecedores com padrões de produção responsáveis e credíveis e reconhecidos internacionalmente para 80% até 2024	n.a.	39%	61%	68%	73%	80%	12 pp

Unidade de medida: % de volume de compras a fornecedores com score A/B+

Estabeleceram-se objetivos relacionados com a venda de papéis ecológicos. Até 2024, 83% dos papéis comercializados pela Inapa devem ser ecológicos e certificados (reciclados; com normas FSC®/ PEFC).



15.2 Proteger a vida terrestre

Objetivos 2019-22	Objetivos 2023-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a eficiência da utilização de recursos naturais com o aumento do uso de materiais reciclados	Aumentar a importância da venda de produtos ecológicos e certificados para 83% até 2024	n.a.	68%	69%	78%	80%	83%	5 pp

Unidade de medida: % de vendas de papéis FSC®, PEFC, Reciclados (Ecopaper)

2 |

Uso de materiais sustentáveis

A importância da utilização de materiais renováveis e reciclados da Inapa foi de 84%.

Descarbonizar a energia por si só não é suficiente. Segundo os especialistas, mesmo que todos os potenciais de eficiência energética sejam atingidos, as emissões de carbono irão exceder todos os orçamentos disponíveis para a mitigação das alterações climáticas. Dado que o consumo global de recursos continuará a aumentar, será necessário implementar novas medidas.

Neste contexto, a Inapa defende que o aumento da utilização de materiais provenientes de fontes sustentáveis e a reciclagem são cruciais para se atingirem as metas climáticas definidas tendo identificado a utilização de materiais de embalagem na sua logística como uma área prioritária para atuar.

Em termos de materiais de embalagem, em 2022 os materiais renováveis, como madeira e fibras recicladas sob a forma de paletes de

madeira, caixas de cartão ondulado e resmas de papel, representaram 81% do consumo total de materiais de embalagem da Inapa.

Aproximadamente 15% das paletes são devolvidas e reutilizadas. Deverá existir potencial para expandir a importância da devolução e reutilização. Contudo, as paletes de madeira descartáveis são concebidas para serem cada vez mais económicas ao nível dos materiais, o que estimula um aumento das taxas de rutura, limitando a reutilização.

Por outro lado, as paletes *standard* reutilizáveis não se estabeleceram na indústria do papel por várias razões. Na melhor das hipóteses, são utilizadas em clientes específicos e não oferecem quaisquer opções de poupança.

No caso dos materiais de escritório ("office") a importância dos materiais reciclados ou renováveis manteve-se em 2022.

Os materiais de embalagem utilizados em 2022 podem ser vistos na seguinte tabela:

Total de Materiais de Embalagem	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Peso total de materiais renováveis (em t)	4 138	1 794	1 674	1 993	1 784	-10%
Peso total de materiais não renováveis (em t)	370	493	139	293	417	42%
Proporção de materiais renováveis utilizados (em %)	92%	78%	92%	87%	81%	-6%
TOTAL	4 508	2 287	2 010	2 286	2 201	-4%

Total de Materiais Operacionais	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Peso total de materiais renováveis (em t)	188	188	151	183	206	13%
Peso total de materiais não renováveis (em t)	-	-	11	53	28	-47%
Cartuchos de toner (peças)	753	753	871	848	603	-29%
Proporção de materiais reciclados utilizados (em %)	-	-	14%	22%	12%	-10%
Proporção de materiais renováveis utilizados (em %)	100%	100%	93%	78%	88%	10%
TOTAL	188	188	162	236	234	-1%

Total de Materiais utilizados (renováveis / não-renováveis)	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
	4 696	2 475	1 975	2 522	2 436	-3%

Total de Materiais reciclados utilizados	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Peso total de materiais reciclados utilizados (em t)	333	250	188	263	307	17%
Proporção de materiais reciclados utilizados (em %)	7%	10%	10%	10%	13%	2%

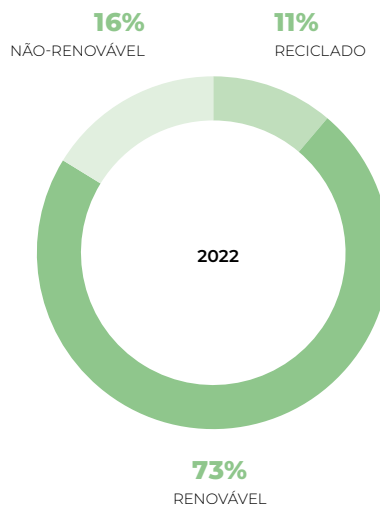
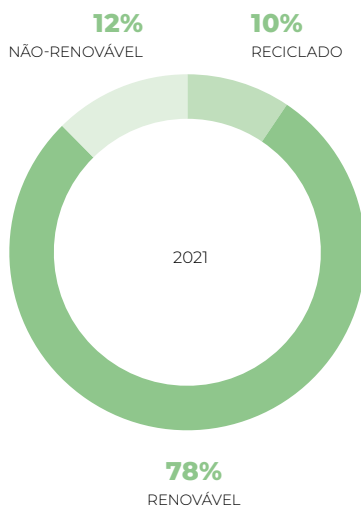
Em suma, a importância no *mix* de materiais renováveis e reciclados em 2022 foi de 84%. A representatividade da utilização de materiais não renováveis acentuou-se estabelecendo-se em 16%. No próximo ano comercial, o objetivo será inverter esta tendência através de medidas específicas e reduzir a utilização de recursos não renováveis.

Relativamente aos materiais utilizados pela Inapa, a quota de paletes de madeira, cartão,

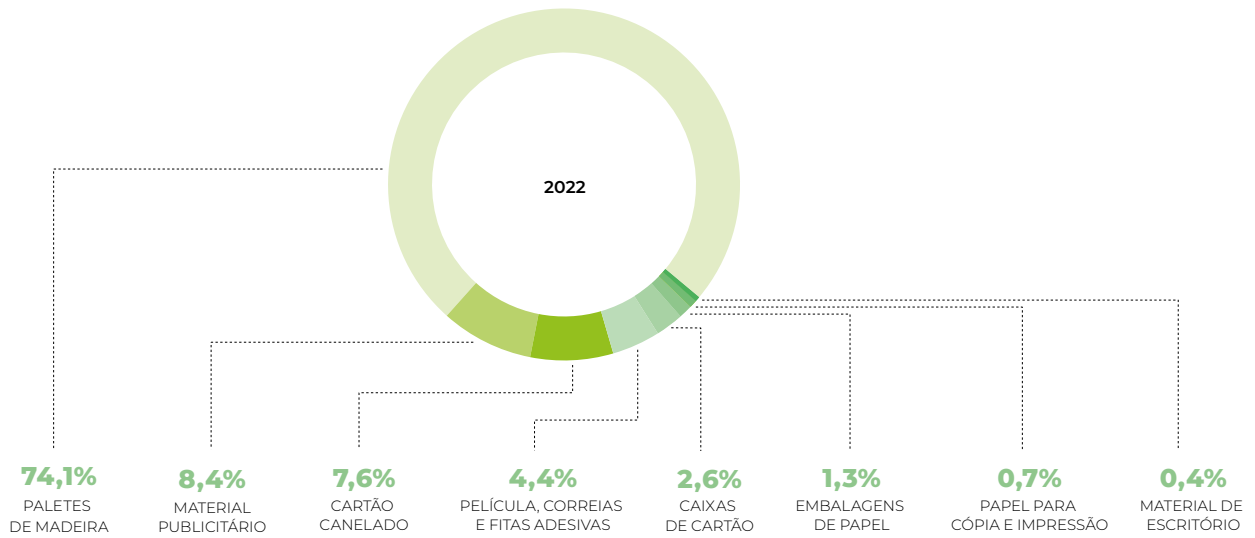
caixas, filmes plásticos e fitas adesivas continua a ser determinante, o que se explica através da importância da atividade de armazenamento e logística.

Assinala-se também que a publicidade impressa e as amostras dos nossos produtos desempenham um papel fundamental na utilização de materiais. Acreditamos na importância de comunicar aos nossos clientes e criativos que o papel é a base do nosso trabalho.

Material *mix* utilizado pela Inapa



Material utilizado pela Inapa



3 |

Avançar com fontes de energia renováveis

A NOSSA GESTÃO DE ENERGIA

O consumo de energia da Inapa reduziu-se em 17% em 2022.

O negócio da Inapa é impulsionado por três fatores energéticos:

1. A utilização de combustíveis de aquecimento para a gestão de armazéns e edifícios de escritórios (Âmbito 1);
2. A utilização de combustíveis para o transporte com camiões próprios e para automóveis da empresa (Âmbito 1);
3. Consumo de eletricidade para iluminação, empilhadores, sistemas de armazenamento, infraestruturas informáticas e ar condicionado (Âmbito 2).

Em 2022, o consumo de energia do Grupo diminuiu 14,8% para 170.210 GJ. Deste montante, 19,6% (33.424 GJ) foram assegurados por energias renováveis, o que representa uma redução de 3,1 pp face a 2021 (22,7%).



A diminuição do consumo total de energia face a 2021 é principalmente visível na eletricidade e combustíveis para aquecimento e gás. As transformações nas instalações ocupadas pela Inapa e os encerramentos de instalações e novos locais na Alemanha e França desempenharam um papel importante nesta evolução. As orientações de poupança de energia das autoridades públicas em toda a Europa, num contexto de crise energética e de subidas de preços no fornecimento de energia, também contribuíram para esta redução do consumo.

A redução da importância das energias renováveis em 2022, esteve relacionada sobretudo com um decréscimo relativamente elevado do consumo de energias na gestão

* CONFORME DESCRITO NO FINAL DESTES SUB-CAPÍTULO, O PLANO 2023-24 INTEGRA OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS COM ESTES OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONFORME ESTABELECIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS.

dos locais operacionais (intensidade da energia dos edifícios), o que contribuiu para o acentuar da importância relativa da energia consumida em transportes (e que tem maior incidência de consumo de energias não renováveis) de 43% para 66%.

Importa, no entanto, destacar algumas das principais iniciativas desenvolvidas nos últimos anos e que também contribuíram para uma evolução inequívoca da importância das energias renováveis comparativamente a 2018, 2019 e 2020 (8% vs 20%).

Na Alemanha, transferiu-se cerca de 80% da procura elétrica para a energia eólica e para a eletricidade baseada na água. Recorreu-se também à conversão para biogás em algumas das instalações nesta geografia. A produção de energia solar produzida na Inapa Portugal em Sintra, a partir de 2021, progrediu em 2022. O aumento da utilização de veículos elétricos, híbridos e de biodiesel na frota da empresa trouxe um crescimento mensurável dos combustíveis provenientes de energias renováveis. É objetivo da Inapa replicar os contratos de eletricidade verde e os projetos de painéis solares noutros locais para atingir uma quota alvo de energias renováveis de 24% até 2024.

Consumo de Energia do Grupo Inapa

Tipo de energia (GJ)	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Consumo total de energia comprada dentro do Grupo	132 914	172 180	209 291	199 814	170 210	-14,8%
Fontes de energia renovável	10 111	13 979	16 993	45 307	33 424	-26,2%
Energia solar produzida				108	1 197	1008,3%
Quota de fontes de energia renovável	7,6%	8,1%	8,1%	22,7%	19,6%	-3,0%
Fontes de energia não renovável	122 803	158 201	192 298	154 507	136 787	-11,5%
Quota de fontes de energia não renovável	92,4%	91,9%	91,9%	77,3%	80,4%	3,1%

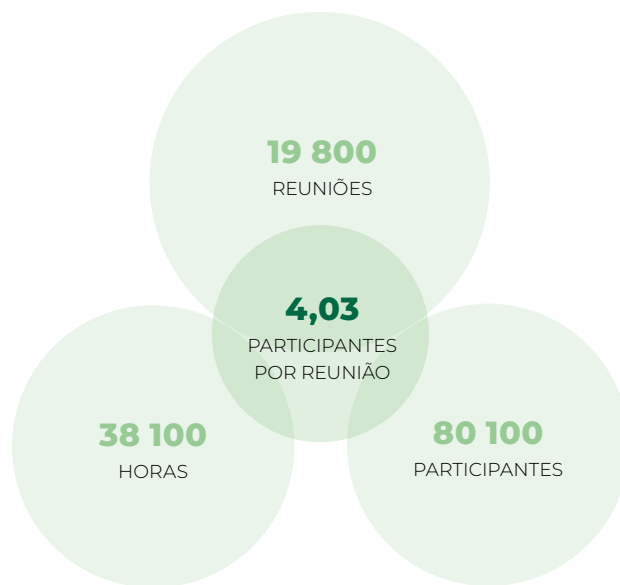


Registou-se um esforço geral para privilegiar a utilização do sistema de videoconferência, atenuando-se o impacto ambiental associado a viagens de trabalho. Em 2022, estima-se que foram realizadas 19 800 reuniões por videoconferência, que totalizaram 38 100 horas de reuniões com 80 100 participantes (uma média de 4,03 participantes por reunião).

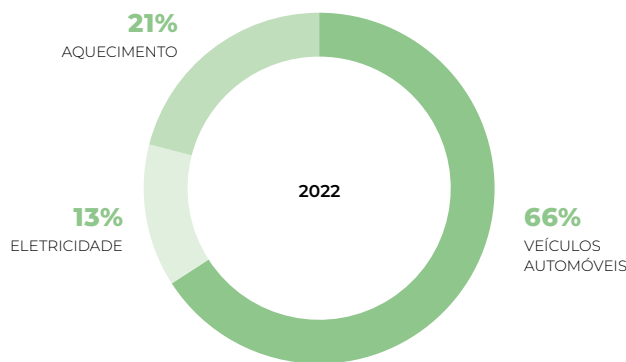
Relativamente ao transporte, assinala-se que a Inapa investe continuamente na renovação da sua frota de camiões e automóveis e em tecnologias de condução mais económicas que, além de melhorar os valores dos gases de escape, devem também reduzir o consumo de combustível e eletricidade.

Para o Grupo, é essencial definir parâmetros adequados à monitorização da intensidade energética da empresa e à avaliação das medidas tomadas para a melhorar. Assim, foram introduzidos indicadores de desempenho energético que respeitam as seguintes condições:

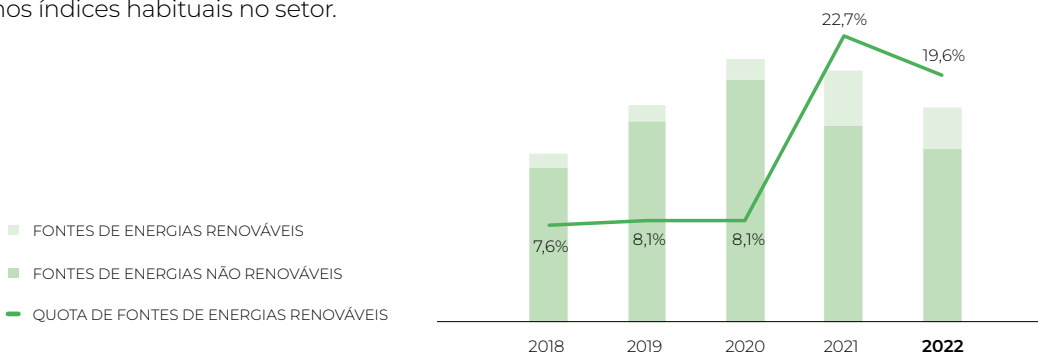
1. Os parâmetros utilizados para determinar o indicador devem ser diretamente influenciáveis pela empresa.
2. Deve permitir uma avaliação comparativa com base nos índices habituais no setor.



Consumo de energia Inapa por categoria



Evolução das energias renováveis



O consumo de energia atribuível à Inapa que pode ser diretamente influenciado ocorre em duas áreas principais: na gestão dos locais operacionais (escritórios, armazéns) e no transporte (com os camiões da empresa). Assim, foi selecionado um indicador de intensidade energética que compara o consumo específico do edifício com as áreas geridas (traduz-se na Quantidade de Energia / Área do Edifício, baseando-se no consumo de energia necessária para a gestão dos nossos armazéns).

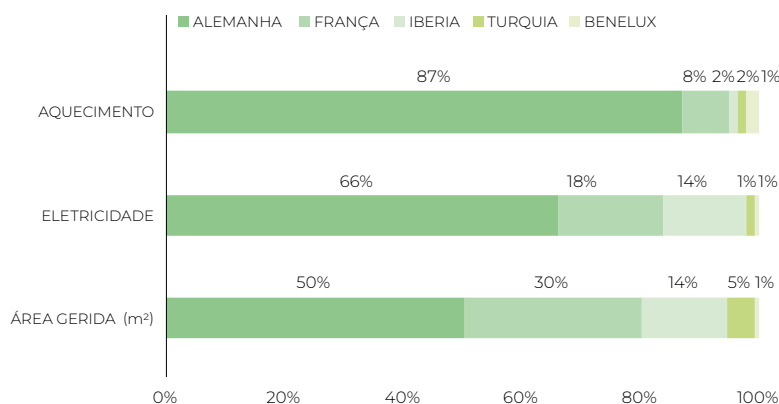


Em 2022, a despesa energética específica do edifício foi de 58 089 GJ, o que compara com uma área total de 251 264 m², resultando num indicador de 0,231 GJ/m² e num decréscimo de 38.8% face a 2021.

Intensidade de energia dos edifícios	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Consumo de energia (GJ)	88 117	97 776	58 089	-40,6%
Áreas geridas (SQM)	313 331	258 921	251 264	-3,0%
Intensidade (GJ/SQM)	0,281	0,378	0,231	-38,8%

O gráfico abaixo mostra uma visão geral dos parâmetros individuais de ponderação de acordo com os países onde a Inapa opera. Apesar da reduzida superfície de construção gerida, a quota de energia reside predominantemente nas operações alemãs.

Energia & áreas geridas por região



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Relativamente aos objetivos relacionados com os ODS das Nações Unidas para o período de 2019-22 e à importância de avançar com fontes de energia renováveis, estabeleceu-se a meta de aumentar a quota de utilização de energias renováveis para 12% até 2022. O objetivo foi superado. Para 2024 pretende-se uma atingir uma quota de 23,0%.



7.2 Energias renováveis e acessíveis

Objetivos 2019-22	Objetivos 2023-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a quota de energia renovável utilizada no Grupo para 12% até 2022.	Aumentar a quota de energia renovável utilizada no Grupo para 23% até 2024	8,0%	8,0%	22,7%	19,6%	21,0%	23,0%	3 pp

Unidade de medida: Energia renovável/ Total de energia



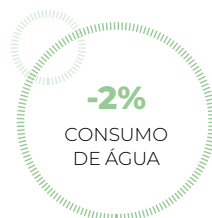
O nosso consumo de água

Em 2022 registou-se um decréscimo de 2 pontos percentuais no consumo de água.

No Grupo Inapa, a água é utilizada apenas para fins de higiene nas nossas instalações. Ocasionalmente, são geradas quantidades adicionais pela gestão de reservatórios de água de incêndio em alguns locais.

As necessidades de água do Grupo Inapa em 2022 foram satisfeitas exclusivamente através da compra de água doce a fornecedores locais.

As fontes dos fornecedores variaram de local para local, não existindo informação sobre a sua origem (profundidades, águas superficiais, reciclagem). Não houve indícios de extração ilegal de água ou de extração de água que afetasse significativamente as fontes de água existentes.



Consumo de Água por Fonte (em m³)	2018	2019*	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Consumo total de água no Grupo	15.209	12.112	13.954	13.186	12.924	-2,0%

(*) NÃO INCLUI OS DADOS DA POPYRUS DEUTSCHLAND NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019

* CONFORME DESCRITO NO FINAL DESTES SUB-CAPÍTULO, O PLANO 2023-24 INTEGRA OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS COM ESTES OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONFORME ESTABELECIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS.

Não existe tratamento de águas residuais. O efluente é descarregado nos coletores públicos das empresas locais de eliminação

de resíduos e estima-se que o volume descarregado foi na mesma ordem de grandeza que o do abastecimento de água.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

No âmbito dos objetivos e metas relacionadas com os ODS das Nações Unidas, definiu-se como objetivo para 2024 reduzir o consumo relativo de água em 10%.



6.4 Água potável e saneamento

Objetivos 2023-24	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Reduzir o consumo total de água em 10%	0,0514	0,0488	0,0464	10%
Eliminar quaisquer retiradas de água não sustentável				

Unidade de medida: Intensidade do consumo de água: m³ consumido por m² de edifício



Biodiversidade

Não existem instalações geridas ou adjacentes, pertencentes ou arrendadas pela Inapa, em áreas protegidas ou em áreas com elevados níveis de biodiversidade, mesmo que não estejam identificadas como áreas protegidas.

As nossas operações, os nossos produtos ou os nossos serviços não têm impacto sobre a

biodiversidade. O nosso Grupo não está envolvido na reabilitação ou proteção dessas áreas.

Durante 2022 as empresas do Grupo Inapa continuaram a apoiar a biodiversidade através da realização de várias iniciativas.

Alemanha

Para sustentar a polinização das plantas, a Inapa Deutschland mantém duas colónias de abelhas no jardim de um colaborador da Inapa em Hamburgo. A abelha de mel é uma parte importante do nosso ecossistema e desempenha um papel importante no fornecimento de alimentos.



França

A Plastic Odyssey é um projeto que visa reduzir a poluição do plástico oceânico através da criação de uma rede global de iniciativas locais de reciclagem. Como parte do programa de fidelização de clientes "Lik'Inapa", os clientes da Inapa France acumulam pontos de fidelização e que podem doar para apoiar esta causa.



6

As nossas emissões

Em 2022 observou-se um decréscimo de 14% nas emissões GEE de âmbito 1 e 2. Paralelamente também foi registada uma redução nas emissões GEE de âmbito 3.

As atividades relacionadas com os GEE do Grupo em 2022 respeitaram o compromisso do Conselho de Administração da Inapa de reduzir as emissões operacionais de GEE, estabelecendo metas ambiciosas e tomando medidas eficazes para contribuir para o programa das Nações Unidas “Business Ambition for 1,5 °C” para limitar o aquecimento global.

Neste contexto, orientados pelos resultados de grupos de trabalho relevantes do setor, desenvolvemos valores de referência associados às áreas que afetam a Inapa. Os grupos de peritos calcularam taxas de redução a curto, médio e longo prazo para diferentes setores económicos, tendo em conta vários cenários possíveis e fatores de influência, como a disponibilidade de tecnologias alternativas, volumes globais de transporte, dificuldades na implementação, entre outros. Para o modelo de negócio da Inapa, não foram definidos objetivos específicos de redução baseados em SBT nos grupos de trabalho.



No entanto, foram apresentados objetivos de redução a curto, médio e longo prazo (2050) para os grupos de edifícios e de transportes, que a Inapa considerou adequados à própria medição de intensidade: as emissões destes dois grupos - edifícios e transportes – deverão sofrer uma redução de 4,4% (edifícios) e 3,6% (transportes) anualmente até 2030, para alcançar as metas climáticas definidas.

Foram ainda definidos objetivos específicos relacionados com as ODS 8 e 12 das Nações Unidas, conforme apresentados no final deste sub-capítulo.

* CONFORME DESCRITO NO FINAL DESTES SUB-CAPÍTULO, O PLANO 2023-24 INTEGRA OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS COM ESTES OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONFORME ESTABELECIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS.

MEDIÇÃO DA INTENSIDADE DE GEE DOS EDIFÍCIOS GERIDOS

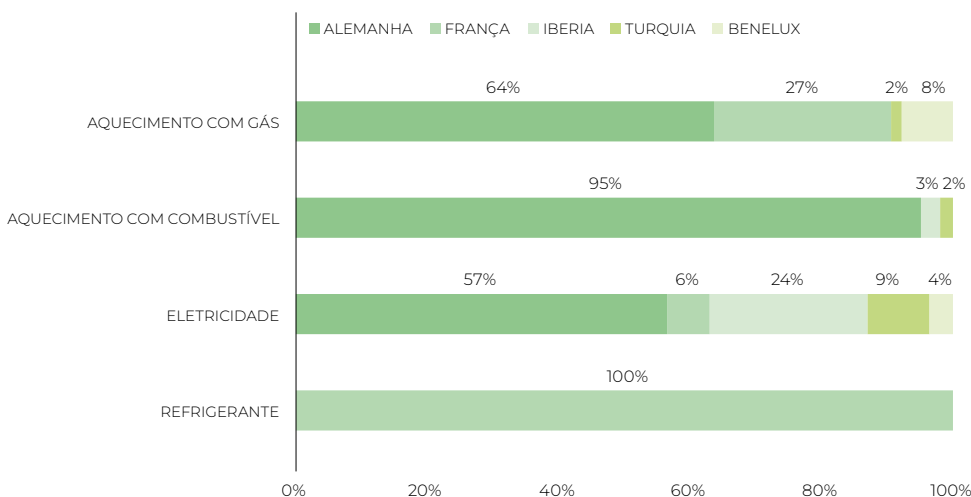
Como já foi referido, a monitorização dos valores absolutos de consumo é limitada no que diz respeito à avaliação da intensidade energética das atividades de uma empresa. A Inapa introduziu um indicador de intensidade energética para a avaliação das emissões de GEE na gestão de edifícios.

Em 2022, este indicador foi reduzido para 7,9 kg de CO₂e/m² (39.5%), tendo sido fortemente influenciado pela diminuição do consumo e pela recente mudança para energias renováveis no aquecimento de gás e eletricidade na Alemanha.

INTENSIDADE ENERGÉTICA NA GESTÃO DE EDIFÍCIOS

Categoria	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Aquecimento c/ Combustível (toneladas CO ₂)	1.848	1.082	-41,5%
Aquecimento c/ Gás (toneladas CO ₂)	1.112	552	-50,4%
Eletricidade (toneladas CO ₂)	401	337	-16,0%
Refrigerante (toneladas CO ₂)	23	17	-26,1%
Áreas geridas (m ²)	258.921	251.264	-3,0%
Intensidade (kg CO₂/m² p.a.)	13,1	7,9	-39,5%

Intensidade de GEE dos edifícios geridos por região





MEDIÇÃO DA INTENSIDADE DE GEE DOS TRANSPORTES & MOBILIDADE

A Inapa France aderiu à iniciativa Fret21, que visa encorajar as empresas a agir como mandantes dos transportadores para melhor integrar o impacto do transporte na sua estratégia de sustentabilidade e, assim, reduzir a sua pegada ambiental.

No âmbito deste projeto, a empresa comprometeu-se a otimizar as rotas de transporte para as entregas dos clientes com as seguintes ações nos próximos três anos:

- Cooperação com transportadores externos certificados na área da redução das emissões de CO₂;
- Consolidação das cargas;
- Redução do número de viagens de distribuição e redução das distâncias percorridas;
- Extensão da frota de camiões a gás natural comprimido,
- Melhoria do diálogo com os clientes para otimizar a programação das entregas de modo a assegurar mais oportunidades de agrupamento de quantidades.

Este projeto faz parte do programa EVE e é apoiado pela ADEME, bem como por um conjunto de associações profissionais. É apoiado pelo Ministério francês da Transição Ecológica e financiado por fornecedores de energia como parte do esquema de certificados de poupança de energia.

TECNOLOGIA MODERNA DE TRANSPORTE PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES

Ainda que os motores diesel venham a ser a base da frota de camiões da Inapa Deutschland num futuro próximo, estamos continuamente a investir na sua otimização e na redução das emissões de gases com efeito de estufa. Em 2022, por exemplo, entraram em serviço treze novos veículos com a mais recente tecnologia e quinze veículos antigos foram desativados.

Motores Euro VI económicos e fiáveis, de consumo otimizado, um sistema automático de mudança de velocidades com programas de condução concebidos para uma utilização mais eficiente, uma transmissão de potência com maior eficácia e uma aerodinâmica otimizada, permitiram uma redução significativa do combustível e das emissões.

No próximo ano, iremos dar continuidade à renovação da nossa frota de veículos.



EMISSÕES DIRETAS E INDIRETAS DO GRUPO (ÂMBITO 1 e 2)

O ano 2022 foi marcado pela diminuição do consumo, tanto nas emissões diretamente atribuíveis da combustão de combustíveis fósseis (Âmbito 1), como nas emissões indiretas mas atribuíveis a fornecedores (Âmbito 2), nomeadamente das compras de eletricidade.

As emissões diretas do Âmbito 1 diminuíram 14%, sendo a maior redução em valores absolutos na combustão estacionária, nomeadamente gás de aquecimento e combustível.

Nas emissões indiretas da eletricidade utilizada nos edifícios (Âmbito 2) verificou-se uma diminuição de 16%, resultante da mudança de eletricidade na Alemanha para fontes renováveis, o que teve um efeito positivo no balanço.

Assistimos a novas reduções relacionadas com o aumento da eletricidade neutra gerada pelo sistema de painéis solares nas instalações da Inapa Portugal em Sintra.

Foram também obtidos êxitos significativos relacionados com os transportes, que resultaram da realização consistente de efeitos sinérgicos criados pela reestruturação do negócio na Alemanha, através de camiões em serviço que devido à fusão de rotas com outros veículos saíram de circulação, aumentando a taxa de utilização.



Âmbito 1

Âmbito 2

EMISSÕES GEE DO GRUPO INAPA (ÂMBITO 1 e 2)

	TONS CO ₂						SHARE					
	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
EMISSÕES DIRETAS (Âmbito 1)												
Carros & Camiões da empresa	5 775	6 598	7 508	5 922	6 041	2,0%	62%	72%	69%	66%	79%	12,4%
Combustão estacionária	3 109	2 153	3 320	3 007	1 634	-45,7%	33%	23%	30%	34%	21%	-12,4%
Ar condicionado & Refrigeração	413	464	118	23	20	-13,0%	4%	5%	1%	0%	0%	0,0%
SUBTOTAL ÂMBITO 1	9 297	9 215	10 946	8 952	7 695	-14%					100%	
EMISSÕES INDIRETAS (Âmbito 2)												
Eletricidade (com base no mercado)	602	1 592	450	401	337	-16%	100%	100%	100%	100%	100%	0%
SUBTOTAL ÂMBITO 2	602	1 592	450	401	337	-16%	100%	100%	100%	100%	100%	
TOTAL DE EMISSÕES GEE (Âmbitos 1, 2)	9 899	10 807	11 396	9 353	8 032	-14,1%						

Na sua atividade principal de distribuição de papel, a Inapa continuará a utilizar combustíveis fósseis em grande medida para a gestão de edifícios e transportes num futuro próximo.

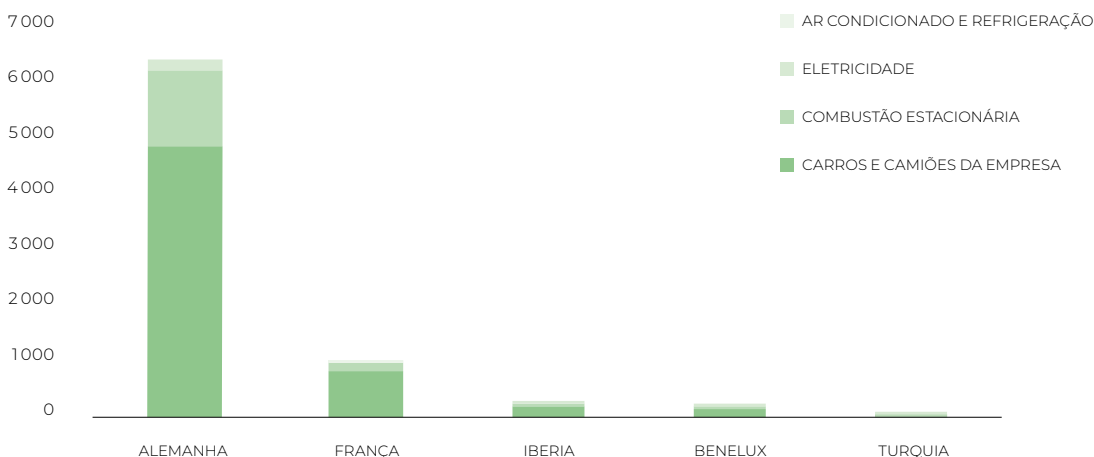
Na síntese das emissões de âmbito 1 e 2 por região, o consumo de combustível dos automóveis e camiões próprios, bem como a combustão estacionária, são as principais fontes de emissão na maioria das geografias da Inapa. Contudo, a Inapa procura continuamente soluções que permitam alcançar a otimização das taxas de utilização dos veículos, através de um melhor

planeamento de rotas e da expansão da quota de carga externa.

A gestão operacional local é responsável pela apresentação de planos concretos e requisitos de investimento, bem como de oportunidades de financiamento.

Neste critério de decisão, os objetivos de redução de emissões tornam-se mais claros e rigorosos, tanto como um requisito para a responsabilidade social da organização como um constrangimento das autoridades estatais reguladoras competentes em matéria de legislação ambiental.

Âmbito 1 + 2 , emissões GEE por região



Tal como em todas as outras áreas, as emissões de CO₂ foram calculadas de acordo com o DEFRA (Department for Environment, Food and Rural Affairs), o GEMIS (Global Emission Model Integrated Systems) e as estatísticas oficiais da UE. A Inapa não produz, exporta ou importa substâncias que destroem a camada de ozono e não emite outras emissões atmosféricas significativas.

EMISSÕES INDIRETAS ATRIBUÍVEIS DA CADEIA DE VALOR DA INAPA (ÂMBITO 3)

Como parte da sua gestão climática, cada vez mais empresas estão também a endereçar emissões de gases com efeito de estufa que ocorrem para além dos limites das suas próprias instalações ao longo da cadeia de valor. Estas não se encontram dentro da esfera de influência direta da empresa, pelo que o seu registo e comunicação não são obrigatórios ao abrigo do protocolo padrão GRI escolhido pela Inapa.

No entanto, a Inapa procura satisfazer as crescentes exigências dos seus intervenientes, respondendo a iniciativas como a Iniciativa de Metas de Base Científica 1,5 graus ou o Projeto de Divulgação de Carbono. Além disso, a Inapa não só quer assumir a sua responsabilidade

Âmbito 3

perante os fornecedores e parceiros de serviços dentro da cadeia de valor global dos seus bens e serviços, como, na qualidade de empresa líder europeia no comércio de papel, pretende desempenhar um papel mais importante na redução das emissões de CO₂.

A Inapa considerou como mais relevantes para o seu negócio os seguintes fatores-chave de emissão a montante e a jusante no Âmbito 3, ordenados de acordo com a dimensão da sua quota:

- Emissão da produção de bens adquiridos
- Transporte & venda (entrega) dos produtos
- Resíduos produzidos pela empresa
- Viagens de negócios
- Consumo de energia fora dos Âmbitos 1+2

Considerando a disponibilidade dos dados necessários, o esforço envolvido na sua obtenção e cálculo, e de acordo com a sua ponderação dentro dos fatores individuais, foi decidido começar com as emissões relacionadas com os produtos que adquirimos aos nossos fornecedores mais importantes, como objetivo de capturar pelo menos 80% das emissões correspondentes. Numa fase posterior, serão calculadas as emissões associadas ao transporte destes produtos para a Inapa ou diretamente para os clientes.

Metodicamente, as emissões devem ser calculadas de acordo com a Norma do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa (GHG), o que significa que as emissões relacionadas com os produtos devem incluir a produção ou extração/fornecimento de matérias-primas e fases posteriores

de processamento, bem como todos os transportes de materiais usados para os produtores (Âmbito 3.4).

Como outro parâmetro, foi analisado o transporte de mercadorias dos fornecedores para a Inapa ou diretamente da fábrica para os nossos clientes, na categoria de emissões “transporte e distribuição a montante” (Âmbito 3.4).

Durante a recolha de dados dos fabricantes e fornecedores, verificou-se que os dados sobre emissões e todos os fatores a considerar de acordo com o Protocolo GHG não estão completos, o que se explica pela complexidade das cadeias de produção nas várias fases na indústria do papel, cuja análise implica um esforço considerável. Além disso, a inclusão de emissões provenientes da utilização de bens e do seu fim de vida útil, conforme exigido pelo GHG, é excluída pelos fabricantes por ser imprevisível.

A fim de traçar um quadro o mais realista possível das emissões relacionadas com os produtos a atribuir à Inapa, foram também processados dados calculados de acordo com normas industriais comuns e reconhecidas.

No caso do papel, a indústria segue principalmente as recomendações da EUROGRAPH para o cálculo da pegada de carbono do produto (os chamados “Ten Toes”).

90% desta informação é comunicada à Inapa através do “Profile Paper”, o formulário de declaração quase-padrão utilizado pelos fabricantes europeus.

As emissões associadas ao transporte de mercadorias para os armazéns Inapa ou diretamente da fábrica para os nossos clientes foram calculadas pelos valores dos fornecedores.

Nos casos em que estes não estavam disponíveis, foram calculados pela própria Inapa utilizando as ferramentas de cálculo da Ecotransit (www.ecotransit.org) e da DHL (www.dhl-carboncalculator.com).

ÂMBITO 3 - EMISSÕES GEE DE BENS ADQUIRIDOS | 2022

Origem da Produção	Locais de Produção Monitorizados	Quota do Volume de Compras	Emissões CO ₂ (TO)
Países Inapa*	39	47,4%	228 049
Europa	42	37,8%	132 061
América do Norte	1	0,7%	488
Ásia	7	1,5%	21 758
América do Sul	1	1,0%	2 407
Total	90	88,3%	384 763

* BÉLGICA, FRANÇA, ALEMANHA, PORTUGAL, ESPANHA, TURQUIA

ÂMBITO 3 - EMISSÕES GEE DE TRANSPORTES A MONTANTE | 2022

Origem	Fornecedores com transportes monitorizados	Quota do Volume de Compras	Transporte CO ₂ (Ton/CO ₂)
Países Inapa*	39	47,4%	14 721
Europa	42	37,8%	22 087
América do Norte	1	0,7%	561
Ásia	7	1,5%	2 145
América do Sul	1	1,0%	439
Total	90	88,3%	39 953

* BÉLGICA, FRANÇA, ALEMANHA, PORTUGAL, ESPANHA, TURQUIA

No Âmbito 3 das emissões para o ano 2022, monitorizaram-se 90 locais e 88,3% do volume de compras.

As emissões de GEE dos produtos comprados

diminuíram 3% para 384 784 ton/ CO₂e (face a 395 435 ton/ CO₂). As emissões de GEE do transporte a montante diminuíram 14% para 39 953 ton/ CO₂e (face a 46 398 ton/ CO₂ em 2021).

ÂMBITO 3 - EMISSÕES GEE | COMPARAÇÃO ANUAL

Origem	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Locais monitorizados	64	90	41%
Quota do Volume de Compras	91,0%	88,3%	-2.7pp
Emissão de bens adquiridos (ton/CO ₂ e)	395 435	384 764	-3%
Emissão de transportes (ton/CO ₂ e)	46 398	39 953	-14%

Âmbito 3



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Relativamente ao nível de emissões da Inapa, e em linha com os ODS das Nações Unidas, foram definidas para 2024, metas relacionadas com dois ODS –Trabalho digno e crescimento económico e produção (8) e Ação climática (13).



8.4 Trabalho digno e crescimento económico

Objetivos 2023-24	2022	2023	2024	Evol. 22-24
(A) Reduzir a pegada associada a materiais (To/CO ₂ e; emissões do Âmbito 3) relativamente ao volume de bens adquiridos em 4% até 2024	0,551	0,542	0,530	4%
(B) Reduzir os níveis internos de consumo de materiais em 5% até 2024, através da melhoria da relação entre o consumo interno de materiais (kg) e o volume de bens adquiridos (toneladas)	3,160	3,096	3,015	5%

Unidade de medida

8.4 (A): Pegada associada a materiais (To/CO₂e, Emissões âmbito 3; bens adquiridos + transporte a montante) em relação ao volume de bens adquiridos (Tons)

8.4 (B): Consumo interno de material (kg) em relação ao volume de bens adquirido (tons)



13.2 Ação climática

Objetivos 2019-22	Objetivos 2023-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados com as alterações climáticas, reduzindo o consumo de energia e a intensidade de GEE dos negócios da Inapa	1. Reduzir as emissões de CO ₂ em 10% (nos transportes)	n.a.	63 483	46 398	39 953	37 955	36 057	10%
Estabelecer metas ambiciosas de redução de CO ₂ baseadas no SBT do programa "Business Ambition 1.5 °C" das Nações Unidas	2. Aumentar o volume de compras monitorizado para 95% (transportes)	n.a.	83%	91%	88%	93%	95%	7 pp

Unidade de medida

1: Ton/ CO₂

2: % do volume monitorizado

7

Resíduos

O volume de resíduos produzido pela Inapa reduziu em 24% durante 2022.



Em 2022, o volume de resíduos registado diminuiu em quase todas as categorias estabelecendo-se em 2015 toneladas. O esforço feito pela Inapa para controlar as quantidades de resíduos gerados através das operações teve um resultado positivo. Com uma redução de 24% em relação a 2021, o consumo de resíduos igualou o seu nível em 2018.

Comparativamente a 2021, registou-se evolução positiva nos níveis de consumo de resíduos associados à recolha de resíduos de papel, cartão, resíduos de embalagens e, em menor escala, também de plásticos. A importância de resíduos domésticos, baterias, metais e equipamento no peso dos resíduos é muito reduzida e as quantidades são estáveis.

As empresas do Grupo Inapa seguem uma política de separação e recolha de resíduos. Em 2022, 76% destes resíduos foram reciclados. Os resíduos que não puderam ser fisicamente reciclados (ou compostos) foram processados em instalações de incineração de resíduos, 70% dos quais estão associados à recuperação de energia. Nenhum resíduo foi depositado em aterro.

* CONFORME DESCRITO NO FINAL DESTES SUB-CAPÍTULO, O PLANO 2023-24 INTEGRA OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS COM ESTES OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONFORME ESTABELECIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS.

RESÍDUOS PRODUZIDOS PELO GRUPO INAPA (TO)

Tipo de Resíduo	2018	2019	2020	2021	2022	22 vs 21 (+/-)
Papel e Cartão	1.006	1.356	1.090	1.154	992	-14%
Resíduos de Embalagem	78	313	181	354	187	-47%
Madeira	812	518	481	827	526	-36%
Plástico	177	256	201	238	225	-6%
Restantes resíduos semelhantes a resíduos domésticos	186	114	139	84	84	0%
Baterias	-	6	0	1	0	0%
Metais	3	3	10	0	1	0%
Equipamento elétrico e eletrônico	0	1	3	2	0	0%
Total	2.261	2.568	2.105	2.660	2.015	-24%

De referir que algumas informações sobre o tipo de eliminação de resíduos se baseiam em dados estatísticos das autoridades ambientais estatais relevantes, uma vez que nem sempre se encontravam disponíveis informações concretas dos parceiros de eliminação de resíduos no local.

Os dados apresentados baseiam-se nas quantidades de resíduos recolhidos, pesados e faturados pelos operadores separadamente. Os resíduos domésticos foram estimados com base nos ciclos de remoção.

RESÍDUOS GRUPO INAPA 2022

Método de Eliminação	Ton	%
Reciclado (circuito fechado)	1532	76%
Recuperado (inclui recuperação energética)	338	17%
Incineração (sem recuperação energética)	145	7%

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas relacionados

Os objetivos relacionados com redução de resíduos para 2019-2022 foram superados. Durante este período observou-se uma redução de 22% na produção de resíduos da Inapa (de 2 567 para 2 015 toneladas). Para 2024 estabeleceu-se como objetivo uma redução adicional de 15%.



12.5 Produção e consumo sustentáveis

Objetivos 2019-22	Objetivos 2023-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Reduzir a produção de resíduos em 15% até 2022	Reduzir a produção de resíduos em 15% até 2024	2 567	2 105	2 660	2 015	1 864	1 712	15%

Unidade de medida: Toneladas de resíduos produzidos



RESPONSABILIDADE SOCIAL



Diversidade e inclusão

Estamos sempre em adaptação às necessidades para a sustentabilidade do Grupo.

A diversidade dos colaboradores é um fator-chave nas relações comerciais do Grupo, uma vez que é devido a esta diversidade que conseguimos ir ao encontro das expectativas dos diferentes mercados onde estamos presentes. Os nossos produtos estão presentes em mais de 40 países e os nossos comerciais, aconselham os nossos clientes em sete línguas diferentes.

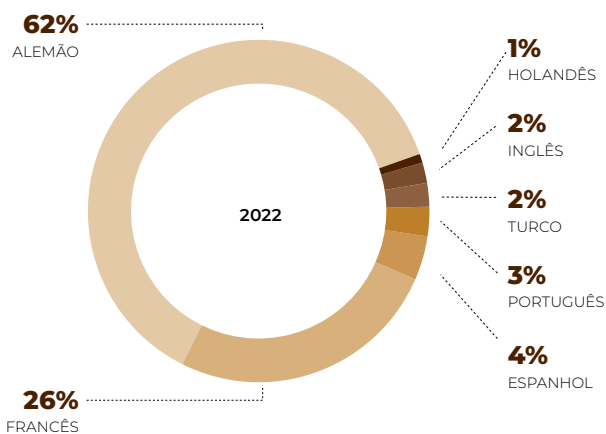
Medidas de Igualdade

Um dos principais objetivos da política de Recursos Humanos do Grupo Inapa é a promoção ativa da diversidade e da igualdade de oportunidades dentro da empresa, independentemente da origem étnica, sexo, idade, orientação sexual, deficiência e religião dos colaboradores. Estes são os valores presentes no código de conduta, elaborado em 2017 e que se mantém até aos dias de hoje, tendo sido efetuados pequenos ajustes ao longo dos anos.

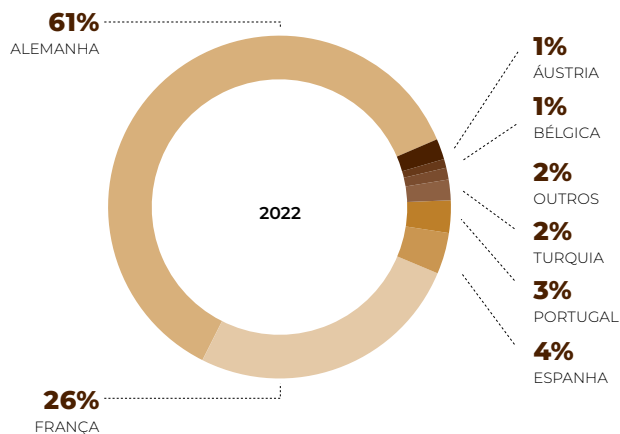
Verifica-se que não há, até à data, padrões vinculativos na área da diversidade de género, devido às diferentes dimensões das empresas nos vários países, ao seu desenvolvimento



Negócio Inapa por idiomas:



Divisão geográfica das vendas Inapa 2022:



* CONFORME DESCRITO NESTE SUB-CAPÍTULO, O PLANO 2023-24 INTEGRÁ OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NÚMERO 5 CONFORME ESTABELECIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS.

histórico adicionado ao enquadramento jurídico e cultural. Devido a estes fatores, os CEOs locais estão em melhor posição para aplicar a cultura formulada no Código Inapa às equipas, de acordo com as suas capacidades individuais.

No entanto, todos os anos no mês de setembro, é divulgado interna e externamente o Plano de Igualdade de Género para o Grupo Inapa, que demonstra o compromisso do Grupo com a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Adicionalmente, este mesmo plano é incluído no relatório de sustentabilidade para que as intenções do Grupo neste campo fiquem devidamente expressas.

O Plano de Igualdade de Género é publicado no *website* da Inapa - IPG (www.inapa.pt) na área de Comunicações ao Mercado, em português e em inglês, por forma a ser partilhado com todas as empresas do Grupo.

Por fim, como ação de promoção da igualdade e inclusão, a Inapa tem definido mecanismos de denúncia de comportamentos de assédio e discriminação, bem como outros comportamentos pouco éticos, assegurando o anonimato do queixoso, mecanismos esses que constam do Código de Conduta, divulgado junto de todos os colaboradores.

Em 2022, para fazer face à Diretiva da União Europeia e à lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, a Inapa iniciou o processo de seleção de uma empresa parceira para a preparação de um processo de *whistleblowing* totalmente profissionalizado e transparente,

o que permitirá a existência de maior rigor no tratamento de casos de assédio e comportamentos menos adequados, seja qual for a sua natureza e independentemente dos intervenientes.

Em 2021, criou-se uma área de Recursos Humanos a reportar à Comissão Executiva, que assumiu a responsabilidade de uniformização de práticas corporativas, e trouxe uma nova abordagem à diversidade, inclusão e igualdade, que se tornou mais transversal e estruturada, ainda que não deixando, naturalmente, de acautelar as especificidades das várias subsidiárias.

Pretende-se deste modo que as práticas de prossecução da estratégia, missão e valores do Grupo, de igualdade de acesso ao emprego, de formação, de igualdade nas condições de trabalho, proteção da maternidade, paternidade, assistência à família, bem como a conciliação da vida pessoal com a vida profissional, sejam uniformizadas, dentro do possível, em todas as empresas do Grupo.

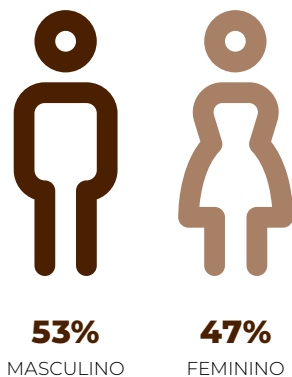
Plano de igualdade

Para que todas as empresas do Grupo Inapa estejam em conformidade com o quadro legislativo europeu (artigo 7.º da lei n.º 62/2017, de 1 de agosto e no Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho), e de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidade entre mulheres e homens, em 2022 a Comissão Executiva comunicou o seu Plano de Igualdade de Género para 2023.

Tal como foi anteriormente efetuado para 2022, a preparação deste Plano de 2023 seguiu as diretrizes contidas no guia da CITE para a preparação dos Planos para a Igualdade, tendo sido utilizadas as seguintes ferramentas de diagnóstico:

- Análise das práticas de recursos humanos definidas e implementadas em 2021 e 2022.
- Análise dos indicadores do Grupo em matéria de igualdade de género.
- Análise de respostas a questionário sugerido pelo CITE, submetido aos membros das administrações das empresas do Grupo, diretores de primeira linha, *managers* e outras pessoas chave das subsidiárias do Grupo. Foi obtida uma participação global de 53%, dos quais 53% foram homens e 47% mulheres.

Deste diagnóstico foram identificadas as seguintes conclusões e áreas de melhoria.



Principais conclusões:

- Reconhecimento do esforço da Administração do Grupo e empresas, em demonstrar quer internamente, quer externamente, o seu compromisso e promoção da igualdade de género na estratégia, missão e valores, sendo este tema uma prioridade reconhecida no Grupo e praticada pela gestão.
- Preocupação do Grupo com os colaboradores que se ausentam temporariamente da empresa, demonstrando total transparência e respeito pelas necessidades momentâneas dos mesmos.
- Implementação de ações de sensibilização dos gestores responsáveis pela contratação para a importância de ter em conta as práticas de não discriminação na seleção dos candidatos.
- Na elaboração do plano de formação, a empresa tem presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, nomeadamente no que se refere a oportunidades de desenvolvimento, progressão na carreira e acesso a cargos de gestão.
- Reconhecimento de que não existe um viés ou discriminação de género na aferição da avaliação de desempenho ou nos procedimentos de progressão na carreira.
- No que diz respeito à licença parental, é entendido que a empresa respeita o princípio de igualdade entre homens e

mulheres, não faz discriminação, cumpre os requisitos legais e mostra abertura adicional para flexibilizar alguns casos pontuais, quando estes são requisitados.

- É opinião generalizada que há uma preocupação da gestão do Grupo no sentido de facilitar a conciliação da vida pessoal com a vida profissional dos colaboradores.
- O Grupo implementa e informa os colaboradores sobre as medidas para prevenir qualquer tipo de assédio no trabalho, bem como ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade dos colaboradores, existindo na empresa mecanismos de denúncia de tais situações.

Áreas de Melhoria

- Comunicação interna do plano para igualdade de género em todos os canais disponíveis.
- Envolvimento e escuta dos colaboradores do Grupo sobre esta temática.
- Existência de relações de cooperação com entidades públicas e/ou organizações da sociedade civil que persigam o objetivo de promoção da igualdade entre mulheres e homens.
- Encorajar o recrutamento de homens e mulheres para funções onde estão sub-representados.
- Priorização, sempre que se justifique, dos profissionais do género sub-representado

nas ações de formação profissional dirigidas às profissões exercidas predominantemente por colaboradores do mesmo género, por forma a criar maior diversidade.

- Disponibilização de maior formação e competências para o seu desempenho, aos géneros sub-representados nas mesmas.
- Criação de um sistema de análise de funções, com critérios de avaliação claros, objetivos e transparentes, continuando a respeitar o princípio “igual remuneração por trabalho igual ou trabalho de igual valor”.
- Implementação de um sistema de registo dos interesses / objetivos de carreira dos colaboradores para permitir a sua seleção e aferição da sua incorporação em futuros postos de trabalho.
- Criação de programas de *mentoring* e *coaching* com o objetivo de aumentar a rede de contactos, visibilidade e projeção de trabalho, bem como desenvolver competências de liderança.
- Definição de ações de formação, *mentoring* e *coaching* para colaboradores que regressam ao trabalho após interrupções por apoio à família e colaboradores em posições de topo com responsabilidade de decisão.
- Sensibilização da gestão intermédia para assuntos e comportamentos relacionados com a igualdade de género e desenvolvimento das mulheres.

- Garantia de que não há disparidades salariais entre homens e mulheres, através de monitorização regular.
- Incremento de ações internas de sensibilização para possibilidade dos pais partilharem mais as licenças parentais com as mães.
- Flexibilização de algumas situações pontuais, para além do que está definido na lei dos países, de forma mais estrutural.
- Reforçar a sensibilização dos gestores para a não discriminação entre homens e mulheres nas questões relacionadas com a conciliação da vida pessoal e profissional, nomeadamente na gestão das horas flexíveis, faltas, entre outras.
- Comunicação interna por forma a reforçar a abertura da empresa no sentido de uma maior participação do homem em questões de conciliação entre a vida pessoal e profissional.

Para além do diagnóstico às práticas da Inapa em matéria de diversidade, inclusão e igualdade, a elaboração do plano para 2023, teve também por base a análise do cumprimento das ações previstas no plano de igualdade de género anteriormente definido para 2022.

Uma vez que as ações a que nos propomos realizar para 2022 constavam em projetos grandes que requerem muito trabalho de preparação e implementação, o plano de 2023 foca-se na implementação das ações que faltam implementar e consolidação daquelas que foram implementadas.

A Comissão Executiva do Grupo empenhar-se-á em promover e facilitar ações, a maioria das quais serão levadas a cabo pela gestão local e gestão de recursos humanos, para cada uma das empresas do Grupo nas diferentes geografias.

Antes de apresentarmos as novas atividades do Plano de Igualdade de Género para 2023, gostaríamos de destacar as atividades que aparecerão nos planos dos próximos anos, devido à recorrência das ações em questão.

Estratégia, missão e valores

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
Divulgar Plano de Igualdade. Continuar a envolver os colaboradores na definição e implementação do Plano para a Igualdade.				
Incentivar a participação dos Colaboradores no domínio da promoção da igualdade entre mulheres e homens.				
Divulgação externa: publicação no <i>website</i> Divulgação interna: através do envio de <i>newsletters</i> eletrónicas e em papel; publicação na intranet	Administração DRH local	Comunicação	Plano para a Igualdade de Género	Assim que o Plano esteja aprovado
Inclusão de questões relacionadas com a igualdade no inquérito anual do Grupo sobre o clima organizacional	Administração	DRH local Gestão local	Inquérito de Clima	1º trimestre
Aplicação de inquérito, <i>focus groups</i> ou outros, de forma a aferir as necessidades referentes às práticas de diversidade, inclusão e igualdade	DRH local	Administração Gestão local	Aplicação do Inquérito	Progressão positiva do resultado do Inquérito
Envolver colaboradores na implementação do Plano para a Igualdade.				
Existência de mecanismos que permitam a identificação e atuação em casos de assédio ou discriminação, assegurando o anonimato do denunciante	Administração	Administração DRH local Gestão local	Cumprimento integral através de mecanismos de <i>whistleblowing</i>	100% na eventualidade de existência de casos
Reconhecer, integrar e dar igual visibilidade de mulheres e homens em todas as formas de linguagem, no plano interno e externo. Assegurar a informação dos colaboradores sobre os direitos e deveres no domínio da igualdade e não discriminação.				
Adaptação da linguagem de todos os documentos e instrumentos de gestão e comunicação da empresa (relatórios, regulamentos, <i>website</i> , intranet, comunicados, e-mails, imagens veiculadas) à diversidade, inclusão e igualdade de género	Administração Gestão local	DRH local Comunicação	Documentos e instrumentos de gestão e comunicação da empresa com linguagem adaptada à diversidade, inclusão e igualdade de género	100% dos documentos e instrumentos de gestão e comunicação

Formação contínua

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso à formação.				
Organização dos horários de formação de modo a coincidirem com horários normais de trabalho estabelecidos	DRH local	Gestores das áreas	Plano de Formação	Cumprimento integral

Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
Conciliar a vida profissional com a vida pessoal dos colaboradores.				
Promoção do teletrabalho, flexibilidade de horário e possibilidade de trabalho em <i>part time</i> sempre que tal seja justificado	Gestão local DRH local	Administração Diretores Gestores	Adoção de teletrabalho, flexibilidade de horário e possibilidade de trabalho em <i>part time</i> sempre que seja justificado, sendo analisado caso a caso.	Cumprimento integral

Plano de igualdade para 2023

Estratégia, missão e valores

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
<p>Continuar a envolver todos os colaboradores na implementação do Plano para a Igualdade. Incentivar a participação dos Colaboradores no domínio da promoção da igualdade entre mulheres e homens.</p>				
<p>Definição e Implementação do Programa “Viver a Diversidade, Inclusão e Igualdade” que deverá ter por base as seguintes ações:</p>				
<ul style="list-style-type: none"> Formação sobre proteção na parentalidade; conciliação da vida profissional e pessoal; viés e assédio moral e sexual no trabalho Focus groups para a definição de ações de melhoria em diversidade, inclusão e igualdade Identificação e criação de grupos de trabalho, implementação e comunicação de resultados 	DRH local	Administração Gestão local Comunicação Todos os colaboradores envolvidos	N.º de colaboradores abrangidos pelo Programa	50% de abrangência em 2023

Igualdade no acesso ao emprego

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
<p>Promover a desagregação interna por género e obter um maior equilíbrio entre mulheres e homens na empresa.</p>				
<p>Lançamento de uma campanha interna de <i>roadshow</i> por área/ função para mulheres e homens abrangendo profissões/funções onde estes estejam sub-representados, com o objetivo de obtenção de testemunhos para campanha interna de comunicação/promoção de maior diversidade e identificação de competências para recrutamento interno para as funções abrangidas</p>				
	DRH local	Equipa de gestão local Responsáveis pelas áreas funcionais Comunicação	% de participação de colaboradores	Participação de 5-10% dos colaboradores <i>target</i> no <i>roadshow</i> anualmente

Formação contínua

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
Desenvolver competências de gestão e liderança nas mulheres do Grupo para alcançar uma participação equilibrada de mulheres e homens nos lugares de decisão de topo e de direção e chefia.				
<p>Criação e Implementação de Programas de formação que permitam a harmonização entre género:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação em gestão e liderança; • Programa de <i>mentoring</i> e <i>coaching</i> • Ações de formação/ orientação das chefias intermédias em temas de gestão ligados ao princípio da igualdade e não discriminação entre géneros 	DRH local	Administração Comunicação Gestores locais	Rácio de representatividade de mulheres em funções de níveis de direção % de chefias envolvidas nas ações de formação	Aumento do Rácio até 2024, tendo como referencia um <i>target</i> de 25% alcançado em 2020 50% de chefias envolvidas nas ações de formação
Ações de Formações no âmbito do Programa "Viver a Diversidade, Inclusão e Igualdade"	DRH	Administração Gestão local Comunicação Todos os colaboradores envolvidos	N.º de colaboradores abrangidos pelo Programa	50% de abrangência em 2023

Igualdade nas condições de trabalho

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
Assegurar um processo de avaliação de desempenho justo e objetivo para mulheres e para homens.				
Modelo de avaliação de desempenho que garanta que é excluída qualquer discriminação e assegurada a atribuição de notas ou pontuações justas a todos os colaboradores independentemente do género	DRH	Administração Diretores Gestores	Modelo de avaliação de desempenho objetivo e não discriminatório	Implementação faseada em todas as geografias até ao final de 2024
Assegurar o princípio de salário igual para trabalho igual ou de valor igual.				
Descrição dos conteúdos de funções existentes no Grupo com a definição das principais tarefas, independentemente do género dos colaboradores que as vão ocupar	DRH local	Responsáveis pelas demais áreas funcionais	Descrição dos conteúdos funcionais	Implementação faseada em todas as geografias até ao final de 2023
Implementação de um sistema de análise e valorização de funções, procurando garantir critérios de valorização claros, objetivos e transparentes, de forma a respeitar o princípio "salário igual para trabalho igual ou de valor igual"	DRH local	Administração Equipa de gestão local Responsáveis pelas várias direções e áreas da empresa	Qualificação de funções e análise de <i>equal pay</i> com plano de correções, caso existam	Implementação faseada em todas as geografias até ao final de 2024

Proteção na maternidade e parentalidade e assistência à família

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
O direito ao gozo de licenças de parentalidade pelos colaboradores mulheres e homens. Incentivar os colaboradores homens ao uso partilhado da licença parental inicial.				
Preparação de material de comunicação para divulgação de forma adequada da legislação sobre:				
<ul style="list-style-type: none">Direito de parentalidadeDireitos das parturientesDispensas para adoçãoDispensas pré-nataisAssistência a menoresDireito à reinserção profissional após licença e dispensas	DRH local	Comunicação	Divulgação da informação	Divulgação da informação até ao fim de 2023 em todas as geografias

Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

Medidas	Responsáveis	Áreas envolvidas	Indicadores	Metas
Conciliar a vida profissional com a vida pessoal dos colaboradores.				
Preparação e lançamento do Programa "Improve your Life" que deverá ter como base a:				
<ul style="list-style-type: none">Identificação e celebração de protocolos com entidades de bem-estar físico e emocional, creches/serviço de amas, instituições para pessoas idosas, entre outros), sobretudo em áreas onde não existem ainda parceriasDivulgação, por vários meios de comunicação interna, dos recursos adquiridos/negociados pela empresa na área geográfica da empresa e/ou da residência dos colaboradores, que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	DRH local	Comunicação	Divulgação de recursos existentes de apoio à vida pessoal N.º de colaboradores que utilizam os recursos adquiridos	Implementação de novas ações e implementação do programa nas restantes geografias até ao final de 2023

Evolução do número de colaboradores

Estamos sempre em adaptação às necessidades para a sustentabilidade do Grupo.

A 31 de dezembro de 2022, o Grupo Inapa totalizava 1 652 *Headcounts* (incluindo a Comissão Executiva e Não Executiva, bem como as Administrações das várias empresas do Grupo). No entanto, para efeitos da análise efetuada neste capítulo, consideramos 1616 colaboradores, dos 1 652 *headcounts*, foram excluídas as operações da Inapa Angola, por ser uma operação extremamente pequena e com pouca informação organizada para reporte, e a JJ Loos (empresa francesa de comunicação visual), adquirida e incluída no Grupo no fim do ano 2022.

Tendo apenas em conta o número total de *headcounts* que reportamos no relatório de sustentabilidade (1 616), em comparação com o ano anterior, verificamos que houve uma descida uma descida de 1% no nº de *headcounts* do Grupo, no fim do período em análise.

Um dos países que apresenta maior redução é a Alemanha, com uma descida de cerca de 5% dos seus *headcount* devido a um processo de reestruturação que levou ao fecho de algumas unidades de negócio, nomeadamente o fecho da operação de logística de *Wimsheim*.

Observa-se uma tendência nos (poucos) movimentos do número e estrutura de *headcounts* a nível do Grupo (no ano em análise) que se pode caracterizar como estável. Esta tendência será eventualmente alterada em 2023 e 2024 tendo em consideração os fatores socioeconómicos que se farão sentir em todas as geografias nos próximos anos.

Deixamos a nota que apenas referimos género masculino e género feminino ou homens e mulheres, uma vez que não foram reportados outros tipos de géneros no Grupo.

Os números dos quadros abaixo representam o *headcount* no fim do período de em análise (1 616) e a sua desagregação.

Composição da equipa por género e faixa etária

Critério	N.º de <i>headcounts</i>			Percentagem de <i>headcounts</i>		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Total	1709	1639	1616	100%	100%	100%
Por Género						
Feminino	547	553	557	32%	34%	34%
Masculino	1162	1086	1059	68%	66%	66%
Por faixa etária						
< 30 anos	171	124	178	10%	7%	11%
30-50 anos	786	731	680	46%	45%	42%
> 50 anos	752	784	758	44%	48%	47%

NOTA: A TABELA INCLUI OS 7 MEMBROS DO CONSELHO EXECUTIVO E NÃO EXECUTIVO DO GRUPO, BEM COMO AS ADMINISTRAÇÕES DAS EMPRESAS DOS DIFERENTES PAÍSES.

As tabelas aqui apresentadas demonstram a distribuição dos colaboradores por género, pelas diferentes regiões, bem como a tipologia de colaboradores existente na organização:

Composição total de colaboradores por género e região

	Masculino	Feminino
Portugal	118	83
França	172	128
Alemanha	689	311
Korda	31	8
Benelux	9	14
Spain	40	13

NOTA: A TABELA INCLUI OS 7 MEMBROS DO CONSELHO EXECUTIVO E NÃO EXECUTIVO DO GRUPO, BEM COMO AS ADMINISTRAÇÕES DAS EMPRESAS DOS DIFERENTES PAÍSES.

Composição total de colaboradores por tipologia de contrato

Headcount	Alemanha	França	Portugal(*)	Benelux	Korda	Espanha
Total de Colaboradores	1000	300	194	23	39	53
Número de colaboradores a termo	0	0	4	0	0	0
Número de colaboradores sem carga horária definida	0	0	0	0	0	0
Número de colaboradores a tempo inteiro	871	295	189	18	39	49
Número de colaboradores a meio tempo	129	5	1	5	0	4

(*) NÃO ESTÃO INCLUIDOS OS 7 MEMBROS DO CONSELHO EXECUTIVO E NÃO EXECUTIVO DO GRUPO.

França é o país com maior equilíbrio entre homens e mulheres nas suas empresas, sendo a grande maioria dos colaboradores, de trabalho a tempo integral.

No que diz respeito a trabalhadores, que não são colaboradores da empresa mas cujo trabalho é controlado pela Organização, este ano existiam a 31 de dezembro de 2022, cerca de 50 trabalhadores no Grupo. Apenas algumas empresas reportaram as seguintes categorias de trabalhadores que não são colaboradores:

- Trabalhadores com contrato com uma agência temporária;
- Estagiários com contratos de estágio;
- Estagiários com protocolo através das suas universidades, muitos deles ainda estudantes;
- Trabalhadores em regime de *outsourcing*.

Os estagiários/aprendizes na Alemanha têm contratos de 1 a 3 anos e muitos são integrados pela Organização, como tal, são considerados para o efeito como colaboradores da Inapa Deutschland, uma vez que têm uma situação equivalente aos colaboradores com contrato a termo na maioria dos países.

Ao longo dos anos, não tem havido uma variação muito acentuada de trabalhadores, embora nos anos anteriores este reporte não tenha sido efetuado. Em regime de *outsourcing* estão sobretudo serviços de segurança, restauração e limpeza e como tal, os contratos não variam de ano para ano.

As variações normalmente verificam-se em trabalhadores com contrato através de uma empresa de trabalho temporário.

Durante a Covid-19 - e devido a algumas fusões e reestruturações - em vários países, desde 2020, houve períodos em que as equipas eram mais reduzidas, tendo havido necessidade de reforço, tal não se verificou este ano, atualmente os países encontram-se em fase de estabilização do número de colaboradores e, como tal, as equipas estão mais organizadas e bem dimensionadas.

A Comissão Executiva, não Executiva e Comissão de Auditoria, mantiveram-se inalterados, desde a última eleição em 2019, tendo sido reeleitos para o triénio 2022 - 2024, na Assembleia Geral de 20 maio de 2022. O Conselho de Administração, continua assim a ser constituído por sete membros, (3 mulheres e 4 homens), fazendo face às exigências do artigo 5º da lei nº 62/2017, de 1 de agosto.

As referidas deliberações asseguraram a diversidade entre homens e mulheres contemplada no diploma em questão, tendo já antecipado os limiares apenas aplicáveis após a primeira assembleia realizada depois de 1 de janeiro de 2020 e assim se mantendo até ao ano 2022.

Composição do Conselho de Administração do Grupo Inapa (por género e idade)

Faixa etária	N.º Género Feminino	N.º Género Masculino	Total	% Mulheres vs Homens
< 30 anos	0	0	0	0%
30 - 50 anos	1	1	2	100%
> 50 anos	2	3	5	67%
Total	3	4	7	75%

No geral, no que diz respeito à proporção entre mulheres e homens em cargos de gestão no Grupo (Comissão Executiva e Não Executiva do grupo, Administração, Diretores/*heads* e Gestores intermédios das empresas Inapa), comparativamente com o ano anterior, houve um aumento na percentagem de mulheres em cargos de gestão sendo a proporção atual de 1 para 3, ou seja, aproximadamente, um em cada três cargos de gestão são ocupados por mulheres.

Este aumento na percentagem de mulheres deveu-se aos seguintes fatores:

- Diminuição de homens em funções de gestão na maior parte das empresas do Grupo, e aumento de mulheres;
- Uniformização de conceitos e reorganização das categorias funcionais e transversais a todas as empresas, a qual levou a uma alteração dos números em alguns países.

Sendo os novos conceitos das categorias funcionais e transversais, os seguintes:

- Conselho de Administração – Comissão Executiva e Não Executiva do Grupo – Administração das empresas (CEO, COO, CFO, CIO/Comissão Executiva).
- Gestão:
 - Diretores e/ou *Heads* - Diretores e Gestores Sêniores responsáveis pela gestão de uma unidade ou departamento, incluindo a gestão orçamental, de recursos humanos e financeiros e definição das decisões estratégicas da direção;
 - Gestão intermédia - Reporte a Diretores, Gestores Sêniores e/ou Administração. Geralmente são responsáveis por uma área e uma equipa. Responsável pela gestão de planeamento, de atividades, de recursos. Têm uma responsabilidade tática.

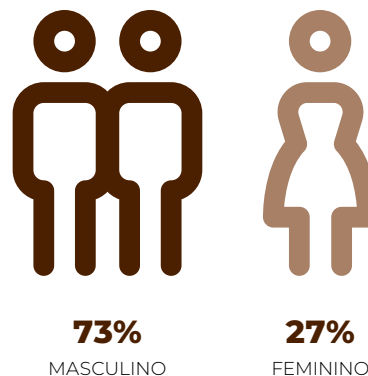
Composição da equipa de gestão

Faixa Etária	N.º Mulheres	N.º Homens	Total	% Mulheres
< 30 anos	3	2	5	60%
30-50 anos	24	67	91	26%
> 50 anos	22	66	88	25%
Total	49	135	184	27%

A redefinição das categorias funcionais que ainda decorre a nível do Grupo iniciou-se em 2022 e irá prolongar-se até ao fim de 2024, pelo que é provável que existam mais afinamentos e ligeiras alterações nos próximos anos. Este trabalho está a ser efetuado não só no âmbito da uniformização

das práticas no Grupo mas também no âmbito das ações definidas no plano de igualdade de género, nomeadamente na ação de “Implementação de um sistema de análise e valorização de funções, procurando garantir critérios de valorização claros, objetivos e transparentes, de forma a respeitar o princípio (salário igual para trabalho igual ou de valor igual)”.

Percentagem de colaboradores na gestão do Grupo, por género 2022



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - Igualdade de Género

Nos últimos anos foram estabelecidos pela liderança da Inapa diferentes objetivos e metas relacionadas com os ODS das Nações Unidas. Para o período de 2022-24 estabeleceu-se um objetivo relacionado com a promoção da paridade entre homens e mulheres. Pretende-se que em 2023 e 2024, 40% das vagas de liderança* sejam preenchidas por elementos do género sub-representado.



5.5 Igualdade de género

Objetivos 2019-22

Promover a paridade entre homens e mulheres em posições de liderança - 40% das vagas de liderança serão preenchidas por membros do sexo sub-representado

2023 2024

40% 40%

Unidade de medida: Número de vagas de liderança preenchidas por membros do sexo sub-representado / vagas de liderança (%)

* POSIÇÕES DE LIDERANÇA: C-LEVEL / DIRETOR GERAL; DIRETORES / HEADS; GERENTES

Rotatividade de colaboradores no Grupo

As aquisições e reestruturações realizadas na Alemanha, bem como pequenas reorganizações em outros países, têm feito com que a taxa de rotatividade se altere de um ano para outro. Em 2022, a taxa de rotatividade global foi de 13%, sendo menor do que a taxa observada no ano anterior (16%).

Os países com maior impacto na redução da rotatividade foram a Alemanha e França. Na Alemanha, devido à fusão das empresas alemãs numa única empresa - Inapa Deutschland - 2021 foi marcado por um

conjunto de processos de reestruturação e incerteza do futuro pelas alterações a decorrerem. Em 2022 começou um novo processo de reestruturação sem grande repercussão nos números de rotatividade no ano em questão.

Em França, a Inapa, passou por uma acentuada redução de colaboradores devido ao encerramento de um estabelecimento e de um armazém em 2021, e assim, 2022 foi um ano de estabilização e consolidação.

Taxa de rotatividade

Critério	Número de saídas			Taxa de rotatividade		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Total	212	259	217	12%	16%	13%
Por Género						
Feminino	78	82	76	14%	15%	14%
Masculino	134	177	141	12%	16%	13%
Por faixa etária						
<30 anos	28	22	42	17%	18%	24%
30-50 Anos	93	110	82	12%	15%	12%
>50 anos	91	127	93	12%	16%	12%

A TAXA DE ROTATIVIDADE É CALCULADA PELA DIVISÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES QUE SAEM DURANTE O PERÍODO DO RELATÓRIO PELO NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES NO FINAL DO PERÍODO DO RELATÓRIO.

Número de novas entradas

Critério	Número de colaboradores			+/- 22-21
	2020	2021	2022	
Total	136	103	158	53%
Por Género				
Feminino	56	45	57	27%
Masculino	80	58	101	74%
Por faixa etária				
<30 anos	44	19	58	205%
30-50 Anos	59	64	76	19%
>50 anos	33	20	24	20%

Percentagem de colaboradores por género



Na maioria dos países, a proporção de entradas e saídas de homens e mulheres situou-se nos 100% ou abaixo deste, o que significa que não se verificou uma grande discrepância entre o número de mulheres e homens que entraram e saíram de, e para, o Grupo em 2022. Desta forma, a percentagem de mulheres e homens mantém-se constante desde 2021.

Adicionalmente, é de notar que, em comparação com 2021, houve visivelmente um aumento de entradas de colaboradores com idade inferior a 30 anos.

Proteção da maternidade e paternidade & assistência familiar

A proteção da maternidade e paternidade, além de ser um direito dos colaboradores, faz parte de um conjunto de procedimentos que possibilitam um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, sendo também considerado um importante elemento para atrair jovens talentos qualificados.

Nas empresas do Grupo Inapa é garantido que todos os colaboradores que regressam de uma licença parental assumem as suas funções anteriores ou uma função equivalente, mesmo quando são temporariamente substituídos durante a sua ausência.

Em comparação com os anos anteriores, a taxa de regresso ao trabalho desceu ligeiramente. Em Portugal todos os que tiraram licença parental em 2022 regressaram nesse ano. Na Alemanha registou-se o maior número de licenças de maternidade e paternidade. Neste país, a licença parental é superior a um ano e pode ir até três anos ou mais, tornando-se difícil ter um número preciso da percentagem de colaboradores que gozaram a licença e regressaram no mesmo ano.

Taxa de regresso ao trabalho

Taxa de regresso ao trabalho	Número de colaboradores			Peso por colaborador		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Total	30	27	28	67%	47%	57%
Por Género						
Feminino	14	16	13	48%	42%	46%
Masculino	16	11	15	100%	58%	54%

A TAXA DE REGRESSO AO TRABALHO É CALCULADA DA SEGUINTE FORMA: (NÚMERO DE TRABALHADORES QUE REGRESSARAM AO TRABALHO APÓS LICENÇA PARENTAL)/(N.º TOTAL DE COLABORADORES QUE TIRARAM LICENÇA PARENTAL DURANTE O PERÍODO ABRANGIDO PELO RELATÓRIO)

Licença parental e regresso

Taxa de regresso ao trabalho	Número de colaboradores			Quota feminina			Quota masculina		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Colaboradores com direito a licença parental	1709	1639	1616	32%	34%	34%	68%	66%	66%
Colaboradores que tiraram licença parental durante o período abrangido pelo relatório	45	57	49	64%	67%	69%	36%	33%	31%
Colaboradores que regressaram ao trabalho depois de gozarem licença parental	30	27	28	47%	59%	46%	53%	41%	54%
Colaboradores que ainda estavam contratados 12 meses após o seu regresso de licença parental	26	13	24	46%	31%	33%	54%	69%	67%

A variação da média de colaboradores que tiraram licença parental entre 2020 e 2022 foi de cerca de 3% ao ano. Em média, em 2022, a percentagem de colaboradores que regressaram ao trabalho após o término da licença foi cerca de 57%.

Igualdade salarial

Em algumas operações da Inapa - nomeadamente Alemanha, França e Espanha - as empresas são membros das associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho, garantindo um sistema com base na confiança, respeito e justiça. Os acordos coletivos asseguram o compromisso no que diz respeito à remuneração.

Nos restantes países a definição da remuneração é feita através de uma comparação com o mercado mantendo sempre um equilíbrio na equidade interna.

Tendo em conta as diferenças dos vários países e o grande número de categorias salariais, é difícil - ou até mesmo impossível - realizar uma comparação direta dos rendimentos entre mulheres e homens. Adicionalmente, não é possível fazer uma análise global de todas as empresas, uma vez que muitos dos países não têm mulheres e/ou homens em alguns cargos ou não reportam os dados por questões de confidencialidade, sobretudo devido ao número reduzido de mulheres e/ou homens em determinadas funções.

O quadro abaixo dá-nos uma visão geral do proporcional do salário base das mulheres em comparação com o salário base dos homens.

Rácio proporcional do salário base das Mulheres vs Homens (%)

Organização	Salário base					
	Escritório			Logística		
	Diretor/ Head	Gestor	Assistente	Diretor/ Head	Gestor	Assistente
Inapa Portugal	77%	79%	106%	(-1)	(-1)	91%
Inapa Espanha	(-1)	(-2)	63%	(-4)	(-4)	(-4)
Inapa Deutschland	93%	90%	83%	n.a	n.a	82%
Inapa Packaging Alemanha	(-4)	107%	99%	n.a	n.a	(-3)
Inapa France	82%	66%	81%	(-2)	(-2)	(-2)
Inapa Packaging França	(-1)	99%	87%	n.a	(-2)	111%
Korda	(-1)	(-2)	285%	n.a	n.a	(-2)
Inapa ComPlott	(-2)	(-2)	86%	n.a	(-2)	(-2)
Inapa Belgium	(-1)	84%	(-4)	n.a	n.a	(-2)
Média do Grupo	84%	87%	111%	0%	0%	95%

(-1) - RAZÕES DE PRIVACIDADE (1 FTE)

(-2) - NENHUMA MULHER A ESTE NÍVEL HIERÁRQUICO

(-3) - NENHUM HOMEM A ESTE NÍVEL HIERÁRQUICO

(-4) - BAIXO HEADCOUNT

No quadro acima verificamos que há um relativo equilíbrio nos rácios apresentados, com a exceção dos rácios que se encontram abaixo dos 80%.

Tal facto deve-se, não só às alterações na categorização de algumas funções, como já foi referido no início deste relatório, mas também às alterações de estrutura devido à saída de homens e entrada de mulheres e vice-versa, com perfis e senioridades diferentes.

Estas movimentações são reflexo do esforço que os países estão a fazer para diversificar as suas equipas.

No quadro seguinte, que demonstra os rácios de rendimentos de remuneração total, verifica-se um equilíbrio nas empresas do Grupo para todos os níveis hierárquicos. Há, no entanto, uma ligeira descida na maior parte dos rácios, quando comparado com o quadro do salário base, o que significa que em termos de remuneração total, as mulheres estão ligeiramente mais abaixo do que os homens.

Rácio proporcional da remuneração total (salário base, adicionais, e variável) entre Mulheres e Homens

Organização	Remuneração Total					
	Escritório			Logística		
	Diretor/ Head	Gestor	Assistente	Diretor/ Head	Gestor	Assistente
Inapa Portugal	73%	78%	93%	(-1)	(-1)	82%
Inapa Espanha	(-1)	(-2)	47%	(-4)	(-4)	(-4)
Inapa Deutschland	91%	91%	83%	n.a	n.a	75%
Inapa Packaging Alemanha	(-4)	103%	97%	n.a	n.a	(-3)
Inapa France	76%	54%	79%	(-2)	(-2)	(-2)
Inapa Packaging França	(-1)	66%	91%	n.a	(-2)	108%
Korda	(-1)	(-1)	228%	n.a	n.a	(-2)
Inapa ComPlott	(-2)	(-2)	74%	n.a	(-2)	(-2)
Inapa Belgium	(-1)	84%	(-4)	n.a	n.a	(-2)
Média do Grupo	80%	60%	107%	0%	0%	65%

(-1) - RAZÕES DE PRIVACIDADE

(-2) - NENHUMA MULHER A ESTE NÍVEL HIERÁRQUICO

(-3) - NENHUM HOMEM A ESTE NÍVEL HIERÁRQUICO

(-4) - BAIXO HEADCOUNT

No geral, os números apresentados não refletem discriminação de remuneração das mulheres versus os homens. No entanto, cada vez mais, o Grupo está a trabalhar no sentido de obter uma maior paridade entre mulheres e homens, quer a nível da classificação das funções, oportunidades de carreira, de crescimento e desenvolvimento, entre outras, como também a nível dos rendimentos que auferem.

Como padrão, todos os Administradores e Gestores com salário não tabelado são pagos de acordo com um modelo baseado na sua responsabilidade pelas receitas e o grau de liderança. Esta regulamentação é independente do sexo, género, idade, origem,

identidade sexual, ideologia, religião ou diferenças entre colaboradores.

No Grupo Inapa, categorizamos como Gestores Sêniores os Diretores e responsáveis de departamento (*Heads*), excluindo a Administração das empresas e membros da Comissão Executiva e não Executiva do Grupo.

Para a comparação salarial, é importante referir que na Inapa todos os Gestores Sêniores são gestores “locais”, uma vez que definimos como “local” todos os países onde a Inapa está geograficamente presente e tem operações significativas. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos Gestores Sêniores nas diferentes empresas.

Proporção de Gestores Sêniores provenientes das comunidades locais

Operação	Gestores sêniores (N.º)	Da comunidade local	Rácio de gestores sêniores locais
Inapa Deutschland	24	24	100%
Inapa Belgium	2	2	100%
Inapa ComPlott	2	2	100%
Inapa France	14	14	100%
Inapa Packaging França	0	0	100%
Inapa Packaging Alemanha	1	1	100%
Portugal	17	17	100%
Korda	3	3	100%
Inapa España	2	2	100%

Benefícios para os trabalhadores e suas famílias

Por regra, o Grupo Inapa oferece aos colaboradores com salários mais baixos uma remuneração superior ao salário mínimo local, de acordo com o seu desempenho.

Nem todos os países têm um valor mínimo internamente definido ou padronizado, no entanto, existe sempre um valor de entrada, mesmo que tal seja determinado informalmente, de forma a manter a equidade interna.

Quando existem acordos coletivos nas empresas, estes estabelecem o salário mínimo como ponto de partida da remuneração para as diferentes funções. Caso não haja tal acordo, o nível mínimo deve ser determinado internamente considerando os valores de mercado de cada país, para as funções em questão.

Nos países do Grupo Inapa, onde o salário mínimo é definido, o nível de entrada dos salários do Grupo está acima do salário mínimo legal, oferecendo aos colaboradores com funções mais baixas, uma remuneração acima do salário mínimo local, de acordo com seu desempenho.

Rácio entre o salário normal de entrada e o salário mínimo legal

Região	Rácio	
	Escritório	Logística
Portugal	115%	100%
França	104%	102%
França Packaging	106%	100%
Turquia	100%	100%
ComPlott	180%	150%
Benelux	114%	118%
Alemanha	171%	154%
Alemanha Packaging	156%	138%
Espanha	(-)	(-)

(-): SEM SALÁRIOS DE ENTRADA NORMALIZADOS EM ESPANHA

A par dos habituais benefícios sociais estatutários específicos do país, as empresas do Grupo disponibilizam incentivos adicionais, nomeadamente prestações pecuniárias variáveis pagas com base no desempenho pessoal extraordinário e no cumprimento de objetivos.

A tabela abaixo exemplifica o tipo de benefícios, por categoria que são atribuídos aos colaboradores a tempo integral e que não são atribuídos aos colaboradores a termo ou com um contrato a tempo parcial, nas diferentes operações do Grupo.

DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS POR TIPOLOGIA DE CONTRATO

Benefícios garantidos - Colaboradores a tempo inteiro								
Empresas	Seguro de vida	Seguro de saúde	Proteção de deficiência e incapacidade	Licença Parental	Esquema de pensão	Participação em ações	Bónus	Outros benefícios
Inapa Portugal	x	x	-	x	-	-	x	-
Inapa España	-	-	-	x	x	-	x	-
Inapa Deutschland	x	x	x	x	x	x	x	x
Inapa Packaging Alemanha	x	x	x	x	x	x	x	x
Inapa France	-	x	x	x	x	-	x	x
Inapa Packaging França	-	x	x	x	x	-	x	x
Inapa Korda	-	x	x	x	-	-	x	-
Inapa ComPlott	x	x	x	x	x	x	x	x
Inapa Belgium	x	-	x	x	x	-	-	-

Benefícios não garantidos a colaboradores a termo e a tempo parcial								
Empresas	Seguro de vida	Seguro de saúde	Proteção de deficiência e incapacidade	Licença Parental	Esquema de pensão	Participação em ações	Bónus	Outros benefícios
Inapa Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-
Inapa España	-	-	-	-	-	-	-	-
Inapa Deutschland	x	x	x	x	x	x	x	x
Inapa Packaging Alemanha	x	x	x	x	x	x	x	x
Inapa France	x	-	-	-	-	x	-	-
Inapa Packaging França	x	-	-	-	-	x	-	-
Inapa Korda	-	-	-	-	-	x	-	-
Inapa ComPlott	x	x	x	x	x	x	x	-
Inapa Belgium	x	x	x	x	x	-	x	x

DIÁLOGO ABERTO

No último ano, a Inapa não alterou a sua política de diálogo construtivo e cooperativo com os seus colaboradores e respetivos órgãos representativos, continuando a observar, rigorosamente, todos os prazos legais de notificação em todas as matérias relativas aos representantes dos trabalhadores.

Uma vez que os regulamentos legais nacionais não estabelecem prazos específicos, esforçamo-nos por disponibilizar informações oportunas a fim de conferir aos representantes dos trabalhadores a oportunidade de se prepararem adequadamente para o diálogo.

O período característico de aviso prévio para colaboradores e para os seus representantes, relativamente a mudanças operacionais significativas que poderão afetá-los fundamentalmente, é entre duas semanas (França, Bélgica e Espanha), quatro semanas (Túrcia), e oito semanas (Portugal).

Em países como a França, Alemanha e Espanha, os acordos de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional fazem-se com os sindicatos de colaboradores, e/ou com os representantes dos colaboradores. Não há acordos ao nível do Grupo.

Comité de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional

Comité	Nível	% Colaboradores representados pelo Comité
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa France	Regional	100%
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa España	Regional	100%
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa Deutschland	Regional	100%
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa Packaging França	Regional	(*)
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Korda	Regional	0%
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa ComPlott	Regional	100%
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa Portugal	Regional	100%
Comités de Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional na Inapa Packaging Alemanha	Regional	100%

(*) NÃO FORAM REPORTADAS PERCENTAGENS.

Desenvolvimento dos colaboradores

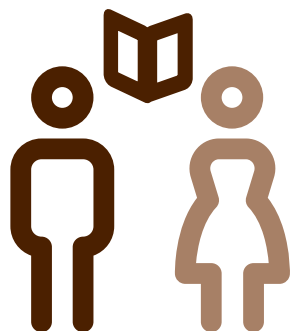
O nível de educação, conhecimento e competências é uma preocupação transversal no Grupo Inapa.

Embora o desempenho a nível da formação tenha sido superior em 2022. Tal como será explicado nos parágrafos seguintes, em 2021 tivemos mais horas de formação para um número menor de formandos, enquanto que em 2022,

tivemos um grande número de horas de formação para um número mais alargado de colaboradores, o que, em termos de N.º médio de horas de formação por formando e por género, dá uma ideia errónea de ter havido um desempenho inferior.

N.º médio de horas de formação por formando e por género

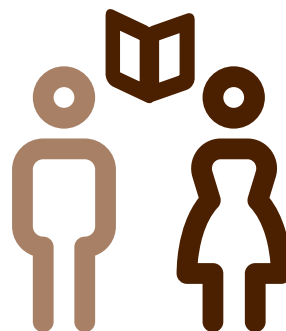
2021



11,8H
MASCULINO

11,0H
FEMININO

2022



10,5H
MASCULINO

11,1H
FEMININO

Formação e educação contínua - Horas de formação por género

	N.º de colaboradores a receber formação				Total de horas de programas de formação				Média de horas de formação e formação contínua por colaborador			
	2020	2021	2022	+/- 22-21	2020	2021	2022	+/- 22-21	2020	2021	2022	+/- 22-21
Feminino	260	239	399	67%	993	2 621	4 448	70%	3,1	11	11,1	1%
Masculino	509	444	651	47%	2 253	5 244	6 855	31%	6,6	11,8	10,5	-11%
Total	769	683	1 050	54%	3 245	7 865	11 303	44%	4,2	11,5	10,8	-7%

Em 2022, à exceção de Benelux, todos os países do Grupo aumentaram o número de colaboradores envolvidos em ações de formação.

A formação ainda não é um processo uniforme no Grupo e, como tal, há países que mantêm o seu plano de formação estável, como é o caso de França, em que a sua oferta formativa gira em torno de três eixos principais (pode tratar-se de uma necessidade expressa ao nível da empresa, ao nível do departamento, ou individualmente através de levantamento de necessidades e/ou entrevistas profissionais realizadas na empresa), e da Alemanha que tem unido esforços para uniformizar a cultura e os valores da empresa após a unificação, com formação comportamental e de liderança.

Por outro lado, países como Portugal, que duplicaram o número de colaboradores a participar em ações de formação, começaram a estruturar o seu plano de formação em 2022, através da criação de uma academia

de formação - a [in] Academy -, que, no futuro, deverá ser utilizada pelas empresas do Grupo que quiserem aderir e que pretendam disponibilizar formações variadas a todos os colaboradores.

No último trimestre de 2022, foi iniciada formação orientada para Gestores. Em todo o Grupo, durante 2022, foi realizada formação em Cibersegurança, atribuída a todos os colaboradores. Esta tendência foi o oposto do que se observou com a ministração da formação em 2021 a qual foi mais orientada para grupos específicos.

Há uma preocupação geral do Grupo em organizar os horários de formação de acordo com o horário laboral dos colaboradores, sempre que possível.

No que diz respeito ao tipo de formação que foi ministrada, muito dos programas e sessões tiveram em vista o desenvolvimento de competência específicas, comportamentais e técnicas, nos colaboradores do Grupo.

O quadro seguinte demonstra tipos de programas efetuados pelas empresas do Grupo, para o desenvolvimento de competências dos colaboradores mas também programas de assistência a situações profissionais dos colaboradores.

No que diz respeito a formação de direitos humanos, na sua integração, todos os colaboradores são informados sobre o Código de Conduta da Inapa, incluindo o compromisso da Inapa com os Direitos Humanos e do Trabalho.

Programas de assistência à transição

Tipo e âmbito dos programas implementados e assistência prestada para o desenvolvimento de competências

Não foram reportados programas específicos a não ser as ajudas à reforma e pré-reforma, bem como os planos de apoio na rescisão dos contratos de trabalho

Principais Programas de Desenvolvimento implementados:

Alemanha:

- “future@Inapa”-workshops oferecidos a todos os colaboradores - construir uma empresa alemã mais forte após a fusão há 2 anos. Os colaboradores receberam formação para promover estes workshops;
- Coaching presencial para novos gestores.
- Programa de formação "Inapa fit for future" para colaboradores com elevado potencial terem a possibilidade de desenvolver as suas competências;

França, Portugal; Espanha e Alemanha:

- Cybersecurity;
- SAP;
- Assédio no trabalho;
- Competências de liderança;
- Competências de comunicação;
- Competências técnicas relacionadas com os produtos, entre outras.

Turquia e Bélgica:

- Cybersecurity;
 - Outras formações comportamentais e técnicas.
-

3

Promoção do bem-estar laboral

A formação e o comportamento dos colaboradores assume uma importância decisiva para a diminuição da ocorrência de acidentes nos locais de trabalho.

O cumprimento das normas de segurança do trabalho é continuamente monitorizado e são promovidas condições de trabalho seguras e favoráveis para todos os colaboradores.

Na maioria das empresas do Grupo foram criados comités de segurança no trabalho que, com a ajuda de especialistas externos, desenvolvem programas de medidas específicas para o local de trabalho e monitorizam a sua implementação.

Em 2022, observou-se um decréscimo no número de acidentes de trabalho em quase todos os países, nomeadamente em Portugal e na Alemanha, que, curiosamente foram os países com maior incidência de acidentes em 2021.

Os números apresentados incluem vários tipos de acidentes de trabalho e acidentes de percurso. A maioria dos ferimentos foram contusões, hematomas, lesões por esforço, lesão por estiramento. Em 2022, não existiram acidentes de consequência grave nem mortes.



Acreditamos que, em Portugal, esta diminuição do número de acidentes deveu-se às várias medidas implementadas pelo novo responsável operacional do armazém, da Inapa Portugal, muitas delas inexistentes até à data, devido à falta de recursos, das quais destacamos as seguintes:

- *Briefings* diários onde são medidos e avaliados os acidentes de trabalho e as medidas de segurança;
- Redução dos Km/hora das máquinas, passando de 16Km/hora para 10Km/hora;
- Organização do armazém, com limitações para armazenagem e passagem de peões;
- Reestruturação de layout para uma maior visibilidade;
- Utilização de *Walkie-talkies* no armazém;
- Sinalização para circulação de carga e peões.

* CONFORME DESCRITO NO FINAL DESTES SUB-CAPÍTULO, O PLANO 2019-22 E 2023-24 INTEGRA OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS COM O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NÚMERO 3 CONFORME ESTABELECIDO PELAS NAÇÕES UNIDAS.

Na Inapa Packaging Portugal também foram implementadas novas medidas de segurança, nomeadamente novas regras de utilização das máquinas de corte elétricas.

Em 2021, a Inapa Deutschland formou um Gabinete de Saúde e Segurança Ocupacional para desenvolver um reporte de acidentes conjunto e uma melhor gestão e prevenção dos mesmos, algo que anteriormente à fusão era feito separadamente pelas diferentes empresas (Papier Union e Papyrus). A criação deste gabinete tornou o reporte de acidentes mais rigoroso, reduzindo a margem para falhas. Assim, em 2021 todos os acidentes começaram a ser reportados, resultando num aumento de número de acidentes nesse ano, visto que, até à data, a informação ficava perdida entre empresas.

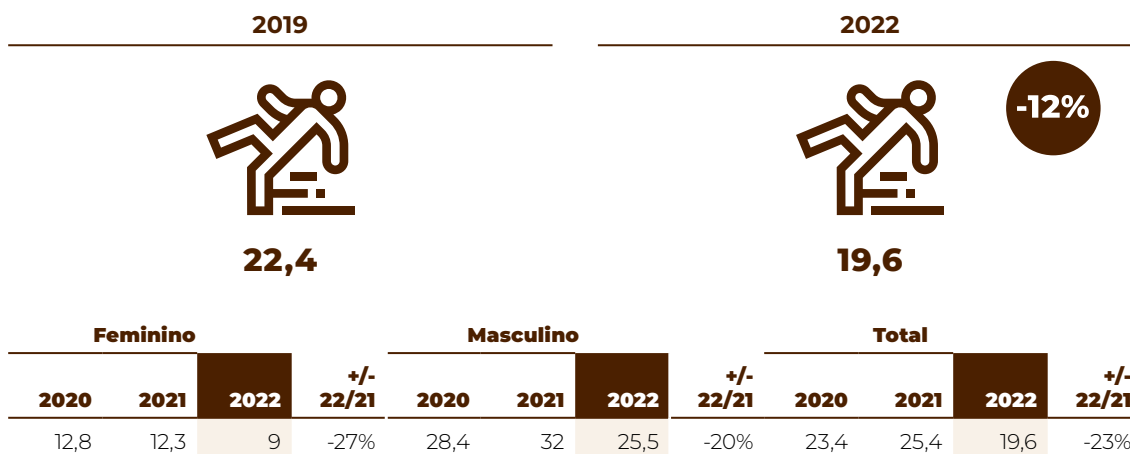
Por outro lado, o novo gabinete de segurança e o gestor contratado para a sua gestão,

fez com que aumentassem as ações de sensibilização, principalmente nos antigos locais da Papier Union através de formação e esclarecimento sobre prevenção de acidentes. Este gestor de segurança passou a ser responsável por treinar e informar todos os gerentes e colaboradores.

Em outros países como a França, nomeadamente nas empresas da Inapa Packaging, todos os anos é ministrada formação de prevenção, alertando para os riscos de acidentes de trabalho, quer na logística (armazéns), quer nos escritórios.

Como consequência da intensificação das várias ações de prevenção, nos países, houve uma grande redução do número de acidentes em 2022, tendo-se refletido na taxa de incidência média de acidentes de trabalho do grupo por 1000 colaboradores, a qual sofreu um decréscimo de 23% quando comparada com 2021.

Taxa de incidência de acidentes de trabalho no Grupo, por 1000 colaboradores



NOTA: OS CÁLCULOS NESTA ÁREA ENGLOBALAM TODO O TIPO DE COLABORADORES E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES OU POR CONTA DE OUTREM QUE TRABALHAM NAS INSTALAÇÕES DA INAPA (INCLUINDO TEMPORÁRIOS, SUBCONTRATADOS E TRAINEES). DENTRO DA CATEGORIA DE ACIDENTES DE TRABALHO, CONSIDERAMOS TAMBÉM OS ACIDENTES DE PERCURSO ENTRE CASA TRABALHO E VICE-VERSA.

Número de acidentes de trabalho por tipologia e género

	Feminino				Masculino				Total			
	2020	2021	2022	+/- 22/21	2020	2021	2022	+/- 22/21	2020	2021	2022	+/- 22/21
N.º total de acidentes	7	7	5	-29%	33	36	27	-25%	40	43	32	-26%
N.º de acidentes no trabalho	4	4	2	-50%	30	31	23	-26%	34	35	25	-29%
N.º de acidentes de percurso	3	3	3	0%	3	5	4	-20%	6	8	7	-13%
N.º de acidentes fatais	0	0	0	0%	0	0	0	0%	0	0	0	0%

OS NÚMEROS LISTADOS INCLUEM VÁRIOS TIPOS DE LESÃO. FORAM RELATADAS ALGUMAS LESÕES LEVES (NÍVEL DE PRIMEIROS SOCORROS).

Taxa de acidentes de trabalho registáveis por 1 milhão de horas de trabalho (LTIR)

	Feminino				Masculino				Total			
	2020	2021	2022	+/- 22/21	2020	2021	2022	+/- 22/21	2020	2021	2022	+/- 22/21
	7,9	8,2	6	-16%	18,2	19,8	19	3%	14,8	16,1	14,9	2%

OS NÚMEROS LISTADOS INCLUEM VÁRIOS TIPOS DE LESÃO. FORAM RELATADAS ALGUMAS LESÕES LEVES (NÍVEL DE PRIMEIROS SOCORROS). PARA O CÁLCULO DE HORAS TRABALHADAS OU UMA ESTIMATIVA QUANDO TAL NÃO FOI POSSÍVEL DE OBTER.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) - Saúde de Qualidade

Nos últimos anos foram estabelecidos pela liderança do Grupo Inapa diferentes objetivos e metas relacionadas com os ODS das Nações Unidas. Para o período de 2019-22 estabeleceu-se a meta de melhorar a taxa de acidentes de trabalho e doenças profissionais

de todos os colaboradores da Inapa em 5% até 2022. O objetivo foi alcançado tendo sido registada uma variação da taxa de incidência média de acidentes de trabalho por 1000 colaboradores de 22,4 para 19,6 (correspondente a uma redução de 12% neste indicador) no período de 2019 a 2022.

Até 2024 pretende-se uma redução deste indicador para 18,0.



3.D. Saúde de Qualidade

Objetivos 2019-22	Objetivos 2023-24	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evol. 22-24
Melhorar a taxa de acidentes de trabalho e doenças profissionais de todos os colaboradores da Inapa – 5% até 2022	Reduzir para 18,0, a “Taxa de Incidência Média de Acidentes por 1000 colaboradores” até 2024	22,4	23,4	25,4	19,6	19,0	18,0	2 p.

Unidade de medida: Taxa de Incidência Média de Acidentes de Trabalho por 1000 colaboradores





Direitos humanos

O respeito pelos direitos humanos é um valor fundamental para a Inapa. Devido à sua complexa cadeia de abastecimento internacional, o Grupo Inapa está exposto ao risco de ser confrontado, direta ou indiretamente, com violações da lei ou dos direitos humanos.

A Inapa compromete-se em assumir responsabilidades e a tomar medidas no que respeita às questões de direitos humanos, de acordo com os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC), na Lei da Escravidão Moderna (MSA) e o Índice de Percepção da Corrupção (PCI).

No ano em análise, a Inapa alargou o âmbito do seu Programa de Monitorização da Cadeia de Abastecimento que cobre a grande maioria dos volumes de compras do Grupo.

A informação sobre o respeito pelos direitos humanos é disponibilizada a todas as partes interessadas do Grupo Inapa através das componentes do presente relatório referentes a sustentabilidade. Caso ainda não tenha sido realizado, o departamento de Conformidade (*Compliance*) sensibilizará os colaboradores do Grupo para estas questões através de cursos de formação com referência ao Código Inapa.

Até ao momento, as violações dos direitos humanos têm sido reportadas à Comissão Executiva da Inapa como parte do relatório

interno de risco, quando necessário. Não houve casos confirmados de violações dos direitos humanos no período abrangido pelo relatório.

Não discriminação

Tal como foi anteriormente mencionado, todos os colaboradores devem seguir as referências do código de conduta do Grupo, também, no que diz respeito a denúncias de situações de comportamentos impróprios e assédio perante colegas e terceiros.

Assim, cada um dos colaboradores tem a responsabilidade de denunciar ou comunicar quando se depara ou é vítima de uma situação antiética ou potencialmente prejudicial.

Se um colaborador der conta de uma possível violação ao Código de Conduta da Inapa, tem o dever de a denunciar. Se não o fizer, pode incorrer numa ação disciplinar.

Qualquer situação de incumprimento denunciada será tratada como confidencial e, se solicitado, de forma anónima.

Os superiores hierárquicos, Gestores/ Administradores ou o Responsável de Ética do Grupo analisarão a possível situação de incumprimento denunciada e vão sugerir o melhor curso de ação para a investigação.

Serão, também, responsáveis por manter o processo confidencial e informar sobre o progresso e as conclusões do mesmo.

A Inapa valoriza a ajuda de colaboradores que identificam possíveis problemas que precisam ser abordados. Qualquer pessoa que reporte uma situação de incumprimento será tratada com dignidade e respeito e não será submetida a nenhuma ação disciplinar ou retaliação por denunciar com sinceridade e de boa-fé.

Quaisquer atos de retaliação (ameaças, intimidação, exclusão, humilhação e levantamento de questões de forma maliciosa ou de má fé) são considerados uma violação ao Código e não serão tolerados.

No ano de 2022, foi reportado, no Grupo, um caso de assédio moral. Após a efetivação da denúncia por carta confidencial, foi aberto um processo de investigação. Foi, também, aberta uma comissão instrutora, constituída pelo CEO da empresa local, o representante dos trabalhadores e o diretor da área. Esta comissão teve como principais funções, agregar informação necessária para o processo, analisar os resultados e resolver os procedimentos.

Todo o processo foi acompanhado pelos advogados locais para que os procedimentos estivessem em consonância com a lei local, foi também reportado e acompanhado ao

responsável de Ética do Grupo (responsável jurídico do Grupo) pessoa denominada para reporte de casos de acusações indevidas. Como resultado, o colaborador que exerceu uma conduta desrespeitosa, discriminadora e de assédio foi sancionado.

Trabalho infantil

Conforme descrito no código de conduta do Grupo, a Inapa está empenhada em apoiar e respeitar os direitos humanos, garantindo que não sejam violados nas suas operações, com as partes interessadas ou com quem quer que mantenha relações comerciais, seguindo a Declaração Universal de Direitos Humanos e as convenções e tratados internacionais.

A Inapa compromete-se i) a não empregar trabalho infantil ou forçado e condenar tais práticas por terceiros, ii) respeitar a liberdade de associação sindical iii) respeitar toda a legislação e regulamentos, nomeadamente em matéria de segurança e higiene, iv) garantir boas condições de trabalho e v) promover uma compensação justa e formação para os seus colaboradores.

Todos os colaboradores da Inapa se comprometem a trabalhar de acordo com os direitos humanos e princípios e direitos do trabalho.

Compromisso com a comunidade

O Grupo Inapa está comprometido no desempenho de um papel ativo nas comunidades das suas unidades geográficas desenvolvendo uma relação de confiança, impacto positivo e fomentado a sustentabilidade do negócio.

O início do conflito na Ucrânia originou o começo de uma crise alimentar global e o consequente aumento geral de combustíveis e de inflação. O Grupo Inapa organizou campanhas de angariação de donativos para a Ucrânia através da Unicef e de instituições locais.

Com o apoio da Inapa Deutschland, da Korda e da Inapa em Portugal, o Grupo fez um donativo total de 11 000€ para a Unicef. Presente na Ucrânia há 25 anos, estando já enraizada nas comunidades, esta organização conhece as necessidades mais urgentes de quem está no terreno e permite que, em menos de 48 horas, seja dada resposta às necessidades das crianças e das suas famílias.

De uma forma simples, rápida e em estreita ligação com a Unicef local, foram criadas campanhas online e os donativos monetários foram diretamente para a organização.

Em França, em parceria com a Câmara de Villabé, a Inapa France organizou uma coleta de bens materiais para distribuição na Ucrânia.

A Inapa Belgium (na Bélgica e no Luxemburgo), aderiu a uma campanha nacional em todas as estações de rádio belgas onde se podia doar dinheiro ao pedir uma canção à escolha, com o fundamento de angariar donativos.

No conjunto de todos os países, as contribuições angariadas fizeram, com certeza, diferença no apoio à Ucrânia.



Ibéria

Calendário Inapa

Em 2022, o Grupo Inapa promoveu a 10ª edição do projeto Calendário Inapa, com a colaboração de estudantes de diferentes escolas de Portugal e Espanha. Este projeto consiste em dar aos alunos de design a oportunidade de participar num projeto real preparando-os para a vida profissional.

O resultado é a apresentação de cerca de 500 trabalhos feitos por alunos de várias escolas. Sendo este calendário um verdadeiro sucesso junto dos seus clientes, as formações aos alunos das 13 Universidades continuam a decorrer via presencial ou por videoconferência. Esta iniciativa foi dividida em duas fases: a apresentação do tema aos estudantes foi em 2021, e a apresentação dos trabalhos realizou-se em 2022.



Projeto Mister Carlos

Conscientes de que a prática desportiva é essencial para o desenvolvimento de jovens em risco e reconhecendo a importância da prática de desportos coletivos para o desenvolvimento social e, mais especificamente, para o desenvolvimento de competências emocionais e sensoriais de cada pessoa, a Inapa Packaging em Portugal patrocina uma equipa de futebol local de forma a promover o desenvolvimento destes jovens, proporcionando o aumento da sua autoestima e autoconfiança. Estas crianças terão a possibilidade de encarar a vida com maior resiliência, dedicação e lealdade, protegendo a sua saúde física e psíquica.



Correr por uma boa causa

Em Portugal, as empresas da Inapa apostaram em iniciativas de vertente desportiva e sustentável, destacando a participação de uma equipa Inapa ("InapaTeam") na "Corrida Sempre Mulher", em novembro de 2022. Esta iniciativa tem o principal objetivo de angariar fundos para a Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama e pretende sensibilizar

o maior número possível de mulheres para importância da prevenção e da deteção precoce desta patologia.

Convidando os colaboradores a participar com um amigo (+1), o Grupo Inapa contribuiu com um donativo no valor das inscrições realizadas.



Energia Verde by Inapa

A vertente sustentável ganha vida com este projeto, que coloca Portugal no 5.º lugar entre os países que utilizam energias renováveis na produção de eletricidade. Desde 2020, após a instalação de painéis fotovoltaicos, que os resultados têm sido bastante positivos, verificando-se que em 2022 a energia consumida pelas instalações da Inapa Portugal em Sintra foi 100% produzida por si mesma. Em números, desde a instalação dos painéis fotovoltaicos, reduziu a emissão de CO₂ em 175 toneladas.

Integração social de pessoas com deficiências

À semelhança do ano anterior, a Inapa Espanha promoveu a integração social e laboral de pessoas com incapacidades através da contratação de pessoal de segurança pela empresa Ilunion, ao abrigo da Fundação ONCE (Lei LISMI).

A Fundação ONCE para a Cooperação e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência foi criada em fevereiro de 1988, por acordo do Conselho Geral da ONCE como um instrumento de cooperação e solidariedade dos cegos espanhóis para com outros grupos de pessoas com deficiência para a melhoria das suas condições de vida.

Espanha continua, também, a patrocinar o campeonato espanhol de Karting na categoria dos juniores.



Colheita de Sangue

Em colaboração com o Centro de Sangue e da Transplantação de Lisboa (CSTL), a Inapa promoveu uma sessão de Colheita de Sangue nas instalações da Inapa Portugal, em Sintra.

Sob o mote “Ajudar os outros está-te no sangue?” foram muitos os colaboradores que marcaram presença nessa manhã e, apesar de nem todos poderem ser dadores de sangue (muitos deles por causa da Covid-19), 72% dos candidatos foram considerados aptos para a doação de sangue, dos quais mais de metade eram novos dadores!

A Inapa considera fundamental promover este gesto entre os mais novos: através de um ato tão simples podemos salvar vidas e/ou melhorar a saúde e qualidade de vida

de muitos doentes. As pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, podem consultar as condições necessárias para ser dador de sangue em:

<https://www.ipst.pt/index.php/pt/dador-de-sangue>

e www.dador.pt



Foram ainda feitas campanhas de recolha de alimentos de bens para algumas associações e também foram feitos donativos em papel para diversas entidades, em Portugal e Espanha.

inapa

**Ajudar os
outros está-te
no sangue?**

Campanha de Colheita de Sangue

#BeAnImprover



Famílias com Alma

A Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas é uma instituição de solidariedade social sediada em Oeiras e desenvolve a sua atividade com crianças de várias idades.

Através do projeto "Famílias com Alma" pretende reduzir o isolamento e contribuir para a inclusão e capacitação.

A Inapa contribui para esta causa através da oferta de papel, permitindo que as crianças desta instituição tenham, nos seus tempos livres, papel para desenhar.

O papel oferecido pela Inapa é, também, destinado à área financeira e administrativa.



inapa

Vamos ajudar quem mais precisa!

#BeAnImprover

França

“Ecole de la 2e chance” (E2C)

Ao longo dos últimos anos, a Inapa France e o Ministério da Educação Francês trabalham em conjunto com os problemas de assiduidade escolar e dificuldades de aprendizagem. Esta iniciativa realizou-se com a ajuda de 15 *trainees* e 14 horas de voluntariado disponibilizadas pela empresa para apresentações.

As E2C foram criadas para dar resposta aos jovens que, todos os anos, abandonam o sistema escolar sem diploma ou qualificação e sentem dificuldade na integração no mundo do trabalho. Os *trainees* da E2C são jovens motivados que optaram por uma segunda hipótese, com a ajuda de um suporte feito à medida especificamente para as suas necessidades.

No departamento francês de Essonne, os E2C estão localizados em dois locais: Ris-Orangis e Courtaboeuf.



Recrutamento e retenção de trabalhadores com deficiências

Todos os anos, empregadores e institutos de integração mobilizam-se a nível nacional e europeu e lançam eventos como a *European Disability Employment Week* (EDEW) e a *Semaine Européenne pour l'Emploi des Handicapés* (SEEPH), cujo objetivo é aumentar a sensibilização para o recrutamento e retenção no emprego de trabalhadores com deficiência nos setores público e privado.

A deficiência é frequentemente mal compreendida nas empresas e é percebida de uma forma muito estereotipada. No entanto, atualmente 80% das deficiências são invisíveis e não requerem qualquer adaptação do posto de trabalho. É de notar que se a deficiência destes trabalhadores não for visível, as suas capacidades e motivação garantidamente o são. Através da comunicação aos seus colaboradores durante a semana dedicada à Inapa France, o objetivo foi alterar a forma como as pessoas olham para as pessoas portadoras de deficiência.

Dia Internacional dos Direitos da Mulher

Como é comum em todos os mercados, França comemora alguns dias festivos como é o caso do Dia Internacional dos Direitos da Mulher. Em 2022, realizou-se uma ação de recolha de testemunhos para celebrar as mulheres da Inapa France.

No ano transato contávamos com 88 mulheres, o que representa 44% dos colaboradores da Inapa France, com uma média de 46 anos de idade. É com muito orgulho que reportamos que, segundo o índice de igualdade de género, temos no mercado francês um progresso global de 21%.

Projeto "Gardons la Vue"

Em 2022, a Inapa Packaging em França apoiou novamente este projeto da Fundação Stargardt, que reúne pessoas afetadas pela Doença de *Stargardt* (uma doença ocular hereditária que afeta a região central da retina) para impulsionar a pesquisa médica e facilitar o desenvolvimento de novos tratamentos que permitam parar a evolução da doença e restaurar a visão.

Com um carácter desportivo e social, o projeto "Gardons la Vue" pretende sensibilizar para a doença de *Stargardt* através da participação de um veleiro em regatas durante a época desportiva. Servindo o barco como "megafone" da Fundação, tem o objetivo de angariar fundos para a pesquisa e investigação da doença. A Inapa Packaging France contribui para esta causa com a participação de uma tripulação nestes eventos desportivos.

Bélgica e Luxemburgo

Como vem sendo prática anual, a Inapa Belgium realiza doações de papel para várias organizações que apoiam e ajudam pessoas com problemas de estupecientes e psicotrópicos.

Em 2022, a Inapa Belgium apoiou escolas e associações juvenis, através de donativos e *vouchers* (oferta de fins de semana, atividades do dia ou pequenos presentes) permitindo o investimento em novos materiais educativos e brinquedos para crianças do Equador.



Alemanha

Apoio à Clínica de Reabilitação de Katharinenhöhe

Por mais um ano consecutivo a Inapa Deutschland apoia esta clínica que é especializada na reabilitação hospitalar e familiar de crianças, adolescentes e jovens adultos.

Os jovens doentes sofrem de doenças cardiológicas, oncológicas ou outras doenças crónicas graves e recebem, nesta instituição, apoio psicológico competente, para além dos cuidados médicos necessários.

A Inapa Deutschland apoia esta causa todos os meses, fazendo com que o salário dos colaboradores seja arredondado para montantes totais em euros depositados na conta. Assim, os montantes em cêntimos da transferência são encaminhados para a instituição como donativo monetário.

Bike-Job-Bike

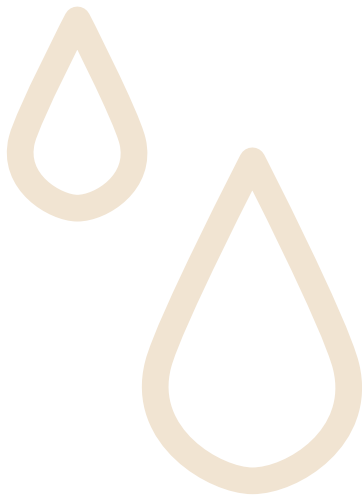
Na vertente sustentável, a Inapa Deutschland proporciona aos colaboradores a oportunidade de alugar uma bicicleta da empresa para deslocações. O benefício concedido pela empresa como não pecuniário é pago com o salário mensal sob a forma de compensação diferida e é tributável a apenas 0,25% do preço bruto da lista por mês, de acordo com a regulamentação fiscal atualmente aplicável.



Doação de papel à *Viva con Agua*

Em 2022, voltamos a destacar o apoio da Inapa Deutschland ao trabalho da *Viva con Agua* de St. Pauli EV, através de doações em papel. O relatório anual de 30 páginas da associação em formato DIN A5 foi impresso no papel Enviro®.

Os projetos mundiais de água apoiados pela *Viva con Agua* são concebidos para serem sustentáveis e seguem o princípio W.A.S.H., ou seja, incluem sempre os componentes de saneamento e fornecimento de higiene para assegurar o acesso permanente a água potável limpa.



GREEN Magazine com papel Enviro

A segunda edição da revista GREEN Magazine – que se centra em ideias sustentáveis de toda a Europa – foi patrocinada pela Inapa Deutschland, com a oferta do papel para a impressão da revista, que foi feita no Enviro® top da gama.

Voluntariado e donativos

Para assinalar o “Dia Internacional do Voluntariado” a 5 de dezembro de 2022, os colaboradores da Inapa Deutschland recolheram numerosas doações para causas caritativas: roupas quentes de Inverno, sacos cama e tapetes de dormir disponibilizados aos sem-abrigo e necessitados em Hamburgo.

Foram também doados alimentos não perecíveis à instituição Hamburger Tafel EV, uma das maiores organizações de voluntariado na Alemanha, totalmente financiada por doações sem financiamento público. Apenas alimentos que são doados à Tafel podem ser distribuídos a quem deles necessita.

Este é o sexto ano consecutivo que a Inpa publica o relatório de sustentabilidade, promovendo a transparência e a otimização das suas práticas, bem como a adoção de princípios de sustentabilidade, quer interna, quer externamente, junto dos seus colaboradores e *stakeholders*, respetivamente.

Este relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI 4.

As informações deste relatório abrangem o ano fiscal transato, de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

INFORMAÇÃO ADICIONAL



Índice de GRI

**GRI
STANDARD DESCRIÇÃO**

**INFORMAÇÃO
DISPONÍVEL**

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS 2022

A organização e suas práticas de reporte

2.1	Detalhes da organização	Pág. 14 a 63, 191, 192
2.2	Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	Pág. 17, 191, 192
2.3	Período de reporte, frequência e pontos de contacto para questões sobre o relatório	Pág. 1, 95, 392, 393, 394, 395, 498, 515

Atividades e trabalhadores

2.6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	Pág. 14 a 41, 393 a 403
2.7	Colaboradores	Pág. 60 a 63, 463 a 465
2.8	Trabalhadores que não são colaboradores	Pág. 465

Governança

2.9	Estrutura de governança e sua composição	Pág. 42 a 48; 294 a 333; 406 a 409, 465 a 467
2.10	Nomeação e seleção dos membros dos corpos sociais	Pág. 42 a 48, 294 a 333; 406 a 408, 453 a 477
2.11	Presidente do principal órgão dos corpos sociais	Pág. 306, 406 a 409
2.12	Papel desempenhado pelo Presidente do principal órgão dos corpos sociais na supervisão da gestão dos Impactos	Pág. 42 a 48, 334 a 342, 410 a 414
2.13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	Pág. 50 a 56, 334 a 342, 406 a 409

Estratégia, políticas e práticas

2.14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	Pág. 406 e 407
2.15	Conflitos de interesse	Pág. 364 a 367, 379, 381 e 472
2.16	Comunicação de preocupações	Pág. 333, 334 e 410
2.18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Pág. 312 a 320, 323, 324, 367
2.19	Políticas de remuneração	Pág. 345 a 367
2.20	Processo para determinação da remuneração	Pág. 345 a 367
2.21	Proporção da remuneração total anual	Pág. 345 a 367
2.22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	Pág. 390 a 392, 411 a 416
2.23	Compromissos de políticas	Pág. 390 a 410, 486 a 487
2.26	Mecanismos para aconselhamento e levantamento de preocupações	Pág. 50 a 59, 333, 334, 342, 343, 344, 406 a 410
2.28	Participação em associações	Pág. 515

Envolvimento com Stakeholders

2.29	Abordagem para o envolvimento com <i>stakeholders</i>	Pág. 410 e 488 a 497
2.30	Acordos de contratação coletiva	Pág. 472

GRI 3: ASPETOS MATERIAIS 2022

2. Conteúdos sobre temas materiais

3.1	Processo de definição de aspetos materiais	Pág. 406 a 409
3.2	Lista de aspetos materiais	Pág. 8 e 9, 500 a 509
3.3	Gestão dos aspetos materiais	Pág. 51

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL
GRI 200: ECONOMIA		
GRI 201: Desempenho Económico 2016		
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Pág. 66 e 67
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	Pág. 51, 336
201-3	Obrigações do plano de benefícios definido e outros planos de reforma	Pág. 120 a 121, 172 a 181
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos por autoridades governamentais	Pág. 79 a 88
GRI 202: Presença no Mercado 2016		
202-1	Varição da proporção do salário inicial mais baixo comparado ao salário mínimo local	Pág. 472 a 474
GRI 203: Impacto Económico Indireto 2016		
203-1	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	Pág. 78 a 88
203-2	Impactos económicos indiretos significativos e extensão dos impactos	Pág. 78 a 88
GRI 204: Política de Compras 2016		
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Pág. 395
GRI 206: Concorrência Desleal 2016		
206-1	Número total de ações legais relacionadas a comportamento anticompetitivo, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio	Pág. 57



GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL
GRI 300: AMBIENTE		
GRI 301: Materiais 2016		
301-1	Materiais usados por peso ou volume	Pág. 426
301-2	Materiais reciclados usados	Pág. 426
301-3	Produtos recuperados e materiais de embalagem	Pág. 426
GRI 302: Energia 2016		
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Pág. 429
302-2	Consumo de energia fora da organização	Pág. 429
302-3	Intensidade energética	Pág. 432
302-4	Redução do consumo de energia	Pág. 430
302-5	Redução nos requisitos de energia para produtos e serviços	Pág. 430
GRI 303: Água e Efluentes 2018		
303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	Pág. 434 e 435
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de efluentes	Pág. 434 e 435
303-3	Captação de água	Pág. 434 e 435
303-4	Efluentes	Pág. 434 e 435
303-5	Consumo de água	Pág. 434 e 435
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-1	Localização em áreas protegidas ou adjacentes e áreas de elevado índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Pág. 436
304-2	Impacto significativo de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Pág. 436
304-3	<i>Habitats</i> protegidos ou restaurados	Pág. 436
GRI 305: Emissões 2016		
305-1	Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	Pág. 437 a 446
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2) provenientes da aquisição de energia elétrica ou térmica que é consumida pela organização	Pág. 437 a 446
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	Pág. 437 a 446
305-4	Intensidade das emissões de GEE	Pág. 437 a 446
305-5	Redução das emissões de GEE	Pág. 437 a 446
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	Durante o período em análise, não foram impostos quaisquer procedimentos ou multas por incumprimento de leis e/ou regulamentos ambientais no Grupo Inapa. De referir que também não foram identificados casos de efeitos negativos potenciais/reais significativos sobre o meio-ambiente associados a fornecedores.
305-7	Óxidos de nitrogênio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas	
GRI 306: Resíduos 2020		
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Pág. 447
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Pág. 447
306-3	Resíduos gerados	Pág. 448
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	Pág. 448
306-5	Resíduos destinados para disposição final	Pág. 448
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais	Pág. 398 e 399
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de abastecimento e decisões tomadas	Pág. 401 e 402

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL
GRI 400: SOCIAL		
GRI 401: Emprego 2016		
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	Pág. 468 a 469
401-2	Benefícios oferecidos a colaboradores a tempo integral que não são oferecidos a colaboradores temporários ou de trabalho em período parcial	Pág. 475 a 476
401-3	Licença de maternidade/paternidade	Pág. 470 a 471
GRI 402: Relações Laborais 2016		
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Pág. 477
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018		
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional	Pág. 481 a 484
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Pág. 481 a 484
403-3	Serviços de saúde ocupacional	Pág. 481 a 484
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta, e comunicação sobre saúde e segurança ocupacional	Pág. 477
403-5	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Pág. 481 a 484
403-6	Promoção da saúde dos colaboradores e trabalhadores	Não obtivemos informação de reporte em grande parte dos países.
403-7	Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente relacionados com Relações comerciais	Pág 481 a 484
403-8	Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Pág. 477
403-9	Acidentes de trabalho	Pág. 481 a 484
403-10	Doenças profissionais	Não obtivemos informação de reporte em grande parte dos países. Pelo que entendemos que não existiram no período em análise.
GRI 404: Capacitação e Educação 2016		
404-1	Média de horas de formação por ano por colaborador	Pág. 478 a 480
404-2	Programas para melhorar as competências dos colaboradores e programas de assistência de transição de carreira	Pág. 480
404-3	Porcentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliações de desempenho e desenvolvimento de carreira	Embora não tenham sido reportados dados de todas as empresas do Grupo, de uma forma geral, a maioria das funções está sujeita a uma avaliação através de diversas ferramentas: avaliação de desempenho; <i>feedback</i> 360°; avaliação de equipa; controlo de <i>targets</i> , entre outros, dependendo da empresa. O Grupo está atualmente a trabalhar no sentido de uniformizar práticas de avaliação.
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
405-1	Diversidade nos órgãos de governança e colaboradores	Pág. 452 a 469
405-2	Proporção de salário base e remuneração de mulheres vs homens	Pág. 472 a 473
GRI 406: Não Discriminação 2016		
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Pág. 486 a 487
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016		
407-1	Operações e fornecedores em que o direito de exercer a liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	Não temos conhecimento da existência de registos de operações e de fornecedores em que os colaboradores não possam exercer o seu direito à liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar em risco.

**GRI
STANDARD DESCRIÇÃO**

**INFORMAÇÃO
DISPONÍVEL**

GRI 400: SOCIAL

GRI 408: Trabalho Infantil 2016

408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil

Não temos conhecimento da existência de registos de casos de operações e de fornecedores com risco significativo de trabalho infantil.

GRI 409: Trabalho Forçado ou Compulsório 2016

409-1 Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou compulsório

Não temos conhecimento da existência de registos de operações e de fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório.

GRI 410: Práticas de Segurança 2016

410-1 Pessoal de segurança com formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Não temos conhecimento da existência de registos de contratação direta de pessoal de segurança com formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos.

GRI 411: Direitos dos Povos Indígenas 2016

411-1 Casos de violações envolvendo direitos dos povos indígenas

Durante o período em análise não foram reportados acidentes relacionados com a violação dos direitos das comunidades indígenas.

GRI 413: Comunidades Locais 2016

413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

Não temos conhecimento da existência de programas ou procedimentos sistemáticos formais para o envolvimento com as comunidades locais, avaliação de impacto ou desenvolvimento de programas. A introdução deste tipo de medidas ainda não está prevista.

413-2 Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais

Não temos conhecimento da existência de operações em locais com um real/potencial risco significativo capaz de provocar efeitos adversos ou mesmo negativos nas comunidades locais.

GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016

414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Pág. 395 a 403

414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas

Pág. 395 a 403

GRI 415: Políticas Públicas 2016

415-1 Contribuições Políticas

Durante o período em análise, não foram realizadas contribuições monetárias e não monetárias diretas ou indiretas.

GRI 416: Saúde e Segurança do Cliente 2016

416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços

100% das nossas categorias de produtos e serviços foram examinadas quanto aos seus efeitos na saúde e segurança em todo o ciclo de vida.

416-2 Casos de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de produtos e serviços

Durante o período em análise, não houve violações de regulamentos ou códigos voluntários em relação ao impacto de produtos e serviços na saúde e segurança.

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	INFORMAÇÃO DISPONÍVEL
GRI 400: SOCIAL		
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2016		
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	Pág. 422 a 423
417-2	Casos de não conformidade relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não houve incidentes de não conformidade com regulamentos e/ou códigos relacionados com informações e rotulagem de produtos e serviços.
417-3	Casos de não conformidade relativos a comunicações de marketing	Durante o período em análise, a Inapa esteve em conformidade com todos os regulamentos ou códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016		
418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Durante o período em análise não foram reportadas queixas à nossa organização sobre a proteção da privacidade de clientes ou relativas à violação da proteção de dados.



Taxonomia

Enquadramento

A União Europeia tem vindo a desenvolver esforços no sentido de para clarificar e uniformizar os critérios que definem se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, nomeadamente com o objetivo de facilitar a alocação de recursos financeiros a investimentos sustentáveis.

Neste contexto, foi publicado o Regulamento UE 2020/852, que veio definir a Taxonomia da União Europeia (Taxonomia UE), reconhecendo como ambientalmente sustentáveis para fins de investimento as atividades económicas que:

- Contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais:
 - i) mitigação das alterações climáticas;
 - ii) adaptação às alterações climáticas;
 - iii) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
 - iv) transição para uma economia circular;
 - v) prevenção e controlo da poluição e
 - vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- Garantem o cumprimento das salvaguardas mínimas sociais, cumulativamente, em tema de Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

As atividades económicas que se considera poderem contribuir para cada um dos seis objetivos ambientais - denominadas "atividades elegíveis" - e os critérios técnicos

que cada atividade deve cumprir para se considerar de acordo com a Taxonomia UE, são definidos através de atos delegados.

Em dezembro de 2021, foi publicado o Ato Delegado Clima (Regulamento Delegado UE 2021/2139), que estabelece o primeiro conjunto de atividades e critérios técnicos de avaliação relativos a uma contribuição substancial para a mitigação e para a adaptação às alterações climáticas. Em fevereiro de 2022, a Comissão Europeia apresentou um Ato Delegado Complementar que inclui, em condições estritas, atividades específicas de energia nuclear e de gás na lista de atividades económicas abrangidas pela Taxonomia. O draft foi formalmente adotado a 9 de março de 2022 (Regulamento 2022/1214) e publicado no Jornal Oficial a 15 de julho de 2022. É aplicável desde o dia 1 de janeiro de 2023. De acordo com o Ato Delegado Complementar as empresas abrangidas devem divulgar informações adicionais relativamente às suas atividades nestes dois setores (energia nuclear e gás natural).

Estes Atos deverão ser sujeitos a revisões regulares, com a inclusão de atividades adicionais e atualização dos critérios técnicos de avaliação de elegibilidade.

Em 2021, as empresas não financeiras reportaram as suas atividades elegíveis para a Taxonomia relativamente às atividades listadas no Ato Delegado Clima (contribuição para os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas). Sobre essas atividades foi reportada a elegibilidade das atividades

económicas, em termos de Volume de Negócios, OPEX e CAPEX. Para o ano fiscal de 2022, além das atividades elegíveis, as empresas não financeiras - como é o caso da Inapa - devem avaliar e comunicar o alinhamento dessas atividades com a aplicação de critérios técnicos e de salvaguardas mínimas sociais.

Neste âmbito, o Grupo divulga, no seu reporte de 2022, os resultados inerentes à análise de elegibilidade e alinhamento das suas atividades económicas.

Análise de elegibilidade

Da análise efetuada às atividades do Grupo Inapa, e tendo em conta as atividades previstas nos anexos I e II do referido Regulamento Delegado UE 2021/2139 (Ato Delegado Clima), foram identificadas como elegíveis as atividades apresentadas na tabela no final desta página, relativamente ao seu contributo para o objetivo de mitigação das alterações climáticas.

De referir que a atividade principal da Inapa não está ainda incluída na lista de atividades da Taxonomia UE, pelo que o reporte relativo a 2022 diz respeito apenas a atividades consideradas de apoio, não refletindo assim na totalidade o empenho da Inapa para o desenvolvimento sustentável. Por esta razão, os indicadores relativos às atividades elegíveis em 2022 são baixos, não se apresentando valores relativos ao Volume de Negócios de atividades elegíveis.

Entre os objetivos ambientais definidos no artigo 9.º do Regulamento da UE 2020/852, mas ainda não incluídos no relatório de taxonomia da UE, a transição para uma economia circular é uma área a que o Grupo Inapa se dedica de forma muito empenhada desde há muito: 93% dos resíduos gerados nas operações são reciclados ou aproveitados para recuperação energética, até 15% das paletes utilizadas para transportar as encomendas dos clientes são reaproveitados, uma parte significativa dos materiais de embalagem utilizados nos armazéns logísticos são recursos renováveis.

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
6.15	Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público hipocarbónico	Carregadores elétricos
6.5	Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros
6.6	Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão e otimização de frota e rotas
7.6	Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	Painéis fotovoltaicos

Análise do alinhamento

A Inapa desenvolveu a análise do alinhamento da Taxonomia com base na interpretação do Regulamento de Taxonomia, do Ato Delegado Clima e das normas disponibilizadas pela Comissão Europeia.

Para determinar a percentagem de alinhamento a Inapa avaliou para cada atividade os critérios de “contributo substancial” e de “não prejudicar significativamente (DNSH)”, tendo concluído que as atividades 6.15, 6.5, 6.6 e 7.6 estão alinhadas

KPIs TAXONOMIA UE

				Critérios de contributo substancial		
Volume de Negócios		Código	Volume de Negócios	Proporção do Volume de Negócios	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas
ATIVIDADES ECONÓMICAS	DESCRIÇÃO		K€	%	%	%
A - Taxonomia - Atividades elegíveis						
A.1 - Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)						
Infraestruturas para transportes rodoviários e transportes públicos de baixo carbono	Carregadores elétricos	6.15	0	0%	100%	0%
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros	6.5	0	0%	100%	0%
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão	6.6	0	0%	100%	0%
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis	Painéis fotovoltaicos	7.6	0	0%	100%	0%
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)			0	0%		
B - Taxonomia - Atividades não elegíveis						
Volume de negócios das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			1 246 554	100%		
TOTAL VOLUME DE NEGÓCIOS (A+B)			1 246 554	100%		

					Critérios de contributo substancial	
OPEX		Código	OPEX absoluto	Proporção do OPEX	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas
ATIVIDADES ECONÓMICAS	DESCRIÇÃO		K€	%	%	%
A - Taxonomia - Atividades elegíveis						
A.1 - Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)						
Infraestruturas para transportes rodoviários e transportes públicos de baixo carbono	Carregadores elétricos	6.15	0	0%	100%	0%
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros	6.5	0	0%	100%	0%
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão	6.6	875	26%	100%	0%
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis	Painéis fotovoltaicos	7.6	0	0%	100%	0%
OPEX das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)			875	26%		
B - Taxonomia - Atividades não elegíveis						
OPEX das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			2 505	74%		
TOTAL OPEX (A+B)			3 380	100%		

Critérios de contributo substancial

CAPEX		Código	CAPEX absoluto	Proporção do CAPEX	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas
ATIVIDADES ECONÓMICAS	DESCRIÇÃO	K€	%	%	%	
A - Taxonomia - Atividades elegíveis						
A.1 - Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)						
Infraestruturas para transportes rodoviários e transportes públicos de baixo carbono	Carregadores elétricos	6.15	19	0%	100%	0%
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Veículos elétricos na frota de veículos ligeiros de passageiros	6.5	0	0%	100%	0%
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Frota própria de camiões de baixa emissão	6.6	1001	4%	100%	0%
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis	Painéis fotovoltaicos	7.6	0	0%	100%	0%
CAPEX das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)			1020	4%		
B - Taxonomia - Atividades não elegíveis						
CAPEX das atividades não elegíveis para a taxonomia (B)			24 138	96%		
TOTAL CAPEX (A+B)			25 158	100%		

METODOLOGIA

Tal como definido pela Taxonomia UE, os valores reportados foram calculados de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em vigor em 1 de janeiro de 2022 e conforme adotadas pela União Europeia.

A Taxonomia UE exige que as empresas divulguem a forma como evitaram a duplicação na consideração das atividades económicas elegíveis (numerador), ou seja, na determinação do volume de negócios, despesas de capital e despesas de exploração.

A Inapa apurou as despesas elegíveis tendo por base a sua contabilidade financeira, garantindo que os elementos de custo foram considerados uma única vez no cálculo dos indicadores.

Os valores considerados como elegíveis dizem essencialmente respeito a adições de ativos de direitos de uso relativos à frota própria de camiões de baixa emissão.

Os valores totais considerados (denominadores do cálculo do rácio das atividades elegíveis) foram determinados da seguinte forma:

- **Volume de Negócios:** Corresponde ao montante consolidado de vendas, prestações de serviços e outros rendimentos, determinado com base nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022 (Nota 25 das Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2022).
- **CAPEX:** Corresponde ao somatório das aquisições de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e ativos sob direitos de uso realizadas em 2022 (Notas 7 e 9 das Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2022).
- **OPEX:** Corresponde aos seguintes gastos apurados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2022: gastos com manutenção e reparação de edifícios e outros ativos fixos e gastos com locação de curto prazo ("Short Term Leases").

Participação em Associações e Entidades

O Grupo Inapa é um membro da Associação Europeia de Distribuidores de Papel EUGROPA (www.eugropa.com).

Informação e Contactos

Pedidos de informação complementares ou esclarecimentos adicionais sobre este documento podem ser enviados para:

Miguel Loureiro

Investor Relations

& Business Development Manager

miguel.loureiro@inapa.pt

+351 213 823 007

Jean-Philippe Folly

Compliance & Sustainability Officer

jean-philippe.folly@inapa.fr

T: +33 674 806 478

inapa

IMPROVING
THE WORLD



www.inapa.com

